

ANNO V

N. V

REVISTA

DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO ESPIRITO SANTO

O' Jovens Brasileiros,
Descendentes de heróes, heróes vós mesmos
Pois a raça de heróes não degenera.

Imital-os, para que elles do sepulchro
Vos chamem com prazer seus caros filhos.

NATIVIDADE SALDANHA



VICTORIA
TYPOGRAPHIA COELHO
1926

ANNO V

N. V

REVISTA

DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO ESPIRITO SANTO

O' Jovens Brasileiros,
Descendentes de heróes, heróes vós mesmos
Pois a raça de heróes não degenera ;

.....
Imitai-os, para que elles do sepulchro
Vos chamem com prazer seus caros filhos.

NATIVIDADE SALDANHA



VICTORIA
TYPOGRAPHIA COELHO
1926

Pagina de honra



Doutor Florentino Avidos — Presidente do Estado — Presidente
honorario do Instituto e do Oitavo Congresso
Brasileiro de Geographia \

Centenario da Independencia da Bahia

Sessão solenne de 2 de julho de 1923

CONFERENCIA DO DR. JOÃO LORDELLO DOS SANTOS SOUZA

Sr. Presidente
Senhoras
Meus Senhores
Presados Consocios

Buscando quem celebre o jubilo desta data lembraste-vos de mim, cujo verbo sem atavios não pode dar-lhe o realce que merece esta festa, para rememorar uma das mais formosas e brilhantes paginas da nossa historia patria.

Bem sei que esta designação envolve uma prova de carinhoso affecto, que muito penhorou meu sentimento patriotico; por isso o que me faltar em brilho e fulgor de eloquencia, será suprido pela fidelidade e sinceridade com que fallar-vos-hei dos factos da Independencia na gloriosa terra bahiana.

Esta commemoração representa o culto pelas tradições do nosso passado, avigorando a Patria, engrandecendo-a, consubstanciando a nobreza, a energia e o valor de sua soberania. E' uma homenagem significativa de gratidão aos nobres vultos, legionarios de 1823, que conquistaram com seu sangue este patrimonio bemdito da Nação—é o alimento da chamma sagrada do patriotismo da geração presente, para as sublimes conquistas das do futuro

Quem quer que lance as vistas sobre a jornada que teve por theatro o solo bahiano, ficará maravilhado ao contemplar os arrojados exemplos de civismo, os sacrificios inauditos, a abnegação desmedida dos defensores da liberdade nessa lucta titanica, que ficou gravada indelevelmente na historia de nossa querida Patria.

Para melhor avaliardes da importancia desses feitos patrioticos, far-vos-hei um rapido esboço historico, inspirando-me nos his-

toriadores coetaneos, entre outros Franklim Americo Menezes Dorea, Barão de Loreto, insigne poeta e prosador, natural da cidade de Cachoeira.

Proclamada a Independencia em 7 de setembro de 1822, pelo Principe Regente D. Pedro I, o Brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello desobedeceu as instrucções da carta regia de 15 de junho de 1822, em que D. Pedro I lhe ordenava que se recolhesse a Portugal com as tropas de seu commando; assumiu illegalmente o cargo de governador militar, oppoz-se tenazmente ao reconhecimento do principe regente e entrou a exercer a ditadura de accordo com as instrucções que recebia das côrtes portuguezas, apoiado na sua experiencia de militar e nas grandes forças de que dispunha.

Foi nesta conjunctura que a então Provincia da Bahia determinou-se a reagir, appellando para a Revolução. Nas villas de Santo Amaro e São Francisco, Antonio José Duarte de Araujo Gondim, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, visconde de Montesuratte e Miguel Calmon do Pin e Almeida, Marquez de Abrantes, concertaram os planos da Revolução, para que fosse cumprida a carta regia de 15 de junho de 1822.

Teve ella seu inicio na cidade de Cachoeira, sendo seus promotores José Garcia Pacheco e o Tenente-coronel Rodrigo Antonio Falcão Brandão, Barão de Belem, e no dia 25 de junho de 1822 na Camara Municipal daquella villa, sob a presidencia de Antonio Perceira Lima foi aclamado pelo povo D. Pedro, regente constitucional e defensor perpetuo do Brasil. (1)

O general Ignacio Madeira envia uma canhoneira de guerra que estacionava no Rio Paraguassú afim de exercer a vigilancia da villa. Logo o commandante e a tripulação rompem hostilidades contra os habitantes, que feridos nos seus brios repelliram com intrepidez, denodo e grande bravura o navio aggressor; depois de trez dias de intenso tiroteio a canhoneira rende-se, sendo aprisionada a tripulação. O exemplo de Cachoeira excita o entusiasmo e o patriotismo em todas as populações do reconcavo e logo as villas de Santo Amaro, São Francisco e as demais da Provincia, adheriram á causa da revolução, ficando a dominação portugueza circumscripta á capital.

Tão ardoroso e entranhado era o sentimento de amor pela Independencia, que as mães mesmas embalavam seus filhinhos com a cantilena popular:

Acalenta-te, ó menino,
Dorme já para crescer;
O Brasil precisa filhos
Independencia ou morrer!

D. Pedro anima a resistencia dos bahianos por meio de uma proclamação.

Dentro em breve todos os habitantes á porfia disputam-se auxiliar a resistencia; até os frades franciscanos ajudam a carregar pedras e materiaes para construcção das obras de defesa.

Fortificam-se os diversos pontos do litoral até a entrada da Bahia; levantam-se presidios na ilha de Itaparica, reductos na villa

de São Francisco, baterias nas margens do rio Sergi, na ilha de Cajahiba, na dos Frades e na Costa da Sanhara.

Os senhores de engenho e os fazendeiros arrancam os bronzes de seus machinismos para fundir peças, que são montadas em carretas; balas são fundidas com o cobre, ferro, chumbo de seus aparelhos.

Na falta de tropa o coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, visconde de Pirajá, reúne os melicianos de seu districto. A estes juntam-se os indios dos diversos aldeamentos, commandados pelo de nome Bartholomeo, appellidado pelos seus de Jacaré, que mostrou valor indomavel até o derradeiro combate.

Armados de arco e flecha estes indigenas accommetiam frequentemente os inimigos e dispersava-os até perto das fortificações.

A 1º de agosto de 1822 era tão angustiosa a situação da Bahia, que D. Pedro I assim se dirigiu, em manifesto, aos brasileiros: «Illustres bahianos, porção generosa e malfadada do Brasil, a cujo sólo se tem agarrado mais estas famintas e empestadas harpias, quanto me punge o vosso destino! Quanto o não poder, ha mais tempo, ir enxugar as vossas lagrimas e abrandar a vossa desesperação. Bahianos! O brio é vossa divisa, expelli de vosso seio estes monstros que sustentam-se com vosso sangue; não os temais; vossa paciência faz força. Elles já não são portuguezes, expelli-os e vinde reunir-vos a nós, que vos abrimos os braços.»

No emtanto a Bahia sem auxilios, fazia esforços sobrehumanos para resistir as hostilidades das tropas de Madeira. Com o intuito de centralizar a administração organisou-se um Conselho interino de Governo, devido a iniciativa das villas de Cachoeira, Santo Amaro e São Francisco.

Compunha-se o Conselho de deputados eleitos, cada um por uma Camara Municipal; installando-se o primeiro na villa de Cachoeira, sendo presidente Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, barão de Jaquaribe e seu secretario Francisco Gomes Brandão Montezume, visconde de Jequitinhubú.

Nesta mesma epocha o Principe Regente nomeia o general Pedro Labatul, militar afamado das guerras de Napoleão 1º, para dirigir as operações militares na Bahia. Ahí aportou nos fins de outubro, tratou de organizar o exercito brasileiro dando-lhe a denominação de Pacificador.

Este exercito compunha-se na sua maioria de bahianos acampados em Pirajá, povoação situada a poucas milhas da capital.

Elle foi engrossando progressivamente com a incorporação de novos contingentes que vinham de diversos ponto da Provincia.

De Cachoeira chegaram duas companhias de voluntarios, denominadas Bolona e Mavorte.

Os officiaes e praças fardaram-se a suas custas, renunciando o soldo e etapa. Ao exercito libertador junta-se ainda uma companhia de cavallaria dos Pedrões, denominada dos Encourados, por usarem trajes de couro, sendo seu organisador e commandante o clerigo, frei José Maria Brayner. O Rio de Contas envia um corpo numeroso de

soldados que se fardaram com tecido de algodão, preparado na mesma localidade. Os senhores determinaram libertar os escravos que se alistassem no exercito libertador ao qual tambem pertencia o batalhão de voluntarios de D. Pedro, commandado pelo major José Antonio da Silva Castro. Este batalhão, era tambem denominado dos Periquitos, por usarem suas praças, as gollas e os canhões das fardas de côr verde.

Delle fazia parte como voluntario a heroína Quiteria Maria de Jesus Medeiros, jovem filha de paes portuguezes e fazendeiros estabelecidos no lugar denominado Rio do Peixe, ha algumas milhas da villa de Cachoeira.

Um patriota que viajava fazendo a propaganda da Causa da Independencia e alliciando voluntarios, hospedou-se na residencia do fazendeiro e na intimidade defendia ardorosamente aquelle ideal. Lamentou o pae da heroína não ter filhos, porem Maria Quiteria sente despertar-se-lhe ardente entusiasmo patriotico e não tendo obtido o consentimento paterno para alistar-se nas filheiras do exercito libertador, traça um plano arrojado e abnegadamente realiza-o.

Consegue de uma irmã casada, que lhe acoraçava o ardil, roupas de seu cunhado e assim disfarçada parte para a villa de Cachoeira, acompanhando de longe seu pae, que a negocio se dirigia para aquella villa.

Alli chegando assentou praça num regimento de artilharia, passando mais tarde para o denominado Voluntarios de D. Pedro.

Chegando este facto ao conhecimento de seu pae, este reclama-a com todo o empenho; porem ella a nada cede; sua resolução é inabalavel e ella entrega-se ardorosamente aos destinos que a aguardavam. Durante a guerra usou o uniforme de um dos batalhões, com a addição de saíote de estofa escossez, semelhante ao de higlander.

As filheiras do exercito da Independencia, diz um historiadôr, não tiveram em Maria Quiteria simplesmente um defensor; ella mostrou-se sempre corajosa guerreira e distinguio-se por seus feitos d'armas. Quando o inimigo tentou novamente a tomada de Itaparica e de outros pontos da costa, ella achou-se á frente de muitas senhoras bahianas, exortando-as a combater, encorajando-as e guiando-as á victoria. O commandante do exercito pacificador declarou em documento publico que em toda a campanha ella se distinguira por indizível valor e intrepidez.

Tendo ido ao Rio de Janeiro depois da campanha, Pedro I informado, como diz o decreto de 20 de agosto de 1823, do decidido valor, denodo e bravura com que Quiteria Maria de Jesus Medeiros se distinguira nas occasiões mais arriscadas de combate, concede-lhe a patente e soldo de alferes e noutro decreto da mesma data, para assignalar os seus serviços militares á causa da Independencia, na porfiosa restauração da Bahia, lhe era concedido o uso da insignia de cavalleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. D. Pedro com suas proprias mãos pregou-lhe no peito a preciosa insignia, proferindo honrosas palavras enaltecendo seu merito e seu real valor. Notaveis escriptores referem-se elogiosamente a D. Maria Quiteria de Jesus, entre outros a illustrada Mary Graham, escriptora ingleza, que assim se exprime depois de

uma entrevista que tivera com ella no Rio de Janeiro, referindo-se, cheia de admiração á heroína, cujo retrato estampou no seu livro de impressões de viagem ao Brasil.

«Não é instruída, mas tem intelligencia, comprehensão rapida, espirito penetrante e penso que com educação seria pessoa natural. Nada tem de masculino na apparencia.

Suas maneiras são graciosas e agradaveis e nenhum máo habito contrahiui no acampamento. Sua virtude nunca foi posta em divida.»

Deslumbrante exemplo da fé patriótica da mulher brasileira, em cujo coração sempre houve um altar para o ideal da Patria!

Pernambuco, Parahyba, Alagoas e Minas Geraes, a altiva patria de Tiradentes, correm em auxilio da Bahia, enviando tropas, que destemerosas muito concorreram para a libertação da terra bahiana. Do Rio de Janeiro o governo envia o batalhão do Imperador sob o commando de José Joaquim de Lima e Silva. Na occasião do embarque desta luzida unidade do exercito, Evaristo da Veiga dedicou-lhe um hymno encimado com a seguinte estrophe :

Do Brasil a mãe primeira
Formosissima Bahia
De feroz aleivosia
Quer os vis grilhões quebrar.
Bravos filhos de Mavorte
Já nos campos estaes da gloria!
Vamos, vamos á victoria,
Combater e triumphar !

No fim da guerra o exercito libertador constava de 9 mil homens aproximadamente, composto de duas divisões.

Inexcedivel era a generosidade dos particulares, concorrendo espontaneamente, até com avultadas sommas em dinheiro, para as despesas de fardamento, alimentação, transporte e curativos.

No entanto é de notar que apesar disso o nosso exercito soffreu privações, que ao em vez de diminuir, faziam recrudescer a energia e a tenacidade destes intemeratos batalhadores.

O exercito luzitano manteve-se sempre dentro da capital, protegido por baterias bem artilhadas e trincheiras bem contruidas, provido de abundante material bellico e de regulares reforços que frequentemente lhe eram enviados de Portugal.

Este exercito constava de 10 (dez mil homens) e era dividido em 5 brigadas.

Devido ao assedio, as forças de Madeira chegaram a soffrer fome. Nestas condições começaram os soldados indisciplinados a fazer depredações nas fazendas e até nos conventos. Numa destas investidas atacam o Convento da Lapa, do qual era madre abbadessa Soror Angelica, tentam arrombar as portas á golpes de machado; foi então que esta, impavida e gloriosamente sublime, tomada de santa indignação, exproba com vehemencia tão nefando attentado; a nada attendem seus algozes, traspasso-lhe o peito com a espada e assim esta mulher admiravel, victima do dever e de sua fé patriótica, torna-se uma

outra heroína desta cruzada, sacrificando sua vida para impedir que fossem violadas aquellas virgens que na solidão do claustro, imploravam a Deus a victoria dos defensores da liberdade.

Uma esquadilha de vasos de guerra luzitanos cruzava constantemente as aguas da bahia de Todos os Santos, não só para interceptar as communicações com as povoações do littoral, como tambem para fazer depredações nas fazendas, como nas ilhas circumvisinhas como fossem as de Maré, Frade, Tinhaé.

Foram sempre repellidos com galhardia pelos bravos e intemeratos insulanos, que tinham como chefe o capitão João Francisco Menezes Dorea.

Para repellir estas aggressões, organisou-se uma flotilha, composta de barcos artilhados, dos quaes o principal foi denominado Pedro 1º, tendo uma peça de rodizio a prôa e era commandado pelo destemido tenente José de Oliveira Botas, a cuja pericia e coragem deve-se em grande parte as vantagens que se obteve sobre o inimigo.

A esquadra portugueza compunha-se nesta epoca de 40 barcas e lanchas canhoneiras, vinte e seis brigues, ás ordens do chefe de divisão João Felix Pereira Campos.

A 7 de janeiro de 1823, investem contra as fortificações de Itaparica.

O combate durou de 9 horas da manhã ás 6 da tarde, terminando por serem repellidos os navios assaltantes pelas baterias da costa, da qual era commandante Antonio de Souza Lima e pela flotilha de Oliveira Botas, que conseguiu meter a pique duas barcas. O inimigo soffreu serias perdas neste combate, tendo havido muitas baixas.

Em terra, depois que o exercito fôra organizado por Labatut, deram-se diversos combates; sendo o mais notavel o de Pirajá, em que uma legião portugueza e uma companhia de voluntarios inimigos atacou o acampamento das forças do exercito libertador.

Depois de cinco horas de fogo incessante o inimigo conseguiu cortar a retaguarda de nossas forças.

O perigo era iminente. O major Barros Falcão dá ordem de tocar retirada; no entanto o corneta Luiz Lopes invertendo propositalmente a ordem toca avançar e em seguida a degollar.

Aterrorisados os inimigos julgam ter nossa tropa recebido reforços de cavallaria e fogem desordenadamente, indo os nossos em perseguição até as trincheiras.

A victoria ficou do nosso lado, tendo infelizmente cahido mortos no combate dois valentes officiaes, capitão Cypriano Justino de Siqueira e alferes Pedro Jacome Dorea.

A 29 de dezembro deu-se novo combate em que o general Lobatut conseguiu meter entre dois fôgos e destroçar as forças inimigas justamente na occasião em que o general Madeira e as autoridades civis com toda pompa acabavam de jurar a constituição votada pelas côrtes portuguezas.

A 15 de fevereiro de 1823, deu-se novo combate em que a victoria ficou indecisa.

Em princípios de maio do mesmo anno chega a Bahia a esquadra brasileira enviada por José Bonifacio de Andrade e Silva, que

sabendo da superioridade numerica das forças do general Madeira apressou-se enviar Lord Cochrane a Bahia, como commandante em chefe da mesma esquadra.

A 3 de junho deu-se novo combate commandado desta vez por José Joaquim Lima e Silva, que substituiu o general Labatut, injustamente preso, como ao depois se verificou. Neste combate que foi dirigido contra os entrincheiramentos em geral, sahiram victoriosas as nossas forças. Por essa mesma occasião o almirante Cachrane, auxiliado pelo cap. João Taylor e a frota do bravo João de Oliveira Botas destroçou a frota lusa.

A junta administrativa do governo do general Madeira ainda tentou propor medidas para continuação da guerra, como era do desejo da metropole.

No entanto era angustiosa e critica a situação do inimigo, cercado por terra e mar, reduzido a capitular. Nestas circumstancias, na madrugada do dia 2 de julho de 1823, o general Madeira e o seu exercito, alem de muitas familias, partiram para Lisboa nos ultimos navios da esquadra portugueza que lhe restavam e em outros mercantes. Os vasos da nossa esquadra a todos deram caça e fizeram muitos presos, sendo que o destemido e intemerato capitão João Taylor levou a perseguição dos navios até a foz do Tejo.

Poucas horas depois entrava triumphalmente o exercito libertador na cidade de São Salvador, onde pela primeira vez tremulou a bandeira nacional.

A cidade engalanou-se e através de arcos de triumpho, entrançados de folhas viçosas com as cores nacionaes ornadas de festões caprichosamente preparados, por entre estrepitosos vivas e ruidosas acclamações e repiques de sinos e salvas de alegria das fortalezas, desfilaram os batalhões patrióticos pelas ruas da cidade. Era impressionante e commovedor o quadro deste desfile em que os soldados com as fardas dilaceradas pelos espinhos, alguns com recentes ferimentos de guerra e na maioria descalços, tinham nas physionomias estampado o immenso jubilo de que se achavam possuidos.

As senhoras trajando vestes enfeitadas com as cores symbolicas (verde e amarello) atiravam flores sobre as tropas, das janeiras das casas.

Até as freiras do Convento da Soledade, movidas por um piedoso sentimento patriótico de jubilo appareceram ás portas do Convento e offertavam caprichosas grinaldas enlaçadas com ramos de cafeeiro aos bravos batalhadores de Pirajá.

Pedro I distribuiu mercês honorificas aos corpos do exercito pacificador, bem como aos officiaes e ás praças, alem das congratulações officiaes.

A primeira assembléa constituinte apresentou um projecto de proclamação em que se lia: «Louvores sejam dados aos briosos habitantes da Bahia, que em porfiosa lucta, apesar dos maiores sacrificios e do soccorro das valorosas tropas das leaes provincias, que os auxiliaram, souberam dignamente ostentar seu patriotismo, defender a honra de suas pousadas e vencer com o mais denodado patriotismo a pertinaz resistencia do vandalismo luzitano».

A Bahia reconhecida, num gesto de sublime gratidão, ergueu um sumptuoso monumento no Parque Duque de Caxias, em cujo pedestal se acham gravadas, em uma placa, os nomes dos heróis desta luminosa cruzada de fé patriótica.

Assim ficou firmada a nacionalidade na terra que devia ser o berço do expoente maximo da nossa nacionalidade, o impeterrito e infatigavel batalhador do Direito e da Liberdade — Ruy Barbosa.

Salve Bahia — teus irmãos do Espirito Santo exultam de jubilo por tua gloriosa data !

Salve ! Heroica Cachoeira.

Salve ! Intrepida Itaparica.

Salve ! Leal e valorosa São Salvador.

NOTICIA

Antes de occupar a tribuna o illustre conferencista dr. João Lordello dos Santos Souza, o orador official do Instituto, dr. Alarico de Freitas, pronunciou bellissimo discurso historiando todos os pontos que antecederam ao heroico feito bahiano.

O orador, demorando-se em considerações historicas, personificou-as na figura vigorosa do saudoso e illustre brasileiro Ruy Barbosa, em torno de cujo nome teceu uma aureola de fulgurantes referencias.

Após a conferencia lida pelo distincto socio dr. João Lordello, o digno consocio dr. Araujo Primo, vibrando de emoção, produziu uma breve oração allusiva á gloriosa data bahiana, numa expansão de amor patrio e intenso entusiasmo.



SESSÃO SOLENNE EM 2 DE JULHO DE 1924

Centenario da Confederação do Equador

Aos dois dias do mez de julho de mil novecentos e vinte e quatro, sob a presidencia do dr. Archimimo Mattos, secretario do pelos snrs. Adolfo Fraga e Heraclito Amancio Pereira, respectivamente primeiro e segundo secretarios, reuniu-se o Instituto Historico, em sessão solenne commemorativa da grandiosa data do Centenario da Confederação do Equador, achando-se o recinto literalmente completo de exmas. familias, socios e pessoas gradas.

Precisamente ás 19 horas, chegava ao Instituto o sr. presidente do Estado, acompanhado de suas casas civil e militar, sendo recebido á porta do edificio pela commissão composta dos socios drs. José Batalha, Antonio Athayde e Octavio Araujo.

A' porta do salão, enquanto a banda do Corpo Militar de Policia executava o hymno Espirito-Santense, s. exa. recebeu os cumprimentos da mesa do Instituto e de todos os socios presentes á solennidade.

O dr. Archimimo Mattos abre a sessão, pronunciando, logo após, as seguintes palavras: «De accordo com a letra *b* do art. 9 dos Estatutos, o Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo confere ao sr. presidente do Estado, dr. Florentino Avidos, o diploma de presidente de honra desta aggremação».

O diploma foi entregue a s. exa. pelo primeiro secretario, Adolfo Fraga, enquanto a distincta assistencia manifestava-se numa entusiastica salva de palmas.

Após, o dr. Archimimo Mattos convida o sr. presidente do Estado a occupar a presidencia, passando o dr. Carlos Xavier, orador honorario do Instituto, para a cadeira do primeiro secretario.

O sr. presidente de honra do Instituto, dirige, então, os trabalhos.

O dr. Archimimo dá a palavra ao orador official do Instituto, dr. Alarico de Freitas, que pronunciou substancioso discurso alluzivo á data, demorando-se em considerações historicas.

As suas ultimas palavras foram abafadas por estrepitosa salva de palmas enquanto se ouvia o hymno da Independencia.

Seguiu-se, com a palavra, o dr. Carlos Xavier que leu a seguinte conferencia:

Exmo. sr. Presidente do Estado.

Sr. Presidente do Instituto.

Senhoras.

Meus senhores.

Caros Consocios.

A circumscripção territorial doada a Duarte Coelho fôra sempre insubmissa ao despotismo, rebellada contra o autoritarismo.

Já o primeiro donatario, tratando de dar uma feição aristocratica á capitania, para onde trouxera seu cunhado e outros membros da nobresa de Portugal, se insurgira contra a remessa de colonos que não pertencessem á gente limpa.

O velho fidalgo, desde 1546, organisára e submetera á approvação real um arremedo de processo fiscal e, quando, com transgressão aos direitos contidos nas cartas de doações, foi Thomé de Souza nomeado governador geral do Brasil, reclamou energicamente, obtendo Carta Regia pela qual seriam respeitadas as suas prerogativas de capitão-mór.

Na guerra hollandeza, na época em que Portugal havia perdido a propria autonomia passando ao dominio da Hespanha, Pernambuco, desrespeitando ás ordens dos Felippes e desobedecendo á corôa lusitana, defendeu-se por si e com tal desassombro que Mathias de Albuquerque, pela altivez mal comprehendida, fôra parar no carcere do Castello de S. Jorge, de onde sahira para ser o herôe de Montijo !

Na restauração portugueza, o prestigio do Conde de Montalvão não evitou a deposição confirmada pela Corôa que lavrou a exoneração respectiva.

Nunca se humilharam os da Nova Lusitania quando offendidos em seus direitos ; a reacção jamais deixou de ser immediata contra o despotismo de governadores portuguezes.

Jeronymo Furtado de Mendonça foi deportado, Souto Maior teve sua administração cerceada e Caetano Pinto fôra obrigado a fugir. Antes de acceitar o governo prelaticio, nesta lucta que se chamou guerra dos Mascates, os pernambucanos organisaram a sua constituição com 15 artigos. Quando D. João VI chegou ao Brasil, o Padre Roma, em sessão publica, opinára que o reconhecimento dependesse de promessa ou outorga constitucional.

Na republica de 17, não faltou uma fundamentada constituição composta de vinte e oito artigos.

Soffrendo toda a sorte de martyrios, o povo não refreiou os seus desejos de obter um systema constitucional e por elles pegou novamente em armas, em 1821, no movimento revolucionario de Goyana e, em 10 de outubro de 21, uma violenta proclamação é dirigida ás cortes portuguezas. Em 23 houve ainda o que se chamou a Pedrosada.

E' claro que tal povo não poderia tolerar a prepotencia de Pedro I, dissolvendo a constituinte por elle mesmo convocada e deportando eminentes vultos, dentre os quaes os tres Andradas que, pelos labios de Antonio Carlos, ameaçaram de se constituir em Assembléa permanente.

No Sul, o absoluto acto imperial de 12 de novembro não encontrára serio obstaculo. No Norte, porém, outra era a attitúde.

Desde 13 de dezembro os deputados nortistas Luiz Ignacio, Muniz Tavares, Augusto Xavier de Carvalho, Cruz Gouveia e José Martiniano de Alencar haviam protestado contra a politica centralisadora.

Em Pernambuco os vibrantes pamphletos de Frei Caneca, em resposta a Fernandes Gama, eram tão virulentos que Oliveira Lima os julgou dignos de emparelhar, nos periodos de caustico vigor, com os de Paulo Gôurier e nos de desbragada polemica com os de Pere Duchêne, de Hebert (1). Respirava-se na antiga donataria de Duarte Coelho o sentimento civico da independencia; o ar estava ainda impregnado de patriotismo. Os desejos de liberdade manifestados na guerra hollandeza, convertidos em ideaes republicanos em 1710 e proclamados em 17, não haviam desaparecido com as torturas dos regulos. A semente fructificára. Viviam ainda os revolucionarios da republica de 17, que tinham escapado do arcabuz e da forca e resavam o Padre Nosso da democracia nas contas do mesmo rosario patriotico.

D. Pedro, receiando a reacção popular, convocára nova constituinte e pedira ás provincias que «socegassem da commoção causada com aquelle acontecimento desastroso que tanto o penalizava tambem».

Pernambuco respondera á convocação, affirmando categoricamente não mandar novos delegados, porquanto os primitivos não haviam terminado o mandato.

Partindo do principio de que a Constituição é um pacto entre governados e governantes, fôra regeitado o projecto elaborado a 11 de dezembro e enviado ás camaras municipaes e ás provincias para que dessem opinião.

Vehemente foi o protesto que, contra a dissolução da constituinte, a 13 de dezembro, fizera Pernambuco, adoptando o parecer luminoso de Frei Caneca, director da «Typhis Pernambucana».

Ainda a 13, o Conselho convidava a destituir-se a Junta, no momento constituida em triunvirato sob a presidencia de Francisco Paes Barreto.

E', então, escolhido novo governo de reacção, presidido pelo intendente de Marinha Manoel de Carvalho Paes de Andrade; a 8 de janeiro do anno seguinte confirmado no posto, pelo corpo de eleitores.

D. Pedro, duvidando que tomasse vulto a reacção, resolveu nomear presidente o proprio Paes Barreto.

O povo reagiu em movimento que se estende ao Pará.

O golpe de estado dissolvendo a constituinte, a imposição da nova carta constitucional, dictatorialmente elaborada, a chegada

do decreto de 11 de junho annunciando a esquadra portugueza em vespera de partir do Tejo, para a reconquista do Brasil, e a consequente deliberação de deixar cada provincia entregue a seus proprios recursos (2) serviram de motivo para a explosão.

Tomaram, no momento, como pretexto a nomeação do futuro Marquez do Recife. Os animos estavam exaltados. Cinco dias antes de ser solennemente jurada no Rio a Constituição, em um conflicto, Paes de Andrade preso, no Recife, na fortaleza do Brum, fôra, com estupefacção de todos, solto pela propria guarnição !

Convocado o grande conselho de vereações, a 4 de abril, com a comparencia de 319 cidadãos, representantes de quasi todas as camaras, ficára resolvida a resistencia á intimação de Taylor e á regeição completa do Presidente Paes Barreto, então acampado na Barra Grande. O Imperador, já querendo contemporisar, nomeou a 21 de abril José Carlos Mayrinho da Silva Ferrão que, conhecendo o estado dos animos e não querendo enfrontal-o, recusa a distincção.

A reacção se formou em todo o Norte. No Recife a sessão de 21 de maio, presidida por Falcão de Lacerda, fôra calorosa. Em termos decisivos protestou Souza Rangel contra a tyramnia imperial e a 17 de junho as Camaras recusaram o juramento á Constituição.

Taylor, que viera com duas fragatas dar posse á Paes Barreto, resolvera a 1º de julho voltar para o Rio, a chamado Aproveitando a sahida e vendo-se desembaraçado de um poderoso inimigo, Paes de Andrade, logo no dia seguinte, lança o manifesto (3) e a proclamação (4) em prol da Confederação do Equador.

Duvida houve, até certo tempo, sobre se deveria a data ser commemorada a 2 ou 24 de julho.

Por proposta de Oliveira Lima e iniciativa de Mario Mello, foi a questão estudada pelo Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano e submettido o estudo á apreciação do Instituto Historico Geographico Brasileiro, de cujo parecer foi relator o saudoso Pedro Lessa.

Já algures escrevemos a respeito, (5). Oliveira Lima, apoiado na rectificação de Abreu e Lima, em Pereira Pinto, Mello Moraes Warnhagem, Armitage e, sobre-tudo, Pereira da Costa, demonstrou, cabalmente, que, se a 24 fosse proclamada a Confederação, tempo não haveria para as medidas no Rio tomadas a 26, relativas á partida de Cockrane a 2 de agosto e nem para a Lima e Silva ser entregue a relação nominal dos cabeças da revolução, a 30 de julho. A publicação na «Typhis», a 1º de julho, das bases do Governo, o registro na Secretaria do Estado, a 2 de julho, da proclamação, as instrucções dadas a 13 e 14 de junho a Metrowik para bloquear a Barra Grande ; mostram que a 2 e não a 24 de julho foi proclamada a Confederação do Equador.

Tres foram as proclamações :— a primeira dirigida simplesmente aos pernambucanos e datada de 1º de julho, a segunda e a terceira, no dia 2, já com caracter de Confederação e dirigidas aquella, aos habitantes das Provincias do Norte do Brasil, convidan-

do-as a se reunirem, para serem invencíveis, e esta, aos brasileiros do resto do Imperio, concitando-os, a imitar os valentes das seis provincias do Norte.

Secretariou a Confederação, illuminando-a com o seu talento, o Dr. José Natividade Saldanha que, pelas suas chronicas chistosas, se tornara celebre na Universidade de Coimbra. Sussurra então, a maviosa lyra do poeta cantando as tradições brasileiras e concitando os contemporaneos a imitar os antepassados, emquanto a pena do jornalista, no «Diario do Governo», e no «Argos Pernambucano», esclarece a opinião publica. Existindo, de ha muitos mezes, a Confederação começou, entretanto, a viver para a historia, na phrase de Oliveira Lima, a 2 de julho. Varias foram as providencias tomadas. No proprio dia 2 foi lavrada a portaria para o concerto do Palacio de Olinda, então destinado para a Assembléa Constituinte e Legislativa da Confederação que se achava convocada para 17 de agosto. A 3 é fixado o 1º edital, suspendendo o trafico de escravos (6) até que a soberana Assembléa resolvesse e a 9 é a firma londrina Diogo Burne & Cia. encarregada de fretamento de navios para colonos irlandezes que viessem supprir a falta de escravos.

Para a Parahyba segue o Padre Ignacio de Almeida Fortuna, como emissario pacificador, e com as Provincias de Rio Grande do Norte, Ceará e Piahy, se entende o Governo de Pernambuco que, a 20 de julho, dirige proclamações aos habitantes da Bahia.

A 13 e 14 de julho são dadas as instrucções para o brigue «Constituição ou Morte», e a escuna «Maria da Gloria».

Encommendadas canhoneiras da Europa e dos Estados Unidos, chamados os milicianos ás armas, cuidados os aprestos de marinhas e trabalhos dos arsenaes, cuidou o Governo das fortificações da costa, regularisou pensões para familias de militares, adoptou provisoriamente, emquanto não fôsse promulgada outra, a Constituição Colombina, organisou escudo proprio e confeccionou sua bandeira aurea-zul, tendo na parte superior do escudo uma grande mão apontando para a flamula branca em que se lia a palavra «CONFEDERAÇÃO». Era o pavilhão envolto pelas palavras:—«RELIGIÃO, INDUSTRIA, UNIÃO E LIBERDADE.»

Estavam as provincias, em movimento de separação do Imperio, ligadas, de Pernambuco ao Pará, em alliança fraternal, offensiva e defensiva, contra qualquer aggressão do governo portuguez cu do Rio de Janeiro.

Fosse por Alagoas, pela Bahia, para onde, no brigue «Galdiana», haviam sido, a 8 de junho, remettidas circulares ou por qualquer navio, o caso é que o governo imperial teve noticia dos acontecimentos e a 7 de julho desligára provisoriamente de Pernambuco, incorporando á Minas, a Comarca do Rio de São Francisco para «salval-a do contagio de seducção e impostura». A 2 de julho são expedidos dois decretos: um, suspendendo (7) as garantias constitucionaes para Pernambuco, em virtude das «perfidias incendiarias, revolucionarias e malvadas proclamações» e outro (8) tambem, depois da au-

diencia do Conselho do Estado, determinando o processo summarissimo e verbal, em commissão militar, «dos chefes e cabeças da abominavel facção de Manoel Carvalho Paes de Andrade».

A relação dos individuos a serem julgados constaria de uma portaria assignada pelo Ministro Francisco Villela Barbosa.

Ainda a 27, dirige D. Pedro proclamação ás tropas, convidando-as a defender a integridade do Imperio e a honra do Imperador offendidas pelos que «ousaram, ó céos que attentado, declarar uma Confederação».

Para o Recife fôra despachado o brigadeiro Lima e Silva, commandando a brigada de Infantaria e a divisão de artilharia montada, com um effectivo de 1200 soldados. Tambem Lord Cockrane, sahindo a 2 de agosto, a 19 chegava á Capital Pernambucana em a náu Pedro I, acompanhada da Carioca, Maranhão, Harmonia e Caridade, tendo de 3 a 15, permanecido em Jaraguá e propalando dirigir 30 navios.

Bombardaram o Recife, a 27 de agosto, Lima e Silva, a 17 de setembro, tendo a cidade em poder do Imperio, entra triumphantemente em Olinda, de onde as tropas republicanas se retiraram protestando ainda não acceitar accordo sem constituição e sonhando com a fundação da divisão constitucional da Confederação do Equador.

Fôra dolorosa e cruel a retirada: os revoltosos, com Frei Caneca a frente, perseguidos até á Fazenda «Juiz», no Ceará, são presos pelo Major Bento Lamenha, o herói de Pirajá, e recambiados para o Recife.

Estava delbelado o movimento, que não fôra uma simples lucta dos Carvalhistas e dos Paes Birreto, mas um acto de reacção que interessou vivamente todas as Províncias do Norte, a partir de Pernambuco.

Na Parahyba, onde desde 21 de fevereiro, a Junta convidára a mocidade ás armas, é proclamada a Confederação, e a 5 de maio, organizado o Governo, sob a presidência de Feliz Ferreira de Albuquerque, secretariado por Gonçalves Orique. Posto fôra da presidencia, Felliipe Nery Ferreira, o Governo iniciado no Brejo de Areia, é reconhecido em Cariry de Fóra, Campina Grande, Pilar e Morjela. O Ceará, tendo á frente José Pereira Filgueira, então com 65 annos e cansado das luctas pela Independencia, depõe Costa Barros elegendo Tristão de Araripe, a 29 de abril.

Em carta de 1º de maio, diz o velho chefe cearense ao commandante das armas de Pernambuco: — «O Ceará tem brios, seus filhos teem valor, elles tomarão parte nas gloriosas fadigas de Pernambuco, haja união, haja coragem, haja valor e disposição que o proprio Céu nos abençoará, uma vez que a causa é justa».

A Camara declarou excluido do throno o Imperador e sua dynastia e recusou jurar a Constituição desde que a Constituinte fôra dissolvida.

Entre os valorosos batalhadores do ideal republicano, contam-se: — Filgueira, Manoel Paz Pessoa Anta e seus irmãos Francis-

co, José e Raymundo, Frei Purificação, Rodrigues Chaves, José Porfírio, Plácido Fontenelle, Rodrigues Pessoa, Ferreira de Abreu, Ignacio Barcellos, José Euzebio, Costa Sampaio e Ignacio Pessôa.

A 29 de abril, houve memoravel sessão e a 26 de agosto, foi solennemente proclamada a Confederação do Equador. A 28 elegia o Collegio eleitoral da Provincia os deputados: Padre Alencar, Vigario Pimentel, Luiz Pedro, Padre Jaguaribe, Tenente-Coronel Ibiapina, Mariano Gomes, Vigario Moreira, Tenente-Coronel Alecrim para formarem em Pernambuco o Supremo Conselho Salvador.

O Pará havia destinado o 1º de maio, para a decretação da proclamação que o Piahy fizesse em Parnahyba, a 25 de agosto. O Rio Grande do Norte firmou solenne alliança, a 3 de agosto, por intermedio de seus deputados Costa Seixas Fernandes Barros e Moraes Navarro.

Tambem Maranhão lançara proclamação aos republicanos do Norte.

Pernambuco, embora tivesse marcado para 1º de agosto, a declaração solenne, e, desde 6 daquelle mez, eleito seus deputados ao Supremo Conselho, resolvera adiar. Vê-se que a regeição do Morgado do Cabo fôra apenas um pretexto, mesmo porque tratava-se de um vulto de tradições.

Fundador da Academia do Paraíso, fôra combatente denodado na revolução de 17, gemera nos circeres da Bahia, para onde o levára o vapor «Carrasco»; escolhido para Chefe do movimento revolucionario de Goyana, soffrera, novamente, a prisão na Bahia. E, no proprio movimento de 24, o cavalheiro armeiro do Imperio mostrára desinteresse e tivera ao seu lado alguns dos companheiros de 17, como Bento Lamenha, Corrêa Cuára, Silva Pedroso, Hollanda Cavalcante e outros. Por outro lado tambem o seu adversario não estava na altura das circumstancias.

E' assim que, depois do bloqueio do Recife, a 9 de setembro, enquanto os companheiros luctavam ainda em Ponte dos Carvalhos, Afogados e Boa Vista, o futuro Senador e Presidente se recolhia a bordo da fragata «Tweed» a partir para a Inglaterra, com a mesma facillidade com que, em 17, seguira para os Estados Unidos.

Medidas as mais energicas foram tomadas pela prepotente commissão.

No Ceará o epilogo da revolução se dera em Santa Rosa, a 31 de outubro, com a morte de Tristão Gonçalves, quando, perseguido por José Leão, do cavallo cahira ferido por uma bala.

O Espirito Santo, que, para no movimento de 17 figurára com o espirito immortal de Domingos Martins, na Confederação do Equador tivera dois representantes, se não tão illustres quanto o Ministro de Commercio do Governo de 6 de março, pelo menos tão valorosos. Foram Francisco e André Martins, que, em varios combates, mostraram seu valor militar e a pureza de seus sentimentos democraticos.

O anno de 1825 raiou lugubrememente, robustecido pelo sangue generoso dos condemnados de 20 de dezembro.

Logo a 13 de janeiro, era Caneca esquartejado. Seguiram-se-lhe Lazaro Fontes, sete dias depois, e Antonio Macario, a 3 de fevereiro.

A 21 de março, o Capitão Negro dos Henriques, Agostinho Bezerra Cavalcante Souza, escarnece o carrasco e, recusando a fuga para ensinar como morre um patriota, joga-se pela escada, afim de dispensar o serviço do verdugo, declarando querer morrer livre porquanto livre nascera.

A 4 de abril, tres descargas; na cintura, peito e cabeça, matam Antonio Monte, James Heid e Nicolau Martins Pereira. Este ultimo, armado ao poste para soffrer a guilhotina, recebe de estímulo os versos de Caneca:

«Não tenhas, Nicoláu, menor saudade
De a existencia perder na flôr dos annos,
Herões houve gregos e romanos
Que a vida acabaram por vontade».

A 19 de março, é sacrificado, ainda em Pernambuco, Francisco Frágoso.

No Rio, são, a 17 de março, «mortos de morte natural para sempre»: Joaquim da Silva Loureiro, João Metrowik e João Guilherme Ratchift, o heróe que ao avistar as embarcações imperiaes e seguro da impossibilidade de defender-se, procurára deitar fogo ao paiol da polvora e que, na hora derradeira, fizera recuar o Padre que o chamára de rebelde, pronunciando as seguintes palavras:— «Deus me dê paciencia...O Ministro do altar calumniando-me!»

Serenamente recebendo, depois de relutancia, a alva, «para ornar a victima», do setimo degráu ainda exclama:— «Eu me resigno e morro pela liberdade!»

No Ceará são executados o Padre Mororó, (Ignacio de Albuquerque Maranhão) que, no momento ultimo mostra que, a medonha presença do cadafalso não faz gelar o ardente sangue que lhe circula nas veias, o coronel Pessoa Anta, Pereira Ipiapina, Azevedo Bolão e Silva Carapinina.

Meus senhores

Foram 17 os martyrisados. O maior de todos e que, na opinião de Sylvio Romero, corporifica a mais nitida encarnação do espirito revolucionario do seculo XIX no Brasil, foi Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, nascido no Recife em 1779 e filho do torneiro Domingos da Silva Rabello e Maria Alexandrina de Siqueira.

Havia sido um dos mais destemidos combatentes da revolução de 17; a bordo do Carrasco fôra para os carcereiros da Bahia, onde se tornára util á civilisação, fundando a Academia em que ensinára Geometria e Calculo.

Escriptor de pulso, auctor de varias obras, entre as quaes o Itinerario do Ceará, jornalista de combate, fundador da «Typhis Pernambucana», foi tambem um soldado valoroso e não seria injustiça representar o martyrologico republicano nesse heróe que, serena e calmamente, soffreu, a 13 de junho, o espingardeamento.

Meus senhores :

Nas paginas bellicosas da revolução franceza ha um facto que muito acertadamente serviu de assumpto aos escriptores da terra de Voltaire ; é o de Madame de Beaumont, a quem, na hora da execução, o proprio verdugo poupou, porque a achou pura, pallida e innocente demais para a guilhotina.

Pois bem ; menos admiravel que a veneração para com Madame de Beaumont, não é a que do algoz mereceu a figura mascula do heróe brasileiro !

O fundador da «Typhis Pernambucana», ha tres dias no oratorio, dorme profunda e calmamente, quando o Padre Mestre Frei Carlos vai accordal o e nem pestaneja quando, com as pernas a vergarem, lhe vão levar a sentença de morte.

E, na hora terrivel, depois de na Igreja do Terço, desautorado de suas vestes e confessado, desce, placidamente, a ladeira da Madre Deus, chega, nobre e altivo, a Cinco Pontas, tragico local da execução, sobe as escadas da forca, ao passo que o carrasco Antonio Francisco, pallido e tremulo, lança um olhar de veneração sobre o condemnado e termina por declarar que o não enforca.

O ajudante tambem não quer manchar suas mãos no sangue daquelle Christo das idéas liberaes.

Vae-se ao carcere e se offerece o perdão ao preso que queira servir de algoz. Ninguem acceita preferindo Agostinho Vieira ser castigado.

Os sacerdotes tambem por elle intercedem, embora ameaçados.

Trazido para o fim, a couce d'armas, o preso Agostinho Machado, resiste ás ordens, pedindo que tambem o matem.

A pena tem de ser convertida em espingardeamento e ás 9 horas, o heróe, placidamente, sob a presidencia do vereador Alves Ferreira, porquanto não houve assistencia de juiz togado, se colloca no meio do quadrado, préga a liberdade, auxilia o alcaide a atal-o ao poste e aos soldados aturdidos ensina como deveriam atirar, pensando na sua Marília, pois que já se havia secularisado, podendo, assim, dizer :

«Entre Marília e a Patria,
Colloquei meu coração,
A Patria roubou-me a vida,
Marília que chore em vão.

Marília pede a teus filhos,
Por minha propria benção,
Morrão como eu, pela Patria,
Marília que chore em vão.

Apenas forem crescendo,
Cresçam com as armas na mão,
Saibam morrer como eu morro ;
Marília que chore em vão.»

O cadaver do frade, principal inspirador da revolução, foi lançado á porta do seu convento. A commissão militar condemnou tambem e affixou editaes, autorisando a matar livremente Paes de Andrade, Barros Falcão, José Antonio Ferreira, Vaz Carapeba, Albuquerque Montenegro Mendanha, Francisco Leite, Rego Carumbá, Benicio Carumbá. Nesta lista tambem se encontrava o ironico poeta Natividade Saldanha que escarnece o julgador Pedro Moraes com o celebre soneto em que terminára exclamando :

«Fui condemnado a morte, não me assusta,
Não me acabrunha teu decreto iroso !»

Era o mesmo sarcastico revolucionario que, ao Juiz Thomaz Xavier Garcia de Almeida, remettia procuração em causa propria para cumprir a pena e por elle morrer enforcado !

Era o bohemio que, mais tarde, peregrina pela Europa e America e, naufragando na Mancha, chega á Bototá e atravessa a pé a Cordilheira dos Andes para morrer, de modo ainda desconhecido, mas, segundo Arboleda, fuzilado, como revoltoso contra Urdaneta.

Meus senhores, vou terminar.

A Confederação do Equador, cujo centenario hoje comemoramos, foi um bello movimento de independencia e democracia. Della diz o lord Conckrane nas suas narrativas :— «A revolução havia tomado raizes vigorosas no espirito democratico dos pernambucanos : não era cousa com que se brincasse.»

Nos 77 dias de existencia administrativa deram os confederados exemplos edificantes de brio, altivez, limpeza de mãos e tino politico e deixaram escripto, luminosos capitulos na historia da propaganda republicana, na da emancipação dos escravos e na campanha em prol dos principios constitucionaes.»

Novamente ouve-se o hymno da Independencia emquanto entusiasticas palmas encerram a bellissima conferencia do illustre orador honorario do Instituto.

O dr. Antonio Athayde, presidente honorario, com a palavra, lê o seguinte discurso :

Exmo. sr. Presidente do Estado.

Sr. Presidente do Instituto Historico.

Minhas senhoras.

Meus senhores.

Caros Confrades.

Eram dois os flagellos, mais em relevo, na politica colonial, que atormentavam sempre os nobres ideaes de liberdade, no advento de nossa Patria : — a cubiça illimitada do ouro para exportal-o ao Reino e o trafico deprimente dos africanos importados para reduzil-os a escravos.

A Corôa já não tinha mais interesse, ou não podia mais pro-

teger a pratica deshumana de escravizar os Indios, em face da bulla do papa Urbano VIII (23 de maio de 1639) que prohibiu o seu captiveiro, dando somente aos Jesuitas a utilização do trabalho indigena, o que veio consolidar o exclusivo dominio que de facto, já exerciam sobre elles e que haviam conseguido domesticar-os e estabelecel-os em povoados, pelo effeito de suas catecheses.

Na «Informação do Brasil» do padre José Anchieta, escripta em 1584, já elle se queixava de que os maiores «impedimentos» dos Indios provinham dos portuguezes. O padre Antonio Vieira descrevendo a terrivel escravidão delles, em relatorio remettido do Maranhão ao rei, a 25 de maio de 1657, protestava, «que as injustiças e tyrannias aos Indios excediam ás feitas pelos Portuguezes na Africa; que em 40 annos mataram por esta costa e sertões mais de dois milhões!»

O selvagem americano não realizava o ideal de servo com que ambicionava o colono. Houve sempre tremendas represalias entre os Portuguezes e os Indios, nas quaes os escravizadores pagavam bem caro a ousadia da escravização. Pelas condições ethnicas dos aborígenes bellicózos e altivos, não se submettiam ao mando do importuno colonizador.

Está evidente, que a desmedida ambição de riquezas da Metropole pelo ouro, prata, diamante e outras pedras preciosas do Brasil, na falta de braços, incentivou outra escravidão na virgem America, ainda mais torpe. D. Fernando e Carlos V tinham favorecido o commercio de escravos negros, e conseguindo um Flamengo uma patente para introduzir pretos acolhidos na Africa, os governos de Hespanha, a que por esse tempo Portugal estava annexado, contrataram com a Inglaterra a importação dos africanos que eram vendidos por toneladas, nos porões dos «navios negreiros», como mercadorias, nas costas maritimas do Brasil. Era a raça ethiopica que se escravizava. Foi sob esses auspícios regios, que se incrementou, infelizmente, esse mercantilismo de tremendas consequências politicas sociaes e moraes, cuja introdução elevou tanto o censo dessa escravatura, que em 1798, para uma população de 800.000 brancos, tinha-se attingido a 1.500.000 escravos, conforme affirma Maciel da Costa, em sua «Memoria sobre o trafico».

Portanto os descobrimentos de novas minas no Brasil, afim de consolidarem a situação economica e financeira do Reino, era a unica politica, invariavelmente seguida, pelos mandatarios da corôa de Bragança.

Diz, João Ribeiro... «Ca'cula-se em dois billiões e quatrocentos milhões de francos, o ouro exportado do Brasil, no periodo de 60 annos que se seguiram á descoberta das minas, somma que passou quasi toda aos inglezes, porque em Portugal a circulação apenas era de 15 a 20 milhões e o paiz devia 72. Foram, pois, as minas de ouro do seculo XVIII, isto é, as minas do Brasil, que, quanto podiam, collaboraram na prosperidade actual da Inglaterra».

Porem, a par dessa ganancia desenfreada do ouro a supera bundar nas arcas do erário do Reino, cresciam tambem os impetus intoleraveis de requintada brutalidade, de oppressão e de odio contra os brasileiros, isto é, as rivalidades entre brancos nascidos no Brasil e os vindos do Reino:—humilhando-os cruelmente a toda sorte de prova-s

ções: negando-lhes todos os postos de distincção e de commando; cerceando-lhes todas as garantias e direitos; prohibindo-lhes o uso da imprensa, o da leitura dos livros historicos e até de jornaes de outros paizes, afim de que não fossem divulgados os surtos redemptores dos povos do Occidente!

Já a colonia havia sido elevada a vice-Reino (1714). Era o inicio da formação do espirito nacional: contudo, viviam os brasileiros nesse servilismo incondicional, em verdadeiro estado de sitio, sequestrados dos sentimentos de dignidade, aviltados na sua terra; mas, promptos em qualquer eventualidade a uma reacção, embora contassem com o seu mallogro. Era o impulso generoso do patriotismo que os impellia a lutar, era a revolta das destemeróas consciencias contra as innominaveis injustiças que supportavam, a todo instante, impuneamente!

Na vasta extensão do territorio sertanejo, em pequenos nucleos de povoações, distanciados uns dos outros e servidos por máos caminhos, viviam homens indifferentes completamente ao soffrimento dos seus compatriotas, e somente entregues ao goso dos rincões appetecidos de suas terras, propriedades e escravos, embrutecidos nas velhas superstições, nas burlêscas lendas e nos contos phantasticos do Reino! Eram elles os serios entraves para as conquistas libertadoras no Brasil.

Sem outras referencias, ou commentarios mais remotos, lembremo-nos, a proposito, da heroica Revolução de 17, em que os patriotas tiveram que dirigir aos senhores de escravos (para rebater as vis intrigas) um manifesto, notabilissimo documento, em que mais uma vez ficou constatado o espirito de fraternidade e de tolerancia que tanto se recommendaram á posteridade. Pedimos licença para lê-lo.

Eis o manifesto: — «Patriotas pernambucanos! A suspeita tem-se insinuado nos proprietarios ruraes: elles crêm que a benefica tendencia da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistincta dos homens de côr, e escravos. O governo lhes perdôa huma suspeita que o honra. Nutrido em sentimentos generosos, não pôde jamais acreditar que homens, por mais ou menos tostados, degenerassem do original typo de igualdade; mas está igualmente convencido que a base de toda a sociedade regular hé a inviolabilidade de qualquer especie de propriedade. Impellido destas duas forças oppostas, deseja huma emancipação, que não permita mais lavar entre elles o cancro da escravidão: mas, deseja-a lenta, regular e legal. O governo não engana ninguem, o coração se lhe sangra ao ver tão longinqua uma epoca tão interessante; mas não a quer prepostera. Patriotas, vossas propriedades, ainda as mais oppugnantes ao ideal da Justiça serão sagradas o governo porá meios de diminuir o mal, não o fará cessar pela força. Crêde na palavra do governo, ella hé inviolavel, ella hé santa.»

Pela leitura que acabamos de fazer desta admiravel proclamação, obra de inconfundivel patriotismo, nota-se bem o quanto aquelles compatriotas, um seculo atrás, diz Alipio Bandeira,—estavam politicamente acima dos que ainda hoje querem impôr á força suas opiniões á sociedade; e Muniz Tavares, assim se exprime: — O verdadeiro philanthropo deve regosijar-se com a leitura deste Manifesto.

Quantos principios humanitarios em tão poucas phrases! Bastava só este acto do governo Provisorio para perdoar-lhe os seus erros! «(Brasil Heroico de 1817 e Historia de Revolução de Pernambuco, de 1817).—

Constatando todos esses factos, confirmamos que não triumphou a gloriosa republica de 17, a par dos bellissimos e fecundos ensinamentos politicos de sua liberal organização administrativa, como tambem fracassou o patriotico acontecimento que hoje commemoramos o seu primeiro centenario—A Confederação do Equador; porque, as populações ruráes, sob o ponto de vista moral em que se achavam, negavam auxilios aos combatentes, procediam até deslealmente com elles em seus compromissos de honra, só movidos pelo egoismo, na fama da vigilancia de suas propriedades, pois receiavam a reproducção (embora impossivel) da tenaz resistencia dos «Palmares», na fuga dos seus escravos, para a formação de novos «quilombos»!!!!

Incontestavelmente, foi o elemento servil, o maior flagello, o factor o mais efficiente que sempre contribuiu para o retardamento dos nossos destinos politicos, sociaes e moraes, da Colonia ao Imperio. As populações estavam, fatalmente, sob as condições do meio. Realmente, o aspecto moral deve estar sempre dominado pelo ponto de vista social. Os phenomenos os mais nobres estão sobre-tudo subordinados aos mais grosseiros, sem nunca resultarem, entretanto, d'aquelles. A evolução é a resultante das forças sociaes que se movimentam para um certo fim.

Diremos melhor, enunciando a sabia lei sociologica de Augusto Comte — «Subordinar sempre a theoria do movimento a aquella da existencia, concebendo todo progresso como o desenvolvimento da ordem correspondente, cujas condições quaesquer, regem as mutações que constituem a evolução».

Comtudo, meus senhores, apesar de toda a retrogradação politica nessa tormenta de consciencias, apesar mesmo de toda a impericia dos reis de Portugal, o Brasil ganha o sentimento de sua propria dignidade e o germen de sua propria independencia.

Feitas essas considerações sobre a insufficiencia moral do povo, sequestrado das luzes de espirito, inspirando-se somente nas velhas e chimericas tradições lusitanas, devemos dizer que só em 1817, se estabeleceu em Pernambuco a imprensa regularizada na sua circulação, tendo por fim publicar e divulgar os actos e proclamações do governo Provisorio.

A 28 de março entrou a funcionar a typographia, cujo primeiro trabalho traz o titulo de:—«Preciso dos successos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustissima e gloriosissima revolução operada, felizmente, na praça do Recife, aos seis de março, em que o generoso esforço dos nossos bravos patriotas, exterminou d'aquella parte do Brasil, o monstro infernal da tyrannia real». (Na officina typographica da Republica de Pernambuco, segunda vez restaurada—1817, in-fol. uma folha de impressão tendo como auctor José Luiz de Mendonça). Este documento é muito raro, só possui um exemplar o Archivo Publico.

Cabe a Pernambuco a prioridade da introdução da imprensa no Brasil. Em 1706, ou pouco antes, segundo historiadores pernambucanos,

bucanos, existiu uma typographia no Recife «que começou por imprimir letras e breves orações devotas». Mas uma ordem regia de 8 de julho, prohibiu a impressão, confiscando todo o material.

Em 1823 apparece o «Typhis Pernambucano» do glorioso e famoso padre revolucionario Frei Caneca, e o «Dezengano aos Brasileiros», do nobre portuguez João Soares Lisbôa, que muito pugnou, até o sacrificio, pela nossa emancipação politica, em 1824. Surgem outros periodicos politicos. Apparece tambem o notavel orgam da imprensa—«O Diario do Governo de Pernambuco», em 1824, tendo entre outros jornalistas o distincto poeta revolucionario — Natividade Saldanha.

Com o apparecimento da imprensa, começou a alvorecer a liberdade de consciencia por todo paiz, em consequencia tambem do acto da carta regia de D. João VI, em 28 de janeiro de 1803, na Bahia que nos emancipou economicamente, abrindo os nossos pórtos ao commercio de todas as nações amigas, com applausos de todos os brasileiros. Esse notavel acontecimento só se deu, em virtude da invasão de Napoleão, na Europa; e, receioso o rei de perder Portugal, fez-se de vela ao Brasil, aportando a 24 do citado mez.

Com esse novo scenario arrefeceu-se um pouco a propaganda da nossa emancipação politica até a volta do rei, quando então, incrementou-se novamente, violentamente, a legitima aspiração dos brasileiros, cuja vibrante proclamação, como sabemos, se verificou nos campos do Ypiranga em 7 de setembro de 22, por D. Pedro, aconselhado notoriamente pelo eminente patriota José Bonifacio,—o Patriarcha da Independencia,—assim chamado.

Seguidamente ao delirio popular, começou o trabalho meditado e ufanoso da Mágica Carta da Jovem Nação.

Na organização e discussão do pácto constitucional, precipitaram-se os acontecimentos. Quer pelo genio atrabiliário do Imperador, quer pelas exigencias demagogicas da multidão (sem se attender o patriotismo esclarecido e moderado do Patriarcha).—muitos foram os erros graves do novo governo:—dividindo as dedicações de amigos pela Patria; incitando revoltas parciais; provocando deposições de autoridades superiores; sublevando tropas; e até commettendo-se assassinatos politicos, em algumas provincias do Imperio.

A reação contra o acto violento da dissolução da Constituinte, em cujo seio se chocavam patrioticamente os grandes principios reguladores da nossa separação politica, que fundamentavam os interesses primordiaes das liberdades publicas—convulsionou profundamente a alma nacional, dando-se o alarme a novas lutas, infelizmente.

Manoel de Carvalho Paes de Andrade dirige, então, uma proclamação aos habitantes do Norte do Brasil, denunciando D. Pedro I como traidor, e dizendo que suas intenções eram abandonar o Brasil aos portuguezes, pelo que convidava as provincias a negarem obediencia ao governo imperial e a se ligarem por um pácto politico que se chamaria a «Confederação do Equador!»

Foi uma scentelha da fogueira incandescente dos martyres da Revolução de 17, que incendiou novamente os corações patrioticos.

E' o famoso paladino das liberdades publicas, o patriota Fre

Caneca, a alma devotada ao bem, que tanto se nobilitou ao lado de Domingos Martins e seus abnegados companheiros n'aquella santa cruzada que volta ao scenario da luta cruenta em prol dos mesmos ideaes republicanos! Entra tambem pela segunda vez, em holocausto á Patria, os filhos intemeratos do Espirito-Santo, Francisco (brigadeiro) e André (frade), irmãos do insigne patriota espirito-santense Domingos Martins, para vingarem o sangue fraternal das victimas da tyrannia de 17.

Avultado numero de habitantes da Parahyba, Rio-Grande do Norte e Ceará, declaram-se immediatamente solidarios com esse gesto revolucionario de Pernambuco, que representava o vehemente protesto contra o cesarismo do imperador.

Manoel de Carvalho, chefe do movimento politico, tendo como secretario—o dr. José de Natividade Saldanha, accieita provisoriamente a Constituição da Colombia e apresentando no dia 24, no Recife, a bandeira da «Confederação», declarou proclamada com estas palavras: «Brasileiros, pequenas considerações só devem estorvar pequenas almas: o movimento é este—salvemos a honra, a Patria e a Liberdade—Viva a Confederação do Equador!»

—Chegando ao Rio de Janeiro a noticia desses graves acontecimentos, resolveu o Imperador mandar uma regular expedição para suplantar os revoltosos e de assegurar a paz em Pernambuco, e como não bastassem as tropas portuguezas, seguiram por mar, para Recife, Lord Cochrane, feito marquez do Maranhão e para o Ceará, Escraignolle, o conde, para rechaçar-os completamente.

«Não precisa dizer mais—diz Rodrigo Octavio— a revolução foi suffocada: ainda uma vez a tyrannia estrangeira suplantara as legittimas expansões da alma brasileira».

Jugulada a revolução a 17 de setembro do mesmo anno, installaram-se rigorosos processos contra os cabeças do movimento sedicioso, e como o governo Imperial queria punil-os immediatamente, mandou estabelecer inconstitucionalmente em Pernambuco e no Ceará «Commissões militares que deviam julgar «breve, verbal» e «summariamente», os chefes e cabeças.»

(Carta Imperial de 15 de outubro de 1824.) Foi uma ordem arbitraria, segundo o artº. 179 § 17 da Constituição jurada.

Começaram os justicamentos summarios.

As manifestações eram constantes em prol da liberdade dos patriotas; porem, nada se attendia, tudo era debalde; visto como, D. Pedro só queria a pena ultima para todos os revoltosos.

Dezesete foram então os martyres que a sanha vingadora do primeiro imperador immolou friamente, e violando os principios liberaes da Carta Constitucional, jurada por elle solennemente, em 25 de março de 1824, para calcar aos pés a dignidade e a altivez dos nobres filhos do Brasil.

O governo imperial ficou fóra da lei. Iniciou-se o regimen do esbulho, da perseguição e da violencia. Homens dos mais dignos, patriotas dos mais iminentes, foram fuzilados uns, enforcados outros, morrendo muitos na luta...

E' sempre muito desvanecedor repetir os nomes immortaes dos heroicos filhos desta terra, daquelles que deram as suas vidas pre-

ciosas pela futura felicidade della. Citemos—Frei do Amor Divino Caneca, Agostinho Bezerra Cavalcante, Nicoláu Martins Pereira, Antonio Macario de Moraes, Tristão Araripe, Miguel Zalapina, Pedro Albuquerque Mororó, James Rodgers, Antonio de Monte, Francisco Antonio Fragoso e outros patriotas.

No Rio de Janeiro haviam sido enforcados, de 15 a 17 de março de 1825—o pernambucano Joaquim da Silva Loureiro, commandante da escuna «Maria da Gloria»; o piloto genovez João Mitrovik, commandante do brigue—«Constituição ou Mórte»; e o heroe João Guilherme Ratcliff, os quaes, por ordem do presidente da «Confederação do Equador», tinham ido bater na Barra-Grande, as tropas do Morgado do Cabo, quando ali foram tambem fusilados no Ceará cinco patriotas. Ao todo dezesete victimas da inclemencia do autocrata imperial.

A mesma «Commissão Militar» de Pernambuco tambem baniu e condemnou á morte, affixando editaes com seus nomes, podendo qualquer pessoa matar os revoltosos ausentes, os que não foram encontrados durante o julgamento, dentre elles—o presidente Manoel de Carvalho e o secretario Natividade Saldanha: este, expatriado, morreu tristemente em Bogotá, capital de Colombia, e aquelle foi mais tarde perdoado e eleito senador do Imperio, notando-se ainda que fez parte tambem da Revolução de 17.

Muitas foram ainda as violencias de D. Pedro, consecutivas á dissolução da Constituinte.

Não quiz mais ouvir os conselhos de José Bonifacio e mandou prendel-o juntamente com seus irmãos Andradas, desterrando-os para França.

Porem, a sentença de morte e o auxilio dos patriotas não abateram a conducta civica dos brasileiros. O ideal era o mesmo, invariavelmente. As sementes estavam lançadas para serem fecundadas, opportunamente. Os gritos das victimas reboavam sobre a capital do Imperio, o Rio de Janeiro. Aggravaram-se as hostilidades contra D. Pedro, porque queria governar infringindo sempre a Constituição. E, faltando-lhe apoio das tropas que acheriram ao povo, vio-se obrigado a abdicar em 7 de abril de 1831, inesperadamente. A violencia frutificou violencias. Eis o desfecho fatal dos governos autocratas, dos que se collocam fóra da lei e da justiça, intransigentemente... Dizia, José Bonifacio—«A sã politica é filha da moral e da razão».

Meus senhores. Prestemos agora uma especial homenagem ao preclaro vulto da Confederação do Equador—Frei Caneca, com referencia aos transees dolorosos de sua agonia.

E' extraordinariamente commovente o angustioso espectáculo da execução da pena ultima, maximé quando se reveste de severas formalidades e de circumstancias notaveis que o tornam solennissimo.

No dia 13 de janeiro, pela manhã, teve lugar no largo das Cinco Pontas a sua execução, onde estava levantada a fôrca. Sahiu da cadeira com o piedoso habito da ordem da Madre de Deus. Ao lado da igreja do Terço, onde estava armado um austero altar, o imenso cortejo militar parou, silenciosamente... Começou então a cerimonia tristissima da desautoração do frade. Depois de o terem paramentado completamente, com resas e aspersões, dois sacerdotes foram tirando

uma a uma, todas as vestimentas do ritual, até deixarem o veneravel Frei Caneca com a camisa e calça de ganga amarella que vestia e assim despido das ordens ecclesiasticas, fôra entregue humildemente ao carrasco para executal-o.

E o funebre cortejo, findo o cerimonial, movimentou-se lentamente ao rufar surdo dos tambores marciães até o lugar sinistro da fôrca. Dolorosissima scena!...

Ahi chegando ouve-se através das lamentações da turba um murmurio de vozes altercando com o juiz.

Eram os algozes que se recusavam a exercer o tetrico officio, apesar de gratificações e de castigos que lhes foram infringidos. E o juiz escandalizado diante dessa publica repulsa, desafronta-se mandando buscar mais outros presos na Cadeia, com ordens severas e terminantes! E a resposta foi tambem terminantemente negativa, solidarios com seus companheiros, pois não «tinham coragem», como diziam, de matar o bom Frei Caneca!

Formidavel protesto. Edificante exemplo do coração humano, nessa abnegação dos presos! Preferiam a morte a matarem Frei Caneca...

Desmoralizada assim publicamente a sentença judiciaria, foi elle entregue á alçada militar. Desceu então o Martyr as escadas do supplicio e ficou atado ao poste infamante, em frente á tropa, para ser fuzilado. E com admiravel serenidade de espirito, pronunciou estas ultimas e commoventes palavras:—«Meus amigos, peço não me deixem padecer por muito tempo»... Assim aconteceu, na primeira descarga cahiu sem vida!... E as mercenarias tropas abafam o pranto da assistencia com os vivas ao Imperador do Brasil, ao toque do Hymno Nacional! (Fernando Martins — O supplicio de Caneca.)

Extenso é o martyrologio dos nossos compatriotas. O culto respeitoso que hoje prestamos á memoria dos que se sacrificaram pela Patria, na Confederação do Equador, dá a medida exacta de que souberam cumprir nobremente os seus deveres civicos, embora custando-lhes a vida. Entretanto, a historia demonstra que as transformações politicas ou sociaes somente se conseguem firmar, á custa de cruellissimos supplicios e de revezes inauditos, em todos os tempos.

Santificam-se os ideaes no sangue generoso de suas victimas. Diz o sr. Teixeira Mendes: «a situação politica é realmente republicana em todo o Occidente, desde a queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789, conforme observa — Augusto Comte. A evolução historica do povo brasileiro, confirma essa verdade sociologica desde a proclamação da nossa Independencia em 7 de setembro de 1822. Porém, a Republica só foi estabelecida «officialmente» no Brasil, a 15 de novembro de 1889, anno do Centenario da grande crise occidental, denominada vulgarmente — «Revolução Franceza».

Incontestavelmente, aguardou oportunidade para sua consagração official. Só podia vir após a terminação do trafico, em 4 de setembro de 1850 e da extincção da escravidão do Brasil, em 13 de maio de 1888. Confirmamos o que dissemos no começo desta conferencia, que eram dois os flagellos que atormentavam sempre os nobres ideaes da fraternidade humana no advento da Patria:— a exportação do ouro e a importação do escravo.

O regimem republicano prevalece no Brasil, como em todo o Occidente, «não porque a Constituição Federal coordenasse empiricamente as formulas legislativas correspondentes»; porém, em virtude da fatalidade das leis sociologicas e moraes que presidem a evolução historica do Brasil, patenteando aos politicos dominantes e a todos os brasileiros — «que o homem se agita e a Humanidade o conduz», independente da vontade individual de cada um delles.

As tradições, os habitos, as necessidades, os costumes e etc., formam a opinião publica e collaboram na formação da lei, cabendo aos poderes governamentais darem a formula mais adequada, ou o modelo mais racional para sua execução official.

D'ahi se conclue logicamente que os feitos do Passado não merecem a solidariedade da Posteridade, quando são contrarios á fraternidade humana na sua execução.

Quando rolou no solo, ha cem annos, o corpo venerando de Frei Caneca, a banda militar de então executou o Hymno Nacional, em applauso ao acto da tyrannia; hoje, neste recinto, a banda militar, «com outros sentimentos», executa o mesmo Hymno, porém, reprovando solennemente aquelle secular despotismo, como tambem presta as homenagens devidas a todos os heróes que se sacrificaram pelo amor da Patria e pela civilização que nos legaram.

Abençoados heróes da Confederação do Equador!

O Brasil perdeu com elles um thesouro inestimavel de civismo; porém, seus exemplos ficam vigilantes pela honra da Patria.

Os seus feitos immortaes se acrizolaram tambem nos puros e santissimos ideaes dos Martyres de 17, e servirão de cabedal por tão grandes e memoraveis heroismos, como estímulo ás novas alvoradas da felicidade humana, concitando as novas gerações a imital-os na dignidade e na gloria dos seus triumphos!...

Amemos, pois, assim a nossa Patria, na dor sublime dos nossos Martyres!»

Ao som do Hymno 2 de Julho, palmas entusiasticas encerram o discurso do illustre presidente honorario do Instituto.

Usa, novamente, da palavra, o dr. Alarico de Freitas que, em vibrante improviso, de accordo com a lettra expressa dos Estatutos, congratula-se com o Instituto pela honra da presença do sr. presidente do Estado áquella solennidade e sauda s. exa. em nome da douta corporação.

Ouve-se o hymno Espirito-Santense, emquanto uma salva de palmas corôa suas ultimas palavras.

Em nome do sr. presidente do Estado, fala o dr. Carlos Xavier, que agradece a homenagem que o Instituto vem de prestar a s. exa., lembrando, ainda, o dever que cabe ao Instituto de zelar pelas

gloriosas tradições da Patria e, especialmente, do Espirito Santo, onde sempre estará no proposito de circumdar essas patrioticas manifestações, com toda bôa vontade e carinho republicanos.

Novamente se ouve o hymno Espirito-Santense, emquanto vibra prolongada salva de palmas.

Ninguém mais querendo fazer uso da palavra o sr. presidente de honra do Instituto encerra a sessão.

A convite do dr. Archimimo Mattos, todos os circumstantes fazem uma ligeira visita aos mostruarios de mineralogia e geologia que ali se acham.

A's 21 horas e um quarto retirou-se o sr. presidente do Estado, com as honras devidas ao seu alto cargo.

ADOLFO FRAGA
1º SECRETARIO



Nossa colonisação

*Trabalho com que se apresentou ao Instituto o Dr. Antonio
Araujo Aguirre*

Illmo. e dignissimo Sr. Presidente do Instituto Historico.
Meus senhores.
Illustres confrades.

Antes de iniciar o assumpto da minha palestra, devo proferir algumas palavras que justifiquem a presente reunião.

Assim deve ser, porque quiz este Instituto attrair um cabedal desolante, na sua sessão de abril de 1922, elegendo-me por unanimidade de votos seu socio correspondente, cabendo-me a honra de ser ouvido no vosso templo de trabalho. Sinto que minha posição, entre tão vistosas galas de intelligencia e saber, é de um accusado innocente, respondendo num tribunal por faltas não commetidas; e, se não fôra a distincção que me mereceis todos vós, se não fôra o meu grande amor ao Estado, certo, não viria eu, obscuro e gasto, quebrar com as palavras rudes do meu discurso, as suaves harmonias que neste douto recinto se hão formado para o renome da oratoria da nossa terra e do seu progresso.

No ambiente em que se debatem assumptos por sua natureza profundos, engenhosos, pelos espiritos illustrados, a minha presença nada mais é do que uma visão passageira, que levou para longe a saudade dos tempos de delicia da vossa convivencia e tambem quando percorria nossos campos, trabalhando, cumprindo a rota que o Estado estabelecera, para me encontrar hoje na penumbra, satisfeito, no entanto, por haver dado tudo quanto podia dar das minhas forças.

Preferia ser recebido em silencio, sem que um membro do Instituto dissesse do meu valor, porque, aos meus olhos, este é tão diminuto que é demasiada generosidade alguem occupar-se d'elle. Mas, não basta ter sido eleito e muito menos recebido com discursos protocollares para se ficar dono de conhecimentos que dantes não possuíamos, a

menos que a simples escolha tenha o poder milagroso do estalo produzido na cabeça do Padre Antonio Vieira, abrindo-lhe a intelligencia deante do altar da virgem, prostado em orações.

Para tanto, foi preciso contar com a vossa generosidade, bem sei, e não recordar um passado sem luz, afim de descobrir até que ponto podia influir na vossa escolha, trazendo para a douda instituição um obscuro operario da grandeza do Estado.

Em actos desta natureza manda a praxe que o alvo das atenções apparente a maior modestia possivel na solennidade; o que não posso occultar é a satisfação de collaborar com vosco na multidão de interesses literarios, sociaes, scientificos e historicos, nesses vehiculos do intercurso humano, sem contudo perder o momento de perguntar: que encontraram em mim de extraordinario, de selecto para tanta honraria?

Minha vida quase toda espelha-se num passado amortecido como as sombras de nuvens corredêiras na superficie das aguas tranquillas, onde, depois, nenhum traço de actividade, nenhum vestigio permanece que lhe assegure uma eleição.

As nossas florestas decantadas, não por mim, por Coelho Netto, Sund, Adolphe de Sant Hilaire e Hooker, subindo aos montes, alastrando-se exuberantes pelas encostas, só contem bellezas e deslumbres, nunca trombetas reboantes, propagando a fama dos que nellas habitam.

Pois foi nas abobodas continuadas e virentes que passei o maior e melhor tempo da minha vida de formação e liberdade; nellas me deixei modelar sem resistencia pelo meio ambiente, de tal forma que não penso senão na parte mais livre e mais arida do que já foi compensado pelas paisagens azuladas das montanhas, scenarios seguidos de serrarias ou entrecortados de fontes permanentes, as vezes em galopes de cachoeiras, saltando blocos musgosos, prodigiosamente rica, que parece juntar por aclimação as sumptuosidades dos outros territorios do paiz no nosso Estado.

Tudo deslumbra em verdura e riqueza, em cambiantes de gradação tumultuadas, quer no nascer, quer no tombar da luz.

Passados os annos, quem poderá encontrar no seu seio o labor, o sacrificio e a constancia?

Perguntai ao passageiro da estrada de ferro, recostado na poltrona do vagon, admirando as paisagens marginaes, se elle sabe quem projectou aquella estrada, quem a explorou, rasgando toda sorte de difficuldade, quem nivelou, traçou suas secções transversaes e locou? Elle não vos responderá.

O comboio roda nos logares trabalhados pelos anonymos.

Da mesma sorte, percorrei um valle lavrado em todo seu percurso, na exuberancia de riqueza, de vida e prosperidade nos centros colonisados do Estado, e perguntai ao colono installado, perguntai: quem foi que estudou o plano do Eden que desfrutaes, na delicia dessa fartura perenne? Sabeis por acaso qual o executor que moveu instrumentos no traçar as linhas do vosso lote, edificou casas, estradas, pontes e boeiros? O colono sorrirá, achando estravagante a pergunta e nada dirá, senão por noticias vagas, si pelo contrario o pobre emigra-

do, que partiu da sua terra trazendo apenas a esperança, que desfruta relativo bem estar, não trata de occultar com vergonha da passada condição, o nome do iniciador da nova vida dos campos.

Resta ainda para celebrar-nos centenas de plantas, as diagrammas e perfis, os alinhamentos e calculos de movimento da terra, plenagem de cortes e aterros, os quaes sepultados nos archivos ninguém os consultará e ficam cobertos de pó e esquecimento.

Não fostes buscar, portanto, nos meandros dos estudos de estradas e serviços complexos de instalação de nucleos coloniaes, nesses passos da minha tarefa, pelas terras ainda incultas e imbelles, vosso socio correspondente, que não merece a explanação, senão de um ideal, assim mesmo sujeito á varias influencias do meio em que se constituiu.

Portanto, é lícido ao escolhido duvidar do seu merito em relação aos assumptos particulares das deliberações do Instituto.

Quem pode saber se minha eleição não foi o producto do acaso ou gratidão, como Henri Mulhac, na Academia Franceza, que a critica dos seus companheiros referiu dizendo que para a Academia chega-se por diversas vias, tanto pela gratidão como pela justiça!

Subi para o Instituto pela escada de Jacob, afim de ganhar a posição que vossa generosidade encontrou.

Foi uma grande honra e destincção que recebi; foi um balsamo bemfazejo a escolha do Instituto de minha terra; tenho aqui a maior porção da minha alma e os grandes affectos que me encheram o coração, fazendo-me risonha a vida, na lucida consciencia dum destino cumprido.

Não parecerá indiscripção revelar aos illustres confrades a causa predominante e exigindo dos que trabalham uma parte minima do fruto produzido em beneficio do Instituto; é que no meio desta assembléa estão os meus traidores, fazendo-me digno de ser ouvido em face das responsabilidades que me confiaram.

— Foi assim a primeira traição: Liberto dos afazeres diarios, numa viagem de barca na bahia de Guanabara para o Rio, tive a ventura de encontro furtuito com um moço repleto de vida e entusiasmo, annunciando-me a fundação do seu jornal independente e progressista; no mesmo momento pedia minha collaboração, o que lhe recusei, allegando então o pouco interesse que despertariam os escriptos da nossa Capital, distante 22 horas, pois as correspondencias seriam lidas depois dos jornaes cariocas.

Vieram-me ter as mãos, mais tarde, os primeiros numeros da «Nova Senda», jornal diario, que pretendia, em reportagem primorosa — ver, ouvir e contar, aproveitando os momentos de bem servir, como divulgar boas idéas.

Considerando melhor sobre a primeira recusa, neguei o meu esforço no espalhar principios de concordia humana, aproveitando-me do momento.

Guardai, entretanto, incognito pela pouca ou nenhuma confiança no successo que poderiam alcançar taes correspondencias, assignando-as com o nome de um patricio, embora obscuro, muito amigo dos batocudos.

Começaram a vir a luz em serie, sob a epigrapha — *Civilização dos selvagens*.

Não sei porque e como descobriram o incognito e dahi em deante não me abandonou o nosso 2º Secretario, o meu primeiro traidor, animando-me e agora, collocado entre vós e o auditorio, só posso interceptar os clarões que emanarem dos espiritos aqui reunidos.

Terminada a serie da «Nova Senda» entrei a collaborar no jornal o «Diário da Manhã», sobre diversos assumptos, até que, de forma decisiva, clara e logica, abordei a questão secular sustentada pelo nosso Estado, a pendencia de seu limite territorial no occidente.

Ainda bem não havia terminado as diversas considerações sobre os direitos contestados, o meu segundo traidor, em reunião deste Instituto, acceitou e applaudiu a proposta da minha escolha para socio correspondente.

Eis rapidamente descripto como em cavalheiro foi armado um alabardeiro.

Portanto, é para mim grande prazer e honra ver aqui presentes os Srs. Drs. Archimimo Mattos e Adolfo Fraga, que cuidadosamente cultivam a elevação dos traços do passado, combinando os coloridos de amor e verdade na escolha do fogo velho, que os possa ajudar com ardor patriótico no Instituto.

Penso as vezes que ter fé ou lutar são meios de se não sentir nostalgia em terra estranha; por isto minha posição de combatente, sem saber do valor e influencia do adversario limitrophe, não podia espantar ninguem, muito menos a Archimimo Mattos, sensibilizado como deve ter o coração patriota, assim como todos da terra de Coutinho, deante da injustiça dos homens.

Para determinar o feitiço curioso deste homem a preluzir movimentos e acções, basta percorrermos a evolução dos dias proximos, em que o espirito demolidor invade todos os dominios do pensamento e faz seccar as flores mais bellas dos idéaes antigos; Archimimo, evoluindo, respeitou as tradições e alimentou o fulgor do Instituto, de cujo movimento ainda não sabemos que novas estrellas hão de resplandecer.

E' elle quem escreve sobre a exposição do centenario:

«Não é só ouro que temos, precisamos dizer no estrangeiro, affirmando-lhe com factos evidentes e indiscutíveis que essa é a mais inferior das nossas produções.

Necessitamos dizer-lhe que acima desses dons que concedeu a natureza, temos capacidade de trabalho e que disso nos orgulhamos».

Seus impetos e paixões, seu idealismo, tudo demonstra o espirito do nosso povo.

Não careço espraia-me em mostrar o que ha no dominio do pensamento, porque na Revista deste Instituto procurei rever toda a força da actividade vital dos documentos estudados e sancionados pelo tempo.

E' possível que a parte literaria não chegasse até a pretenciosa cultura dos mestres no assumpto, mais nunca esqueci a fonte de onde surgiram os documentos destinados a sustentar os direitos do Es-

tado; meu dever, portanto, não podia ser outro que admirar a «Nova Senda» e toda a sua illustre redacção.

Muita cousa se perde, menos as emoções da juventude, os castellos com que erguemos nossos sonhos, os crepusculos brilhantes que passaram, os nossos idilios que sempre desejamos reformar eternamente. São aspectos vagos, embora, são cores que só o coração nessa idade encerra, unicas que perduram e só podem ser ouvidas com a alma, e que, acordadas hoje, despertam movimentos de fulgor e esperança.

A distancia consideravel que separava Adolfo Fraga, regressando de Matto Grosso, aclarou seu espirito, deu-lhe a sensação de um quadro novo, quando bastante conhecido, desde seus primeiros passos e elle estasiado, assim architecta a bahia da Victoria: «Um gigantesco maxilar verde, exuberante de uberidade, suporta aduncas e disformes prezas que, de continuo, ameaçam o purissimo e eletrizante azul de um firmamento intangivel. Essa cadeia de morros poliformes perde-se onde se limitam os raios vizuaes, através ás poderosas lentes dos oculos de alcance. Semeadas, em toda costa, ilhas sofrem as iras do oceano, quando indomito e escutam os murmurijs queixozos das leves ondas quando o mar, amorosamente, ciciza as suas raminicencias fataes».

O destino da vida, por mais que abra espaço e nos separe do real, nunca falta o idealismo do passado, a despeito de sua assombrosa realidade, penetra, recolhe e concentra todas as impressões até o fim da existencia.

— Emfim, senhores, vamos tratar da colonização, da transfusão do sangue humano pela immigração, que existe desde as epochas mais remotas da historia, de modo que suas forças se desenvolvem em beneficio da terra adoptada nos vehiculos de expedição, nas esteiras sem fim, toda uma complicada apparelhagem que se move sem motores.

A historia da colonização é tão antiga quanto o mundo, desde os phenicios até os romanos; pela conquista do commercio os primeiros, e os segundos dominando pelas armas as regiões e povoando-as; nos paizes que se submettiam, foi sempre a continuidade do vae e vem dos povos pujantes.

Os italianos julgaram facil a epocha de expansão colonial com a conquista da Tripolitana; não era essa, porem, a verdadeira romaria do ideal, para quem deseja fundar e construir centros productores.

O alvo e principal fim imperava pela necessidade que sentiam os povos de expansão, satisfazendo interesses, ambições e dominio, acarretando muitas vezes beneficios á civilização.

Particularmente o Estado, classificado de Chanaan pelo escriptor G. Aranha, tem nos italianos os modernos hebreus, guiados por novos Josués, em cuja conquista não entrou a guerra e a intriga diplomatica, nem a distincção dos reinos de Judá.

O valor politico do povo hebreu nos reinos que fundou não foi consideravel, muito inferior mesmo a invasão da immigração italiana, desenvolvida e poderosa pela ordem e pelo trabalho honesto, que se fosse continuada estaria transbordando pelas fronteiras em vagas tonantes, como se fosse remedio ás miserias e melancolias dos desertos.

Impossível se torna desdobrar minuciosamente a firmeza, constancia e valor dessa gente, no deparar com a nova natureza, onde o olhar não distingue formas precisas nas selvas brumosas, espaços de terras, columnas de verdura formadas de arvores que precisam ser talhadas, plantas dos lados, em baixo, por cima, florestas sobre florestas, numa orgia interminável de folhas.

Depois, são as trepadeiras e parasitas cahidas dos galhos eminentes, unindo-os, ora amarrando uns aos outros, de modo a fundil-os, ora se lhes enroscando em aspides, ora distendendo-se como fitas ondulantes, até a floração fascinadora.

E' diante dessa confusão congenita e nunca vista, que devemos avaliar a fortaleza e coragem daquelles que tem de deflorar-a; no entanto, atravez da grossa cortina vigorosa, onde cada arvore demonstra phisionomia propria e o sol doura de rutilo as copas, é que brotou a floração de uma nacionalidade de mistura com a nossa, cuja magnificencia impressiona, principalmente a mim, humilde trabalhador na organização desse enxame, encontrando agora muitos dos povoados florescentes, quando annos atraz eram cobertos pelo silencio, muitas vertentes em abandono, hoje destilando a producção fertilisada pelo abençoado solo.

Por mais modesto que seja não posso deixar passar sem referencia a acção que exerci no desbravamento do contorno de cousas preciosas e lindas, sem sentir, naquelles saudosos tempos, o clamor longiquo do progresso, na indefinida reunião de harmonia dos florescentes povoados que teriam de surgir, embora ainda sentisse agora o cheiro suave das arvores ainda bem perto; não posso deixar de relembra as aperturas do anno de 1839, com o barracão do Mutum cheio de colonos recenhegados, não havendo terras conhecidas para os instalar.

Confiado, porem na chorographia da região e sabendo que na direcção N. corria o Rio Dôce, organizei uma turma de exploração na esperanza de encontrar qualquer vertente para aquelle rio.

Preparada a expedição, pois, tendo por trabalhadores Francisco Pandini, Bom Giovanni Cariolano, Guiseppe Anafesto, Contadini Angelo e outros cujos nomes perdi, todos moços, dei começo ao levantamento topographico, penetrando no desconhecido.

Logo apoz, tendo percorrido os primeiros kils. deparei com um corrego de caixa funda e arenosa, porem sem agua o qual denominei do Gobleo, porque na sua foz reside, e ainda hoje, a familia deste nome.

Por elle segui e por muitos dias, dormindo sem um leito, tendo por colchão as areias lavadas do alveo, ou o cascalho pedregoso.

Dobradas suas vertentes, por sobre pedras, em grande parte cobertas de Baunilhas, despertou em todos alegria pelo encontro das novas vertentes perennes, que foram designadas «Corrego Baunilha».

Pêlo levantamento foi traçado o caminho para o manancial, onde foram collocados em suas margens os immigrantes do Baunilha. Toda esta região, inclusive o corrego do Gobleo, de aguas limpidas e correntes, está florindo; e o logar do «Barracão», de agasalho á colonos, encontrei agora transformado em povoação de animado futuro, com a

sua linda igreja, fabrica de cerveja e illuminada a luz electrica. O Ribeirão da Lage, que nem merece uma referencia nas cartas topographicas do Estado, que na construcção da E. de Ferro Diamantina, a Companhia não deu-lhe uma Estação, de 3 annos a esta parte, é tambem um centro de vida animada, ligado por uma estrada de automovel á Itaguassú; bem como na Barra de Santa Joanna, hoje parada de trens, nasce uma povoação.

O que mais surprehende é o Guandú, atrazado e estacionario, fóco de desordens, escudo de bandidos e malfeitores, atirou para onge a desventurada fama, tomando os instrumentos de trabalho, consrooe casas, suas poucas ruas repletas de materiaes de construcção e no tdia que lá estive preparava-se para inaugurar a illuminação publica e particular, pela electricidade. Possui grande fabrica de beneficiar café, aguardente e assucar, na mais perfeita harmonia de vista.

E a plantação de algodão de area superior talvez á 60 hectares, que percorri em automovel quando em viagem á Fazenda do «Denségano»?

Nos terrenos reputados de superior qualidade pelos entendidos, a Comp. ou Sociedade ingleza, que os explora, emprega capitães na esperança de um bello porvir.

Toda essa catadupa de força e trabalho, iniciada nos ultimos tempos do imperio, quando Ministro da Agricultura o Conselheiro Antonio Prado, com a introdução dos colonos, impulsionada pelos nacionaes estabelecidos em outras localidades, foi crescendo, foi varando sertões, dobrando serras, rasgando estradas, até que esbarrou no Rio Dôce, em cuja margem está Collatina, o centro maravilhoso e extraordinario, congraçador de todo o movimento.

O que eu vos disser della esta noite, um mez depois será alterado pelos rapidos movimentos de seu labor constante e consequente evolução.

A Collatina do silencio e da modorra deseja resarcir seus prejuizos passados, aguilhôa o trabalho afim de resolver o destino poderoso e sua situação definitiva; aquella que, para ser installado o municipio, foi necessario pedir por emprestimo á Nova Almeida um Secretario, que lavrasse a sua acta inicial.

Com a colonisação, a partir de Santa Leopoldina e continuada com algumas interrupções até o foz do Santa Maria, foi escolhido um ponto para futura povoação, a exemplo do que sempre se fez na confluencia dos rios; de modo que, Collatina, no começo, não foi propriamente uma creação, e sim uma resultante da colonisação que veio descendo pelas vertentes do Rio Dôce, desde Santa Thereza, região conhecida por Baixo Timbohy.

A construcção da E. de F. Diamantina encontrou Collatina no alvorecer, deu-lhe alento e por uma lei natural, estando na barra do Rio Santa Maria, tornou-se emporio obrigatorio de todo o vale desse rio.

Era insignificante; creado pelo Decreto de 9 de dezembro de 1899, o districto, 8 annos apoz, tornou-se o centro do municí-

pio, em virtude da Lei de 11 de novembro de 1907; porem, em 1908, é que Collatina começou a viver transformada em sede do município.

Possue actualmente 192 casas e 15 em construção, 2 hotéis e 2 pensões, sendo que na rua principal, o terreno para edificação, regula ser de 200\$000 rs., por metro de frente.

Em todo territorio municipal existem 320 casas commerciaes.

Galgando-se a pequena collina junto á cidade é que vemos o vae-vem da população e os telhados vermelhos das novas habitações, em continuada formação, como que procurando logar na estreita faixa de terra, como tambem na agitação febril deseja encontrar collocação os seus habitantes.

Possue a cidade abastecimento de agua e luz electrica e no dia 18 do corrente começaram os serviços de esgotos.

Está, pois, o municipio realisando um melhoramento imprescindivel e de muito reclamado, sem pompa e trombetas, como se estivesse executando uma obra qualquer.

A mesma sequencia logica foi observada nas outras séries de melhoramentos, como pude examinar, no mais engenhoso systema de ligação telephonica, cobrindo uma grande area, facilitando assim as relações dos centros commerciaes e lavoureiros, melhoramentos que se estendem, que se articulam, que colleam na mais franca cordialidade, levando por toda parte a alma e a luz da grandeza.

Com uma transbordante actividade de moço, logo cêdo começa a sua faina, quando a cidade devia estar entre lenções espreguiçando-se, estuda as cotações dos grandes mercados, manda ordens breves e seguras, comprando e tratando mercadorias, despachando cargas.

Quem conhece o valor do tempo é que pode avaliar a formidavel machina que possui nas suas mãos essa gente, na serie infindavel de fios.

Collatina está ligada por telephone com a P. do Mutum, Fazenda Joven Arminda, S. Pedro, S. Roque, Povoação de S. João de Petropolis, Santa Thereza, Povoação de S. Antonio, Ribeirão Alegre, 25 de Julho, S. Jacintho, S. Gabriel, Baunilha, Barra do Triumpho, Accioly e Santa Julia.

Todos os elementos congregados em si, dos antigos colonos e nacionaes, pode o municipio aspirar um largo futuro, apoiado como se acha nas suas iniciativas e caminhar desassombrado, de passo firme, porque os poderes publicos velam tambem pela instrução de seus filhos, pois mantem actualmente 30 escolas publicas estadoaes e 5 municipaes, com 1050 alumnos, em media.

Portanto, a frequencia é de 30 alumnos para cada escola, uma esperança risonha em materia de ensino.

Aliás nas poucas escolas ruraes que visitei, inclusive a de São Pedro, no Rio Santa Maria, encontrei bôa installação e ordem, carteiras iguaes as usadas nas cidades, mappas geographicos e por

ser domingo, nem assim a professora deixou de comparecer á reunião que sempre promove nos dias feriados, para acompanhar seus alumnos ás lições de catholicismo, na proxima igreja.

Tudo, como notei, na maior simplicidade, na mais franca manifestação de amor.

Quem possui força electrica, machinas impulsionadas pelos abundantes cursos d'agua, chaminés fumegantes, incalculavel kilometragem de caminhos, estradas e algumas para automoveis, 2 vapores «Tupy» e «Tamoyo», a navegar no Rio Doce, entre Collatina e Linhares, em correspondencia com outra navegação maritima; com o seu exercito de trabalhadores, tropas volantes de cargueiros cruzando constantemente as estradas, fabricas de beneficiar café, trabalhando dia e noite, sem cessar, inundando o mercado da Victoria com os incontaveis productos, deve ter riqueza.

E assim é, porque pela estação da cidade escoam-se, alem de outros generos, cerca de 200 mil arrobas de café, e pelas outras—Lage, Maylask e Guandú, um milhão de arrobas, approximadamente, ou seja a exportação de 1.200.000 arrobas.

A renda municipal e estadual é um reflexo do estupendo trabalho do homem e da machina, se fizemos o confronto do que ellas foram no anno de 1908 e o que realmente são hoje, até o mez de setembro:

Em 1908 era de.....	13.287\$684
« 1921 era de.....	37.226\$030
« 1922 alcançou a	65.656\$618
quasi duplicou em 1923.....	100:024\$287
e em 1924 já arrecadou.....	102:510\$990

Devemos convir que em 16 annos o municipio não caminhou somente, saltou e seus saltos foram vertiginosos, conforme demonstra sua transformação material.

O mesmo tambem vamos encontrar na mesa de rendas do Estado, que, em 1923 era de 30 contos, espera arrecadar 200 contos neste exercicio.

Por conseguinte, é incontestavel, superior e maravilhoso, Srs. do Instituto, o progresso do municipio que, não satisfeito da remuneração das magnificas terras que possui, está transpondo o Rio Dôce para o Norte, depois de estacionado na margem opposta a espera de uma solução do governo.

Esperou por muito tempo; vendo porem, que a immensa riqueza capaz de produzir tudo quanto reclamam as necessidades do homem continuava abandonada, penetrou nas terras e então não houve forças que mantivesse a alavanca.

E' o desconhecido nas mãos de anonymos.

Mas, por mais que possam e queiram, não será sufficiente apenas a iniciativa particular ou municipal; mesmo o Estado terá muito a fazer em beneficio do vastissimo e quase inexplorado labyrinto.

Estou convencido que, se o Governo Estadual possuisse informações seguras e sinceras, não resolveria o assumpto sem uma

ou mais estradas de penetração, pelo menos acompanhando o curso dos Rio Mutum, São João, Pancas e Buraco Fundo, obras por sua natureza baratas, pela directriz dos mesmos cursos.

Apesar de que, segundo estou informado, no Pancas existe uma estrada de 32 kil., ao Aldeamento, por onde transitam automoveis; é alguma cousa, certamente, representa atenção e solicitude do governo, insufficiente, no entanto, para a colonisação das famílias que se localisam nas suas cabeceiras

Pelas massas espessas, nas muralhas de verdura, onde destacam-se e agglomeram-se troncos formidaveis, somente peitos e braços fortes podem dominar, povoando religiosamente, sem temor aos terrores vagos e incertos, proprios da natureza virgem.

Trato, meus illustres co. frades, dos novos aventureiros do desconhecido, os novos milhares de Graça Aranha em procura das terras, que sentiam nas noites trevosas os vagueios amortecidos dos vagalumes.

Ninguém os vê, ninguém segue seus passos no silencio imponente das florestas e elles seguem no amanhecer da vida de lutas, sem ouvir a reunião de harmonias, na magnificencia, que, ao mesmo tempo, acabrunha e dá alento.

Serão os vencedores, mais tarde, contra a sua desdita de agora.

A acção que se desdobra no norte com decisão e energia, pela fumarada das queimas nas margens do Rio Dêce e no centro, no percurso de Collatina a estação do Guandú, resolverá o problema quer tirem ou não vantagens e deve, apesar disso, merecer atenção por se prender a elle a economia e riqueza do Estado.

Nessa obra de povoamento pelas forças conjuntas de tantos, parece que não existirá sacrificio na co'aboração dos poderes derigentes. pelo menos traçando caminhos e levantando cursos d'agua, afim de saber o que possuem.

Do contrario teremos a revivencia das concepções da barbaria antiga e tambem indicio de que ao progresso, as vezes, allia-se o arbitrio acima de tudo, ainda mesmo conhecendo-se o modo classico de colonisação no paiz, de tão bons resultados que inflamma os espiritos na scentelha da verdade.

Emfim, seja como for, a lentidão cria a fraqueza e portanto abate o moral, cujo systema não é a melhor maneira de educar e derigir os homens.

No entanto, senhores, quizera evocar do silencio absoluto da morte, sobre as camp's sagradas, as sombras daquelles que no santuario da adoração pelo futuro do nosso Estado, desbravaram o caminho trilhado hoje pelos novos, para rendermos a consagração que merecem.

Apotheose dos tumulos sublimes e redivivos nas glorias raiantes das transfigurações daquelles que trabalharam pelo povoamento da nossa terra!

Está nesta galeria e em logar emerito, no vasto templo da historia do Espírito-Santo, José Fernandes da Costa Pereira, que occu-

pou com brilho e honra a pasta da Agricultura em 1871, nosso representante e principal promotor da corrente emigratoria; Gabriel Emilio da Costa, Joaquim Adolpho Pinto Pacca, Sant'Anna Lopes e Jacintho Pant'ja.

Felizes os que conseguem como elles levantar na vida a tenda sem ficção, onde chegam mais tarde as consciencias, depois que passa a tormenta.

Acaso o vosso pensamento, transportado pelos effluvios da saudade, devagando até os annos em que seus homens viveram, não vo-os mostram vivazes e presentes no reverbero da força e no testemunho da fecunda resurreição?

Basta, não perturbemos por mais tempo os emigrados da vida.

Não tenho prestigio para recordal-os com as merecidas honras; mas os nomes ali ficam scintillando qual uma via-lactea fulgentissima, a brilhar nas paginas da nossa vida colonial.

São os portentos e laureis dominadores que foram de um passado, a quem devemos a magestade e calor dos nossos primeiros passos na colonisação.

Senhores, este discurso acaba por onde devia ter começado; mas, commovido ainda pela vossa fidalguia, deixei sem referencia a coragem dos que fundaram este Instituto, drs. Antonio Athayde, Carlos Xavier e Archimimo Mattos.

A' elles, pois, os meus applausos, a mocidade, principalmente, encarregada da defeza dos arraiaes contemporaneos, que faça frente e não deixe aqui entrar a rotina e o desanimo.

Para tanto é preciso paciente e porfiada pista do filão precioso na intermina vastidão da jazida.

A tarefa é extraordinaria, todos sentem, felizmente, que tendes hombros que possam com ella e pudesse eu, embora sem predi-cados artisticos, procuraria estar com vós outros, na obra de construcção deste templo magestoso que cultuaes carinhosamente.

A juventude! Só ella dispõe de vigor bastante nas suas azas de aguia para accelerar a marcha que se faz preciso para um futuro brilhante.

Eu, como Natividade Saldanha, repetirei:

«Descendentes de heroes, heroes vós mesmos,
Pois a raça de heroes não degenera».

Joven Arminda, 25 de outubro de 1924.

ANTONIO ARAUJO AGUIRRE

A Imprensa no Espirito Santo

POR

AMANCIO FILHO

(Heracleito Amancio Pereira)

(Continuação)

1880

51 — O HORISONTE.— Capital. — *Typ. d'O Horisonte.*— Apareceu em 15 de julho de 1880.

Divisa:— «*Ordem e Progresso*».

Partido liberal. Suspendeu a publicação em 24 de dezembro de 1884, devido aos reparos que reclamavam suas officinas e reapareceu a 3 de janeiro de 1885.

Terminou sua existencia com o n.º 36, de 6 de junho de 1885, sendo substituido pelo «*Liberal*».

Redactor-gerente Maximino Maia. Aos 17 de março de 1882, a redacção, apesar de continuar o redactor-gerente com a responsabilidade politica, ficou a cargo dos drs. Paulo de Freitas e Manoel Rodrigues de Campos, que se retirou em 5 de janeiro de anno seguinte.

Tendo a «*Gazeta da Victoria*» suspendido a publicação em março de 1882, *O Horisonte* contractou, aos 13 do mesmo mez e anno, a publicação dos actos officiaes.

Os preços das assignaturas eram:— para a capital: 12\$ por anno, e para qualquer outro ponto da provincia, do imperio ou do estrangeiro: 14\$000 rs.; o numero avulso 100 rs.

Impresso em quatro paginas de quatro columnas cada uma, e *formato* de 267 X 433 ^m/_m.

Era vespertino. Aos 3 de junho de 1882, tornou-se matutino, passou a sair duas vezes na semana, ás quarta-feiras e sabbados, e augmentou o *formato* para 315 X 461 ^m/_m, a cinco columnas.

De janeiro de 1883, começou a circular ás terças e quin-

tas feitas e sabbados, até 6 de novembro do mesmo anno, quando passou a ser publicado ás terças e sextas-feiras, voltando, a 26 de julho de 1884, a sair ás quartas-feiras e sabbados.

Tiragem 500 exemplares.

Foi seu impressor, até junho de 1882, José Pinto Freire, a quem succedeu Alberto Binner, que desempenhou essas funcções até 1º de outubro de 1883.

Os annuncios sobre escravos custavam 120 rs. a linha, para os assignantes, e 200 rs. para os que o não fossem, revertendo seu producto em beneficio de algum libertando.

Abria, annualmente, a contar de 1882, uma subscrição sob o titulo — «*Natal dos Pobres*» — cujo resultado era distribuido pelos desamparados.

Entre seus collaboradores estavam:— dr. José Joaquim Pessanha Pova, dr. Elizeu Martins, Tiburcio de Oliveira, dr. Cerqueira Lima, dr. Paulo de Freitas, dr. Manoel Rodrigues de Campos e outros.

A «*Secção gratis*» — destinada a animar a mocidade, era collaborada por Nilo Peçanha, Alcebiades Peçanha, João Sarmento e outros, que se ensaiavam nas letras e alizavam os bancos do Atheneu. A proposito dessa secção, diz o numero de 5 de março de 1885:— «A «*Secção gratis*» do jornal vem hoje como costumava exhibir-se a estatuaría grega. Completa nudez! Destinamol-a á mocidade intelligente e estudiosa e nella estreou-se o Nilo Peçanha, que republicou a Camillo Desmoulins, e que já vai, mar em fóra, com destino ao Ypyranga. Delle e de João Sarmento, outra intelligencia traquinas, temos em prosa e verso duas producções que no seguinte numero deliciarão a phalange entusiasta que adora Mirabeau, como o dr. Ferreira Vianna, quando estava em S. Paulo, e depois veio ser o maior flagello contra a imprensa liberal. Nilo não o imitará».

1882

52 — PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO.—Capital.—*Typ da Provincia*.— Periodico fundado por Cleto Nunes Pereira e dr. José de Mello Carvalho Muniz Freire, e cujo primeiro numero saiu em 15 de março de 1882.

Consagrava-se aos interesses provinciaes e filiava-se á politica liberal.

Ao seu edictorial de apresentação pertencem os seguintes periodos:— «D'aqui advogaremos com o criterio de nossas convicções todas as grandes necessidades publicas desta Provincia, estudaremos os problemas sociaes e economicos que se debatem na sociedade brasileira sem brecha em nossas opiniões, sem compromissos antecipados: discutil-os-emos quando a occasião se apresentar sem as peias do convencionalismo, com a maxima franqueza na emissão de nossos juizos. Sem temer o ataque das manifestações de nosso modo de pensar em cada questão, dirigimos um appello fervoroso e leal aos nossos collegas de jornalismo da capital e da Provincia, já que mais longe não podemos estender essa supplica para

a extincção desta praga hedionda que suffoca a fé mais pura e faz da imprensa um ergastulo; essa pratica abusiva e odiosa que converte a tribuna dos direitos humanos em açougue de reputações e caracteres..

... «As idéas liberaes terão neste jornal uma consagração de crentes convencidos; a bandeira de suas reformas e o fundo philosophico que presta á sua doutrina a politica moderna que assenta sobre a sciencia social, constituem para nós um programma ..»

Publicava-se tri-semanalmente, tinha quatro paginas de cinco columnas cada uma e *formato* de 320 X 480 ^m/_m. Em 3 de janeiro de 1883, diminuiu as dimensões para 253 X 415 ^m/_m, a quatro columnas, mas em compensação tornou-se diaria.

As assignaturas custavam: para a capital:— anno 14\$000 rs., semestre 8\$000 rs., trimestre 4\$000 rs; e para fóra da capital: anno 16\$000 rs., semestre 9\$000 rs., trimestre 5\$000; avulso 200 rs. Estes preços foram, depois, modificados: — para a capital 12\$000 rs. annuaes, e 15\$000 rs. para fóra.

Aos domingos, a primeira pagina era dedicada exclusivamente á literatura. Mantinha correspondentes epistolares no Rio de Janeiro, S. Paulo, Paris e nos municipios da Provincia.

A primeira *Marinoni* que houve na provincia, foi a de sua typographia e a qual foi montada por Alfredo Ramos, sendo que, no dia da inauguração, o impulso para a impressão fora dado pelo dr. Azambuja Meirelles.

Sua tiragem, no anno da fundação, era de cerca de 1000 exemplares; em 1883, 1100; em 1884, 1200; em 1885, 1300; em 1886, 1350; em 1887, 1400; em 1888, 1500; e em 1889, 1600

Propriedade de uma empresa anonyma. Administrava-na o sr. José Dionysio dos Santos e imprimia-na João Coutinho da Victoria (1886).

Collaboradores: — dr. José Joaquim Pessanha Pova, dr. Afonso Claudio, d. Adelina Lyrio, Joaquim de Salles Torres Homem, Mucio Teixeira, Francisco Peçanha, cel. Augusto Calmon Nogueira da Gama, Ferreira Vianna, Adelino Fontoura, Tiburcio de Oliveira, J. P. Nolasco, Emilio da Silva Coutinho, Gama Rosa, dr. Cerqueira Lima, Francisco de Lima Escobar Araujo e outros.

Com o advento da Republica passou a denominar-se, successivamente, — *Diario do Espirito Santo e Estado do Espirito Santo* (1889 e 1890)

53 — GAZETA DE ITAPEMIRIM. — Villa do Itapemirim. — *Typ. da Gazeta de Itapemirim*. — Apareceu aos 28 de maio de 1882, e extinguiu-se em 2 de novembro de 1884.

Publicava-se aos domingos.

Pertencia a uma associação e era imparcial.

A sua redacção estava a cargo de Augusto Antonio Pereira Cezar, tendo como auxiliares os srs. dr. Gregorio Magno Borges da Fonseca, dr. Ernesto Pinto Lobão Cedro, dr. José Joaquim de Oliveira, Alvaro Mario Pacca, João da Silva Santos, J. C. Pimentel dos Reis e Manoel Bello de Araujo.

Dizia no seu artigo de apresentação:— «A «Gazeta de Ita-

pemirim será a atalaia dos direitos do municipio, das suas necessidades, dos seus melhoramentos e por isso de suas aspirações; não dará publicidade em suas columnas a artigos offensivos á dignidade e á honra de qualquer; fará manter a maior siseudez nas publicações a pedido; publicará o movimento commercial do municipio, quer de importação, quer de exportação, seu movimento marítimo, os acontecimentos mais notaveis que se derem no paiz e no estrangeiro, conforme o que puderem nossas forças; finalmente, procurará em tudo e sempre conservar a imparcial gravidade que a imprensa necessita para fielmente cumprir o seu *desideratum*.

Suspendeu a publicação, de 3 de junho de 1883 a 16 de setembro do mesmo anno.

Assignatura annual 10\$000 rs. Tinha quatro paginas de quatro columnas e formato de 258 X 400 ^m/_m.

Collaboradores:— Alvaro Mario Pacca, Amancio Pereira, Antonio Hautequestt, A. Rodrigues, Candido Gonçalves Pereira Lopes, etc.

54 — O PYRILAMPO.— Capital.— *Typ. da Provincia do Espirito Santo*.— Orgam da sociedade «*Amor ás Letras*», formada pelos estudantes do Atheneu Provincial.

Seu primeiro numero saiu em 20 de agosto de 1882.

Publicava-se duas vezes por mez.

Os seus redactores foram—João Magalhães Junior, Aldano Paiva, Lydio Mululo e José Araujo Monjardim Collaboradores:— Amancio Pereira, J. Lirio, B. Bastos, dr. Pessanha Povoá, José Batalha Ribeiro e outros.

Manifestava assim, suas aspirações: — «Caminhemos; as pyramides do Egypto não se fizeram em um só dia, ellas foram cimentadas com as lagrimas de muitas gerações escravizadas a um poder absoluto; para a construcção da pyramide social devem livremente concorrer todos os amigos da humanidade; cumpramos o nosso dever, transmittindo mais rico a nossos filhos o legado deixado por nossos paes».

55 — O BALUARTE.— Capital.— *Typ. do Espirito-Santense* — O primeiro numero deste semanario saiu em 1.º de setembro de 1882.

Literario, recreativo e noticioso; do numero 10, em diante, apresentou-se como orgam do povo.

Seus redactores e fundadores foram Amancio Pereira e Tiburcio de Oliveira; o primeiro deixou de fazer parte da redacção em 4 de novembro do mesmo anno.

«Accommodado e accessivel a todos os entendimentos», declara em seu artigo de apresentação, «fugindo da intolerancia dos audaciosos e vindo ao trabalho das grandes idéas, sem ter em si o egoismo, que causa damno aos mais elevados sentimentos», *O Baluarte* não se envolveria nas questões politicas e bater-se-ia para que o Brasil «faça desaparecer a mascara horrida do escravo que ainda existe em seu seio, este legado barbaro de seus colonizadores, dando-lhe a lei sacrosanta da liberdade, e instrucção ao povo, afim de que elle conheça seus direitos e deveres».

Quatro paginas de tres columnas cada uma, sendo de 190 X 295 ^{m/m} o tamanho da composição.

Assignaturas:— 500 rs. mensaes, para a capital; e 2\$000 rs. o trimestre, para fóra. Avulso 160 rs.

Collaboradores:— Ignacio Thomaz Pessôa, Aristides Freire, Franci co Amalio Grijó e outros.

56 — O MITRA.— Capital.— *Typ. d'O Horizonte*.— O primeiro numero deste periodico satyrico e humoristico é datado de 7 de setembro de 1882. Tinha o sub-titulo — *Jornal dos Tolos*. Consta-nos que era redactoriado pelo dr. José Joaquim Pessanha Póvoa.

Publicou sómente 16 numeros.

Quatro paginas. O *formato* da composição foi augmentado, de 14 de setembro (nº. 3) em diante, para 185 X 275 ^{m/m}, a tres columnas. Nessa occasião, publicou o seguinte — Aviso — : «O numero do nosso jornal. Havia muita gana de material, por isso damol-o, hoje, em maior *formato*; mas o publico não fique no engodo, porque o «Mitra» é um jornal redigido por uma só penna e o redactor não está no caso, por exemplo do seguinte typo:—

*«Manoel das Necessidades
Ligou-se a Anna Vidal
Não o moveu o interesse
Foi só pelo... capital».*

Assignava-se por 1\$000 rs. mensaes.

Trazia os artigos *de fundo* nas ultimas columnas, sob o pretexto que eram de fundo. Foi um periodico endiabrado, sempre cheio de verve

57 — O FILHO.— Capital. — *Typ. d'O Filho*. — O primeiro numero deste pequeno periodico critico e literario saiu aos 5 de outubro de 1882.

Redactores: Procelyto de Castro Oiticica Raposo, Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira, João Teixeira da Silva Sarmento e Sebastião Azevedo.

A razão do titulo:— a typographia estava com todos os typos *empastellados*, dando exhaustivo trabalho ao proprietario, Adolpho Oliveira, em separar e classificar todos os caracteres; terminada a tarefa, verificou-se a falta de letras de corpo proprio para o cabeçalho, as existentes só davam para formar a denominação — O Filho — e com ella saiu o periodico...

1883

58 — A PASSAGEM DE VENUS. — Capital.— *Typ. do Espirito-Santense. Typ. d'A Passagem de Venus* — Hebdomadario critico, literario e scientifico.

Appareceu aos 7 de janeiro de 1883.

Bairrista. Dizia-se *orgam do povo* e tinha por epigraphe os versos de Nicolau Tolentino:—

*«Eu dou golpes nos costumes
E julgam que é nas pessoas».*

Do nº. 3, em diante, passou a ser publicado, provisoriamente, duas vezes por semana. Consta-nos que faziam parte de sua redacção — Ovidio Santos, Pedro Lyrio e outros.

59 — A FOLHA DA VICTORIA.— Capital.— *Typ. d'A Folha da Victoria.*— Periodico bi-semanal

Appareceu em 8 de julho de 1883.

A sua typographia havia chegado á Victoria em 19 do mez anterior.

Sua publicação esteve paralyzada, entre 30 de abril de 1885 e 2 de julho do mesmo anno.

Deu o ultimo numero a 24 de julho de 1890, sendo substituido pelo *Federalista*.

Politico, commercial, agricola, literario e noticioso. Promettia advogar a causa do partido conservador e — «acceitará a luva todas as vezes que encherger vantajosos resultados á justiça em favor da provincia e do partido a que é filiada; si porém o seu contendor não empunhar armas dignas, preferirá ceder, a manejar aquellas que não ficarem bem a cavalheiros acostumados á lucta franca em campo aberto».

Redactor-proprietario: professor Aristides B de B. Freire. Em 1º de outubro de 1885, passou a ser redigido por Candido Costa. Esteve debaixo da redacção de Ovidio dos Santos, de 22 de abril de 1888 a março de 1890, quando voltou a ser redactoriado por Aristides Freire.

Administrador: Luiz Freire.

Fez grande successo, pela independencia que ostentava, e pela maneira desassombrada de seus ataques, o que motivou ser seu redactor, o prof. Aristides Freire, em 1889, aggreddido e ferido na cabeça por um desconhecido.

Quatro paginas. *Formato* de 253X390^{m/m}, a quatro columnas

Assignaturas:— 14\$000 rs. o anno, 7\$000 rs. o semestre e 4\$000 rs. o trimestre, com sello;— 12\$000 rs. o anno 6\$000 rs. o semestre e 3\$000 rs. o trimestre, sem sello. Avulso: 200 rs.

Tiragem: 600 exemplares.

Collaboradores:— Candido Costa, padre Antunes de Siqueira, Ubaldo Rodrigues, Adelina Lyrio, Tiburcio de Oliveira, Domingos Vicente, Francisco Barcellos Freire, Sebastião Mestrinho, Jorge Rodrigues, Olympio Hygino, Luiz Victoriense, Valentim Debiase e outros.

60 — VASCO COUTINHO.—Capital.— *Typ. do Vasco Coutinho.*—Appareceu em 1º de novembro de 1883.

Dizia-se alheio ás luctas politicas e trazia, no cabeçalho, uma gravura reproduzindo a vista da cidade de Victoria.

No seu artigo de apresentação, disse o seguinte:— «Pedi-rá á Provincia do Espirito Santo que seja um pouco mais avára do que é seu, e que cesse as suas liberalidades; será mais sincero do que astuto; não empregará o artificio da gravidade convencional; não será um instrumento apto para curvas, nem terá preconceitos de especie alguma; nada collocará acima do direito, nada acima da verdade».

A secção — *Maná da Preguiça* — correspondia ao folhetim dos demais jornaes.

Pertencia ao capitão Odorico José Mululo e era redactado pelo dr. José Joaquim Pessanha Póvoa, que, achando-se afastado das lutas jornalísticas, voltava á liça com a publicação desse periodico.

Publicava-se, do nº 4 em diante, ás segundas e quintas-feiras. Sua typographia chegara á capital da Provincia em 1º de outubro.

Em 1884, distribuiu circulares, promettendo, a contar de julho, modificar seu programma. «E' preciso, pois resistir já e já contra os gatunos», diz no final da dita circular, «contra os malucos, contra os que nada tem e de inveja atacam os que alguma cousa ou alguns bens possuem. Este jornal repete o que já disse: *Vivam os clubs abolicionistas*, com tanto que, com esse nome embora, não ultrajem o senhor, não açulem o odio do escravo, não injuriem o governo, não prejudiquem os senhores dos escravos, que os possuem — tão legitimamente como quem possui outros bens de raiz — adquiridos por herança ou por titulo nobil — escriptura de compra ou doações etc. E' preciso que essa gente que fala, que agita, que ataca os interesses da lavoura ou de todas as classes e profissões, saiba que ha quem os contraria e mostra que os escravos da lavoura devem ser libertos — pelo governo, pelo triplo do seu valor e pelo do seu valor e mais um terço indemnizando os senhores — quer sejam os clubs, quer os caridosos que forem especuladores E' para taes assumptos, e outros de interesse geral, que o — *Vasco Coutinho* — entra resolutivo no seu 2º semestre, e pede a s. s. e aos seus amigos — uma assignatura que será de — (1 anno) 20\$000.

«Finalmente, este jornal é contrario a todo o systema de corrupção, quer se trate do theatro, do romance, dos governos e das autoridades de qualquer categoria. Onde estiver o residuo da immoralidade elle levará o brazedo e onde estiverem pennas enxafurdadas no lodo, — e escriptores de superfluidades prejudiciaes elle levará o exemplo do certo e do util».

Deixou de circular em 16 de maio de 1884, publicando *O Arado*, de 3 de julho do mesmo anno, o seguinte: — «A redacção do *Vasco Coutinho* pede-nos que declaremos aos seus assignantes que — nem os que devem mandaram as importancias das assignaturas, e nem um só lavrador — respondeu a circular; e que, por isso — adiara a sua continuação para melhores tempos».

1884

61 — MAGNOLIA. — Capital. — *Typ. do Vasco Coutinho*. — Este hebdomadario saiu aos 4 de fevereiro de 1884, sendo redigido pelos typographos do *Vasco Coutinho*, e dedicado ao bello-sexo.

Consta-nos que fazia parte de sua redacção d. Octavia Mululo.

62 — A MEDITAÇÃO. — Capital. — *Typ. da Prov. do E. Santo*. — Apareceu aos 10 de fevereiro de 1884 e, após a interrupção de uma quinzena, reapareceu aos 17 de março, dando o 4º numero.

Propriedade e redacção do corpo typographico da *Provincia*.

Tinha por escopo a elevação do espirito de classe e a dignificação da arte.

63 — O ARADO. — Capital. — Bi-semanario imparcial de pequeno *formato*

Appareceu aos 3 de julho de 1884, e suspendeu a publicação no anno seguinte, sendo substituido pelo *Liberal*.

O responsavel era Domingos da Silva Santos e estava sob a redacção do dr. José Joaquim Pessanha Póvoa.

Augmentou o *formato* do n.º 28 (2 de outubro de 1884) em diante.

64 — O PORVIR. — Capital. — *Typ. da Prov. do E. Santo*. — Periodico imparcial e literario, dedicado aos artistas.

Appareceu aos 6 de setembro de 1884

Entre seus redactores estavam Francisco de Lima Escobar Araujo e Ernestino Francisco do Nascimento, que se retirou da redacção aos 21 de outubro do mesmo anno.

Além de Escobar Araujo, o *Lucifer*, de 1.º de dezembro, aponta como redactores desse periodico os srs. Cleto Nunes e Godofredo da Silveira.

65 — LUCIFER. — Capital. — *Typ. d'A Folha da Victoria*. —

Periodico critico e literario cujo primeiro numero saiu aos 6 de outubro de 1884.

Orgam do povo.

Estava sob a redacção de Antonio Nascimento, J. Marins e outros.

Assignaturas: 2\$000 rs. o trimestre, e 500 rs. o mez.

Formato de 187 X 300 ^m/_m, a tres columnas.

66 — ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL e AGRICOLA DA PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO. — Capital. — *Editora a Empresa d'A Provincia do Espirito Santo* (anno primeiro—1884—338 pags., além das de notabilidades, 80 X 140 ^m/_m; anno segundo—1885—361 pags. sem as de notabilidades;—anno terceiro—1886—569 pags. sem as notabilidades, 78 X 150 ^m/_m;—anno quarto—1889—340 pags. fóra as notabilidades). — Publicado pela primeira vez em 1884, por Godofredo da Silveira.

O volume referente ao primeiro anno foi distribuido em agosto do mesmo anno.

Interrompeu a publicação em 1887, reaparecendo em 1889.

Tinha auxilio do governo provincial, concedido pela Lei n.º 37, de 2 de maio de 1884.

1885

67 — O CONSTITUCIONAL — Villa do Itapemirim, Cachoeiro do Itapemirim. — *Typ. d'O Constitucional*. — Surgiu aos 12 de abril de 1885, na villa do Itapemirim, porém, de 25 de julho de 1886, passou a ser publicado em Cachoeiro do Itapemirim, onde deu o ultimo numero, aos 25 de dezembro de 1889.

Periodico politico, agricola e commercial, organo do partido conservador do 2º districto da provincia, propunha-se a sustentar as idéas daquelle partido «embora abraçasse a causa da naturalização».

Divisa: — «*não brilhar, mas prestar*».

Redactor-chefe: dr. João Vasco Cabral Filho. Redactor-gerente: Francisco Gomes Pinheiro, substituido, em 1888, por Augusto Cabral.

No primeiro numero que publicou na cidade do Cachoeiro (1º do 2º anno, 25 de julho de 1886), disse que exerceria o direito de critica—«com uma cortesia estudada, acatando a pessoa e apreciando sómente idéas e opiniões».

Havendo suspendido a publicação, reapareceu em 23 de abril de 1888. No anno seguinte, tornou a suspende-la, durante dous mezes, voltando á publicidade em 22 de junho.

Quatro paginas. *Formato* de 255X400 ^m/_m, a quatro columnas.

Publicava-se aos domingos. Passou, a 3 de maio de 1887, a sair ás terças-feiras, voltando, em 8 de julho de 1888, a circular dominicalmente. Bi-semanal, em 1889.

Assignatura: 10\$000 rs. o anno. Em 1886, augmentou para 12\$000 rs.

Collaboradores: Freire Gameiro, Candido Lopes, etc.

68 — O LIBERAL.— Capital.— *Typ. d'O Liberal*.— Apareceu aos 17 de junho de 1885.

Orgão do partido do mesmo nome.

Seus redactores foram dr. J. J. Pessanha Póvoa e Maximino Maia, sendo que o ultimo era seu proprietario.

«O Liberal vem substituir o *Horizonte* e o *Arado*, cujas redacções, attendendo ao pedido do directorio liberal, resolveram substituir aquelles jornaes pelo que hoje apparece, como organo do partido».

«Este jornal», diz no artigo de apresentação, «tem outra missão, e essa consiste em impor castigos a quantos não se convencem de que não haverá felicidade no mundo, enquanto todos os homens não se associarem para o fim commum da felicidade da Patria».

Publicava-se tri-semanalmente.

Quatro paginas. Dimensões: 272X417 ^m/_m, a cinco columnas.

Os preços das assignaturas eram: sem sello, anno 12\$000, semestre 6\$000 rs. e o trimestre 3\$000 rs.; com sello, anno 14\$000 rs., semestre 7\$000 rs. e trimestre 4\$000 rs. Folha avulsa: 100 rs.

69 — O ATHLETA.— Capital.— *Typ. d'A Folha da Victoria*.— O primeiro numero saiu aos 16 de agosto de 1885.

Publicava-se tres vezes no mez.

Redactoriado por uma commissão de socios da sociedade—«*Amor ás Letras*», entre os quaes estava Lydio Mululo.

Advogava a causa da instrucção e da mocidade estudiosa.

1886

70 — A REGENERAÇÃO.— Benevente (Anchieta). — *Typ. d'A Regeneração*.— Periodico agricola, commercial, noticioso e politico conservador, organo do municipio.

O primeiro numero saiu a 1º de janeiro de 1886.

Propriedade e redacção do dr. Heliodoro José da Silva.

Promettia ser sentinella avançada, vigilante e zelosa dos interesses moraes e materiaes do municipio; afastar-se do caminho da pequena politica de aldeia e fazer politica elevada.

Assignava-se, annualmente, por 10\$000 rs.

Collaboradores: dr. Horacio Costa, prof. Amancio Pereira e outros.

Sua typographia foi adquirida pelo Club Republicano da localidade, para publicar—*A Tribuna*.

71. — O METEORO. — Capital. — *Typ. d'A Folha da Victoria*.

— O primeiro numero deste semanario literario teve a data de 10 de fevereiro de 1886, e o ultimo (32), de 25 de setembro do mesmo anno.

Mantinha-se neutro em politica e tinha—«como divisa de seu programma o fiel compromisso que vem de tomar, transmittindo as noticias que chegarem ao seu conhecimento e cedendo as suas columnas para a sustentação e a defesa dos interesses mais palpitantes da provincia, nas forças que lhe forem compativeis».

Editor: Sizenando Meirelles.

Entre seus collaboradores contava-se Amancio Pereira.

1887

72 — O NAMORADO. — Capital. — *Typ. do Namorado*. — Este pequeno periodico publicou somente um numero, aos 10 de julho de 1887, sendo substituido pelo *Zoilo*.

O prélo da typographia era de madeira.

Consta-nos que era propriedade de Manoel Corrêa de Jesus e redacção de Francisco Goulart e A. Corrêa de Jesus.

73 — O ZOILO. — Capital. — *Typ. d'O Zoilo*. — Apareceu em 17 de julho de 1887, em substituição ao *Namorado*. Pequeno formato.

Redacção e propriedade: as mesmas do *Namorado*.

1888

74 — HOMENAGEM AO DIA 7 DE SETEMBRO. — Capital. — Polyanthêa commemorativa á Independencia Nacional.

1889

75 — A GRINALDA. — Capital. — *Typ. d'A Folha da Victoria*. — Pequeno hebdomadario, dedicado ao bello-sexo e de propriedade dos typographos d'A *Folha da Victoria*.

Apareceu aos 3 de fevereiro de 1889, sendo seus redactores Urbano Xavier e Antonio Coelho.

Tinha o tamanho de uma folha de papel almasso, com tres columnas, custando a assignatura 500 rs. mensaes.

76 — A TRIBUNA. — Anchieta. — *Typ. d'A Tribuna*. — Orgam republicano, apparecido aos 3 de fevereiro de 1889, sob a redacção do dr. Horacio Costa.

O seu artigo de apresentação é o seguinte: «A TRIBUNA. — Anchieta, 3 de fevereiro de 1889. — Nesta epoca de corrupção, em que

o vintem arrancado do povo serve para o banqueteamento da monarchia e seus asseclas; nesta epoca de decomposição social em que reina, governa e administra o filhotismo de puro sangue; nesta epoca em que se especula com a credulidade popular, filha da ignorancia que lavra intensamente todo o paiz: dar-se publicidade a um organ republicano que defenda os interesses do povo, salvaguardando-o dos botes traçoeiros do governo monarchico que preside nossos destinos, comprometendo-nos interna e externamente com lançamento de pesados impostos e empréstimos constantes, não obstante o deficit avultado que recai sobre nossos hombros, é um desprendimento de nós mesmos, é uma coragem civica».

«O Brasil estará irremissivelmente perdido se continuar esse sorvedouro dos dinheiros publicos, da dignidade, da honra popular, a que por ahi se dá o nome de monarchia, forma de governo que, como a escravidão, é anachronica».

«A monarchia brasileira, como todo o moribundo, vê que se aproxima o ultimo periodo de sua existencia; e para prolongal-a, se bem que destendida em pestilento grabato, lança mão de todos os meios, embora sirva-lhe de epitaphio a ignominia, a execração do povo brasileiro. Condemnada desde seu nascedouro, tem vivido a monarchia da manha, da corrupção fazendo concessões vergonhosas, prendendo com seus tentaculos o povo incauto, sugando-lhe o sangue todo. Não ha respeito á lei; as garantias sociaes estão á mercê de uns tresloucados mandatarios do alto poder, desde a mais populosa e florescente cidade até a povoação mais mediocre, mais acanhada. Os homens são do paiz, porém, que ainda não foram minados pela devassidão da realza bragantina, reagem, nascendo dessa reacção o Partido Republicano, forte, pujante, capaz de sossobral-a, se a batalha fôr bem ferida, utilizadas todas as forças, ainda exparsas».

«A *Tribuna* apparece cheia de fé, conscia de que prestará grande serviço á causa hodierna—a Republica Federativa—, empenhando-se na propagação das idéas democraticas, empregando sempre linguagem energica, mas cavalleirosa. Terá por vezes necessidade de atacar de frente os actos das autoridades locaes, quasi sempre ou sempre arbitrarías e caprichosas; mas nunca descera ás individualidades senão como mera referencia. A *Tribuna*, pois, constitue-se advogado do povo nesta pequena parte do Espirito Santo—a cidade de Anchieta».

Tornou-se, do nº. 52 (26 de janeiro 1890), em diante, *organ da comarca*, sob a gerencia de José Tavares, sendo editor: A. Campos, e redactores diversos.

«O seu programma talhado pelos moldes de hontem, será a defesa dos direitos publicos, a reprimenda á corrupção, o apoio do desenvolvimento intellectual, entre nós, ainda em embrião, e o applauso ao merito; será, finalmente, a sentinella avançada, a guarda da sociedade municipal.»

Os seus accionistas, reunidos no dia 20 de janeiro de 1890, haviam eleito uma commissão de redacção composta dos cidadãos—Sizenando Mattos, Guido Von Doellinger e Antero de Almeida. Aos 13 de abril do mesmo anno, começou a ter como gerente: A. Pires, e como editor: J. Carneiro.

Havendo paralisado a publicação, aos 30 de junho de 1890, reapareceu, aos 14 de setembro, sob a redacção dos srs. dr. Heliodoro Silva, dr. Candido Borges e Sizenando Mattos (red-gerente).

Publicava-se dominicalmente.

Quatro paginas. Dimensões: 217 X 363^{m/m}, a quatro columnas.

As assignaturas obedeciam ás seguintes condições: — anno 10\$000 rs., semestre—6\$000 rs., trimestre 2\$50); avulso 200 rs. O trimestre foi augmentado, do n.º 2, em diante, para 4\$000. Soffreram alteração, aos 26 de janeiro de 1890, ficando assim estabelecidas: — Estado do E. Santo: 10\$000 rs., o anno e 6\$000 rs. o semestre; Estados confederados: anno 12\$000 rs. e 7\$000 rs. o semestre.

Collaboradores: — dr. Affonso Claudio, dr. Antonio Rodrigues de Miranda, Antero de Almeida, que foi um dos fundadores, e outros.

77 — O SEMANAL.— *Typ. da Prov. do E. Santo.* — Começou a ser publicado aos 2 de abril de 1889, e terminou aos 18 de agosto de 1890, com o numero 44.

Era orgam dos alumnos do Atheneu Provincial e redactoria- do pelos estudantes Affonso de Magalhães, Enéas Tagarro e Sebastião Barroso.

A assignatura custava 500 rs., sem sello e 600 rs., com sello, mensaes.

Dimensões: 185 X 295^{m/m}, a tres columnas.

Collaboradores: — padre Antunes de Siqueira, prof. Amancio Pereira, Manoel José Dias Junior, e outros.

78 — A VIOLETA.— Cachoeiro do Itapemirim.— *Typ. do Cachoeirano.*—Semnario literario, noticioso e recreativo, dedicado á juventude cachoeirense, apparecido aos 18 de agosto de 1889, sob a redacção de Leopoldino Lima e Manoel Bermude, typographos do *Cachoeirano*.

Seria — «igual á flôr do mesmo nome, modesto, simples e delicado para com todos».

Assignatura: 1\$500 rs. por trimestre.

Formato de 125 X 190^{m/m}, com duas columnas. Quatro paginas. Saiu aos domingos, até 8 de setembro, quando passou a circular ás segundas-feiras.

Suspendeu a publicação em agosto de 1890.

79 — DIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO.— Capital.— *Typ. do Diario do E. Santo.*— Com o advento da Republica, a *Provincia do Espirito Santo* mudou o seu nome para *Diario do Espirito Santo*, cujo primeiro saiu á publicidade aos 23 de novembro de 1889.

Divisa: — *Ordem e Progresso.*

Quatro paginas. *Formato* de 253 X 415^{m/m}, a quatro columnas. Tiragem: 1000 exemplares.

Assignava-se: o anno 12\$000 rs., para a capital; e 15\$000 rs. para fóra. Foi substituido pelo *Estado do Espirito Santo*.

80 — CALENDÁRIO DA CASA VERDE.— Capital.— *Imp. Mont' Alverne*, Rio (anno 1—1889 — 24 pags., não numeradas, além da capa; anno 2º—1890 — 24 pags. numeradas na parte inferior); *Typ. J. A. Borges*, Capital Federal (anno 3º—1891 — 34 pags. sem numeração; anno 4º—1892 — 36 pags. s/n.; an. 5º—1893 — 40 pags. s/n.); — *Typ. Occidental e Lithographia Portuguesa*, Porto (an. 6º—1894 — 36 pags. s/n.; an. 7º

—1895 — 38 pags. s/n.; an. 8º — 1896 — 40 pags. numeração em a parte inferior); — *Pap. e Typ. Acadêmica e Lithographia Portuguesa*, Porto (an. 9º — 1897 — 44 pags. numeração na parte superior; an. 10º — 1898 — 48 pags.); — *Typ. Occidental e Lithographica Portuguesa*, Porto (an. 11º — 1899 — 64 pags.); — *Pap. e Typ. Acadêmica, e Lithographia Portuguesa*, Porto (an. 12º — 1900 — 15 pags.; an. 13º — 1901 — 64 pags.; an. 14º — 1902 — 84º pags.; an. 15º — 1903 — 68 pags.); — *Typ. a Vapor da Empresa Guedes, e Lithographia Portuguesa*, Porto (an. 16º — 1904 — 84 pags.; an. 17º — 1905 — 19 pags.; an. 18º — 1906 — 80 pags.; an. 19º — 1907 — 104 pags.; an. 20º — 1908 — 96 pags.; an. 21 — 1909 — 104 pags.; an. 22º — 1910 — 96 pags.); — *Typ. Industrial Portuguesa de Francisco Luiz d'Abreu, e Lithographia Portuguesa*, Porto (an. 23º — 1911 — 96 pags.; an. 24º — 1912 — 96 pags.; an. 25º — 1913 — 96 pags.); — *Imprensa Libanio da Silva*, Lisboa (an. 26º — 1914 — 96 pags.; an. 27º — 1915 — 96 pags.; an. 28º — 1916 — 96 pags.; an. 29º — 1917 — 96 pags.; an. 30º — 1918 — 96 pags.; an. 31º — 1919 — 96 pags. an. 32º — 1920 — 88 pags.; an. 33º — 1921 — 88 pags.; an. 34 — 1922 — 96 pags.) — Saiu pela primeira vez em 1859 com o título: — *Calendario Folhinha que aos habitantes da Provincia do Espirito Santo offerece a Casa Verde de propriedade de Cruz & Irmão*.

Em 1890, substituiu a palavra *Provincia*, por *Estado*.

No anno 3º, 1891, o titulo passou a ser: — «Calendario da Casa Verde (fundada em 1879), offerecido á população do Estado do Espirito Santo, por Cruz & Irmão».

Em 1893, a firma proprietaria modificada para — *Cruz, Irmão & Cia.*; em 1905, para — *Cruz, Duarte & Cia.*

Offerecido á população dos Estados do Espirito Santo e Minas, a partir de 1914; no anno seguinte, a firma alterada para *Cruz, Sobrinhos & Cia.*

Publicava annuncios da Casa Verde e um pouco de literatura para amenizar sua tarefa mercantil.

«Por elle, diz em seu primeiro nº., o bello sexo e mais pessoas estarão ao corrente dos anniversarios da maior parte da população desta cidade, inclusive o da Casa Verde»; mas tem o cuidado de accrescentar, para evitar a zanga das gentis freguesas — «O bello sexo não tem idade—isto já se deve ter dito e se ainda não se disse, ha de muitas vezes ser repetido. O bello sexo tem phases de brilho. Por isso omitimos o anno do nascimento das exmas. freguesas, dando sómente a data. Na Victoria e circumvisinhanças, não ha velhas.»

Depois de uma declaração dessas, si não augmentou a freguesia da C. Verde, as nossas patricias passarão, naturalmente, por ingratas...

Mas... apesar de omitir o anno do nascimento... pode-se fazer muito calculo indiscreto:

«Fulana tem o anniversario registado no *Calendari* do Cruz, para o anno de...; quer dizer que, *no minimo*, tem tantos annos.» Releve o sr. Anselmo a maldade do reparo, e as nossas *melindrosas* que não deixem, por isso, de visitar o estabelecimento, onde serão tratadas com toda a attenção e delicadesa, embora façam por abaixo dez prateleiras, para comprar um metro de fita... Si a tarefa da desarrumação e

arrumação é penosa, um sorriso, acompanhado de um *muito obrigada*, paga e deixa saldo, que o *Filó* se encarrega de escripturar embora fique com inveja dos que trabalham no varejo...

No 3º anno, em 1891, franqueou o *Calendario* suas paginas á collaboração, e começou a publicar secção de charadas, logographos, etc., iniciando o torneio charadístico, com premios, em 1893.

A capa impressa a cores, a principio, passa, a partir de 1894, a ser, illuminada com uma chromo-lithographia.

O numero de 1890, teve o texto impresso a ouro.

Iniciou, em 1897, a publicação de biographias, accompanhadas de retratos, de personagens que se tenham salientado na vida politica, administrativa, literaria, commercial e industrial do Estado.

Começou a galeria com o dr. Graciano dos Santos Neves, e, até hoje, nella tem apparecido mais as seguintes individualidades: — dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 1898; Bispo D. João Nery, em 1899; dr. Affonso Claudio de Freitas Rosa, em 1900; dr. José Marcellino Pessôa de Vasconcellos, em 1901; Cleto Nunes, em 1902; cel. Henrique Coutinho, em 1903; cel. Emilio Coutinho, em 1904; cel. José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, e José Joaquim da Cruz, em 1905; Bispo D. Fernando de Souza Monteiro, em 1906; Domingos José Martins, em 1907; Joaquim José da Cruz e dr. J. J. Pessanha Póvoa, em 1908; dr. Jeronymo de S. Monteiro, em 1909; cel. Joaquim C. Lyrio, em 1910; dr. Antonio Gomes Aguirre, em 1911; dr. Deocleciano de Oliveira, em 1912; Barão do Rio Branco, em 1913; cel. Marcondes Alves de Souza, em 1914; dr. Francisco Athayde, em 1915; cel. Ramiro de Barros Conceição, em 1916; dr. Bernardino de S. Monteiro, em 1917; dr. Henrique de Novaes, em 1918; Bispo D. Benedicto Alves de Souza, em 1919; dr. Epitacio Pessôa, em 1920; cel. Nestor Gomes, em 1921; e Ruy Barbosa, em 1922.

Possuia numeroso corpo de collaboradores literarios e charadísticos.

Publicação suspensa actualmente.

1890

81 — O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. — Capital. — *Typ. do Estado*. — Jornal de publicação diaria, que veio substituir a *Provincia* e o *Diario do Espirito Santo*.

O seu primeiro numero circulou a 1º de janeiro 1890.

Divisa: — *Ordem e Progresso*.

Redactores: Moniz Freire e Cleto Nunes. Tendo o dr. Moniz Freire ido á Capital Federal tomar parte nos trabalhos da Constituinte Republicana, ficou encarregado da redacção o dr. Gonçalo Marinho de Albuquerque Lins.

Aos 2 de outubro, tornou-se orgam do Partido Republicano Constructor, tendo como divisas — *Pro Patria e Ordem e Progresso*. Nessa occasião deixou de fazer parte de sua redacção o sr. Cleto Nunes.

Retirou, ao depois, o artigo do titulo — *Estado do Espirito Santo*.

Sua direcção politica, a 1º de agosto de 1891, passou aos drs. Moniz Freire e Affonso Claudio, e a redacção e gerencia ao dr. Horacio Costa.

Suspendeu a publicação, aos 4 de novembro, por motivo do *golpe de Estado*, e reapareceu a 25 do mesmo mez e anno, dizendo, nessa occasião:— «Reapparece hoje *O Estado*, forte, pujante, pondo-se novamente na vanguarda em defesa do povo que o sr. Lucena entendeu espesinhar.

«*O Estado*, affeito ás luctas pela liberdade, não podia tolerar que fossem suspensas arbitraria, criminosamente, as garantias individuaes, ameaçados os propulsores da causa da liberdade com o processo summarissimo! Suspendeu sua publicação, procurando em outros preparar a defesa dos direitos do povo, conculcados por um tresloucado governo. A lei foi victoriosa e ao povo restituiu-se a liberdade. Floriano Peixoto assumiu as redeas do governo, atirando ao limbo a prepotencia atrevida de um ministro insolente. Viva a Patria Brasileira! Viva o dignissimo Presidente da Republica! Viva o brioso militar que hontem assumiu a administração do paiz! Viva o Congresso Nacional!»

Em 1892, passou a ser dirigido e redactoriado por Affonso Magalhães, continuando, porem, a direcção politica sob a immediata responsabilidade de Moniz Freire. Retirando-se, em maio, Affonso Magalhães da direcção e redacção, por haver enfermado, foi substituido pelo dr. Torquato Rosa Moreira, que, ao se auzentar deste Estado, teve por successor, aos 3 de maio de 1893, o coronel Augusto Calmon Nogueira da Gama.

Havendo interrupção no trafego maritimo entre esta capital e a cidade do Rio de Janeiro, por motivo da revolta da armada, suspendeu a publicação, por falta da papel, em 1893, tornando a circular pouco depois.

Aos 11 de junho de 1895, o coronel Augusto Calmon assignou termo de responsabilidade para sua publicação, constando do dito termo ser aquelle cidadão o proprietario e director politico; João Baptista da Fontoura Xavier, redactor-chefe; e Manoel Benigno do Nascimento, gerente e administrador.

No mez de agosto de 1896, passou a figurar como proprietario José Ferreira Dias.

Orgam do Partido Constructor-autonomista, a partir de 27 de novembro de 1897.

No anno de 1899, reassumiu a sua redacção o dr. Moniz Freire. Em março de 1904, começou a exercer a chefia da redacção o dr. Argeu Monjardim.

Aos 5 de janeiro de 1907, a direcção politica foi entregue ao dr. Aristides A. Guaraná, ficando o corpo de redacção composto dos drs. Eutropio de Faria (gerente e secretario), Ricardo de Faria, Antonio Aguirre, Manoel Monjardim, Deocleciano Nunes de Oliveira, tendo como gerente das officinas o sr. Alcino Leal.

Em 1908, esteve sob a redacção do dr. José Monjardim, sendo posteriormente redactoriado pelo dr. Argeu Monjardim.

Foi orgam official, de março de 1892 até 1905.

Soffreu dois *empastellamentos*: — o primeiro em 19 de maio de 1906, reaparecendo em 10 de janeiro do anno seguinte, e o segundo em a noite de 6 de agosto de 1911, cessando então, diffinitivamente, a sua publicação.

Tiragem, em 1890, 1700 exemplares.

Quatro paginas. *Formato* de 255 X 415 m/m, a quatro colum-

nas. Aumentou, em 1892, para 315 X 460 ^m/_m, accrescentando mais uma columna, e, finalmente, para 320 X 460 ^m/_m.

As condições de suas assignaturas eram: anno 12\$000 rs., para a capital, e 15\$000 rs. para fóra. Passaram, em 1892, a ser: capital 12\$ rs., o anno, 6\$000 rs. o semestre, 3\$000 rs. o trimestre; para as localidades 15\$000 rs. o anno, 8\$000 rs. o semestre, e 5\$000 rs. o trimestre. Em 1894, foram modificadas 18\$000 rs. o anno, 9\$000 rs. o semestre, e 5\$000 rs. o trimestre, para a capital; — 20\$000 rs. o anno, e 12\$000 rs. o semestre, para fóra. Avulso: 200 rs.; em 1906 — 100 rs.

Aos domingos, trazia uma pagina exclusivamente literaria.

Entre seus collaboradores, em differentes epochas, contavam-se:— dr. Goncalo Marinho de Albuquerque Lins, dr. Horacio Costa, dr. José Joaquim Pessanha Póvoa, dr. Antonio Athayde, Antero de Almeida, dr. Affonso Claudio, pharmaceutico Ignacio Pessôa, Cleto Nunes Pereira, dr. Godofredo Autran, padre Antunes de Siqueira, cel. Henrique da Silva Coutinho, Emilio da Silva Coutinho, Basilio Carvalho Daemon, J. A. de Faria, Domingos Vicente, dr. Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto, A. Campos, Antonio Buarque, José Candido, cel. Augusto Calmon Nogueira da Gama, dr. Argeu Monjardim, José Francisco Monjardim, dr. Custodio Moreira, M. A. Dragueiro e Sá, Valentim Debiase, Campos Cartier, Crescenciano Silva, Manoel de Alvarenga, dr. Olyntho Modesto, dr. Olympio Lyrio, Henrique Cancio, dr. Graciano Neves, dr. Affonso Lyrio, dr. Oswaldo Poggi de Figueiredo, Zozimo Fraga, Luiz Fraga, dr. Deocleciano Nunes de Oliveira, dr. Manoel Monjardim, dr. Eutropio Pereira de Faria, dr. Ricardo Vieira de Faria, Edgardo Daemon e outros.

82 — O LIDADOR.— Capital.— *Typ. d.... Typ. do Diario Official*. — Hebdomadario literario, recreativo e noticioso, cujo primeiro numero appareceu aos 2 de fevereiro de 1890.

Era redactoriado por Phedro Daemon. Elpidio Boamorte, Frederico d'Almeida, Affonso Magalhães e Braulio Cordeiro Junior. Editor: Urbano Xavier.

Paralysada a publicação por espaço de tres mezes, reapareceu aos 13 de julho, deixando, porém, de fazer parte de sua redacção — Affonso Magalhães e Braulio Cordeiro Junior.

Publicou sómente 24 numeros; sendo o ultimo datado de 5 de outubro.

Amancio Pereira e outros, os collaboradores.

83 — O ROUXINOL.— Anchieta.— *Typ. d'A Tribuna*.— Começou a trinar em março de 1890.

Pequeno *formato* e dedicado ao bello-sexo.

84 — DIARIO OFFICIAL DO ESTADO FEDERAL DO ESPIRITO SANTO.— Capital.— *Imprensa do Diario Official*.— Creado pelo decreto nº 14 de 20 de fevereiro de 1890, em vista da rescisão do contracto que o governo mantinha com o *Estado do Espirito Santo*, para a publicação dos actos officiaes.

O primeiro numero appareceu aos 23 de maio de 1890.

Sua divisa era — *Ordem e Progresso*— e tinha no centro do cabeçalho, entre as palavras *Diario* e *Official*, as armas da Republica.

O decreto, que o creou, abriu, também, o credito de dez contos para a compra do material necessario á montagem de suas officinas.

O regulamento da *Imprensa Official*, o qual teve o nº. 1, foi approved pelo decreto nº. 20, de 15 de abril.

A direcção estava a cargo de um director, com os vencimentos annuaes de 3:600\$000 rs., e de um secretario, servindo de revisor, percebendo os vencimentos annuaes de 1:600\$000 rs.

O seu primeiro director-redactor-chefe foi o cidadão Antero Pinto de Almeida, nomeado pela resolução nº. 185, de 17 de abril. Interinamente, occupou a direcção e chefia da redacção o sr. Cleto Nunes Pereira, nomeado pela resolução nº. 527, de 2 de dezembro, por se achar o effectivo em goso de licença, sendo dispensado pela resolução nº. 565, de 20 do mesmo mez. A citada resolução nº. 185, de 17 de abril, nomeou secretario-revisor o sr. Affonso Henriques de Magalhães, que foi exonerado pela resol. nº. 522, de 29 de novembro, e substituído pelo sr. Aldano Ferreira de Paiva, designado pela resol. nº. 527, de 2 de dezembro.

Além de ser o portador do movimento administrativo do Estado, tinha o programma «de todos os organs de imprensa que se medem pela probidade, honra e dignidade da Patria».

Não se publicava nas segundas-feiras e nos dias immediatos aos de festa nacional. Distribuiu-se pela manhã, até 31 de maio, quando passou a sel-o depois do meio-dia.

Collaboradores: dr. José Batalha Ribeiro, Affonso Magalhães, dr. M. V. Brandão e outros.

Assignava-se, annualmente, por 12\$000 rs.; e, trimestralmente, por 3\$000 rs.

A composição enchia, em cada uma das quatro paginas, o espaço de 265 X 415^{m/m}, sendo dividida em quatro columnas.

O pessoal de suas officinas era composto de - Domingos Leal de Jesus, administrador; Irineu Tagarro, carteiro-correio; Olympio Hygino, Manoel Francisco de Salles e José Pinto Dias, typographos de 1ª classe; Vicente Paula Amorim, typographo de 2ª classe; João Christomo Duarte e Alcino José Leal, de 3ª classe; Leopoldo Augusto Nunes, official de machinas, e Aureliano Nunes Pereira, official rolador.

Em 1891, passou a se denominar - *Correio Official*.

85 — O FEDERALISTA. — Capital. — *Typ. d'O Federalista*. — Principiou a circular aos 30 de julho de 1890, sendo *organ democratico* da «União Republicana Espirito-Santense».

Do artigo de apresentação, trasladamos o seguinte trecho: — «O FEDERALISTA, organ da *União Republicana Espirito-Santense*, defenderá os principios da agremiação e não olhará para os lados; será indifferente a todos aquelles que malevolamente procurarem desviar-o da trilha recta do dever, justiça e direito. Será energico, quando se tratar de defender a autonomia deste Estado, porém da sua energia dependerá a delicadeza na fórma». Termina dizendo ser sua divisa — «trabalhar para o progresso do Brasil, trabalhando pelo progresso do Espirito Santo».

Estava sob a redacção do dr. Antonio Aguirre, major Aristi-

des Freire e capm. Joaquim Lyrio. Da administração era encarregado o cidadão Leopoldino Lima. Impressor: Aprigio E. Galvão, até 21 de setembro, quando passou a ser impresso pelo cidadão Clarindo P. da Costa.

Publicava-se ás quintas-feiras e domingos.

A composição occupava 390 X 250 ^m/_m, dividida em quatro columnas. Quatro paginas.

Collaboradores: — dr. José Francisco Monjardim, dr. Ricardo Vieira de Faria, dr. Eutropio Pereira de Faria, Candido Costa, Valentim Debiase, etc.

86 — O PHAROL.— Capital.— Semanario. Orgam do Partido Operario do Estado e cujo primeiro numero saiu aos 31 de julho de 1890, sendo redactoriado pelo sr. Ansbert Guarany.

Seu programma foi traçado assim: — «O *Pharol* procurará por todos os meios ao seu alcance preparar o destino da classe de que é factor, abrindo o caminho mais recto, que os levem ao ponto em que descortinando horizontes ferteis de luz, possam radiantes de seu prestigio decretar leis salvadoras.»

Durou algum tempo a sua publicação.

1891

87 — COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO.— Capital. — *Typ. do Commercio*.— Começou a ser publicado em 1º de janeiro de 1891, por iniciativa do sr. José Pinto Guimarães.

Alheio a interesses pessoaes, tinha como programma: — a defesa do commercio, o desenvolvimento e progresso do Estado, a imparcialidade em politica e aspirava ser o leal interprete da opinião publica.

Era propriedade de uma associação, sendo administrador das officinas: Claudino Rocha.

Tornou-se, algum tempo depois, em 1892, orgam do partido «União Espirito-Santense», sendo seu redactor-chefe o prof. Aristides Freire, que foi substituido pelo dr. José Monjardim, de 22 de junho de 1892 até 1º de janeiro de 1894, em que reassumiu a chefia da redacção.

«Convertido em orgam da União Republicana Espirito-Santense, atravessou a crise mais arriscada, quando a liberdade da imprensa soffria torturas, e o governo regulava a peso e medida as apreciações de seus actos. Em seu escriptorio chegara a penetrar a policia, nos boatos alarmantes muitas vezes foi ameaçado; o dr. José Monjardim seu redactor-chefe, porém, em seu ardor de moço affrontou tudo e mantivera firme a sua redacção até novembro de 1893» (Editorial de 1º de janeiro de 1895.)

Havendo interrupção no trafego maritimo com a Capital Federal, causada pela revolta da armada, em 1893, suspendeu a publicação, por falta de papel, reaparecendo aos 7 de novembro do mesmo anno. No dia 9 do mesmo mez tornou a deixar de circular devido a reorganização do pessoal das officinas, voltando á liça no dia 16.

No anno seguinte, 1894, fez franca e vigorosa opposição ao projecto apresentado no seio do Congresso Legislativo Estadual, permitindo a reeleição do Presidente do Estado, sendo o mesmo retirado em vista da geral repulsa que provocou.

Nesse anno, seu material typographico foi completamente reformado, sendo o novo cabeçalho trabalhado pelo italiano Palazzoni Cesare, que tinha officina á rua 1º de Março, desta cidade.

Sua tiragem, nessa epoca, era de 1.500 exemplares.

Em maio de 1895, assumiu a administração de suas officinas o sr. Alcino Leal.

No periodo decorrido de 1º a 19 de julho do mesmo anno o seu redactor-chefe, Aristides Freire, que seguira para o sul do Estado, foi substituido pelo dr. Antonio Gomes Aguirre e advogado Ovidio dos Santos.

No anno de 1896, foi o seu redactor-chefe, prof. Aristides Freire, aggredido pelo dr. Augusto Braga, despertando esse facto grande indignação na população victoriense, sempre avessa ás violencias, concorrendo, ainda mais, para isso, o conceito e geral respeito em que era tido o aggredido, antigo educador da mocidade.

O motivo desse attentado, foi o seguinte: — nesse anno, em varios artigos, discutiu o *Commercio* a incompatibilidade existente no desempenho cumulativo das funcções dos cargos de promotor publico, curador de orphãos e procurador fiscal da Fazenda Estadual, exercidos pelo dr. Augusto Braga, que, dando uma promoção contraria aos interesses do Estado e a favor de orphãos, mostrou estar a rasão do lado do *Commercio*, que, aproveitando esse facto, fez novas considerações sobre o assumpto.

Seu adversario — *O Estado do Espirito Santo*, em resposta, publicou, aos 9 de setembro, as seguintes quadras: —

«Admiravel!

«Traducção ao pé da letra.

«Não admitte o *Commercio*

Justiça lá na fazenda,

Mesmo usurpar deve ella,

Contando que isto lhe renda!»

«Quer se trate de direito,

Quer á parte rasão sobre,

No entender do *Commercio*

Toda a questão é de cobre?»

«*Tableau.*»

A secção humoristica do *Commercio*, mantida por José Francisco da Silva, sob o pseudonymo de — *Revisor* —, encarregou-se, no dia seguinte, da resposta: —

«Admiravel!

«Traducção longe da letra.»

«Não admitte o *Commercio*

Justiça contra fazenda;

Embora o procurador

Assim pense, assim entenda.»

«Quer se trate de direito,
Causa rica na Justiça,
Não deve o procurador
Metter na causa a cubiça».

«E' feio ao procurador
Em deixar que as mãos lhe sujem
Quaesquer proventos que acaso
Lhe venham como lambujem.»

«Revisor»

Dada essa resposta, suspendeu o *Commercio* a discussão sobre o assumpto, porém, no dia 12, ás 10 ½ da manhã o promotor dr. Augusto Braga aggride o prof. Aristides Freire, na Ladeira Maria Ortiz, sendo pelo mesmo repellido com energia. Grande massa popular, aguilhada pela indignação, demonstrou, com vehemencia o sentimento que lhe causara o attentado, tentando lynchar o aggressor, que escapou, apenas com um ferimento na cabeça, devido á intervenção do dr. Antonio Gomes Aguirre e do Chefe de Policia.

Tornou-se, aos 18 de novembro desse mesmo anno de 1896, orgam do Partido Republicano Federal, sob a direcção do dr. Torquato Rosa Moreira, e redacção dos drs. Joaquim Antonio Guimarães (red.-chefe) e Horacio Costa e srs. Antero de Almeida, Ovidio dos Santos e José Francisco da Silva.

Em 1900, teve com redactor-secretario o dr. Asterio Mathias Pereira da Costa, que, por doente, deixou a redacção, em julho do mesmo anno, vindo a fallecer aos 12 do mez seguinte.

Nesse anno, de 1900, a começar de 21 de janeiro, publicou, aos domingos, em suas columnas o — *Commercio Junior*. Redactores:— «*Nós Mesmos*». Tinha 120 X 195 ^m/_m, com tres columnas.

Na ausencia do dr. Torquato Moreira, de 8 de junho a 21 de julho de 1904, assumiram a direcção os drs. Thiers Velloso e A. Baptista de Oliveira.

Creou, aos 20 de outubro do mesmo anno, a *secção italiana*, ás quintas-feiras, na qual publicava artigos de literatura, noticias, versos e tudo mais que fosse attinente aos interesses da colonia italiana.

No anno de 1906, sendo eleito o dr. Torquato Moreira, deputado ao Congresso Federal, teve por successor o dr. A. Baptista de Oliveira.

Retirando-se o dr. Baptista para a Bahia, ficou, a partir de 7 de agosto desse anno, a sua redacção entregue ao dr. Thiers Velloso e Cyrillo Tovar (gerente).

Depois tornou-se propriedade de Guimarães & Comp., sendo redactoriado pelo dr. Julio Leite.

Deixou, em 1º de janeiro de 1909, «a sua feição partidaria para ficar sendo um jornal exclusivamente dedicado aos interesses geraes da communhão, sem outras subordinações que não as que estejam ligadas aos deveres creados por sua nova orientação.»

Em 30 de abril de 1910, principiou a publicar ,na sua segun-

da pagina,— *O Tiro* —orgam do Tiro Brasileiro Victoria, e redigido pelo dr. Americo Coelho e Cyrillo Tovar.

Em 1911, teve como gerente o sr. José Simões Junior, e como administrador Ubaldo Madeira.

Circulava diariamente, tendo deixado de apparecer ás segundas-feiras, a contar de 2 de setembro de 1895. Passa a ser, em 29 de setembro de 1902, vespertino, voltando a sair tambem ás segundas-feiras.

Trazia, aos domingos, uma pagina exclusivamente literaria. Nas suas columnas foram publicadas as impressões do padre Thomaz Guizan, sobre a Europa, antes de enfeixadas em livro, sob o titulo — *Viagens na Europa (Hollanda, Allemanha e França)*.

Nos numeros de 26 de junho a 3 de julho de 1900, deste jornal, acha-se reimpresso o opusculo — *Heroismo de um Capichaba* — em que é narrada, de accordo com a tradição, a historia de Braz Gomes, o *Judeu pescador*.

As assignaturas custavam para a capital — 12\$000 rs. o anno, e para o interior e Estados 14\$000 rs., passando depois a ser para a capital: anno 12\$000 rs., semestre 6\$000 rs., trimestre 3\$000 rs.; para fóra da capital: anno 15\$000 rs., semestre 7\$500 rs., trimestre 3\$500 rs. Em 1894: augmentaram de preço, sendo 16\$000 rs. annuaes para a capital, e 18\$000 rs. para fóra. O numero avulso, que custava 100 rs., em 12 de novembro do mesmo anno, passou a 200 rs. Esses preços foram alterados, em 1895; anno 18\$000 rs., semestre 9\$000 rs., trimestre 5\$000 rs., para a capital; anno 20\$000 rs., semestre 10\$000 rs., para fóra, Reduz a folha avulsa, em 29 de setembro de 1902, a 100 rs. Em 1909, suas assignaturas custavam 25\$000 rs. o anno, 14\$000 rs. o semestre, para o exterior: 20\$000 rs. o anno, 10\$000 rs. o semestre, e 6\$000 rs. o trimestre, para o interior; e 18\$000 rs. o anno, 9\$000 rs. o semestre, e 5\$000 rs. o trimestre para a capital. Em 1911, passaram a ser: para a capital 12\$ rs. o anno, 6\$500 rs. o semestre, e 3\$500 rs. o trimestre; para o interior: anno 14\$000 rs., semestre 7\$500 rs., e o trimestre 4\$000 rs.; para o exterior: anno 18\$000 rs. semestre 10\$000 rs., e trimestre 5\$000 rs.

Quatro paginas. *Formato* de 260 X 400 ^m/_m, a quatro columnas. Augmentado, em 1892, para 270 X 420 ^m/_m, a cinco columnas; e, em 10 de setembro do mesmo anno, para 325 X 500 ^m/_m, com seis columnas. Diminuiu, depois (1894), para 300 X 460 ^m/_m, a cinco columnas. Novas alterações, em 1903, para 297 X 450 ^m/_m; em 9 de agosto de 1904, para 295 X 490 ^m/_m; em 1909 era 335 X 510 ^m/_m, com seis columnas.

Nas diversas phases de sua existencia, teve a collaboração de — dr. Antonio Gomes Aguirre, Antero de Almeida, Elpidio Boamorte, Bernardo Horta, Domingos Vicente, prof. Amancio Pereira, dr. Argeu Monjardim, dr. José Monjardim, Manoel Augusto da Silveira (que nelle publicou um estudo sobre os limites do Estado), dr. Cardoso da Cunha, dr. Eutropio Pereira de Faria, Francisco Rufino (*Jules Granval*), Edgardo Daemon, Collatino Barroso, padre Antunes de Siqueira, Affonso Magalhães, Alcina Mary, Lydio Mululo, dr. Antonio Ferreira Coelho, dr. Ricardo Vieira de Faria, dr. Oswaldo Poggi, Adolpho Galvão, dr. Luiz Adolpho Thiers Velloso, dr. Baptista de Oliveira, Deolindo Amaro da Costa, Walfrido Wanzeller, dr. Alfredo Caldas, dr. Bernardes Sobrinho, José Francisco da Silva, dr. Aristoteles Santos, ten. Ernesto Mattos, e outros.

Em 1912, passou a ser publicado com o nome de — *Commercio*.

88 — COMPANHEIRO DO SILENCIO. — Cachoeiro do Itapemirim. — *Typ. do Companheiro do Silencio*. — Hebdomadario. Organ do Partido Republicano-Constructor, e defensor dos interesses do commercio e da lavoura.

Appareceu a 1º de fevereiro de 1891, sendo seu proprietario João Luiz Teixeira, e seu redactor-chefe: João Paulo Ferreira Rios.

A typographia fôra inaugurada no dia anterior.

A tinta para a impressão do primeiro numero foi distribuida pelo prof. Quintiliano de Azevedo, o papel collocado por Bernardo Horta, e a pressão dada pelo dr. Lydio Marianno. Foi seu administrador Nicolau Tolentino Pereira Gonçalves, até 19 de março, quando passou a selo Francisco de Assis Silva.

Aos 9 de julho, tornou-se propriedade de Febronio Brabo e Francisco de Assis Silva.

Publicou, aos 23 de julho de 1891, o ultimo numero (nº 27), tomando então (nº 28) a denominação de — *Affonso Claudio*.

89 — AMIGO DO POVO. — Anchieta. — *Typ. do Amigo do Povo*. — Começou a ser publicado na primeira quinzena de fevereiro de 1891, sob a redacção do dr. Candido Borges e Sizenando Bourguignon.

90 — CORREIO OFFICIAL DO ESTADO FEDERAL DO ESPIRITO SANTO. — Capital. — *Imprensa Official*. — Este organ do governo Estadual começou a ser publicado a 1º de abril de 1891.

Sua divisa era — *Ordem e Progresso*.

No centro do cabeçalho, entre as palavras *Correio e Official*, as armas republicanas.

No anno seguinte, passou a chamar-se simplesmente — «*Correio Official*», sendo o *formato*, que era de 265 X 410^{m/m}, a quatro columnas, reduzido a 197 X 280^{m/m}, com tres columnas. O nº. de paginas, de quatro, augmentou para oito.

Assignaturas: por anno 12\$000 rs.; por semestre 3\$000 rs.

Collaboradores: dr. José Francisco Monjardim, Ovidio Santos, tambem redactor, e outros.

Foi extinto, pela Junta Governativa, aos 24 de março de 1892, em vista da despesa que occasionava, sendo sua typographia, que custara 10 contos de réis, adquirida pela empresa do *Estado do Espirito Santo*, pela importancia de tres contos de réis.

91 — AFFONSO CLAUDIO. — Cachoeiro do Itapemirim. — *Typ. do Affonso Claudio*. — Este periodio imparcial denominara-se antes — *O Companheiro do Silencio*.

Circulou pela primeira vez aos 6 de agosto de 1891.

Explica que: — «O nome do 1º governador deste Estado, estampado no frontespicio deste jornal, como titulo, não é um nome de guerra, não é uma bandeira hasteada nos muros de uma fortaleza, como muitos julgarão. E' simplesmente uma recordação da mudança do nosso regimen governamental. Será mesmo um echo de gratidão pelos serviços prestados, outr'ora, a este Estado por um filho d'elle, que primeiro tomou sobre seus hombros o pesado encargo de 1ª autoridade republicana administrativa, quando tudo era provisorio e confuso».

Estava sob a redacção e gerencia de Nicolau Tolentino Pereira Gonçalves, sendo proprietário João Luiz Teixeira.

Tornou-se órgão do Partido Constructor, aos 3 de setembro, e circulou, pela última vez, aos 29 de novembro de 1891.

92 — O NORTE DO ESPÍRITO SANTO. — S. Matheus. — *Typ. da Sociedade Anonyma «Progresso e Industria»*. — Este hebdomadario, que foi o primeiro que houve nessa localidade, appareceu aos 15 de agosto de 1891, fundado por Fausto de Oliveira e outros.

Redactor-chefe o dr. Graciano dos Santos Neves.

Estava em opposição ao governo do Estado, defendia os interesses da comarca de S. Matheus e, ardorosamente, combateu o golpe de Estado de novembro desse anno.

Eram seus typographos: — Fausto de Oliveira (tambem impressor), drs. Graciano Neves, José Antonio Oliveira Cotia, Antonio dos Santos Neves, José dos Santos Neves Junior e José Jeminiano Guimarães, e José Antonio de Souza Lé.

O nº 14, de 15 de novembro, diz que o — «redactor-chefe doutor Graciano Neves foi hontem á noite intimado pelos srs. commissario de policia, Ignacio de Lirio, e promotor de justiça, Olavo Baptista, por ordem do Secretario de Segurança, para não continuar, sob pena de responsabilidade effectiva, a publicar apreciações infensas á dissolução do Congresso».

Estavam nessa occasião, na typographia, o dr. Graciano Neves, Fausto de Oliveira e Souza Lé, que trabalharam toda a noite para que *O Norte* apparecesse no dia 15.

No dia 23, distribuiu a redacção o seguinte boletim: — «Depois de ter apparecido, contra ordem expressa do governo do Estado, o nº 14 d'O NORTE DO ESPÍRITO SANTO, fica suspensa a publicação do mesmo jornal, cuja redacção, por motivos que são do dominio publico, não póde continuar a emittir com independencia as suas opiniões politicas».

«Entretanto, pela sã apreciação da phase transitoria que atravessamos, podemos prever, que muito breve, em pouquissimo tempo, ha de ser inaugurado o verdadeiro regimen republicano e nessa data, que insistimos em garantir que está proxima, o NORTE DO ESPÍRITO SANTO se apresentará na liça aberta da publicidade para celebrar o victorioso advento da nova era politica».

Deu numero especial, impresso a ouro, em homenagem ao movimento victorioso de 23 de novembro, no dia 1º de dezembro.

Reencetou seu tirocinio jornalístico, em 1893, porém com outra redacção, tendo pequena existencia.

Gaudino de Faria, Emilio Coutinho e outros, os collaboradores.

Formato de 290 X 395 ^m/_m, a quatro columnas, augmentadas para cinco em novembro de 1891. O numero especial teve o formato de 230 X 345 ^m/_m, com quatro columnas.

Assignaturas 8\$, o anno.

Publicava-se aos domingos.

1892

93 — A VOZ DO SUL. — Anchieta. — *Typ. d'A Voz do Sul*. —

Orgam político e literario que surgiu aos 4 de janeiro de 1892, fundado e redigido pelos drs. José Madeira de Freitas e Torquato Moreira.

Filiado ao Partido Constructor.

Suspendeu a publicação no anno seguinte. *Florinista*.

Entre seus collaboradores contavam-se os drs. Affonso Claudio, Gonçalo Marinho de Albuquerque Lins e outros.

94 — A CHRYSALIDA. — Capital. — Hebdomadario literario, que circulou, pela primeira vez, aos 15 de fevereiro de 1892.

Publicou sómente tres numeros.

Era seu director Amadeu Magalhães, e redactores diversos.

95 — O MUNICIPIO. — Cachoeiro do Itapemirim. — Periodico noticioso, que appareceu aos 5 de março de 1892, e paralyzou a publicação aos 30 do mesmo mez (nº 4).

Editado por Antero Gonçalves e redigido por diversos.

96 — A REVOLTA. — Villa do Itapemirim. — *Typ. d'A Revolta*. — Este orgam imparcial appareceu aos 24 de maio de 1892, sendo seu redactor João Paulo Ferreira Rios.

Desappareceu aos 30 de outubro do mesmo anno (nº 21).

97 — A OPINIÃO. — Cachoeiro do Itapemirim. — *Typ. d'A Opinião*. — Periodico imparcial, consagrado aos interesses municipaes.

Appareceu aos 12 de junho de 1892.

Redigido por seu proprietario dr. Alfredo Moreira Gomes, sendo seu editor e gerente Nicolau Tolentino Pereira Gonçalves.

A typographia foi, em 1894, vendida ao *Cachoeirano*.

98 — ECHO DA LAVOURA. — Iconha. — *Typ. do E da Lavoura*. — Hebdomadario imparcial, agricola e noticioso.

Appareceu a 2 de outubro de 1892.

Suspendeu a publicação em fins de 1893, e reencetou a carreira jornalística em 1º de janeiro de 1894.

Defendia os interesses do municipio, sendo seu editor e proprietario Placido Vianna.

Amancio Pereira e outros os collaboradores.

99 — ANNAES DO CONGRESSO CONSTITUINTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. — Capital. — *Typ. do Estado do Espirito Santo*. — Publicação feita em 1892, dando conta dos trabalhos da Constituinte Estadual installada em 9 de abril do mesmo anno.

Um volume de X—71 paginas, formato de 126 X 240 mm, a duas columnas.

1893

100 — O ALTO GUANDÚ. — Affonso Claudio. — *Typ. do Alto Guandú*. — Advogava os interesses da comarca do Guandú.

Appareceu em 1º de janeiro de 1893, sendo sua redacção composta do dr. Manoel Clodoaldo Linhares (redactor), e coroneis Adolpho Gomes (secretario), Ramiro de Barros (gerente) e Augusto Gomes.

Epigraphes: — *Pró-Patria e Ordem e Progresso*.

Propriedade de uma associação.

Publicação dominical.

A assignatura annual custava 10\$ e a semestral 6\$. O numero avulso 200 rs.

Quatro paginas de 220 X 293^{m/m}, a quatro columnas.

Suspendeu a publicação, em 11 de agosto de 1895, por motivo de difficuldades pecuniarias.

101 — O ALECRIM. — Cachoeiro de Itapemirim. — O primeiro numero deste *periodico popular* teve a data de 16 de fevereiro de 1893.

Propriedade de Alberico Fernandes de Lima e Silvino da Silva, até 23 de março, quando passou a pertencer, exclusivamente, ao primeiro.

Do n.º 7 a 9, apresentou-se como folha dedicada ao bello-sexo, e, do n.º 10 em diante, com folha critica, noticiosa e literaria, sob a redacção de — *Eu, Tu e Elle*.

102 — O ALEGRE. — Alegre. — *Typ. d'O Alegre*. — Periodico imparcial, que surgiu aos 12 de março de 1893 e publicou o ultimo numero aos 3 de setembro do mesmo anno.

Tinha por divisa — *Por Deus, pela Patria e pela Liberdade*.

Redigido por seu proprietario João Paulo Ferreira Rios, e administrado pelo sr. Argemiro Veiga.

A typographia pertencera a *A Revolta*, de Itapemirim.

103 — O ARTISTA. — Capital. — *Typ. do Commercio do Espirito Santo*. — Hebdomadario noticioso, literario e imparcial, dirigido por alguns typographos do *Commercio*, entre os quaes Urbano Xavier.

Saiu á publicidade aos 2 de julho de 1893.

Suspensa a publicação, pouco depois, reappareceu a 1.º de novembro do mesmo anno. Defendia os interesses da classe e tinha pequeno *formato*.

104 — O DEMOCRATA. — Capital. — *Typ. d'O Democrata*. — O primeiro numero deste bi-semanario teve a data de 3 de agosto de 1893, e o ultimo a de 26 de novembro do mesmo anno.

Do editorial de apresentação, destacamos o seguinte: — «A gazeta cuja publicação hoje iniciamos não tem opiniões exclusivistas, não é demolidora, nem exclusivamente conservadora. Entramos na vida jornalística sem resentimentos, dominados apenas pela paixão da verdade e da justiça, sem compromissos partidarios e de seitas, que nos toham os amplos movimentos em defesa da liberdade e do progresso.»

Orgam da dissidencia governista.

Estava sob a redacção de Virgilio Vidigal, sendo seu administrador João Coutinho da Victoria.

Aos 31 de agosto, declarou suspender, temporariamente a publicação, por motivo da ausencia de seu redactor, reencetando-a aos 21 de setembro.

Nessa occasião, apresentou-se como *orgam do povo* — e começou a fazer parte de sua direcção o cidadão Theophilo Coutinho, que se tornou, aos 2 de novembro, seu unico proprietario e director.

O termo de responsabilidade assignado pelos seus directores, foi o primeiro lavrado, nesta capital, de accordo com a lei n.º 36 de 1.º de dezembro de 1892.

Tinha a collaboração do dr. Cardoso da Cunha, Ignacio Pessoa e outros.

Formato de 230 X 325^{m/m}, dividido em quatro columnas. Quatro paginas.

As assignaturas: — 9\$000, rs. annuaes e 5\$000 rs. semestraes, para a capital; 10\$000 rs. annuaes, e 6\$000 rs. semestraes, para as localidades. Avulso 100 rs.

105 — GAZETA ALEGRENSE. — Alegre. — *Typ. da G. Alegrense*. — Este periodico imparcial tomou logar na imprensa a 1º de outubro de 1893, e della se retirou aos 10 de dezembro do mesmo anno.

Propriedade de J. Toledo & Irmão.

106 — A MADRESILVA. — Cachoeiro do Itapemirim. — *Typ. do Cachoeirano*. (até janeiro de 1895). — Orgam literario e humoristico, dedicado ao bello-sexo.

Appareceu aos 8 de outubro de 1893, e cessou de publicar-se a 26 de fevereiro de 1895 (nº 8 do anno III).

Tinha como proprietarios Alexandre Ramos e Alberico Lima, e como secretario Assis Boyd.

No anno de 1894, foram seus proprietarios Alexandre Ramos, Assis Boyd e Luiz de Vasconcellos, este a contar de 7 de outubro.

Em 1895, propriedade dos dois ultimos. Occupava a chefia da redacção o dr. Alfredo Moreira Gomes.

107 — SORRISO. — Capital. — Pequeno periodico humoristico. Circulou pela primeira vez em novembro de 1893.

108 — O AUTONOMISTA. — Capital. — *Typ. d'O Autonomista*. — Seu primeiro numero saiu aos 21 de dezembro de 1893.

Orgam do Partido do mesmo nome, que se formara devido á profunda divergencia existente no Partido — *União Republicana Espiritu Santense*.

Surgia para traçar a directriz que o novo Partido deveria «seguir orientando-se pelos moldes de uma politica patriótica, sincera e moralizada, porque só assim o governo não será o despotismo mascarado, as eleições não serão a mystificação, a corrupção da soberania popular, nem o progresso do Estado e desenvolvimento relativo de seus municipios serão apenas disticos seductores, mas sim a bella realidade do mais grandioso dos ideaes.»

Estava em franca opposição ao governo estadual. Defendia a autonomia estadual e municipal.

Redactoriado pelo dr. José Manjardim.

Em fins de 1894, paralyzou a publicação, por ter enfermado o seu redactor, e reencetou o seu tirocinio jornalístico, aos 4 de abril de 1895, trazendo a redacção augmentada com os nomes dos drs. Belarmino Machado, redactor, Argeu Monjardim, redactor-gerente, e Lydio Mululo, redactor-secretario.

Quatro paginas. *Formato* de 324 X 500 m/m, dividido em 6 columnas.

As assignaturas obedeciam as seguintes condições — capital: anno 15\$000 rs., semestre 8\$000 rs., trimestre 5\$000 rs.; fóra da capital: anno 18\$000 rs., semestre 10\$000 rs., trimestre 8\$000 rs.; avulso 100 rs. Em 4 de abril de 1895, 12\$000 rs. o anno, 7\$000 rs. o semestre e 4\$000 rs. o trimestre, para a capital; 15\$000 rs. o anno, 9\$000 rs. o semestre e 5\$000 rs. o trimestre, para fóra; avulso 200 rs.

Collaboradores — dr. Horacio Costa, Lydio Mululo, Amancio Pereira, Olympio Hygino, dr. Eutropio Pereira de Faria, dr. Ar-



Pharmaceutico Adolfo Fraga.— Socio fundador e primeiro Secretario do Instituto e primeiro Secretario da Commissão Technica do Oitavo Congresso Brasileiro de Geographia

geu Hortencio Monjardim, dr. Ricardo Vieira de Faria, Manoel Augusto da Silveira, que nelle publicou alguns artigos sobre os limites do Estado; e muitos outros.

1894

109 — O OPERARIO. — Capital. — *Typ. d'O Autonomista*. — Periodico literario, noticioso, imparcial e organ da classe operaria e cujo primeiro numero trouxe a data de 21 de janeiro de 1894.

Os typographos do *Autonomista* eram os redactores e proprietarios.

110 — O LEOPOLD'NENSE. — Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina. — *Typ. d'O Leopoldinense*. — Periodico imparcial, dedicado aos interesses da comarca, e de publicação semanal.

O seu primeiro numero saiu em 22 de abril de 1894, sendo seu redactor o dr. Tito Celso, proprietario o sr. Araujo Silva, e administrador Aprigio de Jesus.

Dizia em seu programma que não seria um jornal de opposição, não seria dependente, não alimentaria paixões, conservando-se completamente imparcial.

Tendo fallecido seu redactor, aos 26 de abril de 1895, passou, em 28 do mesmo mez, a ser redactorado pelos drs. Jeronymo Motta e Sergio Loreto.

Quatro paginas. Dimensões: 234 X 330 m/m, a quatro columnas.

Assignaturas, dentro da comarca — anno 15\$000 rs., semestre 8\$000 rs., trimestre 5\$000 rs.; para fóra: anno 16\$000 rs., semestre 9\$000 rs., trimestre 6\$000 rs.; avulso 300 rs.

Dr. Lourenço de Moraes Freitas Barbosa e outros, os colaboradores.

111 — VERDADE. — Alegre. — *Typ. da Verdade*. — Semanario noticioso apparecido no mez de abril de 1894, sob a redacção de J. P. Castro e Costa.

Pertencia a Elidio Rattes.

Tratava dos interesses locais. Havendo suspendido a publicação, durante algum tempo, reapareceu, em 1895, como propriedade de J. Q. Teixeira Leão & C. sendo redigido pelo dr. Julio Pereira Leite e J. P. Castro e Costa.

112 — SUL DO ESPÍRITO SANTO. — Cachoeiro do Itapemirim. — Periodico politico filiado ao Partido Constructor.

Appareceu aos 6 de outubro de 1894.

Pertencia a Valentim Soares e estava sob a redacção de Miguel Antunes Dragueiro e Sá, e administração e gerencia de Nicolau Tolentino Pereira Gonçalves, que, aos 18 de novembro, foi substituido pelo cidadão Alberico Fernandes da Silva Lima.

Suspensa a publicação, reapareceu, aos 5 de janeiro de 1895, debaixo da direcção de Miguel Antunes Dragueiro e Sá, redactor-chefe, e Valentim Soares, redactor-gerente. Passou, nessa occasião, a pertencer á firma Soares & Dragueiro.

Paralysou, novamente, a publicação, durante algum tempo, e voltou á publicidade, aos 16 de maio de 1896. «Eis-nos de novo»,

diz seu artigo editorial desse dia, «na arena em que ha pouco mais de um anno, nestas columnas apparecemos em missão perfeitamente definida, qual de pugnarmos com toda firmeza e consciencia pelos interesses mais elevados do Partido politico que representamos conscios de assim operarmos tambem para o desenvolvimento mais lato, moral e material da nobre e auspiciosa terra espirito-santense.»

Depois de expor o seu programma, dá fim ao editorial dizendo— «mas *alea jacta est*, resignados e resolutos, solicitamos o nosso lugar no cenaculo da grande familia politica a que pertencemos e daqui desfraldamos aos quato ventos a nossa bandeira em cujo campo resplenderá o labaro do direito, da justiça e da ordem.»

Principia, nessa occasião, a ser propriedade de uma associação, sob a gerencia de Alexandre Ramos.

No mez de novembro do mesmo anno, constituiu-se organo do Partido Republicano Federal.

Contava com a collaboração dos drs. José Batalha Ribeiro, Jeronymo de Sousa Monteiro, Lourenço Moraes de Freitas Barbosa e outros.

113 — O MUNICIPIO.— S. Pedro do Itabapoana.— *Typ. d'O Município*.— Semanario apparecido em 17 de outubro de 1894.

Redactorado pelo prof. Manoel Antonio Franco.

Propriedade de uma associação.

Formato regular. Tiragem: 500 exemplares.

Collaborado pelos drs. Henrique O'Reilly de Sousa, J. Ribeiro Monteiro da Silva e Olegario Ribeiro da Silva, Francisco Corte Imperial, e outros. Gerente: Francisco Soares Marques.

Durou um anno.

1895

114 — O AYMORÉS.— S. Matheus.— *Typ. d'O Aymorés*.— Saiu em 1º de janeiro de 1895.

Teve pouca duração e era redactorado por Matheus Gomes da Cunha.

115 — O GLADIADOR. — Cachoeiro do Itapemirim. — *Typ. d'O Cachoeirano*.— Periodico litterario e noticioso, cujo primeiro numero saiu á luz aos 7 de janeiro de 1895, e o ultimo aos 27 do mesmo mez.

Os proprietarios eram Alberico Lima e Cesino Dias Carneiro, e o redactor, Victor de Moraes.

116 — A PATRIA.— Capital. — Pequeno periodico apparecido aos 9 de junho de 1895

117 — TREZE DE JULHO.— Capital.— *Typ. do Com. do Espirito Santo*.— Periodico litterario, noticioso e imparcial que principiou a ser publicado no dia 13 de julho de 1895.

Tomou esse nome em commemoração ao acto da inauguração do primeiro trecho da E. de F. Sul do Espirito Santo, realzada naquelle anno.

Assignatura mensal: 800 rs. para a capital, e 1\$000 rs. para o interior.

Quatro paginas. *Formato* de 120 X 185 m/m, dividido em duas columnas.

118 — ALVORADA.— Capital.— *Typ. do Estado do E. Santo.* — O seu primeiro numero trouxe a data de 25 de agosto de 1895.

Era scientifico, literario, recreativo e noticioso, e declarava-se orgam da mocidade estudiosa.

Redactores — Americo Paiva, Paulino Bandeira, Moniz Freire Junior e Haroldo Bandeira.

Tendo suspendido a publicação, aos 22 de setembro, reapareceu a 14 de outubro.

Saia aos domingos.

119 — L' IMMIGRATO.— Capital.— *Typ. do Autonomista.* — O primeiro numero saiu aos 11 de novembro de 1895.

Propunha-se a defender os interesses da colonia italiana, de que era orgam, e publicava-se quatro vezes por mez.

Seu redactor era o dr. Publio Pugó.

Suspendeu a publicação, temporariamente, e reapareceu aos 25 de junho de 1896.

Foi o primeiro jornal escripto em lingua alienigena, publicado no Estado.

Assignaturas : anno 12\$000 rs., semestre 7\$000 rs., para a capital; anno 14\$000 rs., semestre 8\$000 rs., para o interior.

120 — O COMBATE.— Capital.— *Typ. do Com. do Espirito Santo.* — Apareceu a 24 de novembro de 1895.

Orgam literario, noticioso e imparcial.

Tinha como redactores— Alcantara e Johnston, sendo propriedade uma associação.

Succedeu ao *Treze de Julho*.

Aos 2 de janeiro de 1896, tornou-se propriedade dos redactores.

Quatro paginas de 2 columnas cada uma e *formato* de 128 X 214 m/m.

Os preços das assignaturas eram para a capital: mez 500 rs., e para fóra 1\$000 rs.; aos 5 de janeiro de 1896 augmentaram: 800 rs., para a capital, e 1\$200 rs., para fóra; — e, finalmente, aos 16 de fevereiro, novo augmento—1\$000 rs., para a capital, permanecendo 1\$200 rs., para fóra

Publicou sómente onze numeros.

1896

121 — O PAPAGAIO.— Cachoeiro do Itapemirim.— Periodico critico, literario e noticioso, cujo primeiro numero trouxe a data de 27 de janeiro de 1896.

Propriedade da firma—Lima, Carneiro, Irmão & Cia.

122 — O ARTISTA.— Capital.— Pequeno hebdomadario, defensor das classes operarias e neutro em politica.

Saiu aos 4 de outubro de 1896.

123 — A BORBOLETA.— Cachoeiro do Itapemirim.— Periodico critico e literario, apparecido em 1896.

124 — A EXPERIENCIA.— Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina. — *Typ. d'A Experiencia.* — Periodico noticioso e literario.

Publicava principalmente annuncios da casa commercial de Salles & Irmão, seus proprietarios.

Appareceu em 1895. Semanario Distribuia-se gratuitamente. Quatro paginas, formato de 90 X 135^{m/m}, a duas columnas.

125 — ANNAES DO CONCELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA VICTORIA. — Capital. — *Papelaria e Typographia* de A. Moreira Dantas. — Apareceu em 1896 o volume correspondente ao periodo de 19 de dezembro de 1892 a 23 de maio de 1896.

Publicou sómente um volume de 363 paginas, formato de 92 X 150^{m/m}.

1897

126 — O RELAMPAGO. — Cachoeiro do Itapemirim. — Pequeno semanario critico, humorístico e noticioso, que appareceu aos 28 de janeiro de 1897.

Propriedade de Ramos & Carneiro.

127 — A LYRA. — Capital. — *Typ. Commercial*, de A. Moreira Dantas. — Saiu á luz a 6 de junho de 1897.

Periodico literario e noticioso, redactorado pelo cidadão Adolpho Borges Galvão.

O seu programma resumia-se no — «proposito de reunir em torno da aspiração literaria os espiritos jovens, fornecendo-lhes oportunidade á manifestação de vocações que muitas vezes se estiolam a falta de incentivo.»

Assignava-se annualmente por 14\$000 rs., e semestralmente por 8\$000 rs. Avulso 300 rs.

Dimensões de 195 X 275^{m/m}, a tres columnas. Quatro paginas.

Collaboração de Francisco Rufino (Jules Granval), Orminda Escobar (Alcina Mary) e outros.

1898

128 — A EVOLUÇÃO. — S. Pedro do Itabapoana. — *Typ. d' A Evolução*. — Apareceu a 1º de janeiro de 1898, sendo orgam do Partido Constructor-Autonomista.

Pugnava pela autonomia e progresso do municipio e do Estado.

Saia semanalmente.

Proprietario: Manoel Teixeira de Oliveira; e redactores: — prof. Manoel Antonio Franco, drs. Henrique O'Reilly de Souza e Christiano Vieira de Andrade.

Em agosto, passou a ser propriedade de uma associação, fazendo parte de sua redacção os drs. Olegario Ribeiro, Coelho dos Santos e Ayque de Meira.

Em setembro de 1899, propriedade de nova empresa, ficando a redacção a cargo do professor Manoel Antonio Franco.

Contava com a collaboração do dr. J. Ribeiro Monteiro da Silva e outros.

Assignatura annual: 10\$000 rs.

Tiragem de 500 exemplares.

Dimensões: 260 X 380 ^m/_m, a quatro columnas. Quatro paginas.

129 — PIMPÃO. — Cachoeiro do Itapemirim. — Este pequeno periodico critico e noticioso, appareceu a 1º de janeiro de 1898.

Era redigido por Themistocles Montovane e pertencia a Cesino Carneiro. Ao depois, pertenceu, successivamente a: — Carneiro & Irmão, de 10 de fevereiro até 17 do mesmo mez; Cesino Carneiro, até 7 de abril; Carneiro & C., até 15 do mesmo mez; Carneiro & Motta, até 9 de junho; Thercilio Carneiro, até 2 de março de 1899; Cesino Carneiro, da ultima data em diante.

Esteve sob a gerencia de Alcides Carneiro, que foi substituido, aos 21 de setembro de 1899, por Juvenal de Castro.

Principia a denominar-se — *O Pimpão* — em 2 de março de 1899, nº 9 do 2º anno.

Suspendeu a publicação, de 13 a 27 de julho do mesmo anno.

Epigraphie, a partir de 21 de setembro, nº 35 do 2º anno: — «Procurando o bem alheio tenhamos o nosso.» *Platão*.

O ultimo numero circulou aos 9 de novembro de 1899.

Assignatura mensal 1\$000 rs.

Quatro paginas de tres columnas e formato de 128X192 ^m/_m.

Collaboração de João Motta, Victorino Machado, Arnulpho Mattos, Archimimo Mattos, João Lobo, Delcidio Martins, e outros.

130 — A FOLHA AZUL. — Cachoeiro do Itapemirim. — Periodico dedicado á mocidade cachoeirense.

O seu primeiro numero saiu a 1º de junho de 1898.

Pertenceu á firma Carneiro & Toledo, até 28 de junho, quando se tornou propriedade exclusiva de Alcides Carneiro.

131 — ECHO DO SUL. — Cachoeiro do Itapemirim. — Hebdomadario imparcial.

Appareceu aos 5 de junho de 1898.

Era redigido por Antonio C. Neves dos Santos e estava sob a gerencia de Alberico Fernandes.

Durou até o anno seguinte.

Pertenceu a Fernandes & Cia., e, depois, a Fernandes & Santos.

132 — O BINOCULO. — Cachoeiro do Itapemirim. — Semanario literario, noticioso e humoristico, apparecido em 9 de agosto de 1898.

Redigido por J. Lobo e D. Martins.

Contava com a collaboração de João Motta e outros.

133 — O IMPARCIAL. — Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina. — *Typ. de Manoel Passos*. — Saiu o primeiro numero aos 4 de setembro de 1898.

Orgam dedicado aos interesses da comarca.

Dirigido pelo cel. F. Passos e editorado por Theophilo Passos.

Redactores diversos.

Publicação semanal.

Assignaturas: — 14\$000 rs. o anno, 8\$000 rs. o semestre, e 5\$000 rs. o trimestre, para a comarca; e 16\$000 rs., o anno, e 9\$000 rs. o semestre, para fóra. Avulso 400 rs.

Quatro paginas de quatro columnas e formato de 235X330^{m/m}.

Collaboração de Fausto de Figueiredo e outros.

134 — O ALVOR. — Cachoeiro do Itapemirim. — O primeiro numero é datado de 18 de setembro de 1898.

Revista imparcial, de propriedade de Alcides Carneiro.

135 — O TIC-TAC. — Capital. — Periodico recreativo cujo primeiro numero saiu aos 9 de outubro de 1898.

Collaborado por Ubaldo Ramalhetta Maia e outros.

Redigido por Antenor Maciel.

136 — A BORBOLETA. — Capital. — Revista literaria pertencente a Valeriano dos Santos & Comp.

O primeiro numero foi publicado aos 4 de dezembro de 1898.

137 — A PATRIA. — S. Pedro de Itabapoana. — *Typ. da Evolução.* — Pequeno periodico redigido por Sertorio e Bráulio de Miranda Franco.

Appareceu em 1898.

1899

138 — GAZETA TITTERARIA. — Capital. — *Typ. Commercial de A. Moreira Dantas.* — Surgiu em 1º de janeiro de 1899.

Periodico exclusivamente literario, uma das mais brilhantes tentativas no genero, levadas a effeito no Estado.

O cabeçalho era impresso a cores, tendo no fundo uma penna, trabalho do sr. Nelson Costa.

Estava sob a redacção do prof. Amancio Pereira, e gerencia de E. Charles Dupin, sendo propriedade da *Papelaria e Typographia Commercial de A. Moreira Dantas.*

Circulava aos domingos, custando o numero avulso 200 rs.

Formato de 235 X 330^{m/m}, a tres columnas. Quatro paginas.

Contava com a collaboração de Francisco Rufino (Jules Granval), Ignacio Pessoa, Valentim Debiase, Arnaldo Magalhães, Candido Brizindor, Americo Paiva, Orminda Escobar (Alcina Mary), Lima Junior, Argeu Nunes, Orozimbo Lyrio, Misael Penna, Francisco Loureiro, Luiz Barbosa dos Santos, Adolpho B. Galvão, e outros.

Paralyzou a publicação com o nº 7, de 13 de fevereiro.

139 — GAZETA DO POVO. — Capital. — *Typ. da Gazeta do Povo.* — O primeiro numero deste periodico, de publicação bi-semanal, é datado de 15 de janeiro de 1899.

Era noticioso, imparcial e promettia — «procurar, no meio das opiniões que quotidianamente se attritam no jornalismo, a que menos se relacione com os interesses de baixa cotação».

Estava sob a direcção dos drs. Elyseu Cesar, redactor-chefe, Olympio Lyrio, redactor-secretario, Estevam de Siqueira, Eutropio de Faria e Ricardo de Faria, redactores.

140 — A REPUBLICA. — Villa do Itapemirim. — Este semana-

rio, cujo primeiro numero surgiu em 4 de junho de 1899, estava sob a redacção de Manoel Antonio Franco e dr. José Moreira Gomes.

Propriedade de Fernandes & Comp., ao principio, passou, ao depois, a pertencer a Alberico Lima.

Em fevereiro 1900, declarou-se filiado ao Partido Constructor-Autonomista.

No mez de junho de 1903, começou a ser redigido, exclusivamente, pelo prof. Manoel Antonio Franco, ficando a gerencia entregue a Sertorio de Miranda Franco.

A assignatura custava 10\$ rs. annuaes.

A tiragem de 600 exemplares.

Dimensões de 250 X 360 ^m/_m, a quatro columnas. Quatro paginas.

141 — A FLECHA. — Estação do Castello (municipio de Cachoeiro do Itapemirim). — *Typ. do Cachoeirano*. — Veiu á luz o primeiro numero em 20 de julho de 1899.

Periodico literario, noticioso e recreativo, pertencente a uma associação.

142 — O BILONTRA. — Villa do Itapemirim. — *Typ. da Republica*. — Periodico critico e literario de propriedade de Manoel Carvalho e José Moreira.

Foi publicado em agosto de 1899.

143 — ALMANAK DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. — Capital. — *Typ. Commercial, de A. Moreira Dantas*. — (anno primeiro — 1899 — 306 pags., além das de annuncios, 90 X 158 ^m/_m.) — Apareceu em 1899, sob a direcção do professor Amancio Pereira.

Publicou sómente um volume.

1900

144 — A BOMBA. — Cachoeiro do Itapemirim. — Periodico *pyrotechnico*, apparecido aos 14 de janeiro de 1900, sob a direcção de Procacio Mendonça e Dantas Vianna, que della se retirou a contar do segundo numero.

145 — A LANTERNA. — Cachoeiro do Itapemirim. — Periodico satyrico, critico e literario, que saiu a 15 de fevereiro de 1900.

Pertencia a Alcides Carneiro.

146 — POLYANTHÉA. — Capital. — *Typ. Commercial de A. Moreira Dantas*. — O cabeçalho colorido de amarello, tem os seguintes dizeres em tinta verde — «POLYANTHÉA. — Homenagem ao 4º Centenario do Descobrimento do Brasil. — Publicação Especial. — Iniciativa de Amancio Pereira e A. Moreira Dantas. — Victoria, 3 de Maio de 1900. — Estado do Espirito Santo.» — e, em fundo branco, as datas — 1500-1900.

Cada pagina cairelada com elegante ornamento, impressa a cores, tendo na parte inferior as armas da Republica.

Na primeira pagina traz, no centro, a cruz da Ordem de Christo, impressa em *côr de rosa*; na segunda, as armas reaes portuguezas, impressas em azul; na terceira, as armas imperiaes do Brasil, em amarello; e na quarta, as armas da Republica Brasileira, em verde.

Trabalho que honra a arte typographica espirito-santense. Dimensões de 270 X 370 m/m, a tres columnas Quatro paginas.

E' o seguinte o seu summario :—Salve Brasil! — *Mons. Nery*; A Descoberta — *O. Lyrio*; O Dia de Hoje — *C. Chaves*; Cabral e o Brasil — *B. Barbosa*; Centenario — *A. F.*; O Brasil e a Cruz — *Pe. M.*; A' Memoria de Cabral — *Sebastião Sampaio*; O Brasil foi encontrado — *Candido Brizindor*; Ao Anjo de minha Patria — *Samuel Fragoso*; O 4º Centenario — *Amancio Pereira*; Frota de Cabral — *Francisco Rufino*; 4º Centenario do Descobrimento do Brasil — *Francisco Loureiro*; Hymno do Centenario — *Guimarães Passos*.

147 — O JORNALZINHO. — Cachoeiro do Itapemirim. — Saiu o primeiro numero no dia 1º de julho de 1900, sendo seus redactores João Motta e Themistocles Montovani.

Periodico critico, noticioso e literario e tinha como epigraphe — *Fiat Lux*.

Propriedade de José Bento dos Santos, a partir de 30 de setembro.

148 — A ALVORADA. — Capital. — *Typ. do Estado do E. Santo*. — Foi publicado o primeiro numero deste pequeno periodico em 29 de julho de 1900, sob a redacção dos estudantes Manoel Maria Moniz Freire, e Zozimo Fraga.

149 — AUXILIADORA. — Capital. — *Typ. Commercial de A. Moreira Dantas*. — Polyanthéa publicada, no dia 12 de agosto de 1900, em commemoração ao anniversario da fundação da Sociedade Beneficente Auxiliadora.

Além da acta da installação da sociedade, traz artigos dos socios e notas commemorativas.

150 — O BEIJO. — Capital. — *Typ. do Com. do E. Santo*. — O seu primeiro numero trouxe a data de 23 de setembro e era dedicado ao bello-sexo.

Propriedade de uma associação.

1901

151 — POLYANTHÉA. — Capital. — *Typ. do Com. do E. Santo*. — Iniciativa de Walfrido Wanzeler e Alvaro Ennes, em homenagem á memoria do Marechal Floriano Peixoto.

Appareceu aos 29 de junho de 1901, impressa em letras douradas, e trazendo artigos e poesias allusivas.

152 — O PANDEGO. — Cachoeiro do Itapemirim. -- Encetou seu tirocinio jornalístico aos 7 de setembro de 1901, e terminou-o aos 23 de novembro do mesmo anno.

Critico, literario e noticioso, e redigido por *diversos*.

Estava sob a gerencia de Durval de Oliveira.

Dimensão de 130 X 190 m/m, dividida em duas columnas Quatro paginas.

Assignava-se a 500 rs. mensaes.

Publicava-se aos sabbados, á tarde.

153 — O CABOCLÔ. — Villa do Itapemirim. — *Typ. d'O Ca-*

boclo. – Semanario politico opposicionista, cujo numero inicial teve a data de 27 de outubro de 1901.

Pertencia aos seus redactores dr. Narciso Araujo e capm. Antonio Borges de Athayde.

Pugnava pela reforma ou revisão da Constituição Federal e pela incorporação do territorio espirito-santense ao de Minas Geraes, devido ás más condições de nossas finanças.

Suspendeu a publicação em janeiro de 1902, reaparecendo em maio do mesmo anno.

A typographia foi adquirida, ao depois, pelo dr. Julio Leite para publicar o *Alcantil*, (1904).

1902

154 – O BODOQUE. – Villa do Itapemirim. – Apareceu o primeiro numero em janeiro de 1902.

Redigido por Alberico Lima.

155 – O CARNAVAL. – Capital. – Revista carnavalesca do *Club Az de Copas*.

Circulou aos 9 de fevereiro de 1902, sendo sua venda, que importou em 65\$060, promovida em favor da Santa Casa de Misericordia.

156 – POLYANTHÉA. – Capital. – *Typ. Commercial de Nelson Costa & Comp.* – Publicada aos 29 de junho de 1902, em homenagem á memoria do Marechal Floriano Peixoto, por iniciativa de Alvaro Ennes, Antenor Maciel, Pericles Velloso e Aldemaro Pessôa.

Collaboração de— Thiers Velloso, Oswaldo Poggi, Alvaro Ennes, Graciano Neves, Antero de Almeida, A. Araripe Paiva, Cyrillo Tovar, Antenor Maciel, A. Pereira, Pericles Velloso, etc.

157 – O OPUSCULO. – Villa do Itapemirim. – Deu o primeiro numero em julho de 1902.

Redigido por Albino Pedreira de Magalhães Castro.

158 – O PROGRESSO. – S. Pedro do Itabapoana. – Hebdomadario imparcial em politica, e defensor dos interesses geraes da sociedade.

Apareceu a 13 de outubro de 1902.

Editor: José Baptista do Nascimento.

Gerente-responsavel Angelo Baptista do Nascimento, que, aos 13 de outubro de 1903, passou a ser editor-proprietario

Nessa occasião, o dr. Henrique O'Reilly de Sousa assumiu a chefia da redacção.

Esteve com a publicação suspensa, durante o mez de abril de 1904, devido a ausencia do editor, reaparecendo a 1º de maio.

Tornou a suspender a circulação, voltando á publicidade, em junho do mesmo anno, tornando-se então organ do Partido Constructor-Autonomista.

Quatro paginas. Seu *formato* era de 270 X 390 m/m, com cinco columnas, sendo diminuido, em junho de 1904, para 215 X 340 m/m, a quatro columnas.

Publicava os actos officiaes das Camaras Municipaes de Calçado e S. Pedro do Itabapoana.

Assignaturas: anno—10\$000 rs. seis mezes—6\$000 rs.

Collaboradores:—dr. Elpidio V. de Andrade, padre Antonio Francisco de Mello, dr. Levino José Pacheco, L. F. de Araujo, Eneas Paiva, e outros.

159 — A BRISA.— Cidade do Espirito Santo (Villa-Velha).— Hebdomadario literario apparecido aos 23 de novembro de 1902, sob a direcção de Achilles de Cerqueira Lima.

O trimestre — 4\$000 rs., e o mez — 1\$500 rs.

Formato de 160 X 230 m/m, a tres columnas. Quatro paginas.

1903

160 — O CRAVO. — Villa do Itapemirim.— Saiu o primeiro numero em setembro de 1903.

Pequeno formato.

1904

161 — O NORTE. — S. Matheus.— *Typ. d'O Norte*.— Orgam dedicado á defesa dos interesses locais.

Appareceu em janeiro de 1904, sendo seus redactores Americo Silves e Julio Florentino.

Durou pouco.

162 — O OPERARIO.— Cachoeiro do Itapemirim.— Revista carnavalesca.

Orgam da Sociedade Carnavalesca União Operaria.

Circulou aos 17 de fevereiro de 1904.

163 — O PHAROL. — Espirito Santo (Villa-Velha). — *Typ. do Com. do E. Santo, de Victoria*.— O seu primeiro numero saiu aos 3 de abril de 1904.

Hebdomadario politico, literario, humoristico e noticioso.

Estava sob a direcção do dr. A. Baptista de Oliveira.

As assignaturas eram, para Victoria e cidade do Espirito Santo a 2\$000 rs. o trimestre; para o interior e Estados, 3\$000 rs. O numero avulso — 200 rs., ao principio, e, depois, 100 rs.

Quatro paginas. Dimensões: 235 X 350 m/m, a quatro columnas.

164 — O LIVRO.— Capital.— *Typ. do Ccm. do Espirito Santo (1ª Phase); Sociedade de Artes Graphicas de Victoria (2ª Phase)*.— Saiu o primeiro numero aos 2 de junho de 1904.

Publicou sómente tres numeros, sendo o ultimo de 6 de julho do mesmo anno.

Orgam dos Partidos Escolares — *Letras e Artes*, da escola do prof. Amancio Pereira.

Circulava duas vezes no mez, custando a assignatura 500 rs. mensaes.

Tiragem de 400 exemplares.

Quatro paginas. Formato de 120 X 217 m/m, com duas columnas.

Reappareceu aos 21 de abril de 1914 (2ª Phase), como orgam do «Collegio Amancio» e sob a redacção dos alumnos — Clodo-

mir Adnet, Granvalino Silva, Adherbal Barbosa, Cesar Gama e Justiniano Mendonça.

Formato de 185 X 245 ^m/_m, a tres columnas.

Tiragem 500 exemplares.

Distribuição gratuita.

165 — O REBATE. — S. Pedro do Itabapoana. — *Typ. d'O Rebate*. — Semanario politico, orgam do Partido Constructor-Autonomista e, depois, do Partido Constructor.

Viu a publicidade em 2 de junho de 1904, estando a redacção a cargo do dr. José Coelho dos Santos, e a gerencia entregue ao sr. José Baptista do Nascimento, que foi substituido pelo cel. José Olympio de Abreu.

Em 1907, Archimimo Mattos entrou para sua redacção. Passou, depois, a ser redigido, pelos srs. José Francisco Antão Nunes e José Olympio de Abreu. Tendo fallecido Antão Nunes, entrou para a redacção o sr. Carlos Justiniano de Mattos, que, ao se retirar para a capital, foi substituido pelo sr. Maximo Tebaldi.

Depois de dois mezes de interrupção, motivada por um desarranjo na machina de impressão, reapareceu aos 7 de novembro de 1912.

Em 1913, tornou-se orgam dos interesses do Governo Municipal, sob a gerencia do capm. João Egydio Figueira.

Suspendeu a publicação aos 30 de março desse anno, reen-cetando-a aos 4 de março de 1916, sob a redacção dos drs. José Coelho dos Santos, red.-chefe, e Arthur Velloso da Silva, red.-gerente, apresentando-se então como orgam opposicionista e defensor da candidatura Pinheiro Junior, á presidencia do Estado.

Os preços das assignaturas eram os seguintes: — anno 10\$ rs., e semestre 6\$000 rs.

Formato de 275 X 410 ^m/_m, a cinco columnas. Quatro paginas.

Collaboradores: Christiano Vieira de Andrade, Danton Mira-beau da Fonseca, Maximo Tebaldi, Archimimo Mattos, Argeu Coelho dos Santos, Porphirio Henriques da Silva, etc.

166 — ARGOS. — Cachoeiro do Itapemirim. — Viu a publicidade aos 2 de julho de 1904.

Occupava-se de literatura.

Redacção de João Motta, e propriedade de Durval de Oliveira.

167 — HOMENAGEM DA IMPRENSA. — Cachoeiro do Itapemirim.

— *Typ. do Cachoeirano*. — Pequena polyanthéa distribuida aos 11 de setembro de 1904.

No rosto liam-se os seguintes dizeres: — *Homenagem da Imprensa — Cachoeiro do Itapemirim — Ao talentoso actor dramatico José Ribeiro*; — nos cantos: *O Cachoeirano — Argos*, e ladeando um soneto de João Motta, os nomes de Julio Leite, João Motta, Mario Imperial e Victor de Moraes, e completando a commissão o de Bernardo Horta, em semi-circulo; na parte inferior — *11 de Setembro de 1904 — Honra ao Merito*.

No verso, transcrevia, do *Cachoeirano*, varios artigos dedicados áquelle artista e firmados por João Motta, Julio Leite e Mario Imperial.

Duas paginas e *formato* de 195 X 290 ^m/_m, a tres columnas.

168 — OBSERVADOR CATHOLICO. — Villa do Itapemirim. — O primeiro numero appareceu aos 22 de setembro de 1904.

Periodico noticioso.

Publicação quinzenal.

Defendia a religião Catholica e era redigido pelos padres Salvador de Vita e Carlos Regattieri.

Collaboração do dr. Lourenço Moraes de Freitas Barbosa e outros.

169 — O MARTELLO. — Cachoeiro do Itapemirim. — Periodico illustrado, cujo primeiro numero trouxe a data de 23 de outubro de 1904.

Estava sob a direcção artistica de Antonio Vieira e redacção de João Belisario e Antonio Belisario.

Tinha a collaboração de João Motta e outros.

170 — ALCANTIL. — Cachoeiro do Itapemirim. — *Typ. do Alcantil.* — Periodico dedicado aos interesses do povo.

Appareceu aos 15 de novembro de 1904, sob a redacção do dr. Julio Leite (director-proprietario), Mario Imperial (red.secretario), João Motta (red.literario), e Alberico Lima (red.gerente), substituido o ultimo, ao depois, pelo sr. Arcesilau Soares.

Dizia apparecer — «sem illusões que nos façam ver aureo o caminho a trilhar, tambem não nos obscurece o espirito esse pessimismo cruel que gera a descrença e o desanimo e mata no coração a esperança de dias melhores para essa humanidade soffredora, algemada a preconceitos e prejuizos sem conta».

«Nessa cruzada pelo Bem», accrescenta mais adeante, «nos animam o vigor das nossas crenças e a grandeza de nossa fé no coração generoso do povo. E' delle a causa que esposamos e para servil-o é que aqui estaremos. Nossa maior aspiração é ser o instrumento de suas manifestações, o echo de seus interesses, o pregador das medidas que aproveitem a seu bem estar, á educação de seus filhos, ao futuro e á elevação de sua descendencia.»

João Motta, um dos fundadores deste periodico, pretendia que seu nome de baptismo fosse — *A Republica* ou *A Reacção*.

Em seu inicio, publicava-se uma vez por semana, passando a circular duas vezes por semana em janeiro de 1905.

Em 21 de setembro de 1911, encetou, sob a gerencia e redacção do dr. M. A. de Barros Junior, que, ao depois, foi substituido por J. Azeredo Souza, sua segunda phase, dizendo — «estygmatisaremos o mal e fomentaremos o bem; daremos combate sem tréguas ás injustiças, profligaremos os erros e abusos e não pouparemos os inimigos da sociedade, assim como tambem seremos defensores imperterritos dos seus bemfeitores.

«Jamais empregaremos nas pugnas jornalisticas, que porventura tenhamos de travar, linguagem que não seja compativel com o meio adeantado e culto em que vivemos. Adjectivação grosseira e insultuosa e os ataques pessoas não acharão guarida nas nossas columnas.»

Na nova phase, começou a circular ás quintas-feiras.

Havendo paralyzado a publicação, reapareceu a 1º de novembro de 1914, depois de longa ausencia.

Quatro paginas.

Na primeira phase tinha o *for.nato* de 270 X 410^{m/m}, a cinco columnas. Iniciou a segunda com as mesmas dimensões, mudando-as, porém, aos 15 de novembro de 1912, para 330 X 480^{m/m}.

Assignaturas: anno—10\$000 rs., seis mezes—6\$000 rs. Na segunda phase, passaram a 8\$000 rs., o anno, e 5\$000 rs., o semestre, voltando, aos 24 de abril de 1913, ás antigas condições da primeira.

Tiragem 1000 exemplares.

Em diferentes epocas, teve a collaboração de Mario Impe-rial, João Motta, contra-almirante João Pereira Leite, dr. Washington Pessôa, Manoel Ferreira e outros.

171 — O TENTAMEN.— Vianna. — Pequeno hebdomadario, orgam do *Gremio Litero-Recreativo* e consagrado aos interesses das classes laboriosas e da instrucção.

Saiu aos 15 de novembro de 1904.

1905

172 — JORNAL OFFICIAL. — Capital.— *Typ. Commercial de Nelson Costa; Imprensa Estadual.* — Apareceu aos 10 de janeiro de 1905, tendo sido creado pelo decreto nº 84, do dia anterior.

Director—coronel Augusto Calmon, nomeado pela resolução nº 10, de 9 do mesmo mez.

O regulamento da imprensa do Estado foi baixado pelo decreto nº 85 de 20 de fevereiro, e approvedo pela lei nº 450, de 17 de outubro do anno seguinte.

Dizia no seu primeiro numero: — «As exigencias imprescindiveis do Partido que somos, na emergencia actual, em que a surpresa ardilosa apanhou-nos de encalço em franca lucta com uma facção politica de cuja orientação mal acabamos de dissentir, constituem a rasão unica do apparecimento deste jornal.

«Destinado a servir aos interesses do governo forte, emprehendedor e sobretudo patriotico do exmo. sr. Presidente do Estado e aos leaes e harmonicos intuitos do Partido Constructor servirá assim duplamente, empenhado na lucta pelo engrandecimento do Estado, principal escopo do governo constituido. Ligada a sua existencia aos recentes acontecimentos politicos, cujo resultado foi, como sabemos, o rompimento franco e decidido do grupo, de que se tinha desorientadamente tornado chefe o dr. Muniz Freire, nem por isso, alimentaremos os rancores do odio na discussão da causa publica, sendo os nossos votos para que possamos, co-religionarios e adversarios, nos manter dentro da decencia das accusações, da moderação em defesa, tendo exclusivamente por norma o criterio, a puresa de ideas, a intrasigencia de principios de que tem sido principal atalaia o governo energico do exmo. sr. coronel Henrique Coutinho, republicano de tempera, a cuja egide se abriga o nosso jornal. As justas aspirações do povo, as legitimas queixas dos opprimidos, a censura energica aos abusos das autoridades, a repressão do crime, o elogio ao merito, encontrarão igualmente guarida em o nosso jornal e porque temos a certesa dos sãos principios que formam o criterio do governo constituido, ousaremos desde já assegurar o bom exito da nossa causa».

Pela resolução nº 1, do director do *Jornal Official*, datada de

28 de fevereiro de 1905, foram nomeados — chefe das oficinas e paginador, Urbano Xavier; revisor, José Francisco da Silva; machinista-impressor, Libanio Manoel Pereira Fogos.

Estava sob a gerencia do dr. Clodoaldo Linhares.

Tendo chegado, a 1º de fevereiro, á Victoria, o seu material typographico, passou, do nº 31 (14 do mesmo mez), em diante a sair de suas proprias officinas. Os primeiros trinta numeros haviam sido impressos pela *Typ. Commercial*, de Nelson Costa.

O seu segundo director foi o pharmaceutico Ignacio Thomaz Pessôa, nomeado pela resolução nº 106, de 30 de dezembro de 1905, em vista de ter sido dispensado, a pedido, o coronel Calmon, pela resolução nº 96 A., de 28 de outubro do mesmo anno.

Suspendeu a publicação aos 11 de agosto de 1907, por ter sido arrendada a typographia a Arnobio Lyra de Araujo, pela importancia de nove contos annuaes.

As assignaturas obedeciam ás seguintes condições: anno—12\$ rs., semestre—8\$000 rs., para a capital; anno—18\$ rs., semestre—10\$ rs., para fóra. Avulso 100 rs.

Formato de 310 X 450 ^m/_m, a cinco columnas. Quatro paginas.

Collaboração do prof. Amancio Pereira, dr. Antonio Athayde, coronel Joaquim Lyrio, dr. Olympio Lyrio, dr. Joaquim Guimarães, C. Miranda, Deocleciano Coelho, dr. Arthur Thompson, dr. Galdino Loreto, Genesio Cardoso e outros.

173 — A REFORMA. — S. Pedro do Itabapoana. — *Typ. d'A Reforma*. — Periodico politico, noticioso, e defensor do Partido Constructor-Autonomista.

Appareceu aos 26 de janeiro de 1905, sob a redacção de José Gaudino de Faria e dr. Henrique O'Reilly de Sousa.

Propriedade do cel. Manoel Teixeira de Oliveira.

Suspendeu a publicação devido o empastellamento de suas officinas.

Reencetou seu tirocinio jornalístico aos 23 de maio de 1907.

174 — O COMBATE. — Capital. — *Typ. do Jornal Official*. — Este periodico politico, noticioso, e literario, apparecido aos 2 de março de 1905, defendia o governo do cel. Henrique Coutinho, e estava sob a redacção dos drs. Olympio Lyrio e Affonso Lyrio, e José Lyrio.

Propriedade de uma associação.

Declarou, aos 16 de junho de 1906, suspender a publicação, reaparecendo em 25 do mez seguinte.

Publicação bi-semanal.

Circulou, depois, ás terças, quintas e sabbados, passando a sair diariamente, de 29 de janeiro de 1906, em diante.

Assignaturas: 10\$000 rs. o anno, e 6\$000 rs. o semestre, para a capital; e 12\$000 rs., o anno, e 7\$000 rs., o semestre para o interior. Numero avulso 100 rs.

Formato de 250 X 390 ^m/_m, a quatro columnas, pouco depois augmentado para 310 X 450 ^m/_m, a cinco columnas. Quatro paginas.

Collaboração de Francisco Rufino, Valentim De'jase, Benêvides Barbosa, Alfredo Caldas, Moacyr de Moraes, Malvina Lyrio, Amancio Pereira, Olympio Hygino,

175 — A REACÇÃO.— S. Matheus.— *Typ. d' A Reacção*.— O primeiro numero deste periodico politico e noticioso, trouxe a data de 22 (?) de março de 1905.

Estava sob a redacção de Julio Florentino, sendo seu director-proprietario Antonio de Andrade.

Defendia a politica do Presidente Henrique Coutinho.

Pouca duracção.

176 — ITABIRA.— Cachoeiro do Itapemirim.— *Typ. do Itabira*.— Semanario apparecido em 13 de junho de 1905.

Imparcial em politica. Defendia os interesses da localidade.

Propriedade de Luiz Loyola e Silva, o fundador do *Cachoeirano*.

Assignaturas: 5\$000 rs. annuaes, para a cidade, e 5\$500 rs. para fóra, custando o semestre, para qualquer parte 3\$500 rs. Avulso 200 rs. Suspendeu a publicacção em julho (?) de 1906, voltando pouco depois á arena.

Quatro paginas. *Formato* de 180 X 265 ^m/_m, dividido em tres columnas.

177 — VERA CRUZ.— Capital.— Polyanthéa publicada aos 9 de julho de 1905, em commemoracção ao terceiro anniversario do *Club Alves Cabral*, occorrido a 6 do mesmo mez.

178 — O TENTAMEN.— Cachoeiro do Itapemirim.— Periodico dedicado á mocidade talentosa, e que tinha por divisa - «Miscuit utile dulci».

Tomou logar na imprensa em outubro de 1905.

179 — O ITAPEMIRIM.— Villa do Itapemirim.— O primeiro numero deste periodico imparcial, consagrado á defesa dos interesses geraes e, em particular, da comarca do Itapemirim, saiu aos 15 de novembro de 1905.

Estava sob a direcção do major Alexandre Cardoso.

180 — HONRA AO MERITO.— Capital.— *Typ. do Com. do E. Santo*.— Polyanthéa publicada, aos 5 de dezembro de 1905, por occasião do encerramento do anno lectivo na escola regida pelo professor Amancio Pereira.

Traz o retrato do professor Amancio Pereira e, no cabeçalho, os dizeres seguintes: — «*Iniciativa dos alumnos e examinandos de 1905*» — «*Vinte e tres annos consagrados com carinho, zelo e competencia á educaçáo da infancia*» — «*Modesta Homenagem ao emerito professor Amancio Pereira*»

Formato de 160 X 240 ^m/_m, a tres columnas. Quatro paginas.

1906

181 — O PIYRLAMPO.— Capital.— *Typ. do Jornal Official*.— Appareceu o primeiro numero no dia 1º de janeiro de 1906, sob a redacção de Heraclides Leal e gerencia de Graciliano Leal,

Não tinha politica e era orgam das classes operarias.

Impresso em quatro paginas, de duas columnas cada uma e *formato* de 125 X 205 ^m/_m.

182 — A VOZ DA PENHA.— Capital.— *Typ. do Com. do E. Santo*.— Saiu o primeiro numero deste hebdomadario aos 21 de janeiro de 1906, sendo dirigido pelo dr. Alfredo Caldas.

Não tinha ideias políticas, pugnando sómente pelos interesses da religião catholica.

183 — O CAÇADOR. — Cachoeiro do Itapemirim. — Revista carnavalesca dos *Caçadores Carnavalescos Club*.

Appareceu aos 27 de fevereiro de 1906, por ocasião do carnaval, contendo leitura amena.

184 — O FERRINHO. — Capital. — *Typ. do Jornal Official*. — Publicou o primeiro numero no dia 10 de março de 1906.

Jornalzinho critico.

Circulava aos domingos.

185 — GUTTENBERG. — Capital. — *Typ. do E. do E. Santo* — Hebdomadario noticioso, literario e dedicado ao bello-sexo.

Começou a ser publicado aos 25 de março de 1906, sendo seu director — Emiliano dos Anjos, redactor-secretario — Ubaldo Madeira, gerente — Ranulpho Freire e administrador — Pery Bastos.

Tendo paralyzado a publicação, por algum tempo, reapareceu aos 11 de agosto de 1907, principiando então a fazer parte da redacção — J. Stemcopp.

Impresso em quatro paginas de tres columnas cada uma, sendo de 190 X 290 ^m/_m o *formato*.

Collaboradores: Moacyr de Moraes, Norival Rocha, Alfredo Cavalcante, Francisco Loureiro, M. Cassilhas, e outros.

Assignaturas: anno — 6\$ rs., semestre — 3\$ rs., trimestre — 1\$500 rs. Avulso 100 rs.

De 24 de novembro de 1907, começou a inserir, no cabeçalho, o busto de Gutenberg.

2ª Phase. — *Typ. Coelho*. — Reappareceu em 3 de abril de 1921. Organ do operariado.

Epigraphe: «Tudo nos une, nada nos separa».

Director-proprietario Emiliano dos Anjos. Redactor-gerente Carlos Rosenberg.

Quatro paginas de 220 X 335 ^m/_m, a quatro columnas.

186 — O AREOPAGO. — Cachoeiro do Itapemirim. — Revista literaria e scientifica, que fez seu apparecimento em 1º de julho de 1906.

Era dirigida pelo sr. Oscar Massena, e estava sob o gerencia do sr. Jonas Moraes.

187 — POLYANTHÉA. — Capital. — *Typ. do Jornal Official*. — Commemoração ao dia 7 de setembro, por iniciativa dos socios da sociedade *Synergieu Literario*.

Numero unico a 7 de setembro de 1906.

188 — O PRESTÍGIO. — Capital. — *Typ. do Jornal Official*. — Polyanthéa publicada no dia 6 de outubro de 1906.

Na primeira pagina — o retrato do coronel Augusto Calmon, e os dizeres — «Homenagem ao exmo. coronel Augusto Calmon — No dia de seu anniversario natalicio, por um grupo de correligionarios intransigentes — 6 de outubro de 1906.»

Quatro paginas de quatro columnas cada uma, sendo de 248 X 320 ^m/_m o *formato*.

189 — O PIERROT. — Cachoeiro do Itapemirim. — Semanario critico e literario cujo primeiro numero surgiu em 1º de novembro de 1906.



Professor Heraclito Amancio Pereira.— Socio effectivo e segundo Secretario
do Instituto e segundo Secretario da Comissão Organizadora do
Oitavo Congresso Brasileiro de Geographia

Director Durval de Oliveira, e gerente S. Imperial.
Ao depois, passou a ser dedicado aos interesses da mocidade e dirigido pelo sr. Athair Rios.

Tinha quatro paginas de 130 X 185 ^m/_m, a duas columnas.

A assignatura mensal custava 1\$000 rs.

190 — HONRA AO MERITO. — Capital. — *Typ. do J. Official.*
— Numero unico.

Saiu em dezembro de 1906, commemorando o encerramento dos trabalhos lectivos da escola regida pelo prof. Amancio Pereira.

Na primeira pagina, traz os seguintes dizeres: — «1882 — 1906» — «Homenagem ao emerito professor Amancio Pereira» — «Brilhante e louvavel, quando o discipulo rende tão justa e merecida homenagem ao mestre e amigo. (Dr. Ernesto Mendo, *presidindo aos exames desta Escola em 1892*)» — «Vinte e quatro annos consagrados com carinho, zelo e competencia á educação da mocidade espirito-santense» — «Iniciativa dos alumnos e examinandos de 1906;» — e no alto das outras paginas, — «Gloria aos que trabalham em prol da educação da mocidade.» — «Salve os que sabem comprehender a missão do educador.» — «Hosannas aos que fazem do ensino um Apostolado».

Quatro paginas de 185 X 260 ^m/_m, a tres columnas.

1907

191 — O VADIO. — Cachoeiro de Itapemirim. — Periodico critico, literario e noticioso, cujo primeiro numero tem a data de 17 de janeiro de 1907, sendo de publicação dominical.

Fundado e dirigido por Montanhez Cordeiro.

Gerente P. Massena.

Assignaturas: 1\$500 rs. por tres mezes, e 2\$500 rs. por seis mezes.

Quatro paginas de 120 X 170 ^m/_m, a duas columnas.

192 — GAZETA DA TARDE. — Capital. — *Typ. do Jornal Official.*
— Orgam do Partido Constructor.

Dirigido na parte politica pelo cel. Augusto Calmon Nogueira da Gama, sendo redactor-chefe o dr. Olympio Corrêa Lyrio.

O primeiro numero saiu á luz aos 11 de fevereiro de 1907. Publicava-se tri-semanalmente.

Estava sob a gerencia de Eurico Saldanha.

Sua assignatura custava 18\$000 rs. annuaes.

Possuia quatro paginas, divididas, cada uma, em cinco columnas, e medindo, 310 X 452 ^m/_m.

Tinha a collaboração de José Corrêa Lyrio, dr. Narcizo de Araujo, dr. Oswaldo Poggi, e outros.

193 — O LEPIDOPTERO. — Cachoeiro do Itapemirim. — *Typ. do Cachoeirano.* — O primeiro numero é datado de 2 de junho de 1907.

Foi seu redactor e proprietario Armilio de Moraes.

Periodico literario, noticioso e recreativo, dedicado á mocidade.

194 — O RAIO. — Capital. — *Typ. do Com. do E. Santo.* — Periodico humoristico que appareceu em 1º de agosto de 1907.

Estava sob a direcção de Assis Boyd e faziam parte de sua

redacção Oskar Araujo, Ubaldo Madeira, Manoel Carvalho, Antonio Nascimento, Galileu Mendes, Graciliano Leal, Julio Stenkop e Eduardo Velloso.

195 — O BINOCULO.—S. Pedro do Itabapoana.—Periodico critico e noticioso, cujo primeiro numero trouxe a data de 4 de agosto de 1907.

Redactor-chefe José Baptista do Nascimento.

196 — DIARIO DA MANHÃ. — Capital. — *Typ. do Diario; Imprensa Estadual.*— Saiu no dia 18 de agosto de 1907, sendo impresso na antiga typographia do *Jornal Official*, que se achava arrendada, pela importancia de nove contos de réis, ao sr. Arnobio Lyra de Araujo.

Orgam do Partido Constructor, no seu antigo-programma asseverava que occupar-se-ia de todas as questões que se suscitassem nos arraiaes politicos— «com perfeita isenção de animo, banindo por completo as velhas formulas em que são celebrizados os eternos detractores da honra alheia.»

Eram seus redactores responsaveis os drs. Joaquim Guimarães e Olympio Lyrio.

Creada a *Imprensa Official*, pelo decreto nº 447, de 30 de agosto de 1909, tornou-se o *Diario* orgam official do governo do Estado.

A *Imprensa Official* foi inaugurada aos 27 de setembro do mesmo anno, lavrando-se a seguinte: — «Acta da Inauguração da Imprensa Estadual. Aos 27 de setembro de 1909, ás 2 horas da tarde, no edificio em que foi installada a Imprensa Estadual, á Praça Pedro Palacios, desta cidade da Victoria, capital do Estado do Espirito Santo, onde se achavam presentes os exmos. srs. Presidente do Estado e do Congresso Legislativo, Bispo Diocesano, representantes do Estado no Congresso Federal, deputados estadoaes, magistrados, auxiliares do governo, autoridades federaes e estadoaes, e grande numero de representantes de todas as classes sociaes — foi solenne e oficialmente inaugurada a Imprensa Estadual, pelo sr. Presidente do Congresso Legislativo, em nome dessa corporação, para esse fim convidada pelo sr. Presidente do Estado, na sua mensagem de 14 do corrente mez. Depois das pessoas acima referidas percorrerem todas as dependencias do edificio, assistindo a diversos trabalhos, na secção do jornal official e na de obras e ao funcionamento das machinas de impressão, pautação, encadernação e outras— o sr. Presidente do Congresso declarou que estava inaugurada a Imprensa Estadual e convidou as pessoas presentes a assignarem a acta que dessa cerimonia deveria ser lavrada. E para constar, lavrou-se a presente acta. E eu, Cyrillo Tovar, 2º secretario do Congresso Legislativo subscrevi e assigno » (Seguem-se as assignaturas).

Após os cidadãos supra mencionados, occuparam a chefia de sua redacção os seguintes:— Areobaldo Lellis Horta, exonerado, a pedido, pelo decreto nº 533, de 21 de dezembro de 1909, sendo, pelo mesmo acto nomeado, interinamente, José Eurico Pinto Saldanha, que, pelo decreto nº 587, de 5 de março do anno seguinte, foi tornado effectivo;— dr. Diniz do Valle, nomeado pelo decreto nº 375, de 31 de maio de 1911;— dr. Ubaldo Ramalheite Maia, que assumiu, interinamente, em junho de 1911, por haver sido o dr. Diniz do Valle, nomeado Promotor da Justiça da comarca da capital, e teve como successor effectivo o dr. Alexandre de Macedo Soares, nomeado pelo decreto nº 1020, de 3 de fevereiro de 1912. Por esse ultimo decreto foi tambem no-

meado collaborador o sr. Alvaro de Castro Mattos; e pelo de nº 1026, de 7 do mesmo mez, os srs. Octavio de Vasconcellos Rosa e Armando Guimarães, o primeiro reporter e o segundo revisor.

A gerencia da Imprensa Estadual estava a cargo do sr. Cyrillino Simões, nomeado pelo decreto nº 655, de 20 de maio de 1910. Tinha quatro paginas de seis columnas cada uma.

Formato de 318 X 490^{m/m}.

As assignaturas importavam em—16\$000 rs. o anno, e 9\$000 rs. o semestre, para a capital; e 18\$000 rs. o anno, e 10\$000 rs. o semestre para fóra. A folha avulsa custava 100 rs.

Do segundo anno em diante:—anno 18\$000 rs. e semestre 9\$000 rs., para qualquer parte.

Collaboradores:—drs. Affonso Claudio, Olympio Lyrio, Oswaldo Poggi de Figueiredo, Affonso Lyrio, Antonio Athayde e Carlos Xavier Paes Barreto, Valentim Debiase, Benevides Barbosa, Pedro Lyrio, Arabello Lellis Horta, Teixeira Leite, dr. Antenor Benevides, Andrade Pinheiro, Bittencourt Junior, João Guimarães, padre Carlos Regattieri, Manoel de Carvalho, dr. Manoel Xavier Paes Barreto, Durval Araujo-Flavio Fontoura, Carlos Duarte, Alvaro de Souza, dr. Mario Bevilacqua, Symphronio de Magalhães, e outros.

Aos 24 de fevereiro de 1912, simplificou a denominação, passando a chamar-se *O Diario*.

197 — O CORISCO.— Capital.— *Typ. do Diario*.— Hebdomadario critico, humoristico e literario.

O seu primeiro numero é datado de 27 de outubro de 1907. Propriedade dos typographos do *Diario da Manhã*.

1908

198 — LABARO DA PAZ.— S. José do Calçado.— *Typ. do L. da Paz*.— Orgam politico-religioso apparecido aos 5 de julho de 1908, sob a direcção do padre dr. Elias Tommasi, redacção de João Baptista Sarret e gerencia de Joaquim Ouropretano.

Epigraphes:

Instruire in spiritu lenitatis
Ensinai com espirito de mansidão

GALAT. c. VI. v. I.

Non contendet neque clamabit.
Não contenderá, nem clamará.

S. MAT. c. XII v. 19.

Quatro paginas de quatro columnas. *Formato* de 215 X 345^{m/m}.

199 — O BINOCULO.— Capital.— Principiou a circular em 26 de julho de 1908; e, após algumas semanas de interrupção, reapareceu aos 24 de janeiro de 1909.

Publicava-se hebdomadariamente, sendo literario, critico e humoristico.

O numero avulso custava 100 rs.

Quatro paginas de tres columnas, e *formato* de 225 X 320^{m/m}.

200 — A NAVALHA.— Cachoeiro do Itapemirim.— Saiu a 7 de setembro de 1908.

Era seu proprietário Luiz Monteiro Lindemberg.

201 — SETE DE SETEMBRO. — Capital. — Organ. dos alunos da Escola Modelo «Jeronymo Monteiro».

Appareceu em 7 de setembro de 1908, dia em que foi inaugurada a Escola.

Redigido por uma comissão de alumnos.

Do segundo numero em diante, tomou a denominação — A *Patria*.

202 — A PATRIA.— Capital.— *Typ. Nelson Costa* (nº 2); *Imprensa Official* (do nº 3, de 21 de abril de 1909, ao nº 18, de 19 de novembro de 1911); *Sociedade de Artes Graphicas* (nº 19, de 7 de setembro de 1912).— Organ. dos alumnos da Escola Modelo «Jeronymo Monteiro».

O segundo numero (o nº 1 saiu com o nome de *Sete de Setembro*) appareceu aos 19 de novembro de 1908.

Redigido por uma comissão de alumnos, a qual soffreu constantes modificações, em quasi todos os numeros.

Publicava-se em dias de festas nacionaes e escolares.

Quatro paginas de duas columnas e *formato* de 158 X 247 m/m. Tem soffrido as seguintes modificações:— do nº 3 ao 6 (21 de abril — 19 de novembro de 1909), 180 X 275 m/m, com tres columnas; nº 7 (30 de novembro de 1909), 238 X 364 m/m, com tres columnas; do nº 8 ao 11 (24 de fevereiro a 23 de maio de 1910), 180 X 275 m/m, com tres columnas;— nº 12 (28 de junho de 1910), 234 X 364 m/m, com tres columnas;— nº 13 ao 15 (12 de outubro de 1910 — 21 de abril de 1911), 243 X 375 m/m, com tres columnas;— nº 16 (21 de julho de 1911), 315 X 485 m/m, com quatro columnas;— nº 17 (7 de setembro de 1911), 235 X 413 m/m, com tres columnas; nº 18 (19 de novembro de 1911), 256 X 390 m/m, com tres columnas;— nº 19 (7 de setembro de 1912) augmento mais uma columna;— nº 20 (7 de setembro de 1914), 212 X 275 m/m, com tres columnas.

Deixou de publicar-se em fins de 1912, reaparecendo a 7 de setembro de 1914.

Não tem circulado desde a ultima data.

203 — O TENTAMEN.— Cachoeiro do Itapemirim.— Organ. literario e noticioso.

Saiu em 1908.

204 — O GAFANHOTO.— Cachoeiro do Itapemirim.

Appareceu em 1908.

Hebdomadario de pequenas dimensões, fundado e redigido por Amilio de Moraes.

205 — O TYPO.— Villa do Itapemirim.— *Typ. do Typo*.— Periodico sob a direcção do padre Salvador de Vita, e gerencia de J. Pires.

Saiu em 1908.

Publicação dominical.

Assignaturas: 8\$000 rs. o anno; e 5\$000 o semestre. Avulso

200 rs.

Quatro paginas de quatro columnas e *formato* de 250 X 310 m/m.

1909

206 — A OPINIÃO. — Anchieta. — *Typ. d'A Opinião*. — Começou a ser publicado aos 20 de janeiro de 1909.

Órgão dos interesses sociais.

Era propriedade de Manoel Teixeira de Oliveira e estava sob a redacção de Francisco Antonio de Carvalho Lima Junior.

Publicação semanal.

Preço da assignatura: anno, 10\$000 rs.; semestre, 6\$000 rs.

Quatro paginas de 390 X 255 m/m, com quatro columnas.

207 — O IMPARCIAL. — Alfredo Chaves. — Saiu em fevereiro de 1909.

Redacção de Alexandre Carvalho e Joel Reis Carvalho.

Gerencia de Alcides Camorim.

Durou pouco tempo.

208 — O BEIJO. — Anchieta. — *Typ. d'A Opinião*. — Órgão critico, literario e noticioso, dedicado ao bello-sexo.

O primeiro numero surgiu no dia 18 de abril de 1909, sob a gerencia de Philadelpho Fernandes.

Publicação dominical.

Assignatura mensal para a cidade, 300 rs.; para fóra, 400 rs.

Quatro paginas de 100 X 147 m/m, a duas columnas.

Ao depois, passou a ser propriedade e redacção de Manoel Teixeira Leite e Philadelpho Fernandes.

Augmentou, então, o *formato* para 195 X 290 m/m, a quatro columnas. Na mesma occasião, as assignaturas começaram a ser: anno, 4\$000 rs., semestre, 2\$500 rs. e trimestre 1\$500 rs., para a cidade; anno 5\$000 rs., semestre 3\$000 rs., e trimestre 2\$000 rs., para o interior.

209 — O SANTA LEOPOLDINA. — Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina. — Numero especial dedicado ao exmo. sr. dr. Paulo Julio de Mello.

Em maio de 1909.

Polyanthéa illustrada.

Quatro paginas de 290 X 410 m/m, a quatro columnas, além de uma suplementar, contendo o relatório apresentado pelo dr. Paulo de Mello, presidente do Governo Municipal daquela cidade, em 23 de maio do mesmo anno.

210 — O TAMÓYO. — Capital. — *Typ. Modelo, de T. Moreira & Comp.* — Apareceu a 1º de setembro de 1909.

Jornal de annuncios da casa commercial do mesmo nome, de propriedade de Carvalho, Pinheiro & Comp.

Quatro paginas de 220 X 330 m/m, a tres columnas.

Distribuido gratuitamente.

Durou pouco.

211 — TRABALHA E CONFIA. — Capital. — Polyanthéa distribuida aos 27 de setembro de 1909, por occasião da inauguração dos serviços de Agua e Luz.

1910

212 — O RADIO. — Cachoeiro do Itapemirim. - Periodico critico, literario e noticioso, que appareceu aos 20 de março de 1910.

Directores e proprietários Emygdio & Rodrigues. Ao depois, pertenceu successivamente a: — Ribeiro & Silva, de 26 de março até 19 de junho (nºs 2 a 14); Emygdio Silva, até 15 de novembro (nº 32); Emygdio Silva & Cia., até 14 de dezembro (nº 36); e a Gastão da Silva Martins, da última data em diante.

Quatro páginas de 95 X 130 m/m, com duas columnas.

Assignava-se mensalmente por 200 rs.

213 — REVISTA ILLUSTRADA. — Capital. — O seu primeiro numero saiu aos 2 de abril de 1910.

Era seu director artistico e proprietario o sr. Carlos Reis.

O termo de responsabilidade para a sua publicação foi assignado, pelo seu proprietario, a 18 do mesmo mez.

Semanario (aos sabbados) de critica, arte e literatura.

Tinha como escopo — «somente o cultivo da Arte, tão rudemente tratada pelos profanos, que não trepidam em borrifar de lama o luminoso templo da immortal Deusa templo querido donde os romeiros da fé, os filhos do Ideal, vão em doce peregrinação, entre as orações ao Bello».

Suspendeu a publicação aos 28 de junho, reaparecendo em 9 de abril de 1911, anno em que, aos 10 de setembro, paralyzou, definitivamente, a circulação.

Cada numero compunha-se de oito a dezesseis páginas de texto, illustradas.

Do numero 11, de 23 de abril de 1911, em diante, começou a publicar em supplemento — *O Filhote* — dedicado ás creanças.

O nº 28, de 10 de setembro do mesmo anno, foi o ultimo.

Tiragem 1.000 exemplares.

O *formato* era de 190 X 270 m/m, com tres columnas, nos numeros 1 e 2; de 130 X 210 m/m, com duas columnas, do nº 3 ao 7; de 150 X 240 m/m, no nº 8; e de 150 X 230 m/m, do nº 9 em diante.

Assignava-se na razão de 9\$000 rs. o anno, e 5\$000 rs. o semestre, para a capital; e 10\$000 rs. o anno, 6\$000 rs. o semestre, para o interior e Estados.

Aos 23 de abril de 1910, foram modificadas para: — 2\$500 rs. trimensaes, para a capital; e 10\$000 rs. annuaes, e 6\$000 rs. semestraes, para o interior e Estados.

De 9 de abril do anno seguinte, em diante, — 5\$000 rs. por seis mezes, para a capital, e 6\$000 rs., para o interior e Estados. O numero avulso custava 200 rs.

Collaboradores: — drs. Julio Pereira Leite, Thiers Velloso, Cesar Velloso, Carlos X. Paes Barreto, Affonso Lyrio, Olympio Lyrio, Deocleciano Oliveira, Alarico de Freitas, Argeu Monjardim, José Monjardim e os srs. Cyrillo Tovar, Climerio Guimarães, José Silva, Aristides Freire, Jayme Pessoa, Alberto Azevedo, Orlando Bomfim, Belmiro Braga, Alvaro de C. Mattos, Alcides Tovar e Durval Araujo.

214 — O RUBIMENSE. — Capital. — Organ politico, noticioso e literario, dedicado aos interesses do povo da Villa Rubim, arrabalde da capital.

O numero inicial tem a data de 3 de abril de 1910.

Redactor-proprietario Alfredo Cavalcante.

Entre seus collaboradores contavam-se Oskar Araujo, Amalio Gama, Durval Oliveira e Silva, José Angelo, Ernesto Nascimento, Anísio Maia, M. Teixeira Leite, Alves Mipibú.

Quatro paginas de 167 X 265 m/m, com tres columnas.

As assignaturas custavam, ao principio, 5\$000 rs. annuaes, e 3\$000 rs. o semestre; e, ao depois, 3\$000 rs. annuaes e 2\$000 rs. por seis mezes. Avulso 100 rs.

215 — CORREIO DO SUL. — Villa do Itapemirim. — *Typ. do Correio do Sul.* — Apareceu em 1910.

Saia aos domingos.

Esteve sob a redacção do dr. Diniz do Valle, de maio a dezembro do mesmo anno.

Tornou-se propriedade e redacção do dr. Ernesto Martins Vieira, de julho de 1911 a 28 de janeiro de 1913, quando deixou de se publicar, por ter sido vendida sua typographia.

Collaboradores diversos.

Formato de 263 X 345 m/m, a principio, e 263 X 377 m/m, depois. Quatro paginas de cinco columnas.

216 — A ESCOLA. — Capital. — *Imprensa Estadual.* — Organ dos alumnos do Grupo Escolar «Gomes Cardim».

Começou a publicação em 3 de maio de 1910.

Redigido por uma commissão de alumnos. Essa commissão tem variado de numero a numero.

Circulava em dias de festas nacionaes e escolares.

Formato de 180 X 265 m/m, a tres columnas. Quatro paginas.

Não tem apparecido ultimamente.

217 — ALBUM. — Cachoeiro do Itapemirim. — Revista litteraria bi-mensal.

O primeiro numero appareceu em setembro de 1910.

Redigida por João Motta.

Collaboração de A. Vieira, Benjamin Silva, Narciso Araujo, Fernando Motta, e outros.

Possuia doze paginas de texto, além da capa. Formato de 110 X 165 m/m.

Assignatura: anno 10\$000 rs., semestre 5\$000 rs. Avulso 1\$ rs.

218 — O ANTHELMINTICO. — Cachoeiro do Itapemirim — Jornal de propaganda dos preparados do pharmaceutico Carlos Silva.

Viu a publicidade em 7 de setembro de 1910.

219 — A SERRA. — Serra. — Organ dedicado aos interesses do municipio.

Circulou, pela primeira vez, aos 25 de setembro de 1910.

Noticioso e independente, sem preocupações politicas.

Tinha quatro paginas de tres columnas e formato de 170 X 265 m/m.

220 — O TENTAMEN. — São Pedro do Itabapoana. — Jornalzinho redactoriado pelos alumnos da escola publica do sexo masculino, regida pelo professor Carlos Mattos.

Surgiu em 1910.

221 — O POPULAR. — Victoria — Semanario que publicou o primeiro numero em 11 de dezembro de 1910.

Propunha-se a defender os interesses do arrabalde *V. Rubim*. Era seu redactor-chefe José Baptista Maia, que assignou termo de responsabilidade, para a sua publicação, aos 12 do mesmo mez. 222 — O CHARIVARI. — Anchieta. — Publicou somente um numero, em 1910.

O nosso catalogo não tem a pretensão de ser completo, é susceptível de ser melhorado, para o que ser-nos-ão gratas quaesquer informações ou rectificações que nos queiram enviar todas as pessoas que se interessarem pelo assumpto.

NOTA DA REDACÇÃO: — A concluir no proximo numero da *Revista*,



Sessão solenne de 12 de Junho de 1925

NOTICIA

Aos dose dias do mez de junho do anno de mil novecentos e vinte cinco, realizou-se a sessão solenne com que o Instituto Historico commemorou a data consagrada á memoria de seu patrono, o heroico Espiritosantense Domingos José Martins, e empossou sua nova directoria.

Repleto o salão de distinctas familias, altas autoridades federaes, estadoaes e municipaes, grande numero de socios e pessoas gradas, o presidente do Instituto, dr. Archimimo Mattos, deu inicio aos trabalhos, convidando o sr. Octavio Indio do Brasil Peixoto, representante do sr. Presidente do Estado, para presidir a sessão e ao socio professor Elpidio Pimentel, para secretariar os trabalhos, na ausencia dos srs. secretarios effectivos.

Em seguida leu o presidente do Instituto o seguinte relatorio :

Relatorio referente á vida do Instituto no periodo de 1921—1925

Eleição

Da eleição da directoria procedida neste Instituto em maio de 1921, resultou o acharmo-nos a frente desta associação, na qualidade de seu presidente, tendo sido logo eleitos connosco os seguintes consocios: Para 1º, 2º e 3º vice-presidentes, o dr. Arthur Lourenço de Araujo Primo, desembargador José Espindula Batalha Ribeiro e dr. Henrique O'Reilly de Souza; para 1º e 2º secretarios, o dr. Aristoteles da Silva Santos e pharmaceutico Adolfo Fraga; Para orador o dr. Alarico de Freitas e para thesoureiro o sr. Francisco Rufino. Foram na mesma data eleitas as commissões a que se referem os nossos Estatutos.

Posse

Dada a posse a 12 de junho do mesmo anno fez-se, nesse dia, significativa commemoração civica, prestando-se á memoria do nosso patrono o inesquecido Domingos Martins as homenagens a que tem direito o illustre Espiritosantense.

Essas homenagens constituíram sempre a preocupação desta Directoria, que todos os annos commemorou tal data com o mais carinhoso cuidado.

Instalação

Desde logo foi nossa preocupação dotar o Instituto Historico de condigna installação, para o que tivemos de recorrer ao credito, encommendando aos srs. Matheus Vasconcellos & C. os moveis que adornam a nossa sala de trabalhos e que só posteriormente ao recebimento da subvenção que nos concedeu o Governo do Estado, foram afinal pagos, conforme consta do balancete annexo do sr. thesoureiro.

Emquanto funccionamos numa das salas do Congresso Legislativo deste Estado, não nos foi possível adiantar mais, pela exiguidade do espaço em que nos achavamos.

Pelos nossos esforços junto ao então Presidente, o cel. Nestor Gomes, foi-nos cedido o prédio nº. 44 da Avenida Republica, em cujo primeiro andar nos installamos, para nos servirmos da parte baixa para o nosso Museu, já então em vias de fundação. Logo depois porém dada a circumstancia especial em que nos encontramos pela falta de habitações, teve o Governo do Estado necessidade de installar aqui a Guarda Civil, de modo que tivemos de adiar para mais tarde a realisação dos nossos anseios.

Exposição

Como uma homenagem ao Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo, o Governo deste Estado, ao organizar a sua representação para o grandioso certamen commemorativo da nossa independencia politica em 1922, escolheu diversos dos nossos consocios, entre os quaes coube a honra ao signatario deste figurar como membro organisador da nossa Exposição de productos naturaes, agricolas e industriaes. A outros illustres consocios foram dadas incumbencias diversas, desempenhando-se elles de maneira assáz elogiavel.

Ao signatario deste, por extrema gentileza dos seus companheiros, coube a direcção dos serviços geraes da Exposição, de sorte que installamos dentro destas proprias salas o nosso escriptorio provisorio, mais tarde transferido para um dos barracões do Eden Parque em vista do augmento dos nossos serviços

De como nos desempenhamos dessa honrosa incumbencia são testemunhas aquelles que visitaram a grande Exposição, no Rio de Janeiro, onde o Estado do Espirito Santo foi collocado em logar de destaque, conforme o attestou unanimemente a imprensa e

o confirmou o facto de serem todos os representantes deste Estado escolhidos para membros do Jury de classes e, mais tarde, o de termos representantes no Jury Superior.

Nessa Exposição fizemos figurar como pertencentes ao Museu deste Instituto, uma variada collecção de mineraes, cuja relação vai aqui annexa; uma collecção de 400 amostras das nossas mais apreciadas madeiras, devidamente catalogadas e classificadas, bem como um rico e bem organizado mostruario de plantas textis e medicinaes, visto como a administração geral da Exposição Internacional resolveu não conceder premios aos mostruarios officiaes.

Ficaria, portanto, prejudicado o Espirito Santo, exactamente na representação em que puzeramos o melhor dos nossos esforços.

Coube assim ao Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo, um Diploma de Honra em Minereos e Mineraes e dous grandes premios em Madeiras e Plantas medicinaes, cujos titulos figuram no nosso Archivo.

Apenas levado pelo desejo de vos dar uma publica satisfação, de modo a que possaes julgar não nos termos tornado indigno da vossa companhia, perdoem-nos aqui referir que, os valores em dinheiro que passaram por nossas mãos para a instalação dos serviços da representação do E. Santo, custeio das nossas despesas e pagamentos dos subsidios da nossa representação, durante o tempo em que nos achamos a frente desses serviços no Rio de Janeiro, foram recibidos do Thesouro do Estado, por intermedio de seus representantes no Rio de Janeiro, na importancia de rs. 60:550\$000 de que prestamos contas documentadamente, tendo a quitação respectiva em nosso poder.

Publicações

Das publicações que alli então distribuimos mereceram menção especial os nossos mappas Economicos que foram premiados com Medalha de Ouro, facto a que nos referimos, menos pelo desejo de recommendar os nossos modestos esforços, do que para significar o desejo que sempre tivemos em collocar bem alto o nome querido do nosso queridissimo Espirito Santo e com elle o do Instituto a que nos honramos de pertencer.

Dos mostruarios com que figuramos alli, entregou-nos o Estado os de que necessitavamos para o nosso Museu, ficando sob nossa guarda os demais, até terem destino conveniente. Têm, portanto essa origem, alguns dos armarios, estantes, balcões, etc. que figuram no inventario annexo.

Retratos

Sempre nos encheu de tristezas o facto de se encontrarem jogados num dos cantos do Archivo Publico, empoeirados, rasgados e sujos, diversos retratos a oleo, da ex familia imperial

Aproveitando-nos da nossa occasional situação de Delegado do Estado na Exposição Internacional, fizeinos restaural-os por afamado artista patricio para o escriptorio de propaganda e informa-

ções que installamos no 3º andar do Palacio dos Estados, na Avenida das Nações, no Rio de Janeiro. Foram elles alli objecto de constante atracção de artistas, historiadores, colleccionadores, etc., merecendo até a demorada visita dos Presidentes Epitacio Pessoa e Arthur Bernardes que, acompanhados por elevadas autoridades da Republica, nos deram a honra de se referirem com enthusiasmo a nossa lembrança, preservando da destruição tão preciosos trabalhos artisticos e historicos.

São esses os retratos que em numero de seis (3 de D. Pedro 1º — 2 de D. Pedro 2º e 1 de D. João VI), figuram na Sala das nossas Sessões e que nos foram presenteados pelo Governo do Estado na pessoa do seu Presidente o cel. Nestor Gomes, que sempre teve para a nossa associação attenciosos carinhos.

Museu

O nosso Museu que procuramos organizar logo eleito, não pôde e nem deve ser um Museu especializado, dadas as condições restrictas do nosso meio. Assim pensando temos procurado fazer-o eclectico, de molde a receber representação historica, artistica, numismatica, de Historia Natural, etc, conforme é facil verificar pelo pouco que já ha feito.

No intuito de lhe darmos mais desenvolvimento temo-nos correspondido com detentores de objectos historicos, pouco tendo recolhido que mereça ter especial consignaço.

Ainda assim, além de outros objectos, figuram na nossa pequena collecção uma carabina Mauser, com o cano partido por uma bala inimiga na recente revolução em S. Paulo, arma essa que servia a um soldado do nosso Regimento Policial o qual veio a fallecer em combate, offerta do ex-commandante dessa Corporação o extinto tenente-coronel Abilio Martins; um caramujo retirado de uma das columnas do Forum de Pompeia e um pequeno quadrilatero de marmore polido tirado do templo de Mercurio da mesma cidade, offer-tas do nosso distincto consocio dr. Antonio de Araujo Aguirre.

Como parte do Museu, temos a collecção de mineraes cuja lista vae em annexo a este, e ainda os quadros dos retratos da familia imperial a que nos referimos linhas atraz, além de quadros estatisticos de nossa autoria e um relógio armario, typo antigo que ainda orienta os nossos trabalhos, marcando pontualmente as horas.

Subvenções

Em quatro annos de esforços em beneficio do Instituto apenas nos foi dado receber parcelladamente em 1922, a 1ª subvenção que nos foi concedida dentro desse tempo; e, este anno uma outra de 6 contos de réis, do orçamento estadual vigente, conforme tudo se acha escripturado no balancete annexo, em que se verifica o religioso escrupulo na applicação dos valores collectivos, bem como o meticuloso cuidado com que o zeloso thesoureiro sr. Francisco Rufino tudo escripturou, de maneira a dar uma impressão exacta e verdadeira da nossa situação financeira.

Pelo balancete referido, se verifica haver um saldo ds rs. 262\$470.

Limitamo-nos a gastar o estritamente necessario, com o fim de constituir, com as nossas economias, um patrimonio para o Instituto, de maneira a lhe dar uma renda fixa capaz de leval-o a fazer vida autonoma.

Apolices

Com essa orientação, adquirimos por intermedio do Banco do Brasil e pelo preço de rs. 6:661\$000, 10 apolices federaes de um conto de réis cada uma, da emissão ao Portador, de 1923, Dec. nº 16.252 e nºs. 435 649 a 435.658.

Publicações

A revista do Instituto que até a nossa eleição estava no nº 1, foi por nós publicada duas vezes mais e o 4º nº. se acha em confecção, tendo sido sempre largamente distribuida a todas as associações scientificas que conosco mantêm relações.

Por ocasião do regresso das nossas forças em operações em S. Paulo, tambem este Instituto se solidarisou com o regosijo popular. Assim, entre outras manifestações que nos competia como associação conservadora, fizemos distribuir uma significativa oração cívica, de nossa autoria, assim concebida.

Oração Cívica

PARA O SOLDADO ESPÍRITO-SANTENSE

Salve Patria estremecida!

A ti nos consagramos com a sincera convicção do nosso amor: em teu proveito promettemos e juramos dar o nosso sangue e a nossa vida.

Maior do que os laços que nos prendem aos nossos entes queridos, collocaremos o dever de te servir em todos os momentos em que perigarem as tuas instituições legaes, bem como estaremos rojados a teus pés para te amar e servir, sempre que aventureiros tentem interromper a tua vida independente.

Dá-nos, oh! Patria amada, coragem e bravura para te defender dos inimigos externos e animo resolute e firme para castigar, com serenidade e justiça, os transviados do dever para contigo.

Fortalece os nossos corações: illumina o nosso espirito para que, cada vez mais fervorosamente te amemos; para que sempre, e em todos os tempos, conservemos a fé robusta e inabalavel em tua grandeza, na justeza de teus dictames, na confiança illimitada do futuro immensamente feliz que te aguarda.

Encoraja-nos, oh! mãe querida, para que possamos ensinar aos nossos filhos, transmittir aos nossos vindouros, todo o amor que te consagramos.

Neste momento por que tantas agruras passas, ó Patria! ó mãe querida! protestamos e juramos pelo Deus das alturas que por ti abandonaremos filhos, esposas, mãe, irmãs, certos de cumprirmos o mais sagrado dos deveres para contigo.

Que dos nossos lares onde ficam os entes queridos a orar por nós, partam as mais fervorosas orações em benefício do teu nome e da tua honra; que, em teu sagrado nome, em nome das nossas famílias, com a mão sobre o coração e o espirito voltado para o Todo Poderoso, juremos todos, a uma voz, te servir, te amar, sincera e devotadamente por todos os seculos dos seculos.

Que este juramento que a todos os momentos repetiremos para conforto de nossas almas e satisfação de nossas consciências, possam ecoar em todos os cantos do nosso estremecido Paiz para que, compreendido e repetido, se torne o sagrado mandamento com que nos apresentaremos perante o altar sacrosanto da Patria quando lhes tivermos de dar sangue, nome, honra e vida.

Assim seja.

Socios

Foi sempre desejo da actual directoria attrahir para o nosso seio os melhores elementos intellectuaes não só do Estado, como de fóra d'elle, sem distincção de credos religiosos ou valores politicos. Tivemos sempre a preocupação de afastar do nosso meio todo e qualquer interesse que não fosse o directamente ligado ao nosso programma de estudo das cousas de nossa terra.

Assim, foram propostos e acceitos socios deste Instituto mais não preencheram ainda as exigencias estatutarias os srs.: professor Aristobulo Leão, dr. Ceciliano Almeida, dr. Manoel Lopes Pimenta, dr. Antonio Ferreira Coelho, dr. Olyntho Aguirre, dr. José Pedro Aboudib, desembargador J. A. Lopes Ribeiro, desembargador Josias Soares, dr. Attilio Vivacqua, dr. Francisco Gonçalves, deputado Mario Imperial, prof. Theophilo Paulino, prof. José Dias da Cunha, dr. Aristeu Portugal, padre Luiz Claudio, dr. Augusto Lins, dr. Henrique Wanderley, dr. Moacyr Avidos, dr. Paulo A. Silvado, dr. José Tavares Bastos, dr. Mirabeau Pimentel, pharmaceutico Nino Amancio Pereira.

Destes, se dignaram vir até nós, preenchendo as exigencias estatutarias e, portanto, tomando assento entre nós como socios effectivos os srs. drs.: Bernardino de Sousa Monteiro, Marcondes Junior, Arthur Lourenço de Araujo Primo, José Espindula Batalha Ribeiro, Henrique O'Reilly de Souza, padre Elias Tomazi, prof. Adolpho Oliveira, dr. Lourenço de Moraes F. Barboza, prof. Eduardo de Andrade Silva, drs. Arnulpho Mattos, Antonio Gomes Aguirre, Archimimo Martins de Mattos, Aristoteles da Silva Santos, Levino Chacon, Carlos Sá, Americo Coelho, Argêo Monjardim, Eurico Aguiar, Arabello Lellis, Ubaldo Ramallete, Octavio Araujo, Aurino Quintaes, Cassiano Castello, Alarico de Freitas, pharmaceuticos Adolfo Fraga e Waldemiro Silveira, professores Elpidio Pimentel, Antonio A. Sierra, Heracito Amancio Pereira, srs. Francisco da Silva Rufino, João Calmon

Adnet, o general dr. J. F. Andrade e Silva, D. Benedicto P. A. de Sousa, os drs. Affonso Corrêa de Lyrio, L. A. Thiers Velloso, desembargador Manoel dos Santos Neves, drs. Antonio F. de Athayde e Carlos X. Paes Barreto, estes dois ultimos respectivamente presidente e orador honorarios deste Instituto.

Como socios correspondentes foram acceitos os srs. desembargador Affonso Claudio, drs. J. J. Bernardes Sobrinho, Marcilio Lacerda, João Lordello, Manoel Monjardim, Manoel X. Paes Barreto, cel. Elpidio Boamorte, dr. Coriolano de Medeiros, Sebastião Barroso Nunes, Honorio de Sousa Silvestre, Afranio Peixoto, Virgilio A. Corrêa Filho, Mario Freire, commendador Candido Costa, o pintor Levino Fanzeres, dr. Mario de Veiga Cabral, desembargador Carlos Francisco Gonçalves, drs. Euzebio de Sousa, Antonio de Araujo Aguirre, Adhemar Grijó, Elysio de Carvalho, Bernardino de Sousa, João Candido Campello, D. Helvecio Gomes de Oliveira e D. Manoel Gomes de Oliveira.

Socios honorarios: General Candido Rondon, Barão de Ramiz Galvão, conde de Affonso Celso, conde Jeronymo Monteiro, prof. dr. Bruno Lobo, prof. dr. Sá Vianna, dr. Mario Mello, dr. Oliveira Lima.

Pela listra actual dos nossos socios bem se póde avaliar das difficuldades que temos tido em realizar as nossas sessões pois, dos propostos, muitos se negaram a vir trazer-nos o concurso de seus esforços no beneficio commum e alguns daquelles que acceitaram a sua inclusão se descuidaram de tal modo do cumprimento de seus deveres para com o Instituto, até perderem as suas qualidades de socios; chegando alguns, raros felizmente, a se desligar ostensivamente de nós como se o nosso contacto lhes fosse prejudicial.

A todas essas contrariedades, e mais ainda, a resultante da pilheria mordaz contra os poucos que aqui tem vindo a manter o fogo sagrado dos nossos ideaes, temos resistido com o stoicismo dos crentes, apenas com os olhos fitos na grandeza futura de nossa terra e com o coração a palpitar de continuo pela prosperidade de nossa associação.

Mercê de Deus, vamos vencendo a má vontade de uns e a indiferença de outros e agora que se annuncia para breve a reunião do 8º Congresso de Geographia nesta capital, sob os auspicios do Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo, esperamos ver em volta das nossas mezas de trabalhos, os transviados e indifferentes a solicitar, connosco, a honra de tambem prestarem seus serviços a nossa causa commum.

Centenario

A passagem do 1º centenario da nossa emancipação politica, commemorada em todo o Paiz a 7 de setembro 1922, o foi igualmente por este Instituto que, além de sessões solennes que fez, effectuou mais, uma piedosa romaria a gruta de Frei Pedro Palacios em Villa Velha, conforme noticiario dos jornaes do dia, alli se achando na pessoa da sua directoria então presidida pelo illustre conso-

cio dr. Arthur L. de Araujo Primo, vice-presidente em exercicio, em virtude de nos encontrarmos então no Rio de Janeiro a serviço do Estado.

Foi, nessa occasião, entregue aos cuidados do Instituto, o tumulo do inolvidavel padre José de Anchieta, erigido pelo Governo do Estado no proprio local em que elle foi inhumado; hoje um pátio aberto nos fundos da Imprensa Official, local em que foi outr'ora o altar mór da Igreja S. Thiago.

Foi esse jazigo alli construido por iniciativa deste Instituto que tomou a seus encargos o livrar do esquecimento aquelle a quem tanto devemos na cathechese dos nossos indios.

Foi mesmo em torno da lapide de sua sepultura, então reduzida a pedaços e hoje felizmente reconstruida, que nasceu a idéa da fundação desse Instituto a cuja realização nos lançamos desde logo com os dâdicados historiographos drs. Antonio Athayde e Carlos Xavier.

Bibliotheca

A nossa bibliotheca está ainda em começo, recolhida a poucas estantes envidraçadas e sem uma catalogação methodica por emquanto. Della fazem parte trabalhos interessantes que nos têm sido doados pelos seus respectivos autores.

Aliáz, só de pequenas doações se vae ella constituindo, porquanto não julgamos ainda opportuno lhe dar maior desenvolvimento.

Mórios

Aos nossos consocios fallecidos professores Amancio Pereira, professor Aristides Freire, professor Luiz Jouffroy, dr. Jonas Montenegro, desembargador Francisco de Paula M. Wanderley, dr. Deocleciano de Oliveira, pharmaceutico João Aguirre, prestou o Instituto as homenagens a que fizeram jús, o que nos acarretou pequenas despesas conforme se vê da respectiva prestação de contas.

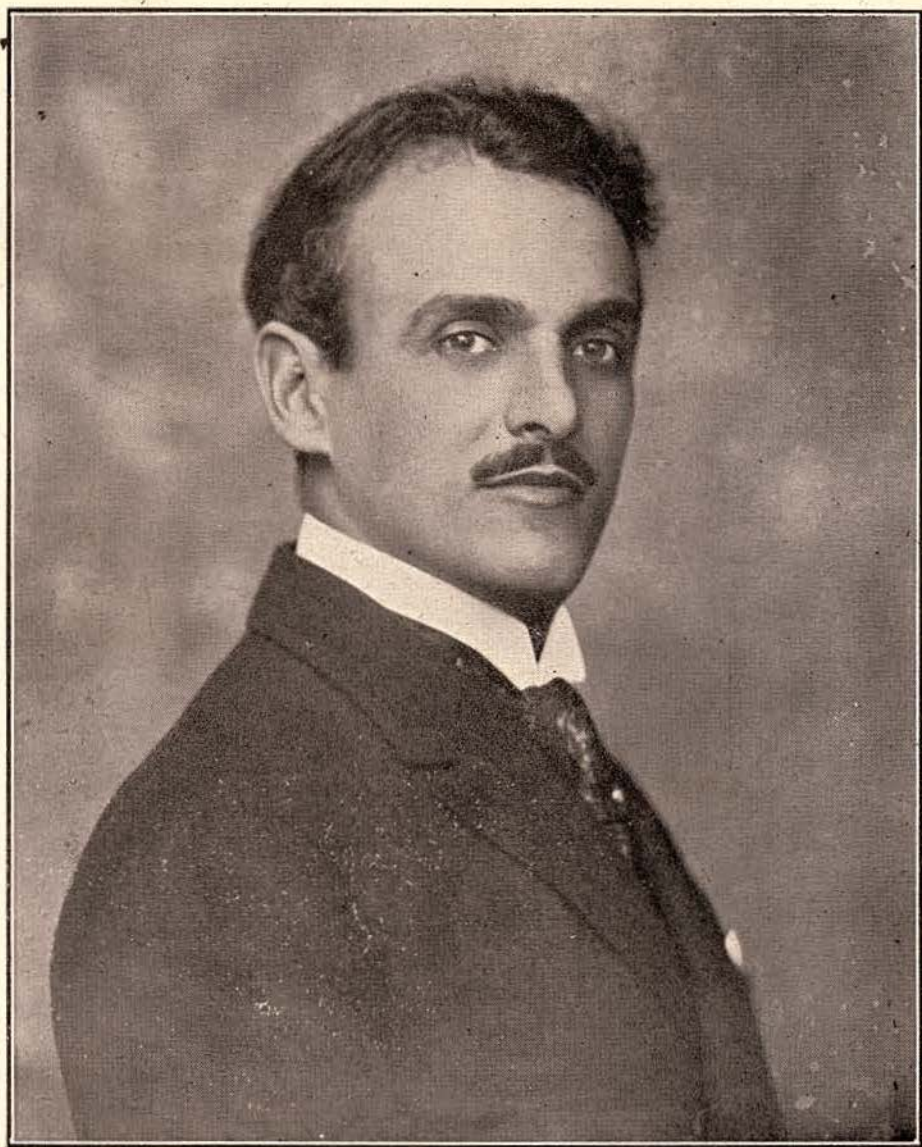
A memoria dos que se foram, aqui deixamos a expressão da nossa saudade.

As nossas commemorações

Diversas foram as datas aqui commemoradas, sem a retumbancia do cabotinismo tão a gosto do populacho, mas festejadas dentro dos rigidos moldes da nossa instituição.

Por mais de uma vez temos reunido nestas salas e elite do pensamento de nossa terra, representada no que de mais elevado tem ella nas letras, nas sciencias e na administração.

Deram-nos a satisfação de acceitar a presidencia de honra das nossas sessões por mais de uma vez o sr. coronel Nestor Gomes, quando na Presidencia do Estado e o sr. dr. Florentino Avidos,



Doutor Alarico de Freitas.— Socio effectivo e Orador official do Instituto
e vice-Presidente da Commissão Technica do Oitavo Congresso
Brasileiro de Geographia

que exerce actualmente, com o elevado critério que a mais severa justiça nos obriga a registrar, as elevadas funções da suprema magistratura Espiritosantense.

Conferencias

O illustre e competente professor da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, o dr. Luiz Cantanhede, de sua volta ao Perú onde se encontrou representando o Brasil, ultimamente teve, para com este Instituto um a significativa attenção que sobremodo nos penhorou.

Fez, perante numerosa e selecta assistencia, um minucioso relato de sua accidentada viagem, dando-nos a conhecer com a sua palavra facil e simples porém erudita e encantadora, costumes curiosos dos povos das republicas andinas, conduzindo-nos, por quasi uma hora a surprehender, com elle, aquellas laboriosas e tenacissimas populações na intimidade de seus lares, no afan intenso e gigantesco de dominar a natureza madrastra que lhes foi dada por partilha no seio da terra americana.

Reeleição

Por occasião da renovação de nossa directoria em 1923, por haver se manifestado intransigentemente disposto a se affastar della, o nosso prestimoso e dedicado companheiro o dr. Araujo Primo, então 1º Vice-Presidente deu-se, por isso, a seguinte modificação :

Passaram para os cargos de 1º e 2º vice, respectivamente, os desembargadores Batalha Ribeiro e Henrique O'Reilly de Souza, tendo sido eleito 3º Vice-Presidente o dr. Aristoteles Santos então 1º Secretario; passando para este logar o 2º Secretario sr. Adolfo Fraga que foi substituido pelo professor Heraclito Amancio Pereira. Os logares de Thesoureiro e Orador foram preenchidos com a reeleição dos srs. Francisco Rufino e dr. Alarico de Freitas e o de Presidente pelo signatario deste.

Reforma dos Estatutos

Quando assumimos a direcção deste Instituto, se regia elle pelos Estatutos de sua fundação. Entretanto não continham estes, disposições exigidas pelas leis em vigor, de modo que, para lhe dar personalidade juridica, foi necessario reformal-os, o que fizemos em reuniões de Assembléa Geral e fazendo-os registrar convenientemente na repartição competente.

Ficaram assim cumpridas as exigencias da lei e resalvados os interesses collectivos e os dos socios em particular.

Compra do Predio

Desejosos de nos installarmos em predio proprio tivemos entendimento com o sr. Bispo Diocesano para a aquisição da velha Igreja S. Luzia, outr'ora capella do Ouvidor Geral desta capitania.

Dirigimos as nossas vistas para esse edificio por consideral-o o mais typicamente representativo do momento historico em que foram lançados os primeiros alicerces da nossa civilisação. Não nos foi possível, porem, chegar a concluir essas negociações.

Nosso Escudo

Conforme reclamação dos nossos zelosos secretarios tivemos de procurar adoptar um timbre especial para os nossos documentos e papeis de expediente, pois vinhamos usando desde a fundação, do escudo usado nos documentos officiaes do Governo Federal.

Convidamos então diversos associados a nos apresentarem modelos e projectos. Entre os diversos apresentados, foi escolhido o de autoria dos illustres consocios os drs. Octavio Araujo e Adolfo Fraga e que é o actualmente usado.

Feriado de 12 de Junho

Na ultima reforma da Constituição do Estado, havia sido esquecida a data commemorativa da execução do nosso patrono. Fizemos então, ponderada representação ao Congresso Legislativo do Estado pedindo-lhe a considerasse de novo entre os feriados do Estado, com o que fomos promptamente attendidos com a atenção e considerações que sempre nos dispensaram os representantes do povo.

Conclusão

São estas em resumo, as informações que vos devemos de accordo com exigencia da nossa lei organica e que vos prestamos nem só para vos reafirmar todo o nosso empenho em corresponder, embora fracamente, a vossa confiança collocando-nos neste posto, como para vos testemunhar a nossa mais profunda gratidão pelas immerecidas provas de confiança que nos déstes durante estes quatro annos de apagada administração e, ainda recentemente, pela manifestação de solidariedade inconfundivel e captivante com que acceitastes o candidato por nós lembrado para nos substituir nestas funcções.

Referimo-nos a eleição do dr. Carlos Xavier Paes Barreto que, fundando com o dr. Antonio Athayde e o signatario deste o Instituto a que hoje servimos, vem desde essa data lhe dando tantas e tão repetidas provas de carinhosa dedicação que o fizeram digno das nossas mais caras homenagens. Essas foram consubstanciadas na sua eleição, facto este resultante dos grandes merecimentos do nosso eleito.

Aqui deixamos, portanto, consignados os nossos agradecimentos a quantos nos ajudaram a dar alento e força a nossa associação, pedindo-lhes os perdões de que necessitamos por não ter sido possível fazer mais do que o que ahi fica ligeiramente relatado.

Após a leitura desse valioso documento, em que se contem os quadros demonstrativos do seu bem elaborado texto e que, impresso em folhetos, foi distribuído aos presentes, o representante do sr., Presidente do Estado convidou o dr. Carlos Xavier Paes Barreto a assumir a presidência do Instituto, na qualidade de presidente eleito da conspícua aggregriação. A selecta assistência sauda o novo presidente do Instituto com prolongada salva de palmas.

O dr. Carlos Xavier manda o sr. secretario lêr os nomes dos socios que fazem parte da directoria recém-eleita e que são: pharcº. Adolfo Fraga, primeiro secretario; professor Heraclito Amancio Pereira, segundo secretario; dr. Alarico de Freitas, orador; sr. Francisco Rufino, thesoureiro; dr. José Batalha, primeiro vice-presidente; dr. O'Reilly de Souza, segundo vice-presidente; dr. Aristoteles da Silva Santos; terceiro vice-presidente.

Achando-se presentes apenas os tres vice-presidentes, foram esses empossados.

A seguir o dr. Carlos Xavier profere o seu discurso de recepção.

Disse sentir o mais grato desvanecimento em succeder na presidência do Instituto ao seu nobre amigo dr. Archimimo de Mattos. Agradeceu, com palavras cheias de emoção, a generosidade dos seus confrades escolhendo-o para presidir tão insigne aggregriação e prometeu não poupar esforços para o engrandecimento social.

Fez ligeiro historico sobre a fundação do Instituto e o periodo de elaboração dos Estatutos desenvolvendo todas as phases, porque tem passado até o momento actual.

Terminou saudando os srs. socios e pedindo a collaboração dos mesmos para o bom desempenho do mandato que ia exercer.

Estrepitosas palmas saudam o distincto orador.

Após o dr. Carlos Xavier empossa o dr. Archimimo Mattos na presidência de honra do Instituto, sob prolongada salva de palmas.

O dr. Archimimo lê o seu discurso de agradecimento:

Illustre Assembléa!

No caminho da vida, assemelhamo-nos ao viajero, que, através os campos, aqui cheios de flores de rescendentes perfumes, ali com bemfazejas arvores protegendo-o dos ardores da canicula, cheio de fé e aneando por horizontes novos, deixa a planicie fértil, mas monotoná, á procura de sensações mais fortes.

Eil-o que ascende, que galga a primeira rampa, e, após ella, a segunda e outra e mais outra, fazendo-lhe arfar o peito pelo esforço dispendido.

E lá se vai, a subir, a subir; aqui, tranquillo e confiante nos raros planos, que se lhe offercem á vista; ali pisando seixos, que lhe magoam os pés na marcha ascendente; mais além, e repetidamente galgando penedias, vencendo obstaculos, que se antepõem ao incontinuo desejo de atravessar o escarpado da montanha ingreme.

Lucta aqui, cahe ali, para se levantar acolá, sempre com mais ancia, cheio desse ardor, que só os luctadores de raça conhecem e sabem sentir, na tortura de se avizinhar do cimo desejado, ponto final de seus esforços herculeos, luzeiro que o guia através da marcha

penosa em cujo termino se annuncia a gloria. E lá vae elle e chega ao alto ; attinge a meta. Olhar triumphante perquire os horizontes, esperando divisar as bellezas, que de longe o encantaram.

Desillusão, angustia, tristeza ! E' o espaço insondavel no limite do qual se confundem mar e céu, no mysterio imprescrutavel do infinito.

Como um ponto intensamente luminoso, visto á luz de archotes, dá-nos a illusão de um bello brilhante, que, sofregamente colhido, é um minuscuro crystal frio e duro como o egoismo humano.

Triste, cansado, de vestes rotas, membros lassos e pés feridos pelas urzes do caminho ingrato, eis começa a descida ; rapida, incommoda, porém facil.

Com o peso dos dias gastos na insana labuta, procura o maior repouso e refugio no silencio da paz bucolica dos campos, de onde partira. Illusões, enthusiasmos, ardores, desejos, ambições...?

Deixou-os pela estrada aos frangalhos, confundidos no pó dos caminhos percorridos.

Assim, a imagem da vida. Ascensão e descida. Mocidade e velhice. Enthusiasmos e desillusões. Ardores e cansaço.

— — —
Não sou ainda um velho ; ha muito porém deixei de ser moço. Perseguido, torturado pelos ideaes da mocidade, vadeei rios, escalei vallados, subi montanhas. Insatisfeito pelo que vi e observei, aneio voltar á paz serena dos anonymos, suppondo apenas ter cumprido honestamente o meu dever de solidariedade universal, dentro do acanhado circulo em que exercitei a minha vontade. Regresso sem paixões nem rancores, sem odios nem prevenções.

Rodrigues Lobo, da phase seicentista da literatura portugueza, traçou-nos — no seu Pastor Peregrino — o typo cujo paradigma me inspira, pois — «nunca tive outro bem que não desejar os alheios, nem outro mal que me desse mais cuidados que as occasiões, que o tempo me offerece, de poder possuir o que os homens estimam e sentem tanto perder, como são enganados... nem quando os fructos são poucos me lastimo, nem quando as novidades são maiores me alvoroço. Contento-me com o bem, não me sossobra o mal... me levanto contente e me recolho descansado ; porque nem acordo com os pensamentos na ventura, nem adormeço com elles repartidos em bens, que enganam e em males que os homens escolhem de seu grado. De noite qualquer estrella que vejo é a minha, porque todas favorecem o meu estado. De dia sempre o sol me apparece da mesma côr, porque o vêjo com os olhos livres. Ao avarento não lhe peço nada, nem aconselho que dê a outrem, nem lhe louvo o não dar nada a ninguem, e assim não lhe minto nem o molesto. Ao soberbo não me faço grande por não ficar com elle em contenda. Ao ingrato não o sirvo, porque não me magôe ou, quando o sirvo, lembro-me que a sua má natureza não pode tirar o preço á obra, que de si é boa. Ao falador, calo-me, ao calado descubro-me com tento. Ao doido não lhe atalho a furia. Ao nescio não trabalho por lhe dar razão. Ao pobre não lhe devo. Ao rico não lhe peço. Ao vão nem o gabo, nem o reprehendo. Ao lisonjeiro não o

creio, e deste modo com todos estou bem e ninguém me faz mal. Não digo verdades que amarguem, nem tenho amizades que me profanem ; não adquiri fazendas, que outros me invejem, porque, das melhores tres coisas, dellas nascem as mais damnosas, que ha no mundo : da verdade, odio ; da conversação, desprezo ; da prosperidade, inveja.

Sou qual me vês e qual digo. Não quero parecer outro nem ser mais de que pareço».

Eis porque, enternecido pelas honrarias com que, immerecidamente, me distinguis, vos hypotheco a minha gratidão. Desvaliosa embora é a moeda, que encontro no meu pobre mealheiro para vos retribuir a vossa bondade. Para as galas do sentimento, só a musica do coração.

— — —

Talvez, sem muito proposito, o meu espirito se volta para as brumas da antiguidade, onde vae encontrar o povo de Israel na sua peregrinação através dos desertos, em procura da terra da promessa. De Eschylo tomo de emprestimo as palavras, que se seguem :

«Desde a sua sahida do Egypto até a sua chegada á Terra Santa, os israelitas andavam quasi constantemente em guerra com os povos, que encontravam em sua passagem.

... erraram quarenta annos no deserto. Durante esse tempo, uns morreram de cansaço, outros á morte violenta á excepção de dois homens, nenhum mais restou dos que tinham partido do Egypto com mais de vinte annos...Moysés vinha do Velho Mundo, não devia passar o Jordão ; devia deixar seus ossos e o peso de sua autoridade á entrada da Terra Promettida. Foi-lhe dado ver do alto da montanha o paiz, que Deus ia conceder a seu povo, e foi tudo...Descobriu o logar e o dominio natural de suas idéas ; mas Deus lhe disse : «Não entrarás».

Moysés não quiz morrer, desapareceu. Depois, quando velho e alquebrado, cheio de annos e de lembranças viu que era chegado o momento de occultar-se dos seus, refugiou-se numa especie de suicidio heroico, martyr da liberdade de seu povo e da unidade de Deus».

— — —

Assim deveria acontecer sempre na repetição intermina dos dias, na successão chronologica dos acontecimentos. Cada homem que, cumprida a sua missão, a presinta concluida, penso, deve ceder o logar a outrem ; abrir passagem para novos pioneiros armados de forças novas, que já lhe vão escasseando. Assim nos palcos dos theatros ; assim no theatro da vida.

Corista, modesto que tenho sido ; algumas vezes encarregado do que em linguagem theatral se convencionou chamar «pontas», entrei em scena, recitei o mau papel e do tablado me retiro satisfeito e contente, para lá, envolto na penumbra dos bastidores, applaudir os que ficam ; animar-lhes o espirito, incutir-lhes o animo necessario para que bem o empreguem no beneficio commum.

Uma salva de palmas corêa as ultimas palavras do pobre orador.

E' dada, então, a palavra ao dr. Henrique Wanderley, que profere o seu discurso de recepção. Responde-o o illustre socio dr. Ubaldo Ramalheite Maia.

Os oradores são vivamente applaudidos.

Segue-se com a palavra o illustrado presidente honorario do Instituto, dr. Antonio Francisco de Athayde, que lê a seguinte substancial conferencia, relativa a data em commemoração :

Sr. representante do Presidente do Estado.

Sr. Presidente do Instituto.

Illustres consocios.

O Governo Provisorio da Revolução Pernambucana, foi o melhor plano politico-administrativo, concebido e organizado em toda nossa historia colonial, digno de admiração pelos seus exemplos de moralidade e justiça ; pelas suas vibrantes e liberaes proclamações ; pelos seus ensinamentos civicos e humanos, dignos de serem imitados e consagrados pela Posteridade.

O Governo Provisorio manteve a ordem inalteravel ; arrecadou moderadamente a renda publica ; estabeleceu o tratamento cordeal de vós, abolindo as excellencias da pragmatica cortesã ; e finalmente adoptou a symbolica bandeira do novo Estado.

No projecto da Constituição apresentado a que chamou-se Lei Organica, foram estabelecidas a igualdade dos cidadãos perante a lei e a liberdade de pensamento, inclusive o assumpto religioso, sendo entretanto a religião catholica, a religião do novo regimen.

O poder executivo foi reduzido a um só cidadão, que seria eleito pelo povo, bem como o poder legislativo e o judiciario, ficando completamente definidas as responsabilidades dos executores da lei.

A's camaras municipaes foi enviado um exemplar do projecto dessa lei basica, afim de que fossem convocados os seus principaes homens dos respectivos municipios, no louvavel intuito de todos discutirem amplamente um por um dos artigos, com tolerancia, devolvendo-o em seguida ao Governo Provisorio, com a approvação ou reprovação, no que entendessem conveniente aos interesses da Patria.

Só esse inicial processo liberal de sancção publica para decretação definitiva das leis, dá o cunho verdadeiramente sociocratico da elevada capacidade moral e politica dos egregios Patriotas de 17.

O Governo de Pernambuco, com applausos unanimes, já honrou a memória dos martyres da Revolução, por occasião das festas civicas do seu centenario em 6 de março de 1917, decretando como bandeira do seu glorioso Estado, a bandeira dos patriotas, a sagrada reliquia d'aquelle movimento politico, infelizmente, mallogrado.

Essa justa homenagem do Estado de Pernambuco áquelles heróes é uma consagração da Posteridade : é um culto publico que dignifica e perpetúa a esplendorosa epopeia de rubro sangue das victimas da liberdade.

E, assim são e serão todos os movimentos libertadores, em todos os tempos, e em toda parte, quando se inspiram verdadeiramente no santissimo amor da Patria ; pois, a marcha fatal das leis estaticas e

dinamicas da sociedade, não se interrompe por nenhum acto administrativo, nem por nenhuma medida violenta de character militar, dos seus governos.

O nosso insigne patrono Domingos Martins, o chefe da Revolução Pernambucana, fôra incontestavelmente o alvo o mais atingido por todas as perfidias e ingratidões, calumnias e infamias da mais requintada perversidade. Nada pouparam ao glorioso Patriota nos autos da devassa.

Os documentos encontrados foram examinados maliciosamente pelas sanguinarias commissões militares e remettidos depois á Alçada presidida por Bernardo Teixeira de Carvalho, um juiz prevaricador e perverso que truncava os depoimentos das testemunhas, á vontade, sob a pressão do terror.

Muitos outros documentos de subido valor historico andam espalhados, bolorentos e esfarrapados pelas traças, nos archivos publicos, aguardando pacientemente quem se delibere a revel-os.

No Archivo Publico Federal encontram-se as peças do monstruoso processo da Alçada, em 17 grandes volumes e na Bibliotheca Nacional outros tantos documentos preciosos estão provocando novas investigações, no interesse patriótico de reivindicar as nossas glorias, nas provisões do Passado.

O illustre escriptor Oliveira Lima encarregado pelo Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, de rever a obra conhecida, a mais perfeita sobre os acontecimentos de 17, de Francisco Muniz Tavares, evidentemente desenvolveu alguns pontos em superioridade de vistas: entretanto deixou ainda muitas duvidas em outros factos que deviam já estar elucidados, em prol d'aquelle feito revolucionario, onde se acryzolaram os nobres ideaes de uma geração de heróes.

E' preciso rebater com vehemencia todas as infamias assacadas á dignidade dos Martyres da Revolução Pernambucana, para o conhecimento authentico da nossa historia contemporanea. Escrevamos a verdadeira Historia do nosso paiz, e não *historias* que deturpam os factos, deshonrando-nos.

Foi o audacioso negociante nantez L. F. Tollenare que arvorado tambem em escriptor, e despeitado com Domingos Martins, logo após a proclamação da Revolução, por interesses que não lhe podiam ser satisfeitos, poz em circulação umas tantas inverdades que não respeitaram nem o lar, oriundos do odio devotado ao Patriota, no proposito de intrigar-o e anthipatisal-o na sequencia do movimento, perante seus numerosos partidarios.

Acompanhou-o mais tarde n'essa torpe urdidura de vis intrigas, Ferdinand Denis que não tendo estudado imparcialmente os factos da Revolução, acceitou as apreciações acrimoniosas do Tollenare, cuja suspeição realmente não comprehendeu.

O que se poderá diser de Varnhagem, escriptor para quem — «os reis são a imagem do Deus de misericordia»? *Hist. Geral do Brasil*—

O que se poderá tambem dizer de Pereira da Silva, no seu costume inveterado de *improvisador dos factos* podendo-se affirmar que escreveu inexactidões grosseiras sobre a Revolução e seus homens só

no proposito preconcebido de servir incondicionalmente aos interesses aulicos? *Hist. da Fundação do Imperio Brasileiro* —

Comtudo, deixemos as chronicas apaixonadas das *Notas Do-midicaes* de Tallenare, eivadas de falsidade, e vamos colher algumas informações, mais ou menos, fidedignas, nos depoimentos de Muniz Tavares (*Hist. da Rev. de 1817*) e de Dias Martins (*Os Martyres Pernambucanos*).

— Meus senhores...

Tudo foi concertado no perverso intento de desmoralizar a Revolução, no ultraje feito ao seu heroico chefe.

Um homem superior pela intelligencia e pelo coração, que consumiu abnegadamente toda sua grande fortuna nos preparos da Revolução, solvendo todos seus compromissos particulares com dignidade, que se relacionava com os principaes estadistas republicanos da Europa e da America do Norte; um homem que nas vespervas da sua terrivel execução, dentro de lugubre e abjecto carcere, escreve um soneto que é um poema de amor repartido entre a Patria e a Esposa, realmente não podia deixar de provocar a inveja dos seus algozes impenitentes, no seu barbaro e deshumano sacrificio!...

Diz Alipio Bandeira, no seu *Brasil Hercico em 1817*: Varnhagem falsificou o depoimento de Antonio Carlos dando como affirmção deste, uma insinuação feita pela Alçada de ser Martins negociante fallido, peculatório, desacreditado e etc.»...

«Mal sabia, pois, Varnhagem que a verdade é uma e só ha de triumphar, porquanto, máo grado o seu deploravel labor para enxovalhar a Revolução e seu chefe, chegou o dia em que essa deixou de ser um mytho para ser um padrão heroico de patriotismo, e em que este jogou de si todos os labéos que lhe haviam posto o odio sectario, a perfidia, a ingratidão e até a covardia, para surgir aos olhos dos seus patricios como um dos maiores de que se possa honrar o Brasil.»

Effectivamente, a gravissima accusação de ter sido autor fraudulento da quebra de uma casa commercial ingleza, cujo escandalo provocado, tanto prazer deu aos seus malsinados inimigos, até depois de sua morte, só agora fora authenticamente rebatida pelas proprias cartas do Patriota, documentos esses preciosissimos, descobertos no Archivo Publico, ha pouco tempo, pelo nosso illustrado confterraneo e dignissimo socio deste Instituto—dr. Marcilio Lacerda, e publicados na *Rev. do Inst. Hist. Brasileiro*.

Foi um serviço relevantissimo prestado á dignidade do nosso Martyr.

São, pois, importantissimas essas missivas, porque bem demonstram o caracter nobre e impolluto do heroico chefe da Revolução e o defendem dignamente da aleivosia infamante de peculatório, covardemente assoalhada, depois de sua prisão.

Eis as cartas, cuja leitura vamos fazer, com muita satisfação:

Londres, 10 de janeiro de 1814. — Srs. administradores. — Com os mais vivos sentimentos, recebo a approvação que tendes expressado sobre o meu comportamento, enquanto me demorei no Brasil, para o fim de concluir os negocios de minha sociedade passada; como prova disto tivestes a condescendencia de me offerecer um presente, o qual,

mais pela maneira da offerta do que pela sua somma, me inculca o mais alto testemunho de vossa satisfação.

Quando eu tiver de fazer publico que os meus deveres e responsabilidades a respeito da minha firma passada, estão por fim acabados, por ter transferido a casa á vossa administração, me será então summamente grata a occasião de provar ao Mundo que preenchi aquelles deveres e conclui aquellas responsabilidades de maneira congenial aos sentimentos de honra e probidade que são sómente os que podem, para mim, dar valor á vida.

Em vós está, senhores, satisfazer-me nesta maior ambição, que será dando-me aquella resposta que julgardes que o meu comportamento tem merecido. Tenho a honra de ser, senhores, vosso mui obediente creado. — *Domingos José Martins.*

Segue-se a resposta dos administradores da firma em liquidação.

Londres, 11 de janeiro de 1814. — Sr. Domingos José Martins. — Recebemos a carta que nos dirigistes em 10 do corrente como administradores da vossa casa que foi na firma de Barroso, Martins, Dourados & Carvalho e não faltamos em respeitar aquelles sentimentos, que apreciam tão altamente o tributo na nossa approvação. Afim de que o mundo faça justiça ao bom comportamento, honra e probidade que vos patenteastes e depois que a vossa casa fez ponto, acontecimento este que succedeu durante a vossa ausencia, e é somente necessario que nós confessemos a convicção em que estamos sobre os vossos grandes esforços em uma situação de peculiar delicadeza e difficuldades. Voltando para este paiz com o unico fim de satisfazerdes os vossos credores, quanto ao vosso comportamento, e informando-os do estado real dos seus direitos á cerca de pessoas que residem no Brasil, vós tendes preenchido os vossos ultimos deveres para connosco e para com os outros credores da vossa firma passada; e nos julgamos felizes em ter esta occasião que se nos offerece de publicar ao Mundo este facto. Temos a honra de ser, senhor, vossos mui obedientes creados. — (a.) Thomas Davis, Brodie August M. Ghie, J. H. Shears — Administradores da casa Barroso, Martins, Dourados & Carvalho.

A sua carta, bem como a resposta dos syndicos publicou-as no *Investigador portuguez* (vol. II, pags. 638 a 640), com a seguinte declaração: —

«Srs. redactores do *Investigador portuguez*. Ainda que os negocios de um individuo não devam, por via de regra, incommodar o publico, comtudo a extensão das connexões mercantis da casa Barroso, Martins, Dourados & Carvalho de que eu era socio, exige que, para a justificação do meu procedimento, procure um meio efficaz de fazer geralmente conhecida, a opinião que, da minha integridade, fazem os credores d'aquella firma a cujo cargo está a administração e liquidação das contas, e mais que a minha responsabilidade se acha de todo extincta na dita firma. Por estas considerações espero dever-lhes o favor de inserirem no seu periodico os dois documentos juntos, pelo que lhes ficarei muito obrigado — Sou de vossas mercês mto. attento cro. *Domingos José Martins.*»

Pelas transcripções destas interessantes cartas, bem podemos

avaliar o quanto de perverso e iniquo, de vingativo e ignominioso eram os taes processos summarios dos crimes politicos, em que tudo se occultava propositalmente na defeza das pobres victimas das armadilhas policiaes, para somente se patentear as injurias e os apodos os mais insolentes, em detrimento da justiça e da verdade da causa dos combatentes.

Ha ainda em honra á memoria dos martyres da Revolução, collecções de provas authenticas que dormem na poeira dos archivos publicos estaduais e federal, que jogarão por terra todas as perfidias criminosamente annotadas pelos máos chronistas, quando alguém tiver de analysal as convenientemente, por amor das victimas das ingratidões dos seus contemporaneos.

Meus senhores.

Fazem hoje 108 annos da execução do grande martyr, patrono deste Instituto.

A data de hoje é consagrada á commemoração do seu sacrificio, que no momento tragico ao sahir do carcere, de cabeça erguida para ser arcabusado no antigo Campo da Polvora, actualmente dos Martyres, na Bahia, defrontando a multidão, grita com altivez a celebre phrase: *Ide dizer ao vosso sultão que eu morro pela liberdade...*

Foram tambem seus fieis companheiros na hora derradeira do infortunio, os notaveis patriotas — dr. José Luiz de Mendonça e o padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro: todos sacrificados á sanha dos as-salariados do Rei, a 12 de junho de 1817, no mesmo campo.

Em sublime prece á veneranda memoria do Heroe Espirito-Santense, entoemos a commovente canção do mavioso poeta Gonçalves Dias, n'estes bellissimos versos de maravilhosa concepção civica, consagrados por Alipio Bandeira a sua immortalidade:

Pode a calumnia denegrir seus feitos,
Negar-lhe a inveja o merito subido,
Pode em seu damno conspirar-se o mundo
E renegal-o a patria!

.....

Nem o transtorna a aragem da ventura,
Nem a desgraça o abate.

A selecta assistencia sauda as ultimas palavras do distincto conferencista com vibrante salva de palmas.

Orou, após, em nome do sr. Presidente do Estado, o sr. Octavio Peixoto, produzindo breve, mas expressiva allocução.

O sr. presidente do Instituto, dr. Carlos Xavier, encerrou, então, a sessão, agradecendo ás exmas. senhoras, autoridades e cavalheiros presentes a gentileza do seu comparecimento e ao sr. Presidente do Estado, a honra de sua presença.

ADOLFO FRAFA

1º SECRETARIO

Sessão ordinaria de 19 de Julho de 1925

*Discurso de recepção proferido pelo desembargador
Josias Soares*

*Sr. Presidente do Instituto
Srs. consócios
Exmas. senhoras
Meus senhores:*

Quando, ha dias, o presidente desta casa, em um dos nossos habituaes encontros, communicou-me que, por indicação de meu presadissimo amigo dr. Archimimo Mattos, havia sido eu acceito socio deste Instituto, s. exa., certamente, teria lido no meu rosto a expressão de surpresa que a honrosa nova me causou.

Quando, dias depois, se me avisou tambem que eu seria o timoneiro desta illustre pleiade de novos socios que commigo faz hoje o seu ingresso no Instituto, maior foi ainda a minha surpresa.

Uma e outra eleições eu levo mais á conta da excelsa bondade dos que para aqui me trouxeram, que do meu valimento e aptidões, que são nenhuns.

Como compensação, eu não encontro no rico vocabulario da nossa lingua, uma palavra só, capaz de traduzir toda a immensidade de meu acanhamento ante a dupla honra com que me confundiram.

O Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo, novel associação de espiritos, de intelligencia e patriotismo conglomerados no alevantado intuito de bemfazer á terra espirito-santense, servindo ao Brasil, é já bem uma instituição que peza na balança, no equilibrio das forças formadoras do progresso intellectual e material do Estado.

A sua acção, pacifica, lenta, persistente e incessante, ha cooperado efficientemente, no concerto de todos os elementos de vida do

Estado e, no relativamente curto periodo de sua existencia, para as conquistas patrióticas que, dia a dia, alcançamos no mundo das sciencias, das artes, das letras, da politica e de todos os ramos da humana actividade.

Conquistas patrióticas, sim, senhores, porque é tambem aqui, no silencio do gabinete, sem outro intuito que á patria servir, sem outra remuneração que a do conforto do espirito e a consciencia do dever cumprido que, todos os que mourejam nesta officina, levam o seu contingente de labor para o assentamento dos alicerces, dos fundamentos, sobre que repousam, cimentadas pelo tempo, argamassadas pela experiencia e pelo exemplo, as tradições da nossa nacionalidade.

Porque aqui, senhores, todas as sciencias, todas as artes, a religião, todas as seitas, a medicina, a mathematica, o direito, a moral, tem o culto do estudo e do registro.

Uma instituição assim, de tão grandes descortinhos, de tão vastos propositos, de tão variados fins, só pode ser o que ella realmente é: o altar onde se cultiva o amor da patria.

Não ha excesso de apreciação nem exagero de conceitos no que, desataviadamente, venho enunciando á guiza do discurso. A's associações similares espalhadas por toda a parte onde a civilisação penetrou, e eu fallo neste momento perante uma assistencia culta, deve a humanidade uma somma incalculavel de bens que ella vem usufruindo atravez dos seculos.

A descoberta da America, a descoberta do Brasil devem-se em sua maior parte, ao arrojo dos dous grandes marinheiros, cujas memorias o mundo inteiro venera.

Não podemos esquecer, porém, que, ao tempo desses seculares e inolvidaveis acontecimentos, que modificaram, por completo, a vida do homem no planeta, as sociedades de geographia já existiam e foi com o concurso dellas e o estudo dessa sciencia, que o homem civilisado, *por mares nunca dantes navegados* chegou até nós.

Para completar esta obra admiravel, fructo da ambição de gloria, em que os nossos maiores têm sido tão ferteis, não podemos esquecer esse outro feito admiravel em que a geographia teve a sua grande cooperação.

Quero referir-me a esse spectaculo inaudito, que assombrou o mundo, fazendo vibrar todas as almas, brandir todos os corações, enchendo de estupefacção a consciencia de todos os povos.

Eu me refiro, senhores, á arrojada travessia do Atlantico, pelos ares, pelos grandes marinheiros do além-mar — Gago Coutinho e Saccadura Cabral.

Todos nós sabemos o que foi essa epopéa de perigos, de soffrimentos, de ancias, de glorias e de triumphos.

Naquella manhã radiosa, na phrase lapidar de nosso eminente anti-tite, quando os dous navegadores do espaço descançaram sobre as placidas aguas do nosso porto, a fragil machina que trouxe de Fernando de Noronha até aqui, naquella manhã saudosa, direi eu agora, o povo da Victoria, o povo do Espirito Santo inteiro, porque de todos os pontos do Estado, não foi pequeno o numero de pessoas que vieram contemplar o spectaculo o povo, victoriando, acclamando, applau-

dindo, com enthusiasmo os dous emulos do Colombo e Cabral, tinha stériotipada na retina a imagem daquelles restantes minutos que, ao approximarem-se, separavam os dous loucos viajores do espaço, dos rochedos de S. Pedro e S. Paulo.

A penna não descreve as emoções daquelles instantes...

Em pleno espaço, n'aquella hora crepuscular, quando o sól, descambando, deixava apenas ver na penumbra do horizonte os seus ultimos raios, isolados na amplidão infinda, envoltos pela cúpula celeste onde teriam uma esperança, e pelo abysmo tenebroso do mar, onde estava o desalento, já quando a noite se preparava para *descer do céu*, eis que Saccadura, vendo faltar-lhe o combustivel com que devia o apparelho galgar os solitarios rochedos e extinguir-se o tempo prefixado para attingil-os, passou ao seu grande companheiro de jornada estas palavras escriptas: *Estamos perdidos!*

Está por pouco; tenha confiança, respondeu-lhe confiante seu immortal companheiro.

A emoção que a gente experimenta com a narrativa desta scena, que teve como palco o espaço e como testemunhas o mar e o céu, é tão grande, tão forte ella é, que, se não fôra verdadeira, seria inacreditavel!

Eis aqui está, senhores; o fructo do labor silencioso e solitario do gabinete, repercutindo, lá fóra, em glorificações e apothéoses.

E' o estudo de tentativas taes que as sociedades similares de que vos fallei, nós proporcionam e que as sociedades como esta, registram para a posteridade.

Já se disse e não é innovação que um paiz vale pela sua historia, sua alma, a licção de seus homens e de suas cousas, na corrente do destino, julgadora e eterna.

Neste conceito philosophico de um dos mais eruditos homens da nossa patria estão, em synthese, consubstanciada e existencia deste Instituto e resumidos os seus fins utilitarios.

E' na historia dos povos, na nossa propria historia, que bebemos ensinamentos para a nossa existencia social e politica.

O progresso das nações reside nas garantias que as sociedades organizadas lhes proporcionam.

O Direito tem sido a maior machina de aperfeiçoamento da humanidade.

Sem elle, sem as garantias delle derivadas e estas se aperfeiçoaram pelas luctas dos homens e dos povos, em defesa delle, a sociedade organizada se ia um mytho.

Vem do berço dos seculos, ainda ao tempo da descoberta do fogo, da pedra lascada, da pedra polida, das cavernas, das povoações lacustres, antes e depois do deluvio universal, a lucta pelo Direito.

Passemos um rapido olhar pela historia antiga, média, moderna e contemporanea; evoquemos as luctas sangrentas de Roma e Carthago, os feitos guerreiros de Scipião Africano, de Alexandre da Macedonia, a invasão dos Hunos na Europa occidental, com Attila á frente, a guerra dos Cem annos, as Cruzadas, o Christianismo, as figuras immortaes do Imperador Justiniano, do Imperador Carlos V., de Cromwel, de João Sem Terra, de Luiz XIV, de Pio IX, de Leão XIII,

de Garibaldi, do Marquez do Pombal, de Napoleão Bonaparte, de Bismarck, de Washington, de Bolívar, de Diogo Feijó, de José Bonifácio, de Tiradentes, de Domingos Martins, de D. Pedro II, de D. Antonio Macedo Costa, de Deodoro, de Prudente de Moraes, de Benjamin Constant, de Floriano, de Saldanha da Gama, de Ruy Barbosa, e tantos outros cujos nomes encerram principios e ideaes, e vejamos então que é no estudo desses acontecimentos que os seculos não puderam apagar da consciencia dos povos, e na apreciação da trajetória desses vultos, cujos nomes chegaram até nós, que nós outros vamos marchando para as conquistas liberaes do Direito.

E os repositórios, os escriptos dessas reliquias, cujos vestígios a historia nos legou, tem sido as associações scientificas, espalhadas pelo mundo, entre as quaes, com maior somma de responsabilidade, os Institutos Historicos.

Eis porque, ha pouco, senhores, repetindo o conceito philosophico de um illustre brasileiro, eu vos disse que é na historia que bebemos ensinamentos para a nossa existencia social e politica.

Bem hajam, pois, os fundadores desde centro de vida activa em prol da grandeza da patria, verdadeiros levitas dessa religião que se resume na pratica, nos ensinamentos das virtudes pelo bem da humanidade.

Bem hajam, senhores, o esforço, a tenacidade a pertinacia e o amor sincero que demonstram ter a esta terra, ao Brasil essa pleiade illustre de resumido numero de membros dessa casa, unidos, fortes, ante o descaso e a indifferença de muitos, no ultimo e tormentoso lustro deste Instituto.

Bem hajam, senhores, os nomes de Archimimo Mattos, Araujo Primo, Antonio Athayde, Alarico de Freitas, Francisco Rufino, Adolfo Fraga e Carlos Xavier.

A cada um delles e a todos em conjuncto, o modesto orador entrega as honras da festa de hoje.

Falando em meu nome, sr. presidente, eu desejo a este Instituto uma existencia proveitosa para a sociedade de seu tempo e a sociedade do futuro.

Fallando em nome de todos nós, agradeço, desvanecido, os generosos conceitos do illustre presidente desta casa que nos saudou com tanto carinho e, cheios de fé no futuro desta generosa terra, todos nós, entoando um hymno pelo crescente desenvolvimento deste Instituto, fazemos ardentes votos pelo esplendor, pela grandeza do Espírito Santo.

Disse.

Por não se achar presente o orador official do Instituto, dr. Alarico de Freitas, o dr. Ubaldo Ramalhete, em brilhante improvisado sauda o distincto socio recipiendario.

Ambos os discursos são saudados pela selecta assistencia, com vivo enthusiasmo.

Sessão Magna de 2 de Dezembro de 1925

Homenagem a D. Pedro II

NOTICIA

Aos dois dias do mez de dezembro de mil novecentos e vinte e cinco, commemorou o Instituto Historico a data do centenario do nascimento do ex-imperador do Brasil, D. Pedro II, celebrando uma sessão magna, ás 20 horas, no palacio de sua séde social.

Repleto o sumptuoso salão de exmas. familias, socios e cavalheiros da nossa sociedade, autoridades civis e militares, funcionarios publicos federaes, estaduaes e municipaes, o dr. Carlos Xavier, presidente do Instituto, ladeado dos srs. secretarios Adolfo Fraga e Heraclito Amancio Pereira, convidou o sr. Presidente do Estado, em exercicio, coronel Eugenio Pinto Netto, a assumir a presidencia da sessão e ao exmo. sr. D. Benedicto Alves de Souza, a tomar parte na mesa e aos ex-presidentes do Instituto drs. Archimimo Mattos e Antonio Athayde, a occuparem as poltronas distinctas, ao lado. Iniciou, então, os trabalhos lendo brilhante pagina historico-literaria referente á augusta personalidade de D. Pedro II. O distincto presidente do Instituto, declarou não se demorar em considerações deixando estas aos oradores officiaes, e terminou com primorosa e entusiastica peroração á memoria de D. Pedro. Ao final da sua peça oratoria convidou as exmas. mmes. drs. Sebastião Barroso Nunes e Adolfo Fraga para descerrarem a cortina em setim verde e amarello que encobria o retrato a oleo de D. Pedro II.

Ao som do Hymno Nacional e estrepitosa salva de palmas foi, assim, inaugurado o retrato de D. Pedro II.

Após, o sr. presidente do Instituto deu a palavra ao presidente honorario, dr. Archimimo Mattos, orador designado para substituir o proprietario do cargo, dr. Alarico de Freitas, em seu impedimento.

O illustre orador passou a ler o seguinte discurso:

Sr. Presidente do Estado

Sr. presidente do Instituto

Illustre e digna Assembléa

Na ausencia temporaria do orador official desta casa e só por obediencia á ordem partida de quem, pela força de tradicional e mutua amizade tanto prepondera sobre o espirito de humillimo orador que vos vae maçar por alguns minutos, é que me vedes nesta tribuna n'um momento em que, só aos mestres da palavra, aos grandes observadores dos phenomenos historico-sociaes, seria cabivel occupar as vossas attensões para corresponder a confiança dos Directores desta casa de estudos e de culto patriotico das coisas e dos homens da patria querida.

E nem só por isto; mas igualmente para não ficar aquem da expectativa dos que aqui vêm desejosos de ouvir, sinão novidades, ao menos a exposição original de factos conhecidos, enquadrados d'entro da observação d'aquelles que filiam aos conhecimentos, historicos, os de ordem moral e politica á luz dos estudos sociologicos do tempo cujo estudo nos é proposto; pois a nós, pesealmente, escasseiam predicaos para tarefa de tão agigantado vulto.

Passa hoje o primeiro Centenario do nascimento d'aquelle que em vida se chamou Pedro de Alcantara, tendo nascido sob o mais auspicioso dos signos; o que lhe valeu o titulo por direito de nascimento de Imperador do Brasil, e por direito de conquista o de — «uma das figuras mais sympathicas e venerandas da Historia Universal» como diz o sr. Affonso Celso, ou ainda «o mais eminente dos Brasileiros o mais nobre dos Americanos, sem exceptuar Washington e Bolivar.»

Falar, meus srs., de Pedro II, é falar de toda a historia do Brasil de 1840 a 1889; do dia em que, ainda com 14 annos, organizava o seu primeiro ministerio composto dos maiores representativos da epoca; os irmãos Andradas — Antonio Carlos e Martim Francisco; Limpo de Abreu — Visconde de Abaeté; Aureliano Coutinho — Visconde de Septiba; Hollanda Calvacante e seu irmão Francisco mais conhecido Suasuna, com os quaes ascendeu ao poder, até o dia em que o deixou para penetrar no amplo tribunal da historia a lhe render hoje as homenagens a que fez jus durante todo o seu reinado, em que «reprimiu o caudilhismo no Brasil e no Prata garantiu 40 annos de paz interna, suffocou 5 revoluções—em São Paulo, Minas, Maranhão, Rio Grande do Sul e Pernambuco; sustentou 3 guerras externas, destruiu trez tyrannias—a de Rosas e de Aguirre e a de Lopez; assegurou a Independencia do Uruguay e do Paraguay» (Affonso Celso).

Falar de Pedro II é registar o espirito de tolerancia presidindo sempre os actos governamentaes, é celebrar o civismo de um

grande patriota, para quem o amor da terra natal foi o pharol immenso a illuminar todos os seus actos pois, segundo illustre publicista cujas opiniões vamos acompanhando, «á victoria sobre as revoluções seguiu-se sempre ampla e generosa amnistia. Na guerra contra Rosas triumphou o Brasil, onde a França e a Inglaterra haviam naufragado. Nunca aproveitou suas vantagens para opprimir visinhos mais fracos. Nada impoz ao Paraguay, depois de tel-o vencido com ingentes sacrificios. Organizou alli o Governo Republicano que, sob o despotismo de Francia, Lopez I e Lopez II era até então desconhecido dos Paraguayos e determinou-lhes a abolição do captiveiro. Trez vezes servio de arbitro em questões internacionaes de grande monta, entre poderosas nacionalidades. Deffendeu com extrema energia a dignidade do Brasil contra nações fortes, como a Inglaterra, vendose esta obrigada a nos dar satisfação cabal».

Falar de Pedro II será passar em revista o surto de progresso com que a nação affirmava as suas características de povo livre com a ancia de crescer, crear, subir. Em todos os ramos da actividade nacional se fez sentir a sua benefica influencia, incrementando os trabalhos agricolas, organisando o commercio, estabelecendo as industrias, auxiliando a organização de partidos, apaziguando paixões, respeitando as liberdades «Presidio elle á inauguração das nossas primeiras estradas de ferro, linhas de vapores e telegraphos; á entrodução em massa de colonos estrangeiros; ao desenvolvimento da instrucção publica; á expansão do nosso credito, cotado, nos ultimos annos da monarchia, acima dos mais influentes Estados.» Folheando as paginas da historia dos povos modernos, não encontramos noticias de governante que, mais do que Pedro II, se recomendasse á gratidão dos seus governa-los. Ligado por laço de sangue e affins ás mais aristocraticas casas reinantes da Europa, era o grande imperador do Brasil o mais democrata dos cidadãos. E' sempre com a mais grata das recordações que d'elle falam quantos o conheceram e puderam receber d'elle a influencia da sua grande, da sua immensa bondade, culminada na doçura com que sabia receber os mais humildes, na amenidade da recusa quando a isso era forçado.

E' gratamente impressionante o facto de se haver recusado a acceitar um palacio que, por subscrição, quizeram offerter-lhe, bem assim a erecção de uma estatua que o povo do Rio de Janeiro quizeria dedicar-lhe, finda a guerra do Paraguay.

Empregassem o dinheiro arrecadado em escolas, pois «será a melhor maneira de perpetuar a confiança que tive no patriotismo dos Brasileiros» dizia elle com aquella attitude que tão bem lhe ia quando affirmava: «nada conheço de tão nobre como dirigir jovens intelligencias, preparar os homens do futuro. Si eu não fôra imperador, quizeria ser mestre-Escola.»

Grande foi a sua influencia sobre os destinos no Brasil e, ao examinarmos a sua acção bemfazeja, não nos podemos decidir sobre si foi elle um producto do meio, obedecendo aos imperativos da consciencia social da epoca, ou se sobrepujava n'elle a sua propria consciencia individual.

Pensamos que os individuos considerados pessoal e isola-

damente nada valem, sinão como symbolos das aspirações nacionaes, como expoentes de uma epoca na transitoriedade de sua passagem ; mas não podemos deixar de reconhecer com Palante que «é impossivel separar-se absolutamente a consciencia individual da social ; o individuo, mais de mil vezes se tem dito, não é um todo, mas um elemento. Resta saber de que é elle elemento.»

Em nosso modo de ver, o individuo é menos elemento da actual sociedade, do estado social determinado em que vive, do que da sociedade dinamica, ideal que se desenvolve no tempo e no qual elle não é mais do que um momento transitorio ; assim pensando e desejando conhecer e «apreciar as relações do individuo e da sociedade, devemos formar desta uma concepção dinamica e não estatica.»

Como, embora confessando a acção exercida pelo meio ambiente sobre o individuo poderemos encontrar os valores que tivessem preponderado sobre a formação mental de D. Pedro II, sinão tínhamos como não temos ainda *classe de escol* de onde viessem as influencias actuar sobre o espirito em formação ? Nação em grande massa de analfabetos, no periodo de sua construção politica, financeira, economica e, mais do que isto social, não poderia formar ambiente preponderante para plasmar mentalidades de escol, pelo que, máo grado ideas preconcebidas, somos forçados a confessar residirem no individuo, não na familia nem na classe a superioridade intellectual e moral que são predicados essencialmente individuaes ; de onde chegamos a conclusão de que «não ha uma classe de escol, ha apenas individuos de escol.»

Das observações de todo o periodo historico do segundo reinado, poderemos concluir pela fallencia do meio ambiente, elevado á cathegoria de dogma por Spencer e outros e pela criação de meia duzia de typos de escol que governavam o Paiz, dictavam leis e impunham a sua vontade esclarecida á grande massa ignára.

D'ahi talvez a pretendida superioridade da nossa monarchia no segundo imperio, á Republica que fundamos e nos esforçamos por solidificar.

Os poucos estadistas ou mesmo pseudo estadistas, se tinham organizado de modo a sobrepair ao commun dos homens, tendo como centro a personalidade equilibrada do Imperador. A este devemos sem duvida, a organização de partidos politicos com ideas definidas, embora algumas vezes os conservadores fossem liberaes e vice-versa, como faz certo a abolição da escravatura, acto essencialmente liberal feito por um Ministerio de conservadores ; apezar de que, no dizer de Licinio Cardoso fossem todos «Adhesionistas de ultima hora, precipitando o desfecho d'aquillo que haviam impedido anteriormente com solução mais solenne e prudente e que deveria naturalmente ter cabido ao partido liberal varios annos antes».

Embora mal orientados por vezes, os partidos politicos exerceram importantissimo papel na educação do povo em geral, e principalmente, nas das classes dirigentes, preparando o advento de novas ideas, fazendo apparecer os espiritos combatentes d'aquella epoca, phenomenos demonstrativos da superioridade mental de Pedro II que o fez realizar o objectivo de homem de Estado. «A ordem de

que o Brasil gosou de 1848 a 1889 dêve aureolar igualmente o nome d'aquelle que a assegurou mediante milagres de equilibrio governamental e a paz victoriosa recommendou-o atravez dos seculos».

E não foi uma paz inactiva, a paz da inercia, da estagnação, foi uma paz operante, cheia de iniciativas, uma paz dinamica e fecunda. «Dentro da paz que o seu espirito sabia organizar e presidir, obedecia ás forças latentes da sociedade cujos impetos de mocidade lhe competia refrear e coordenar. E só assim essa paz a que nos referimos poude ser dinamica e fecunda; e tanto assim é que, desaparecido o espirito de equilibrio e coordenação e com elle o regimen, temos tacteado no escuro durante tantos annos de Republica, sem encontrarmos os grandes conductores das massas populares que fecundem com as suas ideas, a dinamica social».

Até agora, temos sido incapazes de formar partidos politicos orientadores e fiscalisadores da acção governamental. Parece-nos, estamos ainda soffrendo da desorganisação a que nos levaram as duas maiores revoluções que operamos dentro de tão pouco tempo—a Abolição da escravatura e a implantação do Novo Regimen; embora esse ambiente de acobardamento mental se venha notando desde muito, como o assegurou illustre publicista, ao estudar o periodo de 1830 a 1888 do qual disse: «Não ha nenhum estadista de verdade, nenhum homem de pulso, nenhum cerebro director... Não pretendemos chegar a esse exaggero, mas somos levados a confissão de que, herdando esse mal da monarchia nos seus ultimos dias, aggravamol-o na Republica, na qual nos deixamos contaminar pela chamada crise das unanimidades».

Queremos todos viver dos governos, pelos governos e para os governos. Os interesses da politica partidaria falam mais alto do que os grandes e respeitaveis interesses da Patria. E quando por ventura um espirito de escól pretende eleaes-se acima da craveira commum, pregando novas ideas, introduzindo novos moldes na publica administração, logo de todos os lados enxameiam os chamados espiritos conservadores e enleiam, abraçam, seduzem-n'o a pontos de reduzi-lo novamente ao diapazão commum das ideas communs.

E' facto conhecido em biologia que um organismo aggreddido por uma infecção, de dois modos produz a sua defeza: ou pela actividade propria de certas cellulas—phagocytos e leococytos, ou pelas multiplas secreções destes elementos produzindo os alexinas sensibilisadores, agglutininas, anti-corpus, anti-toxinas, etc. constituintes do que se denominam o estado bactericida do humor sanguineo. Na escola allemã aprendemos desempenharem as secreções mais importante papel, emquanto que a Escola Franceza com Metchnikoff a frente, attribue maior valor aos leococytos, divididos em macrophagos e microphagos. Estes encarregados da defeza organica, phagocitam os germens pathogenicos, destruindo-os no beneficio do organismo de cuja defeza se encarregam.

Por uma caricata semelhança com os phenomenos biologicos—macrophagos e microphagos do organismo social que engendraram e defendem pro domo sua phagocytam o novo elemento para elles pathologice, numa lucta tenaz e paciente, titanica e ma-

neirosa, os destroem já com seus tentáculos enlaçados á nova cellula, já com suas secreções inutilizando, neutralizando as secreções oppostas ameaçadoras da estabilidade das ideas chamadas conservadoras.

Foi o que ainda bem pouco aconteceu, quando a boa vontade de melhorar alliada a uma intelligencia pouco vulgar, ameaçava a construcção ainda mal argamassada do actual estado de coisas, para a solidificação do qual carregava elementos mais solidos mas que por serem differentes do geralmente usado, pareceram de origem suspeita. Si é verdade, como tantas vezes se tem proclamado que o grande mal da Republica provenha da falta de partidos organizados com programmas pre-estabelecidos, porque não deixar aos capazes a liberdade de organisal-os? Para isto tanto bastaria nos collocassemos todos no nosso ponto de vista individual, sem forçarmos os conchavos e accordos, verdadeiras duxas de gelo no entusiasmo dos combatentes.

Em todas as oportunidades que se nos têm offerecido de darmos ao mundo o exemplo de uma luta de ideas e de principios, quando não temos nos apresentado n'uma briga de comadres a lavar as immundices das roupas domesticas, temos sido os commodistas dos accôrdos, quasi sempre resultando o aproveitamento de um tertius chegado no momento opportuno. E tal vae sendo o nosso commodismo em materia politica que, ainda agora, de um dos t-stados leaders do norte do Paiz, nos chega a noticia de que, logo aberta a questão da successão governamental, com o annuncio de dois candidatos de grupos adversos, publicou-se conjunctamente o nome do feliz Tertius Gaudet. Seria de pasmar si não fosse profundamente ridiculo».

Será de crer que já na monarchia esse commodismo si não tivesse manifestado? E' claro que sim.

A' argucia, porém, ao tacto fino do Imperador não escapava o phenomeno que elle procurava corrigir, animando as organizações partidarias por todos os meios indirectos ao seu alcance, revesando na alta governança do Paiz, as duas correntes existentes, já pelo apoio que dava ora a uma ora a outra, já pela escolha dos mais argutos e capazes.

De poucos publicistas conhecemos opiniões a respeito, mas do que temos apprendido no tracto dos livros e dos homens julgamos nenhum serviço mais relevante se deve registrar ao credito de D. Pedro II, do que este de preparar o animo forte, a vontade resoluta a dedicação partidaria das classes productoras do Paiz, pois bem o comprehendemos que um povo incapaz de lutar por um ideal, de defender as suas prerogativas de liberdade, que menospreza os interesses collectivos para se collocar refestellado dentro do ambito estreito das necessidades do seu estomago, é um povo de eunuchos moraes incapaz de viver e de conservar uma Patria livre. Estaremos por ventura nos avisinhando da decadencia e desaggregação sociaes causadoras da morte de tantas sociedades e civilizações? Estudemos as causas assignaladoras da decadencia dos povos e concluirão aquelles que a tanto se achem autorisados. Essas causas são: ethnologicas, biologicas, economicas, psicologicas e sociaes.

Conforme opinam Gabineau, Laponge, Ammon etc., «é inevitável a acção da raça e da sua pureza no destino dos grupos sociais; a decadência e o desaparecimento dos povos são apenas devidos ao esgotamento dos elementos ethnics superiores», opinião de que partilha Nietzsche. Também nos diz Tarde «que a mistura das raças favorece o desenvolvimento da faculdade inventiva» e que «o grão de genialidade de uma raça, longe de estar com o seu grão de pureza, está antes em co-relação com o seu grão de complexidade e da variabilidade, com a amplitude de suas oscilações em torno do seu typo médio. Quanto mais nos transportamos ao passado, tanto mais vemos cada grande raça nacional desenvolver a sua civilização; e quanto mais nos dirigimos para o futuro, tanto mais nos parece que a moderna civilização se esforça por fazer a sua raça, por elaborar pela fusão de muitas raças distinctas, novas raças melhor adaptadas ao seu desenvolvimento».

Assim a Panmixia antes de ser causa de degenerencia o é de evolução, de aperfeiçoamento pois «a mistura das raças, assim como a interferencia das culturas e acções sociais num mesmo cerebro, produz individualidade mais complexas, mais ricas e mais delicadas.»

Tratando das causas biologicas affirma-nos Matteuzi: «é evidente que cada geração devia transmittir, por hereditariedade physiologica, todas as degenerencias recebidas das anteriores e ainda mais as degenerencias que no decurso de sua existencia a haviam ferido»; de sorte que essa causa biologica se reconhecida entre nós, bem pode ser corrigida pela fusão das raças heterogeneas, como se vae dando e ainda se dará no Brasil por muitos annos até fixarmos as nossas characteristics ethnics.

A proposito das causas economicas confessa Novicow que a causa da decadência das nações se deve procurar «no funesto cortejo dos erros humanos, o parasitismo, a tolerancia, o exclusivismo, o misoneismo» ou ainda ao que elle chama — desadaptações artificiaes, originadas pelos erros economicos. d'onde pensa que o erro protecionista dá origem a essa desadaptação artificial.

E' da natureza das causas psicologicas o desarranjo do funcionamento normal dos mecanismos de selecção. Estes são constituidos pelas instituições destinadas a seleccionar os individuos, collocando cada um na função que mais proprio é para desempenhar o que é entre nós quasi mythologico, pois é corrente a observação de que «a acção de certas causas politicas ou sociais, em vez de favorecerem, os mais capazes, os mais intelligentes e mais activos, favorecem os melhor apparentados, os mais doceis, os mais habeis para fazerem carreira na vida pela intriga, numa palavra os dotados do que Carlyle chama *intelligencia rapozacca*. A estas causas poderiamos accrescentar as de dissolução social, as resultantes das contradicções sociais, contradicções entre a theoria e a pratica «entre os dogmas que só proclamamos e os actos reaes. Essas contradicções repercutem na consciencia individual sob a forma de contradicções intimas que determinam no individuo uma desordem psicologica, parallela á desordem social.»

Simmel affirma que uma das causas de decadencia social é o funcionalismo cuja influencia porém, posto que grande, não é ainda felizmente, en're nos, capaz de preponderar sobre os elementos vitaes da nacionalidade, embora a Hypertrophia de um dos órgãos do corpo social seja capaz para lhe determinar um certo mal-estar que precipite a sua decadencia.

Para contrabalançar esta já notada hypertrophia, vemos com satisfação que a superioridade industrial que vamos conquistando, embora a custa de grandes sacrificios, nos possam dar posição de relevo no Continente Sul Americano.

Do rapido escorso que acabamos de fazer n'um estudo perfunctorio das causas da nossa inferioridade, verificamos podermos acrescentar-lhes a anarchia mental das classes de *elite* que ainda se não orientaram por uma segura directriz capaz de determinar as fortes características que fazem a grandeza dos povos, anarchia aliás prevista por um dos maiores politicos do Imperio quando em discurso, antes da redação final do decreto de 13 de Maio de 1888 dizia: «A verdade é que hade haver uma perturbação enorme no Paiz durante muitos annos; o que não verei talvez, mas que aquelles aquem Deus conceder mais vida, ou que forem mais moços, presencearão. Si me não engano la vrem na minha sepultura este epitaphio: — O chamado no seculo Barão de Cotegipe, João Mauricio Wanderley era um visionario.»

Exacta a previsão referida, tem-se verificado tal perturbação a ponto de recuarmos duas vezes em cada tres que avançamos. Nem só a falta de unidade de vistas na observação dos phenomenos sociaes mas a mais absoluta anarchia na solução dos problemas economicos e financeiros.

Papelistas, e ante-papelistas, conservadores a outrance e revisionistas entusiastas, proteccionistas e anti-proteccionistas convencidos, taes têm sido as marchas e contramarchas, factores da desorganisação em que se debate a consciencia politico-administrativa do Paiz.

Maugrado todos esses males o Brasil vaé progredindo; nem só porque grande são as suas possibilidades, como porque ao espirito de novidades de alguns vae resistindo o amor patriotico, o ardor civico d'aquelles que, inspirados na ancia de progresso—apanagio, das nações novas,—não deixam de perscrutar o passado para d'elle receberem inspirações e colherem ensinamentos. E quando olhamos para traz não devemos nos envergonhar do caminho percorrido, no qual os nossos erros bem podem merecer a indulgencia dos julgadores imparciaes, principalmente porque os organismos sociaes como os individuaes, sofrendo naturalmente influencias exteriores não se desenvolvem abruptamente sem passar pelos estagios physiologicos necessarios. Sociedade em organisação, a nossa, não attingio nem attingirá tão cedo o cimo da montanha onde possa orgulhar-se do trabalho realizado. Contentar-nos-emos em procurar corrigir os erros commettidos, cultuando aquelles que mais dignificaram a nação, recommendando-se á nossa gratidão pelo seu amor a essa grande Patria cuja defeza nos compete, bem como amal-a e torna-la grande para que realise os seus grandes imperativos dentro da civilisação americana.

E que melhores lições poderiamos encontrar no nosso pas-

sado sinão na vida d'esse grande patriota — o ex-Imperador do Brasil, que, doente gravemente em Milão quando recebeu a noticia da Abolição da Escravatura não conteve a sua emoção e derramando lagrimas, murmurava: *grande povo, grande povo*. E' se lhe referindo, que «Carlos de Ribeyrolles, amigo de Victor Hugo, exilado da França por Napoleão III, escreveu que no Brasil não se conheciam processos politicos, nem prisioneiros de Estado, nem restricções a imprensa, nem conspirações, gosando-se de absoluta independencia espiritual, graças a D. Pedro — cuja magestade consistia, não nas suas prerogativas, mas no seu caracter pessoal.»

Diversos encomios lhe são tributados por illustres viajantes que vieram ao Brasil e «nenhum soberano obteve tanta consideração e popularidade na Europa e nos Estados Unidos. Glorificaram-o Goblet-Schoelcher, Jules Simon, Longfellow, Agassiz, Dumas, Nistral, C. C. Branco, Cesar Cantux, Lesseps, Pasteur, em cujo Instituto figura o busto d'elle.

Alexandre Herculano, independente até a selvageria, tece-lhe louvores Darwin declara que todos os sabios lhe devem o maior respeito.

Lamartine colloca-o acima do grande Frederico. Mitre chama-lhe chefe de uma democracia coroada. Victor Hugo proclama-o neto de Marco Aurelio, Gladstone aponta-o como «modelo dos reis, benção e exemplo de sua raça.» Para que vos repetir mais factos que são do vosso conhecimento?

Basta que vos diga que nest'hora em que o Brasil festeja com as mais enequivocas provas de respeitosa veneração a memoria d'aquelle que nasceu ha cem annos sob a influencia do Cruzeiro do Sul, nascido por uma fatalidade historica no seio de uma familia real sob o patrocínio de uma dymastia, confessam todos ter sido elle o mais democratico dos Brasileiros e o mais republicano dos servidores do Brasil.

Nada temam da sua influencia os mais exaltados Republicanos de agora. Quem em vida não impedio a implantação da Republica no Brasil, lá da paz dos tumulos não perturbará a evolução que vamos operando.

Podemos derramar as nossas lagrimas de saudades sobre o tumulo do grande Patriota, rendendo-lhe o culto civico da nossa veneração a mais profunda, que nem por isso se abalarão os alicerces do Regimen para cuja fundação tambem elle concorreu, como faz certo o julgamento imparcial de Affonso Celso, em discurso na Camara em 1886 reproduzido em these apresentada ao primeiro Congresso de Historia Nacional: «O 15 de Novembro, como o 13 de Maio, foi a conclusão necessaria de premissas de ha muito estabelecidas. Todos os partidos politicos concorreram mais ou menos para a Republica, todos os homens publicos, desde o Imperador até ao ultimo deputado ou jornalistas, uns pela acção, outros pela inacção, uns pelo que praticaram, outros pelo que deixaram de praticar. Nos ultimos annos do Imperio, havia mais coragem, observou Joaquim Nabuco, em se dizer alguém monarchista do que em ser republicano.» E' o maior elogio que se pode fazer a Pedro II, a maior prova do seu liberalismo não crear peias aos surtos das ideas novas, a evolução politico-social do Paiz. Podemos, sem vãos temores, cultivar a memoria dos monarchistas que se tenham tornado dignos da

nossa veneração, sem que incorramos na pecha de iconoclastas do actual regimen.

Sejamos acima de tudo Brasileiros, cultuando o passado e respeitando o presente; amando os velhos pelo que fizeram e respeitando os moços pelo que possam fazer; elogiando os estadistas do Império sem desacatarmos os da Republica; fazendo enfim, justiça áquelles que, com amor, dedicação e patriotismo concorreram ou concorrem directa ou indirectamente para a construcção do grande edificio que vamos solidificando com os nossos esforços no empenho de fazel-o enorme, colossalmente grande, de modo a dotarmol-o aos nossos vindouros, independente, livre, altivo e nobre como recebemos dos nossos antepassados.

No culto ás coisas da Patria, não nos preocupemos com as ideas estreitas dos partidarios theoricos, colloquemo-nos acima, muito acima dos nossos pequeninos interesses, lá nas alturas dos ideaes sacrossantos da Patria, no altar da propria Patria, onde sacrificamos todos, em beneficio do nosso nome no estrangeiro e da nossa grandeza futura, para a satisfação dos nossos deveres e paz e consolo das nossas proprias consciencias.

Prolongada salva de palmas coroou as ultimas palavras do distincto orador, enquanto se ouvia o Hymno Nacional.

Seguiu-se, com a palavra o distincto terceiro vice-presidente do Instituto, dr. Aristoteles da Silva Santos, que leu o seguinte discurso :

Honra sobrelevada me é conferida no dia de hoje em pisar esta respeitavel tribuna, sempre occupada por estudiosos consocios, que, daqui, enricando o patrimonio de nossos conhecimentos, com o lembrar dos feitos grandiosos dos nossos antepassados e com o denunciar de primorosos documentos historicos, arrancados aos archivados, onde dormiam, guardados pela poeira, que nem mesmo sei como esta minha arenga comece !

Dá motivo a nos acharmos aqui assembleados, a passagem do 1º Centenario do nascimento dessa figura preeminente na politica, na sciencia e nas letras, que, com tanto realce para esta nossa grande Patria, dirigiu seus destinos, tendo sempre o coração despido de odios e todos os seus cuidados pela desenvolução do nosso progresso—D. Pedro II.

Nascido aos 2 dias do mez de dezembro de 1825, no Rio de Janeiro, perdeu os carinhos de sua bonissima genitora, apenas contava um anno de idade e, oito annos após, ficava orphão de pae, já então Imperador em virtude da abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831.

Não podemos falar da personalidade de D. Pedro II. como Imperador do Brasil, sem, mesmo de leve, voltarmos os olhos para os graves acontecimentos que se ultimaram com a abdicação de Pedro I, forçado pelo povo, que, depois, consorciado com a tropa, reclamava do Imperador reintegrasse o Ministerio demittido, exonerando o nomeado no dia 5. Cerca de 8 horas da noite de 6, D. Pedro I, recebia em S. Christovão os juizes de paz das parochias da cidade, que lhe foram levar noticia da exigencia do povo, tendo assim categoricamente respondido :

«— Diga ao povo que recebi a representação; que o Minis-

terio passado não merecia a minha confiança ; que do actual farei o que entendo ; que sou constitucional e marchou com o Constituição. Hei de defender os meus direitos garantidos pela Constituição, á custa, de todos os meus bens e sacrificio de minha pessoa.»

A's 2½ da madrugada do dia 7, D. Pedro I entregava ao major Miguel Frias de Vasconcellos uma folha de papel aberta, dizendo-lhe, tremulo, disfarçando-se tranquillo :

—Aqui tem a minha abdicação: estimo que sejam felizes. Eu me retiro para a Europa e deixo um paiz que muito amei e ainda amo».

Dizem chronistas da epóca que, mal terminava assim falar, não mais poudo soffrear o pranto.

Ao clarear do dia 7, recolhiam-se a bordo da náu *Warspite* D. Pedro I, sua esposa, D. Amelia, sua filha D. Maria, o Duque e Duqueza de Loulé e alguns criados. No dia 13 sahiam barra fóra, D. Pedro e sua esposa na corveta *Volage*, D. Maria, o Duque de Loulé e sua esposa na corveta *La-Seine* rumo á Europa, desembarcando na França. Estava D. Pedro II, com pouco mais de cinco annos de idade, feito Imperador do Brasil.

O pequeno Imperador ainda dormia — calmo e sereno — ao se retirarem de São Christovão D. Pedro e sua esposa.

Scena commovente foi esta, que não ha pincel que a pinte, nem palavras que a descrevam !

O Imperador recebe aviso de que estão promptos e á sua disposição os escaléres da náu *Warspite*; entra nos aposentos de seu filho, curva-se sobre o berço, dá-lhe o beijo de despedidas, ultimo beijo, olhos rociados de lagrimas, coração anavallhado de dor, sendo nessa triste despedida secundado por D. Amelia que, após, pede a D. Mariana Augusta Pinto Ribeiro, acafata do joven Principe, que, em elle acordando, lhe entregasse, juntamente com uma pequena cruz de brilhante a seguinte carta, em a qual cada palavra é um gemido de dor, cada phrase uma lagrima de amargo pranto, cada periodo um sentido soluço, de saudade...

— «Meu Filho de coração e meu Imperador !

— Adeus, menino querido, delicias de minha alma, alegria de meus olhos. filho que meu coração tinha adoptado ! Adeus para sempre !

O quanto és formoso nesse teu repouso ! Meus olhos chorosos não se puderam furtar de te contemplar ! A magestade de uma corôa, a debilidade da infancia, a innocencia dos anjos, cingem tua fronte de um esplendor mysterioso que fascina...

E's o espectaculo mais tocante que a terra pode offerecer ! Quanta grandeza e quanta fraqueza a humanidade encerra, representada por ti, criança idolatrada: uma corôa, um throno e um berço !

A purpura ainda não serve senão para estôfo, e ter, que commandas exercitos e reges um Imperio, ainda careces de todos os desvelos e carinho de mãe.

Ah ! querido menino, se eu fosse tua verdadeira mãe, se meu ventre te tivesse concebido, nenhum poder valeria para me separar de ti, nenhuma força te arrancaria de meus braços !

Prostrada aos pés daquelles que abandonaram meu esposo,

eu lhes diria entre lagrimas: Não sou mais Imperatriz e sim a mãe amantíssima... Permitti que vigie o «nosso thesouro», esta criança que é meu filho e vosso Imperador.

Vós o quereis seguro e bem tratado, e quem o haveria de guardar e cuidar com maior devoção sinão eu, sua mãe?! Se não posso ficar a título de mãe, ficarei como sua criada ou escrava para servir e acalentar.

Mas tu, anjo de innocencia e de formosura, não me pertences senão pelo amor que dediquei a teu augusto pae. Apenas, sou tua madrasta, embora te queira como si fosses o sangue do meu sangue. Um dever sagrado me obriga a acompanhar o ex-Imperador no seu exilio, através os mares, em terras estranhas... Adeus, pois, para sempre!

Mães brasileiras, vós que sois meigas e carinhosas para com vossos filhinhos, suppri minhas vezes: adoptae o orpham coroadado, dae-lhe, todas vós, um lugar na vossa familia e no vosso coração.

Se a maldade e a traição lhe prepararem ciladas, vós mesmas armae em sua defesa vossos esposos, com a espada, o mosquete e a baioneta. Ensinae, com voz terna, as palavras de misericórdia que consolam o infortunio; as palavras de patriotismo que exaltam as almas generosas, e de vez em quando sussurrae ao seu ouvido o nome de sua mãe de adopção.

Mães brasileiras, eu vos confio este preciosissimo penhor de felicidade de vosso Paiz, de vosso povo: eil-o tão bello e puro como o primogenito do Paraíso. Eu vol-o entrego: agora sinto minhas lagrimas correrem com menor amargura.

Dorme criança querida, enquanto nós, teu pae e tua mãe de adopção, partimos para o exilio, sem esperança de nunca mais te vermos... sinão em sonhos.

Brasileiros! Eu vos conjuro que o não acordais antes que me retire. A sua boquinha molhada pelo meu pranto, ri-se, a semelhança do botão de rosa com o orvalho matutino. Elle se ri, e o pae e a mãe o abandonam para sempre...

Adeus, orpham-Imperador, victima de tua grandeza antes que o saibas conhecer. Adeus, anjo de innocencia e de formosura. Adeus... toma um beijo... ainda outro... e mais um ultimo Adeus, Adeus para sempre — *Amelia*.

Ficou D. Pedro II sob a tutela de José Bonifacio de Andrade e Silva, o politico energico e decidido; sabio de reputação européa, membro das mais conceituadas associações scientificas de então, a quem, no decreto em que D. Pedro I o nomeou tutor de seus filhos, o chama *muito probo, honrado e patriótico cidadão, seu verdadeiro amigo*.

Tinha D. Pedro um anno de idade quando a morte arrancou-lhe sua carinhosa mãe, D. Leopoldina.

Em seu leito de morte, que de pensamentos cruciantes não teriam varrumado o cerebro da desventurada filha de S. M. Apostolica, Francisco I, olhando seu filho de um anno de quem para todo e sempre se ia affastar?

Que de grandeza não sonhara para elle e, ao mesmo tempo,

quantos e quantos empecimentos se lhe não apresentaram na mente, na pesquisa van de descortinar, no futuro insondavel, a trajectoria de uma existencia, tão tristemente encetada?

O cerebro do moribundo ou é um céu ou um inferno. Azulineo céu para os que se despregam da materia na franca certeza de ter feito o bem; ignescente inferno para os que sentem o aguilhão do remorso. Mas, mesmo se sendo bom, mesmo se tendo a nitida certeza de uma vida bem vivida, uma mãe extremosa não poderá deixar de, no ultimo momento, sentir o coração confrangido de dôr, olhando o filho que vae deixar, quando elle tem ainda os olhos mal abertos á luz do dia.

Se é verdade, porém, que os mortos testemunham nosso actos lá do desconhecido, D. Leopoldina no dia da escolha de José Bonifacio para tutor de seus filhos, teria se ajoelhado aos pés do Senhor, agradecendo-lhe a grande graça que com isso d'Elle merecera, taes as sympathias que votava ao grande estadista.

Segundo refere Mello Moraes, que diz tel-o ouvido do conselheiro Drummond, entre a Princesa Leopoldina e José Bonifacio estabeleceu-se no primeiro encontro uma profunda sympathia. Conversaram em allemão, o que devia ser grato á filha da casa d'Austria e a Princeza, que gostava muito de sciencias naturaes, ficou encantada com os vastos conhecimentos do homem de estudo, tanto quanto com a lucida comprehensão do homem de Estado.

Conta-se, diz Oliveira Lima, em seu livro «Movimento da Independencia» donde extrahimos essa narração de Mello Moraes, que nas horas passadas em Santa Cruz a Princeza real trouxe-lhe seus dous filhos, dizendo a José Bonifacio: «Estes dous brasileiros são vossos patricios e peço que tenhaes por elles um amor paternal.»

D. Pedro II herdou de sua mãe o amor ao estudo, os predcados de bondade, a serenidade com que sempre agia, a firmeza com que sustentava suas resoluções, sempre tomadas com escrupulo e meditação — o que não encontramos em Pedro I, consoante claramente deixam ver suas cartas a D. João VI, escriptas antes da Independencia, todas asseveradoras de fidelidade ao reino, sobresahindo dentre ellas a escripta em 4 de outubro de 1821 que assim termina: ... queriam-me, e dizem que me querem acclamar Imperador; protesto a V. M. que nunca serei perjuro, e que nunca lhe serei falso; e que elles farão essa loucura, mas será depois de eu e de todos os portuguezes estarmos feitos em postas, é o que juro a V. M., escrevendo nesta com o meu sangue estas seguintes palavras: — Juro ser sempre fiel a V. M., á Nação e á Constituição portugueza.»

Falam do temperamento irresoluto de Pedro I as cartas escriptas por D. Leopoldina ao major Jorge Schäffer, recrutador de colonos e mercenarios em Hamburgo e commensal do Principe, assim manifestando o seu grande desejo de ver o Brasil desligado de Portugal: — «Elle está melhor disposto para os brasileiros do que eu esperava — mas é necessario que algumas pessoas o influam mais, pois não está tão positivamente decidido quanto eu desejava.»

Estas palavras a Princeza repetia testualmente numa carta de 8 de janeiro, vespera do *Fico*: «O Principe está decidido, mas não tanto

quanto eu desejava.» E accrescentava, referindo-se á resolução de formar-se o gabinete do regente com brasileiros e ao plano de agruparem-se as provincias: «Muito me tem custado alcançar tudo isto — só aspiraria insufflar uma decisão mais firme.»

Após os acontecimentos de 7 de abril, a indisciplina se alastrou espantosamente pelo povo, pela tropa e pela imprensa que, da maneira mais aviltante, mais desabrida e imprudente, atacava os homens mais austeros, intromettendo-se na vida intima, escarpelando-a.

Estamos em 1832 e o então Ministro da Justiça, padre Diogo Antonio Feijó accusa José Bonifacio, perante o corpo legislativo de inepto ou convivente com o Partido Restaurador. Debate-se na Camara a necessidade da remoção do tutor. E' ella approvada, depois de calorosamente discutida e, enviada ao Senado, este a rejeita por um voto, após tres dias de debate.

Não desanimaram, emtanto, os inimigos do Patriarcha e, no dia 14 de dezembro de 1833, reúne-se o Ministerio e, durante um sarau dado em casa de um dos ministros, são assignados os decretos suspendendo-o do cargo de tutor e nomeando para substitui-lo o Marquez de Itanhame (Manoel Ignacio de Andrade Soutomaior Pinto Coelho).

Apresentado no dia seguinte esse decreto a Bonifacio, na Quinta da Boa Vista, pelos juizes de paz, seguidos de praças de infantaria e de cavallaria, José Bonifacio, declara que se não julga suspenso do exercicio de tutor e officia ao Ministro do Imperio nos seguintes termos:

«Tendo de responder ao officio de V. Exa. que acompanhava o decreto de Regencia de 14 do corrente, digo que não reconheço na mesma o direito de suspender-me do exercicio de tutor de Sua Magestade e de suas Augustas irmãs.

Cederei á força, pois que a não tenho, mas estou capacitado que nisto obro conforme a lei e a razão, pois que nunca cedi a injustiças, a despotismos, ha longo tempo premeditados e ultimamente executados para vergonha deste Imperio. Os juizes de paz fizeram tudo para me commoverem, porém a tudo resisti, e torno a dizer que só cederei á força.»

E' José Bonifacio intimado por ordem da regencia de sua suspensão de tutor e conduzido preso á Ilha de Paquetá e o Imperador e suas duas irmãs transferem sua residencia para o paço da cidade.

No anno seguinte, a assembléa geral legislativa confirma por 73 votos a escolha feita pela regencia do Marquez de Itanhaem para tutor, em substituição a Bonifacio.

Foram de fortes agitações no paiz os dias da menoridade de D. Pedro. No dia 23 de julho de 1840 é declarada a maioridade da D. Pedro II «para o effeito de entrar immediatamente no pleno exercicio dos poderes que pela constituição lhe competem como Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil.»

Entregue a seus estudos, não demonstrava D. Pedro pressa de governar e, quando consultado pelo regente Araujo Lima, que fôra ao Palacio de S. Christovão, acompanhado do Ministro Rodrigues Torres, se queria ser aclamado no dia 2 de dezembro, dia de seu genethliaco ou *já*, declarou D. Pedro que estava disposto a fazer o que as circumstancias do paiz exigissem, não sendo exacto usasse elle nessa occasião da expressão *eu quero já*, conforme, em 3 de julho de 1863, no Inst. Historico, o proprio D. Pedro declarou.

Amigo extremado de sua patria, D. Pedro não poderia ser indifferente a menor das cousas que lhe diziam respeito e, em 1866, quando da invasão dos paraguayos nas terras do sul, apressou-se em assignar o decreto estabelecendo o regime interino do Imperio, durante sua auzencia, e seguiu para Porto Alegre, vencendo a cavallo as enormes distancias entre esta cidade e Uruguayana. Em pouco, estava o grande brasileiro no meio de seus bravos soldados, encorajando-os, indifferente ás balas que cruzavam os ares, assobiando.

Dous factos se deram por esta occasião, que bem alto falam do amor de D. Pedro por esta terra e da magnanimidade de seu coração, feito para perdoar: o primeiro foi a maneira patriótica por que repelliu os conselhos dos argentinos e orientaes para que se bombardeasse Uruguayana e, assim, mais facilmente conseguir-se a rendição de Estigarribia: S. M. não deu seu consentimento por se tratar de uma povoação brasileira, não devendo por isso ser sacrificada aos furores da guerra. Fechar-se-ia o cerco e Estigarribia teria forçosamente de se render pela fome. A 18 de setembro de 1866, percorria D. Pedro a praça entregue pelo coronel paraguayo, o que se deu após a conferencia que este tivera com Silva Ferraz. O segundo facto, foi o modo carinhoso com que cuidou dos vencidos, prodigalizando-lhes soccorros e a bondade com que soube ouvir ao appello de Estigarribia.

Preocupado embora com os acontecimentos dolorosos que se desenrolavam nos campos do sul, D. Pedro não esquecia as necessidades de seu povo e a situação do homem escravo não lhe escapava á attenção.

Assim, em 1867, com surpresa geral, na falla do throno elle tocou nesse importante assumpto, sabendo-se que, antes, já havia incumbido Pimenta Bueno da feitura de uns ante-projectos a respeito. Essa idéa foi combatida no Senado como «prejudicial, intempestiva e perturbadora dos elementos do trabalho agrícola», visto como siquer havia terminado a guerra com o Paraguay. No anno seguinte, voltou a falla do throno a tocar no elemento servil, declarando o governo que apresentaria opportunamente proposta a respeito.

Novas calorosas discussões se levantaram na Camara e no Senado, de combate á falla do throno. Alguns deputados liberaes apresentam então a seguinte emenda ao projecto de resposta á falla, que, rejeitada, faz com que o gabinete presidido por Zacharias se considere bastante forte para enfrentar os embates dos adversarios:

A Camara certa do pensamento já manifestado por V. M. I., e convencida de que ha idéas em

que se não deve insistir de modo vago, e em circumstancias extraordinarias, e antes de chegado o momento de dar-lhe prudente execução, considerará como lhe cumpre attenta e seriamente a questão social, cuja proposta o governo pretende apresentar ao corpo legislativo em occasião opportuna.

«*Souza Carvelho.*— *Gavião Peixoto.*— *Martinho de Campos.*— *Christiano Ottoni.*— *Barão de Prados.*— *Leitão da Cunha.*— *Viriato de Medeiros.*— *J. M. de Macedo.*— *Dias da Cruz.*— *Sizinando Nabuco.*— *Olegario de Aguiar e Castro.*— *Gama e Abreu.*— *Lourenço de Albuquerque.*— *Souza de Andrade.*»

Em 1870, a falla do throno volta a tratar do assumpto, sendo nisso o Imperador vivamente contrariado pelo presidente do conselho de então, Rodrigues Torres. Nesse mesmo anno Nabuco de Araujo apresenta ao orçamento uma addição consignando annualmente a quantia de mil contos, do saldo da receita, para alforriar escravos. D. Pedro dá prestigio á emenda. Torres Homem pede então a rejeição de todas as emendas apresentadas ao orçamento para que elle seja approvado tal como viera da Camara, no que é attendido. Em seguida, annuncia ao Imperador a resolução do gabinete de se retirar da Administração Publica.

E' convidado Pimenta Bueno para organizar o gabinete e apresenta a estudo seu projecto referente ao elemento servil, o qual, como era de esperar, soffre grande guerra, e, a 5 de março de 1871, outro gabinete está organizado, presidido por Silva Paranhos — Visconde do Rio Branco. Entra por essa occasião de novo na ordem do dia a questão do elemento servil e, a 28 de setembro, sóbe a sancção da Princeza Regente a lei que se chama do Ventre Livre.

Vencida essa etapa, prosegue D. Pedro em seu trabalho de procurar estirpar tão horrivel cancro e a falla do throno de 1883 assim termina. «Fazendo justiça a vossos sentimentos, espero que vos não esqueçaes da gradual extincção do elemento servil, adoptando medidas que determinem sua localização, assim como outras que auxiliem a iniciativa individual de accordo com o pensamento da lei de 28 de setembro de 1871.»

Em 1884, o gabinete Souza Dantas declara ao parlamento que de duas cousas, de accordo com o Imperador, cuidava seu programma—a questão financeira e a do elemento servil, e o gabinete Saraiva, outro programma não apresenta a 11 de maio de 1885.

Vem esta importante questão sendo discutida até que, em 13 de maio de 1888, é solucionada para felicidade e honra de nosso povo, para gloria de tão grande brasileiro.

Quiz a sorte que fosse ainda a Princeza Izabel quem assignasse a Lei Aurea. Por esse tempo, achava-se D. Pedro na Europa em tratamento de saúde e de lá escreveu, em 20 de novembro, relativamente a esse grande acontecimento, nesses termos estillados

de bondade: «Podemos desvanecer-nos do modo pacífico por que se opera a transformação do trabalho em virtude da lei de 13 de maio, cuja decretação tanto me consolou das saudades da pátria, minorando os meus soffrimentos physicos.»

Espírito justiceiro, serviu d. Pedro de árbitro em diversas questões internacionaes, tendo nos cabido a honra de, na America, termos sido a primeira nação convidada para intervir em conflictos estrangeiros.

Durante seu reinado, tres viagens fez d. Pedro pelo exterior, sendo as duas primeiras por motivo da saúde de sua Augusta consorte e a ultima por motivo de sua propria saúde, já assás combalida.

A primeira viagem elle a empreheendeu em 1871, percorrendo varios paizes da Europa, onde foi recebido não só com as distincções a que fazia jús por força de sua alta posição politico-social, como também pela superioridade de sua cultura quer no terreno das letras, quer no das sciencias. Por essa occasiã, foi eleito socio honorario do Instituto de França. Em 1875, fez o Imperador a sua segunda viagem ultramarina, dirigindo-se primeiramente aos Estados Unidos, visitando a grande exposição industrial, instalada em Philadelphia. A ultima viagem D. Pedro realizou em 1883.

Tinha a Princeza Izabel 26 annos ao assumir, pela primeira vez, a regencia do Imperio, isso em 1871, quando sanccionou a lei do Ventre Livre. Ao iniciar a segunda regencia, em 1875, teve o grande rasgo de clemencia, indultando os bispos do Pará e de Pernambuco, respectivamente, D. Antonio de Macedo e D. Vital, bem como os vigarios e sacerdotes que haviam sido processados e condemnados pelos tribunaes judiciarios. A terceira regencia ficou assignalada pela assignatura da Lei Aurea, o que lhe valeu o cognome, aliás justissimo, de—mãe dos brasileiros.

Apaixonado pelos estudos astronomicos, em 1882, D. Pedro lembra a necessidade da abertura de um credito para que uma commissão de scientistas possa examinar e estudar a passagem do planeta Venus pelo disco solar, para que demonstrassemos que não eramos indifentes a semelhantes estudos.

A instrucção publica muito preoccupou a attenção de D. Pedro e jamais deixou de auxiliar as verdadeiras vocações, de premiar os que mereciam, mesmo divergissem de seus principios. Vem a proposito citar o seguinte caso: quando D. Pedro lembrou o nome de Benjamim Constant para professor da Escola Militar advirtiu-lhe seu Ministro da Guerra o mal da escolha, pois, era Constant republicano e iria por certo fazer propaganda no seio da mocidade militar. Respondeu-lhe o Imperador:— Meu amigo, cada um tem a idéa que quer. Não devemos fazer uma injustiça a um homem porque não pensa como nós. Elle fez o melhor concurso. Eu o nomearei »

D. Pedro II era um verdadeiro Imperador republicano. Por motivo de crêdo político, jamais perseguiu ninguém, o que se não dá depois que mudámos de regimen....

Assim, nós vemos em 1832 o dr. Affonso Celso, hoje conde de Affonso Celso, declarar na Camara, quando se discutia a resposta á falla do throno, que era republicano e apoiava os liberaes por mais se approximarem de seus principios, ao que lhe retrucou Martinho de Campos, presidente do Conselho, conforme rebate Pereira da Silva em seu livro *Memorias do meu tempo*: «Convencer-se-á com o tempo de que vivemos tão bem sob o regimen desta Republica monarchica, que não é preciso mudar de systema.»

Outro facto comprova o liberalismo de Pedro II: — foi o modo por que reprovou em 1875 o empastellamento de uma typographia montada pelos chefes do movimento republicano que se iniciava com Christiano Otoni, Saldanha Marinho, Luiz Antonio Barbosa da Silva, Lafayette Rodrigues Pereira e outros.

Em 1885, quando se debatia a questão do elemento servil, vemos Campos Salles dizer em plena Camara que: «em nome do seu partido (o republicano), votava contra a moção e apoiava o projecto do Ministerio. Como republicano, approvava todas as propostas que, conforme a pura democracia, libertassem o paiz no sentido social, politico e economico. Não se envolvia nas questões dos partidos monarchistas; todos os seus esforços, porém, tenderiam á mudança do regimen para que a nação se governasse por si e não por principios hereditarios.» Nessa mesma legislatura Prudente de Moraes fazia identica profissão de fé.

Sob o titulo — *O quadro social da revolução Brasileira*, com muita observação escreveu Ramalho Ortigão:— O advento da Republica no Brasil estava de ha muito tempo previsto e annunciado. O proprio Imperador era declaradamente republicano, e seria singularmente extranho que no partido monarchico brasileiro alguem nutrisse a pretensão de ser mais realista do que o rei.»

A indole da nação brasileira, como bem diz Assis Brasil é igualitaria e democratica. O bom senso popular, diz eminente politico, nunca admittiu seriamente que uma commenda ou um titulo des-se valor a alguem.

Ministro houve prosegue elle, que organizou tabella de preços para os titulos de nobreza, destinando o producto á construcção de um hospicio de alienados. Aos seus intimos costumava dizer que havia de fazer a casa dos loucos com o dinheiro delles proprios.»

Tinha D. Pedro II apurado espirito de justiça, o qual se reflecte em todos os actos de sua vida.

Banido do sólo patrio em virtude do victorioso movimento revolucionario da lendaria manhã de 15 de novembro de 1889, nos deu D. Pedro a lição mais bella, verdadeiramente evangelica de resignação, mas sua alma estalou de dor ao

... ver na mão cuspir á extrema hora
A mesma bôca adúladora e ingrata,
Que tantos beijos nella pôz outr'ora.

Em seu livro *O Imperador no exílio*, escreve o conde de Affonso Celso com incontestável acerto:

«Em nenhum instante do demorado percurso de D. Pedro II na terra, poderá a crítica de boa fé comprovar um passo, um só, que o deshonre, um único acto que lhe conspugue a memória, tornando-a possível de menospreço pela posteridade...

Serenidade imperturbável, linha recta constante, invariável observância do dever; pureza, dignidade, elevação permanentes... Morreu cheio de dias, na phrase bíblica, e nenhum minuto de tantos e tão diversos dias foi maculado, malbaratado, desconhecido...

Grande e sabio filho desta grande terra, justas e patrióticas são as homenagens á vossa memoria tributadas no dia de hoje, maximé promovidas por um povo verdadeiramente republicano e amigo extremado da Republica!

Calorosas palmas da selecta assistencia corôam as ultimas palavras do distincto orador, enquanto a banda de Policia do Estado executa o Hymno Nacional.

O sr. primeiro secretario Adolfo Fraga, distribue, então, entre os presentes, o IV numero da Revista do Instituto em cujo texto se leem varios artigos referentes ao vulto do saudoso monarcha D. Pedro II, assim como varios «clichés» tirados dos quadros da galeria do Instituto, tendo todos em seus versos as principaes composições poeticas do inovidavel estadista.

O presidente do Instituto agradece o comparecimento do sr. Presidente do Estado, em exercicio, exmas. senhoras e distinctos cavalheiros, convidando a mesa a acompanhar até a porta principal do Instituto ao chefe do Governo.

Encerrada a sessão ouve-se, novamente, o Hymno Nacional, executado pela banda da Força Publica.

(Relativamente á brilhante conferencia feita pelo illustre presidente honorario dr. Archimimo Mattos, o eminente conde de Affonso Celso indereçou-lhe a seguinte e honrosa carta: «Rio, 9 de julho de 1926. Exmo. sr. dr. Archimimo Martins de Mattos. Apresentando-lhe cordiaes homenagens, muito lhe agradeço a remessa da bella conferencia «D. Pedro II e o meio ambiente» e as benevolas referencias que nellas me faz.

Pareceu-me esse trabalho digno de todo o encomio e applauso, pela grande erudição que revela, pela elevação dos conceitos, pela justeza dos juizos e pela elegancia da forma.

Queira acceitar, com os agradecimentos, as congratulações de quem, etc etc »)

ADOLFO FRAGA

1º SECRETARIO

Sessão solenne de 13 de Maio

NOTICIA

Aos treze dias do mez de maio de mil novecentos e vinte seis, presente numero bastante de socios, achando-se o salão nobre do Instituto literalmente repleto de exmas. familias, altas autoridades federaes, estadoaes e municipaes e cavalheiros da nossa élite social, o sr. desembargador Carlos Xavier, presidente do Instituto, ladeado dos srs. secretarios Adolfo Fraga e Heraclito Amancio Pereira, deu por aberta a sessão com que o Instituto commemorava a grandiosa data de 13 de maio e fazia a recepção a tres novos consocios.

Seguidamente convidou ao sr. primeiro secretario Adolfo Fraga, a introduzir no salão os socios recipiendarios srs. Loren Reno, Almir Gonçalves e Cyrillo Tovar Filho, que foram saudados pela grande e selecta assistencia, por vibrante salva de palmas. Logo após, um a um prestaram os novos socios o compromisso estatutario dando o sr. presidente do Instituto, como empossados.

E' dada, então a palavra ao professor Almir Gonçalves que lê o seguinte trabalho:

Sr. presidente do Instituto

Exmas. Senhoras

Illustres consocios

Meus Senhores

Não foi sem grande surpresa que, ao abrirmos o *Diario da Manhã*, edição de 5 de setembro de 1925, ali se nos deparou, na noticia da sessão deste Instituto effectivada tres dias antes, inscripto, entre outros, o nosso obscuro nome. Representam, aquelles nomes, illustres terrantêses que muito poderão fazer; pois o passado de todos projecta sobre o presente o brilho de incontestaveis meritos, pelo que é licito se espere que elles venham a concorrer grandemente para ainda mais ele-

var e realçar o bom nome de que já goza esta sabia aggremação. Habitudo ao conselho do apóstolo Paulo, que recommenda não pensemos de nós próprios mais do que convém, logo concluímos não era a vossa necessidade, senão a vossa generosidade, que nos convidava a transpormos os umbraes deste templo de civismo e de patriotismo. Não é, repetimos, que necessitasseis do concurso das nossas luzes, porquanto não as temos, e disso certamente sabeis. Mas, percebendo alguns de vós que dentro em nosso peito arde um coração sincero e patriota, cheio de legítimo amor para com a Patria querida e para com o pequeno mas glorioso Estado do Espirito Santo, e que este amor ainda pode ser de algum modo util no esforço, em que vos achaeis empenhados, de promover a grandeza do nosso torrão commum, dahi o vosso proceder gentil, dahi a vossa cordialidade. Se acertastes ou não, di-lo-á o futuro, este grande revelador dos erros como tambem das virtudes e dos acertos do passado.

Em virtude de o que prescrevem os Estatutos desta Associação. Art. 12 e seus paragraphos, vieram-nos logo á mente as escogitações sobre qual deveria ser o assumpto da these que vos apresentassemos nesta occasião; qual o assumpto, qual o thema que, ao menos, pudesse ser util aos fins visados pelo Instituto, visto como certamente não poderia sair—e de facto não sairá—da nossa rombuda penna a phrase burilada, o estilo têrso e a logica disposição dos conceitos,—requisitos indispensaveis ao bom escriptor, mas principalmente ao conferencista que não queira ver somnolento o auditorio, cinco minutos após haver se erguido na tribuna.

Resolvemos, finalmente, trazer-vos nesta noite um breve historico da Missão Baptista Victoriense, frisando nelle, principalmente, os esforços dessa Missão em prol da Educação intellectiva e moral. «Breve historico», dissemos, por isto que só mesmo a largos traços nos é possível tratar, em trinta minutos, se tanto, de operosidades que se vêm patenteando num decurso de approximadamente trinta annos. Mais propriamente esboço ou schema do que historia, é o modestissimo trabalho que ora vos apresentamos.

Antes de começarmos, porém, deixaremos aqui registado nestas despretenciosas linhas o nosso sincero reconhecimento, a nossa inolvidavel gratidão pela nimia gentileza com que nos captivastes o animo; pela grande honra que nos conferistes, convidando-nos a participar do vosso nobre convívio, do qual, estamos certo, advir-nos-ão bastos proventos intellectuaes e moraes. Aqui nos tendes, srs. Membros do Instituto, ao dispôr das vossas ordens; aqui estamos para aprender de vós; aqui nos vêdes para vos servirmos em tudo o que concorra para o engrandecimento da Patria estremecida e para o enaltecimento do nome do nosso Estado. Não espereis muito do obscuro consocio que acabaes de receber, ingressando-o nesta Casa; mas ensinae-lhe muito, estimulae-o vós com os nobres exemplos das vossas virtudes civicas, do vosso patriotismo, da vossa diligencia, do vosso cuidado, do vosso merito; aguilhoa-e-o vós de continuo, incitae-lhe a mente a afogueae-lhe o coração, que, em dias e annos futuros, quiçá, lograreis receber delle o que presentemente vos não pode dar. Mas, sede pacientes... e caridosos no vosso esforço, como já o fostes em admitti-o no vosso meio.

Sem mais preambulos, passaremos ao thema sobre que nos propusemos discorrer.

Tácitamente ha sido nosso habito dividir a historia dos Baptistas victorienses em tres periodos, a saber: 1º — Os principios e as primicias; 2º — Chegada do casal Reno, e seus primeiros trabalhos; 3º — Os ultimos annos. E' no criterio desta divisão que esboçaremos abaixo os factos principaes.

I — Os principios e as primicias

Não temos absoluta certeza sobre quem foi o primeiro christão evangelico que pisou o sólo de Domingos Martins e de Maria Ortiz com intuitos de propaganda religiosa. Occorre-nos, todavia, á lembrança o nome de um missionario baptista ingles, que, talvez já se vão 30 annos, fez uma prolongada viagem de Ouro Preto a Victoria, atravessando os então semi-invios sertões que se prolongam ao través das regiões que elle percorreu. Aquelle tempo o sr. Frederico Glass, pois este era o seu nome, era simplesmente um engenheiro das minas adjacentes da ex-metropole mineira, mas sempre que se lhe deparava uma boa oportunidade fazia algum espontaneo esforço de evangelização. Naquella viagem foram-lhe roubados os animaes e parte da carga que trazia; soffreu outros incommodos até chegar á capital capichaba; mas apesar dos dissabores, conseguiu distribuir não poucos exemplares das Escripturas Sagradas, do Novo Testamento e outras porções dos Evangelhos entre as pessoas com quem se relacionou no tracto. Em data mais recente, todavia anterior á vinda, para este Estado, de Francisco José da Silva, o rev. Salomão L. Ginsburg, numa das occasiões em que passou pelo porto de Victoria, desembarcou, e, da calçada de uma residencia particular proxima ao Mercado Municipal, annunciou o Evangelho aos transeuntes, muitos dos quaes pararam e o escutaram attentos.

Foi, porém, a vinda de um modesto artista-alfaiate da Bahia para o Espirito Santo, que marcou o inicio daquillo a que propriamente podemos chamar o trabalho baptista deste Estado. Este homem foi Francisco José da Silva, que, havia poucos annos, se convertera e fôra baptizado na 1ª Igreja Baptista da Bahia. Humilde e de apparencia timida mas dotado duma profunda convicção religiosa e intensamente zeloso, persistia Silva na disposição heroica de revelar aos amigos, vizinhos e conhecidos, a historia simples mas incomparavel do amor de Deus para com os peccadores, revelado em seu Filho, nosso Senhor Jesus Christo, e registada nos Evangelhos. Sempre activo e consagrado ao afan de proclamar as bellezas do Evangelho, elle viajou, pregou, escreveu, ensinou, e tudo isto apesar de não ser homem de letras. Era apenas uma alma sinceramente convertida, e um homem intelligente, capaz de apprehender os segredos do reino espirital e transmitti-los aos seus semelhantes. O pastor Silva—pois foi ordenado ao Ministerio em 1903—localizou-se a principio entre as vertentes dos rios Guandú e Santa Joanna. Nessa região e mais ou menos ao mesmo tempo, surgiram as primicias do trabalho com o baptismo de d. Anna Rangel, Manoel Pires, Manoel Balbino Lannes e outros.

De sorte que foi ali que, pela primeira vez no Estado do Espírito Santo, se reconstituiu a impressionante scena baptismal tal como a effectivavam nos dias apostolicos, o baptismo por immersão, segundo o testemunho da quase totalidade dos escriptores, theologos e exegetas christãos,—catholicos, gregos e evangelicos.

Por aquelle tempo José Claro, tambem vindo da Bahia, falava o evangelho em Victoria, onde as primicias foram Nestor Falcão, José Henriques, Octaviano Brito e suas familias. O trabalho em geral se estendia, surgindo algumas perseguições em Guandú, Rio Novo, Victoria e noutros pontos, promovidas por aquelles que não nos comprehendiam e que, mal informados, nos julgavam uma gente detestavel, perigosa e um pessimo elemento na sociedade. O trabalho em Rio Novo foi iniciado pela ida áquella villa do telegraphista nacional Manoel Rocha, e ali se encontra hoje uma das tres maiores igrejas baptistas no Brasil, cujo numero ascende já a 500, não sendo aqui contados aquelles que já se desmembraram della afim de formar novas igrejas vizinhas. Colportores, evangelistas e missionarios visitaram-nos naquelles primeiros annos de trabalho escoteiro. Entre os primeiros, Bento de Souza e Silva, Odilon Farias, Pedro Sebastião Barbosa, João Jorge de Oliveira e outros; entre os segundos, Horacio de Almeida e Alexandre de Freitas; e entre os ultimos, Ernesto A. Jackson, Zacharias C. Taylor, Alberto L. Dunstan e Salomão L. Ginsburg. Os missionarios Taylor e Dunstan fizeram juntos uma viagem bastante longa pelo interior, em 1903, e foi nessa occasião que, mediante pedido e voto unanime das igrejas existentes, consagraram ao pastorado o evangelista Francisco José da Silva, e organizaram as igrejas de Guandú, Santa Joanna e Argolas, tendo esta ultima ulteriormente removido sua séde para a Capital, constituindo actualmente a Igreja Baptista de Victoria.

II — Chegada do casal Reno e seus primeiros trabalhos

O trabalho baptista neste Campo foi desenvolvido principalmente por pessoas vindas do Estado da Bahia, sendo por isso o Campo aggregado á Missão Baptista Bahiana até á chegada do rev. Loren M. Reno e exma. senhora, e ainda por algum tempo depois disso. O missionario Reno desembarcou em Victoria «numa bella manhã do Dia do Senhor em 6 de outubro de 1904», usando as suas proprias expressões registadas num folheto em que commemorou a 10º anniversario de sua chegada a esta Capital. Aqui os esperava o patriarcha das missões baptistas brasileiras, o venerando Zacharias C. Taylor. Os irmãos nacionaes receberam-nos com visiveis demonstrações de regozijo, e os annos que vão passando têm provado á saciedade a justiça daquellas expansões.

Não decorreu muito tempo antes que o casal Reno, lutando embora com a difficuldade de acquisição da lingua e outros entraves que não raro se deparam ao servo do Senhor, começasse a agir com precisão e methodo, ora viajando, conhecendo melhor o Campo e as igrejas existentes; ora, architectando em Victoria e praticando planos cujos beneficios se faziam reflectir por todo o Campo; ora se carteando com as igrejas, dirigindo-lhes epistolas fraternaes e circulares em que se

esforçava por orientar as actividades evangelicas das mesmas. Por estes varios methodos conseguiram em breve tempo os missionarios tornarem-se conhecedores da situação e do mesmo passo, conhecidos de todos; descobriram, então, não só as difficuldades como as oportunidades; e alcançaram tambem, sem demora, a estima e confiança de todos os cren-tes, o respeito e a consideração de um grupo de amigos, grupo este que já se avoluma e assume as proporções duma multidão respeitavel de admiradores das virtudes e do caracter dos missionarios, admiradores que tambem se tornaram amigos da Causa baptista, cujos esforços educati-vos e moralizadores reconhecem.

Aos poucos novas victorias iam sendo alcançadas. As reuniões publicas, que ao principio se realizavam em Argolas, passaram a occur-rer tambem nesta Capital. Em 1905 o Governo Municipal fez-nos a concessão de um terreno, sítio em Santo Antonio, para o cemiterio da Igreja Baptista. No anno seguinte adquiria-se o terreno para o templo que se construiu dois annos depois, a humilde e modesta casa de cul-tos que recebeu reparos e se ampliou em 1917, e já está em vespas de total reconstrução, tendo-se para isso adquirido todo o terreno que, a partir de actual templo, vae terminar o quarteirão que fazangulo na Avenida Cleto Nunes.

Foi em 1910, se nos não falha a memoria, que se organizou a *Sociedade Missionaria Estadual*, que ainda permanece no caracter de *Junta Estadual*, e superintende o trabalho da Missão. Compõe-se de 35 membros actualmente, espalhados por todo o Campo Victoriense, dos quaes dez, que residem na Capital, constituem a Mesa local.

São estas, em resumo, as pedras milheirãs daquelle tempo. Passemos agora ao ultimo ponto desta noticia.

III — Os ultimos annos

Quanto mais caminhamos, mais difficil se nos afigura a ta-refa de colleccionar os factos, por isso que naturalmente a obra em geral se foi ampliando e estendendo, de modo a exigir do historiador certa pericia na selecção dos pontos salientes. O que segue é uma rude tentativa, muito ligeira e imperfeita, para realçar o principal.

Desde muitos annos trabalham como evangelistas desta Mis-são os seguintes obreiros: Fernando V. Drummond, Manoel Balbino Lannes, Luis Barbosa de Almeida (hoje pastores), José Gonçalves de Aguiar e Henoch B. da Silva. Todos estes, muito antes de serem con-vidados pela Missão e pelas Igrejas para exercerem effectivamente as funcções de evangelistas ou pastores, já faziam, voluntariamente, sem re-muneração alguma, viagens, por vezes estensas, no intuito de annunciar o evangelho e esclarecer os amigos e conhecidos a respeito dos prin-cipios que nós, os Baptistas, ensinamos que nos esforçamos por prati-car. Tambem trabalhou neste Campo o evangelista Benedicto Propheta, hoje pastor de uma Igreja no Estado da Bahia; o pastor Carlos Lei-mann, que hoje se dedica á evangelização no Estado do Paraná; o sr. José Neves e o saudoso moço Jair Oliva de Castro, evangelista e pro-fessor, que se finou em Cachoeiro de Itapemirim, em 17 de julho de 1921. Tambem trabalhou no Collegio Americano em Victoria, como pro-

fessor e director, o saudoso irmão José A. de Carvalho, que era membro da Igreja Evangelica Presbyteriana. Actualmente são nossos auxiliares na evangelização os pastores José Alves Drummond e Zeferino Neto, e os evangelistas Antonio Justino da Silva, Raymundo F. Borges, João Valentim, José Henriques Junior e Philogomiro Lannes. Trabalhou por alguns mezes em Cachoeiro de Itapemirim, em 1925, o professor Antonio Zeferino e Silva, bacharel pelo Collegio Baptista do Rio.

A Missão, além dos seus esforços propriamente espirituaes, aos quaes chamamos «evangelização», tem-se activado muito em prol da educação, como provavelmente sabeis. Partindo do principio de que a Bíblia é a carta inspirada de Deus aos homens dirigida, achamos que todo homem deve lê-la, não importa a idade, o sexo, ou a condição social. Por isso mesmo o baptista analphabeto é uma incoherencia. Eis-nos, portanto, fundando escolas, algumas tão humildes e modestas quanto as circunstancias permitem; outras, mais desenvolvidas.

Escolas fundaram-se, logo no principio, em Rio Novo, Victoria, Cachoeiro, mais tarde em Castello, e assim successivamente, até que hoje devemos ter umas 26 escolas entre primarias annexas e outras de maior vulto, algumas das quaes se acham em territorio mineiro, visto como a Missão Baptista Victoriense se estende até aos municipios mineiros de Manhuassú, Mutum, Aymorés, José Pedro e Caratinga. Muito longe ainda estamos do alvo que collimamos. Nosso ideal é ter uma escola primaria ou complementar annexa a cada Igreja e congregação, fundar grupos escolares nos centros mais desenvolvidos, e ampliar as possibilidades do Collegio Americano de Victoria, já na estensão de suas propriedades e aparelhamento, já na organização de seus cursos e na formação do corpo docente. Em novembro p. passado este Collegio conferiu o diploma do curso normal ou do de preparatorios, a um grupo de treze jovens, alguns dos quaes já se acham matriculados em escolas superiores, no Rio e nos Estados Unidos. Estes, esperamos, serão os obreiros do futuro, os que tomarão aos hombros a tarefa quando nós, os mais velhos, formos aos poucos passando á Patria de Além.

Nossas escolas não pretendem oppôr concorrência ás do Estado; ao revés disso, tem a Missão Baptista o maximo interesse em que haja, sempre, o melhor entendimento entre a sua Secretaria de Educação e a Instrução Publica do Estado, o que temos conseguido satisfactoriamente, graças á boa vontade do exmo. sr. dr. Secretario, de quem hemos recebido sobejas provas de apreço e consideração. Realizou-se nesta Capital, em janeiro ultimo, um Instituto de Methodos das Escolas Baptistas, ao qual esteve presente a quase totalidade dos nossos professores e professoras. O director do Collegio Americano inscreveu-se no Congresso Pedagogico a realizar-se brevemente nesta Capital. Estes factos, talvez insignificantes na apparencia, servem de demonstrar o nosso bom desejo de cooperar na grandiosa tarefa de instruir, educar, formar character.

Em dezembro de 1911 o autor desta noticia, que desde a sua conversão trabalhára numa escola annexa á Igreja Baptista de Cachoeiro de Itapemirim, removeu-se, a convite do missionario do Campo, para Victoria, onde sempre tem trabalhado, estudado e auxiliado tanto

no Collegio como na Igreja local, sendo que nos primeiros annos só viajava uma vez ou outra. Em 1921 foi ordenado ao ministerio e acto continuo apontado para o cargo de Secretario de Evangelização, ficando affectos ao rev. Loren M. Reno os interesses da Secretaria de Educação. Estas duas secretarias obedecem á orientação da Junta Estadual, a qual por seu turno põe em pratica as recommendações da Convenção Estadual que annualmente se reúne na Capital. O pastor Fernando V. Drummond tem auxiliado muito ao Secretario de Evangelização, realizando com elle institutos biblicos e conferencias no interior. Outros obreiros têm trabalhado entre nós e que hoje se acham ausentes, entre elles o saudoso missionario Jorge W. Kerschner, e seus collegas Ernesto A. Jackson e dr. C. Clifton, e o pastor Antonio Armindo Junior, formado no Collegio Baptista do Rio.

Para que façaes uma ideia approximada do progresso da obra que os baptistas humilde mas sinceramente se esforçam por levantar, é bastante que contrastemos os seguintes algarismos: O primeiro relatorio annual, o de 1904, preparado pouco depois da chegada do casal Reno, apresentava: 1 Igreja, 5 congregações, 135 membros e quase nada mais além disso. Ao passo que o relatorio do fim de 1924 regista entre outros esses algarismos, de maior interesse para o presente estudo:

Numero de Igrejas	29
Congregações existentes	16
Pontos de pregação do Evangelho.	55
Valor das propriedades	329:300\$000
Numero de membros no principio do anno	2.864
Total no fim de 1924	3.096
Escolas dominicaes	73
Numero de classes de escolas dominicaes	260
Professores de escolas dominicaes	290
Alumnos matriculados na escola dominical.	6.463
Total de assistencia durante o anno, alumnos e visitantes	84.937
Total de offertas da escola dominical	11:511\$000
Sociedades de Senhoras.	32
Numero de socias.	580
Total de offertas das Sociedades de Senhoras.	5:444\$000
Unões da Mocidade Baptista	31
Numero de socios.	843
Total das offertas	1:814\$000
Sociedades de crianças	10
Numero de crianças alistadas	349
Offertas feitas pelas crianças.	220\$000
Grande Campanha de Estensão.	70:000\$000
Despesas locaes das Igrejas	56:000\$000
Outras offertas extraordinarias, taes como «Pobres», «Seminario», «Missões», «O Jornal Baptista», etc., approximadamente.	3:000\$000

Folhetos distribuidos	10.000
Escolas primarias annexas	27
Alunos matriculados.	1.350

A Missão não ignora o valor da pagina impressa, pelo que, além de copiosa literatura adquirida no Rio e em diversas livrarias evangelicas, tem por si mesma produzido alguns livrinhos e folhetos. Ha oito annos publica «O Obreiro», seu orgam official e de orientação, e «O Evangelizador», de publicação eventual. O autor desta noticia, de accôrdo com a Casa Publicadora Baptista do Rio, fez já a traducção de varias obras do inglez e do castelhano, e redige a Revista Dominical de Jovens, da Escola Dominical. As Uniões da Mocidade Baptista, em geral, possuem bibliothecas para uso dos seus associados, assim como tambem as escolas dominicaes. De modo que, independente das escolas annexas, todo o trabalho baptista é um trabalho educativo.

.....

E aonde mais iriamos, se quisessemos falar do que se tem feito, no interior e na Capital, já em trabalhos de evangelização, já nos de educação! A zona ou região abrangida pelo nosso trabalho é denominada *Campo Baptista Victoriense*, e não Espirito-Santense, em virtude de se estender a mesma até ao vizinho Estado de Minas, como já ficou dito.

Muitas vezes não temos sido comprehendidos. Até entre os illustres cavalheiros que ora nos ouvem haverá, provavelmente, os que, admitto em boa fé, fazem de nós juizo não mui lisonjeiro. Mas o que esperamos é que não tarde o dia quando crerão na nossa sinceridade e reconhecerão que o maior anseio das nossas almas é: cooperar para o progresso do lugar onde nos fixamos e promover todo o bem de que podemos dispor.

Em nome, pois, dos baptistas victorienses, que humildemente representamos, trazemo-vos, srs. Membros do Instituto e demais cavalheiros e exmas. senhoras aqui presentes, as saudações muito sinceras de envolta com os mais ardentes votos para vossa e nossa mutua felicidade temporal e eterna. A vós nos offerecemos para comvosco collaborar em todos os movimentos nobres e dignos que visem o elevamento material e principalmente moral desta parcella da Federação Brasileira, este pequeno mas mui querido e glorioso Estado do Espirito Santo.

A Deus por testemunha, damo-vos, através destas linhas desataviadas e desordenadas, um coração sincero, grato e muito reconhecido.

Prolongada salva de palmas sauda as ultimas palavras do distincto orador.

Segue-se, com a palavra o professor Loren Reno que lê o seguinte trabalho:

Snr. Presidente do Instituto
Presados e illustres consocios
Exmas. Senhoras
Meus Senhores

Que as minhas primeiras palavras sejam de profundo agradecimento e muito sincero aos nobres e dignos Membros desta douta aggremação, pela enorme mas immerecida honra da escolha do meu obscuro nome, para figurar entre as luzes que aqui scintillam.

Tal gesto foi para mim uma surpresa, uma grata surpresa, pois além da honra que me vinha de ser conferida, expressava a vossa estima e consideração, em alta e sincera demonstração.

Pela leitura dos Estatutos desta insigne associação vi ser necessario apresentar-vos uma these sobre a historia ou geographia do Estado. Senti-me vencido ante essa exigencia estatutaria, pois obrigado seria revelar a minha ignorancia, sobre esses pontos, desta minha prodigiosa e adorada terra adoptiva.

Distincto consocio veio, porem, em meu soccorro, suggerindo-me escrever um pequeno estudo comparativo entre os costumes da terra da minha mocidade e os desta grandiosa terra brasileira.

Adoptei o alvitre e aqui estou, presados e illustres consocios.

Naturalmente quem vem de fóra, tem logo a sua attenção attrahida por tudo que lhe é e, mesmo, parece ser estranho.

Despertou o meu interesse, logo que cheguei, a situação da creança brasileira e isto motivado pelo seguinte :

No dia seguinte ao meu desembarque em S. Salvador, sahi á rua com minha esposa, levando eu, conforme nosso habito, ao collo, uma filhinha de mezes de idade. Poucos passos adiantamos quando alguns carregadores vieram ao nosso encontro offerecendo-se-nos a levar a creança. Causou-nos viva estranheza esse facto que mais tarde comprehendemos ser devido as familias brasileiras, em quasi sua totalidade, terem amas, isto é, creadinhas destinadas a tal mistér.

Mais tarde, já vencendo a minha integralização na patria que adoptei, tive a minha attenção despertada pela excellente posição em que as leis collocam os orphãos e mais creanças desprotegidas. Ellas dão-lhes aqui muito maiores garantias do que no meu paiz natal e os juizes que aqui têm o encargo de zelar e deffender os interesses desses pequeninos entes, merecem o meu culto especial de affecto e mais alta admiração.

Nobre e louvavel costume, bem enraizado na Familia Brasileira, cuja pratica, muito frequente, tem provocado a minha sympathia e o enthusiasmo, é o de os seus lares se abrirem francamente para receber e criar indefeizas crianças. Só tal pratica bem revela a grandeza da alma deste grande povo.

Uma informação tive, pouco depois da minha chegada, mas que importava absoluta inverdade, como pouco tempo depois pude verificar. E' que indagando de um senhor casado com quem travei relações, do motivo porque não sahia á rua com sua senho-

ra, nem mesmo trazia-a á mesa, elle informou-me ser isto dos habitos brasileiros, accrescentando que o logar de mulher era na cozinha; de que conclui ser o das moças, conforme me era dado ver, as janellas, junto ás «saudades», «amor-perfeitos» e «margaridas».

Entretanto, a Mulher Brasileira tem logar proeminente na sociedade, nas letras, nas sciencias e, até, na politica, conforme me tem sido dado observar. Muitas são professoras, advogadas, medicas, dentistas, guarda-livros, funcionarias publicas, exercendo, emfim, quase todas as profissões inherentes, até não longe tempo, aos homens.

Permittido seja-me dizer bastante ainda faltar para a solução do problema de assistencia aos pobres, enfermos e velhos; entretanto sabemos os governos tratarem esse magno assumpto com bastante interesse, o que importa em um futuro bem proximo vermos solucionado esse ponto capital de interesse humano e social.

Ha entre nós uma classe pela qual tenho a mais sincera admiração, e a qual nunca cessarei de tecer os maiores louvores; é a classe medica. A maneira com que os medicos servem aos pobres, as suas atenções, não só na Santa Casa de Misericordia, cuja assistencia dada pelas bondosas e carinhosas Irmãs é exemplar e merecedora dos mais francos elogios, como nas pharmacias, em seus proprios consultorios.

De um cidadão, chefe de numerosa prole, ouvi um dia: «graças a Deus nunca mandei um filho á Escola Publica». Vindo de um paiz em que a instituição mais geralmente amada, talvez seja a Escola Publica, merecendo ella logar de relevo no coração do povo, extranhei a phrase ouvida, constatando felizmente depois não ter ella repercussão maior.

Na patria de minha juventude, desde a Escola Isolada, da roça, até ao Grupo Escolar da grande cidade, desde o Jardim da Infancia até a Universidade, com o seu systema de matricula e frequencia gratuitas, sem requerimentos e estampilhas, sem nenhum embaraço, a Escola Publica, obrigatoria e pratica, é honrada, defendida, procurada e louvada por todo um povo que com orgulho bem perdoavel, a cada momento diz: «meus filhos estão todos na Escola Publica e nella têm que ficar até que obtenham os seus diplomas».

A nossa instrucção aqui desenvolve-se a largos passos sendo deveras salutar e animador os dados estatísticos apresentados no Relatorio do Snr. Dr. Secretario da Instrucção.

O que tenho notado é a differença entre os «cursos» das escolas brasileiras e norte-americanas. Os programmas dos diversos cursos primarios ou secundarios, são comprehendidos aqui em menor numero de annos de trabalho escolar do que se dá nas escolas de minha terra. Não sei se o trabalho é feito mais rapidamente por ser menos intenso, ou se devido a outros methodos ou se, ainda, maior capacidade das crianças.

Ha uma cousa que sempre attrahe a attenção dos estrangeiros, que não se cançam de commentar: uma cousa que se tornou a tecla em que tambem não posso deixar de bater — é a hospitalidade do povo brasileiro.

E' ella o seu maior caracteristico. Quantos lares já se abriram e sempre se abrem para hospedar carinhosamente o desconhecido estrangeiro ! Quantas vezes não dorme o brasileiro sobre tabuas, para que possa o viandante dormir no seu proprio leito. Quanta experiencia tenho eu, pessoalmente, de tão bella hospitalidade ! E como ella ennobrece e exalta o povo brasileiro !...

Ainda uma outra cousa muito notada pelo estrangeiro, é a delicadeza deste povo. Ella é extrema, admiravel !

Coitado do estrangeiro que, no meu paiz, fizesse, como os norte americanos o tem feito aqui, confusão de palavras, pronunciando beijos por «beijús», e besouros por «beserros» ! Elle seria ridicularisado sem piedade, e certamente muito se envergonharia das gargalhadas provocadas.

A delicadeza, porém, do povo brasileiro, põe á salvo os estrangeiros inesperientes, que tantas vezes incorrem em tal confusão

E a vossa delicadeza, presados consocios, e a vossa hospitalidade, acham-se bem provadas com o facto da minha presença aqui.

De coração vos agradeço, porque de coração vos aprecio e admiro.

As ultimas palavras do venerando orador são cobertas por prolongada salva de palmas.

E' dada a palavra ao sr. Cyrillo Tovar Filho que lê o seguinte estudo :

Exmo. sr. Presidente do Instituto

Exmas. Senhoras.

Senhores :

Sinto-me perfeitamente bem diante desta homenagem, que tanto me enaltece e, em sentindo a crystallisação emocional dos vossos conhecimentos, sinto-me perfeitamente á vontade diante de vós, neste ambiente de luz e de sabedoria, tendo a percepção nitida da vossa erudição !

Eu vos falo com audacia. E' o arrojo do cerebro. E' o delirio do meu espirito. Mas, sou um homem tranquillo dentro do universo das responsabilidades ; sou um homem sereno diante do tropel dos factos perigosos ; sou um homem que vivo pelo effeito das emoções !

Estou convencido que me puzestes em vosso meio por um apurado requinte de gentileza ; porem, é necessario que vos capaciteis que, em entrando para o vosso convivio intellectual, tereis na unidade lyrica do meu pensamento — já que faltam horizontes infinitos no meu espirito — um elemento de vontade para comvosco trabalhar na tarefa nobre e gloriosa do desbravamento do sub-solo formidavel do nosso passado e arrancar os motivos historicos, como os antigos bandeirantes na conquista do verde incandescente das esmeraldas.

Eu vos agradeço esta distincção que me concedeis ; e, como tributo indelevel do meu reconhecimento, eu vos lego as azas da

minha vontade. É uma vontade que trespasa a infinito, é uma vontade tão intensa, que com ella procuro traçar na vida o rythmo do meu destino.

Senhores !

Infiltei-me no curso vastissimo da nossa historia ; conheci episodios admiraveis, percebi scenas gloriosas, senti syncopes de bravura, admirei factos de louco heroismo auscultei de perto, carpindo nevoas de mysticismo, toda a grandeza da historia do Espirito Santo. Mas, em escallando essa tormenta tragica de belleza, em oscillando nas «nuances» revoltas desse rio gigantesco — nenhuma personalidade tanto me encantou, tanto me impressionou, como a figura de Pedro Palacios, pelo bordado assetinado de suas lendas, pelo colorido romantico de sua vida.

Ha defficiencia de detalhes sobre a passagem de Pedro Palacios pela vida. Deu-se a negligencia criminosa de se deixar esquecida uma vida tão enraizada na historia da nossa terra e dahi eu vos apresentar um estudo todo subjectivo. Mas, na mysteriosa alchimia da Historia, onde se mesclam a fatalidade das coisas naturaes e a acção inconsciente dos instinctos collectivos, florescem, somente, os actos espirituaes dos homens de selecção e não o dynamismo peculiar de cada um.

E por isso procurei, como uma «kodak» humana, focalizar a sua vida através da sua obra.

Não divinizei o homem ; penetrei em sua vida com a intenção de creal-a e unil-a, por um prisma essencialmente humano.

No trabalho doloroso da existencia ha como uma suavidade que encanta, a externalização da força dos grandes soffredores. O homem de pensamento e do coração, angustiado pela vontade de produzir, ennobrece a sua propria dôr perpetuando a vida no rythmo do mesmo desespero, que fecunda e rasga toda a Natureza.

Não procurei nas minhas divagações idealistas, o valor do egoismo das coisas extremamente pessoas nem o que justifica a capacidade de satisfação, que representa o «groupement» mais completo da materia.

Pesquizei a vida de Pedro Palacios norteador por um principio alpino, um ponto de vista elevado. Todo motivo esthetico implica um phenomeno sensitivo, que varia segundo o temperamento de cada um e por onde se estabelece uma relatividade entre o objecto e o individuo. A vida é a centralização de symbolos, que se valorizam pela força de expressão ; symbolos que nos dão a idéa do relevo, das attitudes, dos movimentos, symbolos que nos levam a formação eloquente dos caracteres humanos.

E então se surprehe no phenomeno esthetico toda a força expressiva de um espirito e, assim, toda a verdade de uma vida !

Seguindo essa cadencia insopitavel da existencia, seguindo o phraseado dessa verdade absoluta, pude reproduzir — embora a carencia de elementos — toda a intelligencia e todo o coração de Pedro Palacios, que é o que representa a vida e, por conseguinte, a incorporação integral de toda uma personalidade.

Vivi alguns dias dentro do seu universo espiritual; que-dei-me algum tempo, electrizado, diante da sua obra broslada de valor !

Que foi a obra de Pedro Palacios ?

— A expressão suprema de um sacrificio — um sonho do christianismo !

Em uma manhã serena do anno de 1558, sob um scenario fantastico de luz, Pedro Palacios, um leigo franciscano, desembarcava nas praias de Villa-Velha com a alma resplandesciente de fé. Pouco antes, o monje arrabidano tinha experimentado a vóz das tempestades, que excede todas as dores, todas as agonias humanas. Vi-nha pregar o romantismo christão num cháos tenebroso.

A sua recepção fora um despreso apavorante ! A ignorancia selvagem, a bruma indecisa do espirito dos regionaes — não deixaram que fosse ouvida a sua voz de ouro, onde latejava uma humildade seductora, que fora o pedestal da sua philosophia.

Tentára descortinar, nas trevas do espirito dos primitivos, os ensinamentos do evangelho, as paisagens religiosas guardadas em seu coração !

Fora varrido ao primeiro contacto, o ideal proselytico de Pedro Palacios.

Mas, não desanimara. Isolou-se ; refugiou-se numa solidão profunda, alojou-se numa gruta e dentro desse retiro, com um desprezo que o confortava e o valorizava, elle aprendeu a conhecer os homens e a ennobrecer a sua fé. Sua concepção de bem-estar era o sacrificio illimitado de si mesmo e a pobreza era o supremo objecto e a unica condição conciliavel com a pratica da virtude ; tinha como organização social o communismo ebionita — a norma simples que regia a Jerusalem antiga.

Senhores !

Numa terra arida de ideal e enervante de mysticismo, devia ser tarefa bem difficil a implantação de um dogma religioso. E Pedro Palacios conseguiu vincular no espirito do selvagem, a idéa do sentimento christão.

E' esta a obra mais profunda de Pedro Palacios ; por que Senhores ! é mais difficil propagar sentimentos do que formular idéas, é mais facil expor a verdade do que entranhal-a na consciencia dos homens, numa forma real e activa. E Pedro Palacios, além de revelar um sentimento de alta moral, suscitou os effeitos desse sentimento, no contagio psychico da sympathia, fazendo mantel-o, triumphantemente, através das evoluções do tempo, renovando assim, a physionomia moral das gerações. E' trabalho precioso e immortal !

A vida de Pedro Palacios é puro romantismo, é uma vida engolphada numa grande belleza ! Ao contemplal-a, com a minha volupia de artista, lembro-me daquellas figuras da Hespanha fidalga, sua terra natal, daquella nobreza de Navarra, que resgatava a sua humildade, morrendo sob a cruz heraldica dos Pantojas, pela defeza de uma idéa excelsa, que é a idéa de Deus ! Lembro-me daquelles herois das cruzadas de Narbona e de Aragão, que floridos de plu-

vias byzantinos, empunhavam dos tirazes andaluzos e assignalavam nos campos de Navas, a eloquencia do sacrificio que é a maior das eloquencias !

Quanta belleza e quanta poesia deviam dormir na alma desse ermitão ; dentro da sua alma devia bramir a alma das florestas, o canto das coisas silenciosas, o rito da simplicidade em georgicas christãs. Elle devia ter falado ás pedras e ás feras, ao sol e a lua. Devia ter-se enamorado das noites cheias de angustia e aspirado, como um fauno o perfume estranho da terra ; devia ter amado, como um puro, soffrido, como um resignado, chorado como um simples. Devia ter sentido a dôr fecunda, que move rochedos e amansa feras, essa dôr que foi a columna da sua obra gigantesca.

Pedro Palacios legou ao mundo catholico um templo alcandorado na ermida das Palmeiras, que é o emblema da materialização do seu holocausto e da regeneração de um povo por todo o infinito da posteridade. Deixou uma imagem viva da psychologia do sacrificio, uma ethica espiritualista, toda incandescida de amor — que domina todo o realismo utilitarista e amansa todo o arrebatamento irreverente.

O convento da Penha permanece no alto, como um iris magestoso — destinado a completar a harmonia dos affectos altruistas, a ensinar a influencia do sacrificio, destinado a depurar o principio harmonioso da perfeição.

Pedro Palacios morreu em 1575. Encontraram-no morto com os olhos erguidos para o céu e as mãos colladas como num beijo, numa attitude humilde de agradecimento, por ter consummado a aspiração do seu espirito.

Uma salva de palmas sauda o distincto socio recipiendario.

Usa, então, da palavra o distincto presidente honorario dr. Archimimo Mattos, orador designado para receber os novos socios.

Refere-se aos trabalhos lidos pelos socios recipiendarios, fazendo apreciações a cada um de per si. Congratula-se com o Instituto pelos bons elementos chamados ao seu seio, certo, diz o orador, que cada um delles trabalhará em pròl a grande obra da aggre-miação, velando pelas nossas tradições e buscando, com o estudo, novos motivos para o pleno conhecimento da historia. Termina o seu bello discurso saudando os socios recipiendarios em nome do Instituto.

Vibrantes palmas abafam suas ultimas palavras.

Sobe á tribuna o orador official do Instituto, dr. Alarico de Freitas, que pronunciou o seguinte discurso :

A tarefa imposta pelo Instituto Historico nos seus Estatutos basicos da commemoração civica dos dias que marcam no kalendario nacional os grandes factos de sua historia, sobre ser de reconhecida utilidade publica é tambem um soberbo esforço, com que, na medida da capacidade daquelles que aqui têm a preocupação do culto patriotico, se propagam, — nessa linguagem com que nos desobrigamos dos deveres honestamente cumpridos, — as idéas dos grandes vultos da Patria e a obra que deixaram na sociedade como semente que germinou, cresceu e fructificou no seio das gerações actuaes á sombra avoenga das tradições veneraveis !

Sob o aspecto da actual civilisação apreciados os principaes surtos da nacionalidade, do primeiro imperio para a Regencia, desta para o fastigio monarchico de Pedro II e dahi até a epoca das propagandas democraticas do abolicionismo e da Republica—contemplando-se o dispendio de energia e o dominio de vontade que era mister dispendir no seio de uma sociedade hostil á propagação das idéas democraticas contra uma sociedade orientada pelos senhores de escravos em cuja tradição, valor e riquezas assentava a estrutura do Imperio, constitue motivo de orgulho para a civilisação brasileira esse culto ás liberdades publicas que foi sempre apanagio das gerações passadas.

No Brasil o surto propagandista das Reformas Sociaes, até mesmo nas camadas suppostamente mais cultas do Paiz, fez-se sempre com tal lentidão, vencendo um scepticismo tão negativo e desalentador—pela ignorancia do ambiente e indiferença popular—que os factores invocados para a explicação fria dos phenomenos dessa ordem, se apresentam os mais inverosímeis e contradictorios á argucia dos que curam—na sua significação historica—do conhecimento exacto, por uma perquisição paciente, da origem dessas incognitas indecifráveis.

Assim no advento republicano que abalou o Paiz no movimento vehiculado pela imprensa do Rio de Janeiro, o qual veiu surpreender o povo num estremecimento de pasmo, do torpôr em que morrera,—naquella pittoresca attitudo definida por Aristides Lobo—do mesmo passo, a idéa abolicionista encontrou nas camadas populares uma impermeabilidade hostil á sua absorção, não por convicções intimas senão por incapacidade de discernir.

Tanto assim foi que no Parlamento em que os espiritos mais brilhantes já pela logica de argumentação, já pela riqueza da cultura, repelliram systematicamente a innovação que gradativamente avançava com a idéa abolicionista; só mais tarde, á medida que a propaganda ganhava terreno—confessavam seu arrependimento do erro de não haverem abraçado, em tempo, a medida salvadora que a redempção parcial dos captivos offercia.

Não houve, como ainda não ha, neste Paiz—o que entre povos de civilisação mais adeantada se chama—opinião—isto é, o conjuncto de vontades lucidas, conscientes, agindo com a deliberação firme de querer—reunindo num élo forte um pugillo de homens sensatos, capazes de querer, sabendo lêr e escrever e não apenas discernir.

Quando um povo aspira ás suas conquistas mais altas, crêa symbolos que são marcos definidores de seus passos na civilisação do mundo: prerogativa alcançada nas reivindicações autorgadas pelas tyrannias oppressôras vencidas, são gemmas que passam a enriquecer o escriptorio de suas conquistas liberaes.

Foi assim em todos os passos da historia dos povos cultos.

A Edade Media nos depara a lucta de classes estabelecida entre a burguezia e os senhores feudaes; e as conquistas alcançadas pelos opprimidos contra a cobiça truculenta dos grandes proprietarios de latifundios, num calvario inaudito de infortunios—chegou aos nossos dias como padrão immarcessivel do direito dos povos na organização social das democracias mais avançadas do mundo moderno.

A vontade recalcitrante dos chamados *land-lords* da Irlanda,



Desembargador Henrique O'Reilly de Souza.— Socio fundador e segundo vice-Presidente do Instituto e membro da Comissão Technica do Oitavo Congresso Brasileiro de Geographia

por volta de 1881—querendo obstar aos seus rendeiros a copropriedade das terras por estes cultivadas e cujo direito pleiteavam por uma divisão equitativa, ia levando a Irlanda á irremediavel ruina de uma guerra civil si a clarividencia de *Gladstone* não conseguisse, com a reforma de 1881—consolidar a propriedade do sólo cultivado no patrimonio individual dos *rendeiros* independente do seu legitimo proprietario.

Toda vez que os *Lords* procuram burlar a rigidez da Lei emancipadora da propriedade rural em seu beneficio—a classe ameaçada se levanta num protesto unisono e unanime reclamando em altos brados—a confirmação do direito escripto que nunca foi postergado nem proscripto da legislação agricola desse povo reivindicador vivaz dos direitos do homem!

Tem o mundo a estas horas os olhos attonitos voltados para a metropole do bom senso pratico; — povos e governos se agitam inquietos indagando da corrente subterranea que communicou—numa solidariedade inimaginavel e impressionante—a vontade resoluta e imperiturbavel de cerca de seis milhões de operarios—paralysando d'um jacto, a vida intensa industrial de Londres, com uma grêve como igual não ha na historia da humanidade!

Pela primeira vez nos fastos do mundo as reivindicações das classes trabalhadoras assumem—numa advertencia aos governos distanciados da opinião—as momentosas proporções de um acontecimento capaz de occasionar um novo desvio na corrente do progresso historico dos povos!

Desattendidos em reiteradas reclamações os operarios do Reino Unido, nessa inaudita demonstração de força, pararam suas usinas, abafaram a fornalha de suas machinas, paralysaram téares e vias ferreas, e do fundo das minas sahiu em marcha procissional o formigar de mineiros que dão á Inglaterra a circulação sanguinea necessaria á sua vida industrial drenando ouro do mundo em troca dos bastardos residuos do seu subsolo...

Por espantosa subversão do sentimento que o trabalho rural inspirou entre nós nas allianças heraldicas que ligavam a sociedade da epoca á nobreza territorial dos engenhos, a idéa da escravidão creou raizes profundas na consciencia e no coração das estirpes de sangue mestiço, que, na ociosidade faustosa viviam do trabalho explorado no regimen deprimente das senzalas.

Esse factor creando uma sociedade opulenta fortalecida na solidariedade criminosa que a condescendencia dos governos assegurava: de outro lado, sem experimentar a resistencia que a raça escravizada não tinha capacidade de oppôr, a extincção dos captivos encontrou sempre na mentalidade dessa época uma corrente hostil que por seculo se contava, tal a sua infiltração nos costumes da vida nacional.

Essa analgesia da consciencia da época, o sentimento refractario ao sôpro de piedade que, nesse periodo, offereceu a sociedade brasileira jungindo á gleba milhares de seres humanos reduzidos á condição vil de machinas—surda sempre ao clamôr da obra humanitária que o abolicionismo levou ao interior dos latifundios—essa friesa impassivel—causa hoje aos que procuram os fundamentos nella dos suppostos direitos de manter e explorar escravos, um frio estremeção de

horror, porque nada justifica entre nós sua implantação tão duradoura sinão a incultura contemporânea da burguesia, de um lado, e o medo supersticioso da população escrava, de outro, dos flagícios que os zelos dos senhores feudaes inspiravam com crueza feroz só conhecida entre os verdugos romanos.

E' lugar commum dizer-se que a escravidão ennodou indelevelmente a civilisação brasileira.

Eu acho exaggero injustificavel o rigor demasiado forte da expressão.

As civilisações mais cultas que cobrem a superficie da terra não pôdem forrar-se á participação do flagello na historia dos seus fastos; toda a Europa manteve escravos e ella nos herdou a hediondez da execranda instituição.

E se entre nós se manteve sem ser tutelada pela Lei, sem amparo na Constituição do Imperio, que, antes a fulminava de extincção, apenas fomentada pelo interesse de uma classe privilegiada de exploradores, é, contudo incrível que no Parlamento Nacional, brasileiros de nobre linhagem e notavel cultura defendessem a propriedade escrava como cousa ou objecto transmissivel a preço venal de moeda corrente.

O de que nos devemos envergonhar é de termos sido no mundo culto, de todos os povos civilisados da terra, o unico que mais lentamente realisou a extincção do elemento servil, o ultimo a enfrentar a reforma social da extincção radical do captiveiro, cuja instituição pelos calculos mais optimistas dos alvitres parlamentares suggeridos na apreciação do problema, traziam-na ás portas do seculo XX—enkistada numa civilisação já a caminho dos seus destinos gloriosos!

Em 1826 (23 de novembro) firmava o Brasil com a Inglaterra um tratado pelo qual o *commercio de africanos* a partir de 1830 seria considerado como pirataria.

De feito, em 1831, discutia-se no Parlamento o projecto de extincção do trafico de que foi objecto a Lei de 7 de novembro de 1831; d'ahi em diante, si pelo tratado concluido com a Inglaterra o commercio maritimo de africanos era crime de pirataria, o trafico *legalmente* estaria concluido no territorio nacional sob os auspicios da Lei de 1831.

○ que é certo, porém, é que o tratado concluido com a Inglaterra foi constantemente burlado e a Lei aviltantemente não cumprida pelos traficantes sob a tolerancia dos poderes publicos a tal ponto que, constituindo crime—a pirataria—foi em beneficio dos commerciantes de escravos, apresentado um projecto ao Senado em 1837 que preceituava, textualmente no art. 13:

Nenhuma acção poderá ser intentada
em virtude da Lei de 7 de novembro
de 1831—*a qual fica revogada.*

Não conheço na historia das conquistas liberaes, nos surtos da civilisação que marcam nos destinos dos povos os differentes grãos de sua ascensão no conceito do mundo—um acto mais caracteristico de decadencia de um povo que esse retrocesso no caminho avançado pela nossa civilisação na formação definitiva do Imperio consolidado pela Regencia.

Animada pelo espirito de frouxidão da época favoravel ao trafico, a torrente contrabandista do mercado escravo havia nessa vigencia de 6 annos, tomado tal vulto, que só uma medida legal salvadora seria capaz de encobrir o escandalo da infracção systematica e inominavel da Lei e legitimar uma propriedade adquirida á sombra de protecções clandestinas.

A Lei não passou, é verdade, rendamo's essa homenagem áquella maioria parlamentar resistente; mas a opinião—a grande opinião que devia, incessante, rugir ás portas do Parlamento não sahiu da eclosão embryonaria em que jazeu sempre, até hoje, como fêto sem vida, no collo da madre nacional.

Ao revez de cessar, o trafico acoroçoado pela impunidade, cresceu e augmentou progressivamente nesta proporção assustadora:—

1842 — 17435	escravos	importados.
1843 — 19095	«	«
1844 — 22849	«	«
1845 — 19453	«	«
1846 — 50324	«	«
1847 — 56172	«	«
1848 — 60000	«	«

Total — 245.323 no curto espaço de 6 annos !

Dahi por deante a evolução legislativa do Paiz foi rapida porque a causa abolicionista invadindo o Parlamento estabeleceu e irmanou uma corrente propicia ao advento final, a qual teve nos Conselhos que amparavam a politica do throno um elemento decisivo de persuasão e victoria.

Quando a Lei Rio Branco, de 23 de setembro de 1871 procurava estancar no ventre materno o stygma da escravidão, já a mentalidade de 1884 vibrava na Camara dos Deputados, pelo verbo de Ruy Barbosa, um brado vehemente em defesa da emancipação dos sexagenarios, propondo que o captiveiro ficasse bloqueado nos seus dois antipodas: a actividade e a velhice.

A emancipação radical, pura e simples, veio encontrar a nação embalada nessa espectativa.

Por isso o 13 de maio deve ser festejado como uma grande data civica na ordem dos fastos historicos da lucta pela conquista das liberdades publicas.

Resultante de um largo folego de trabalho de propaganda pela penna e pela palavra, cujos ecos chegaram aos mais remotos rincões brasileiros, esse esforço de comprehensão e orientação—a lei emancipadora pura e simples—corôou — porque a nação comprehendeu, afinal, a questão moral e humana que a vergonha de possuir escravos indelevelmente a polluia.

.....

Assim continúa o orador a traçar os momentos historicos da nacionalidade a partir da Constituinte de 1823, quando Pedro I contemplou no projecto da primeira Constituição Brasileira—a extin-

ção gradual do elemento servil, até ás Revoluções Republicanas— em cujos idéas o sentimento de liberdade dos captivos appareceu intangível e primacial.

O advento do 2º Imperio encontrou a questão do elemento servil quasi na mesma situação em que a deixou Pedro I: — imposta á nacionalidade como uma contingencia historica irremissivel, só poderia extinguir-se com o gráo de evolução social do paiz.

A cada sôpro de liberdade, que melhorava o ambiente da nefanda instituição, estremecia o throno porque a sua solidez residia mais no prestigio dos senhores de fazendas; a politica assentava suas bases na propriedade territorial e esta vivia, animada apenas pelo braço escravo.

A *Lei de ventre livre* que pareceu assimilar os destinos do Imperio, reunido os Sympathéos da Nação, em verdade, foi um grande abalo para o throno que teve um dos pontos de seu prestigio para sempre extinto!

O Regimen Imperial não pôde mais conter o surto de propaganda abolicionista que se irradiava por todos os centros de cultura do Paiz; desses combates o throno recebia cutiladas tão fundas que a ellas não poderia, como não pôde sobreviver:— um regimen era consequencia do outro.

Depois de se reportar aos gestos de abnegação e patriotismo de Rio Branco e João Alfredo, entra, o orador a produzir a sua peroração, da forma seguinte:

«Descrevendo o doloroso calvario da escravidão — Castro Alves esculpiu, no bronze da literatura nacional, o impressionante baixo-relêvo de suas estrophes geniaes, denunciando á posteridade a vehemencia angustiosa do flagello. Joaquim Nabuco, além da actividade parlamentar em que focalizou sua singular figura de tribuno, legou-nos uma obra de propaganda pamphletaria unica, descrevendo o ambiente sombrio e os tristes episodios da vida das senzalas.

Patrocínio, Rebouças, Quintino Bocayuva e Lopes Trovão, militando na imprensa diaria da metropole e nos comícios publicos, ensinaram ás gerações porvindouras que a vida só é digna, quando animada pela volupia de um ideal sempre aspirado á sombra da liberdade!

Desse fóco irradiador o sentimento da liberdade derramou-se em luz; a todos os pontos do territorio nacional elle se propagou e accendeu na alma nacional um culto de fervoroso civismo!

O Espirito Santo teve tambem, a esse tempo uma, propaganda intensa a agitar a opinião popular nos comícios da praça publica e nas conferencias abolicionistas, que terminavam quase sempre pelo resgate de um escravo—ou pela munificencia do publico assistente ou por acção pessoal, isolada, de altruistas magnanimos.

O abolicionismo teve tambem aqui o seu guia, um evangelizador que, para pregar o seu apostolado começou por libertar os poucos escravos, que a herança lhe trouxera:— foi meu Pae, tocado

pela belleza suggestiva do problema—permitti que vol-o recorde neste passo, na humilde homenagem que lhe presta o meu culto civico, exaltado pelo amor filial!

Sabeis todos como se desdobrava no Estado a actividade febril e fecunda daquelle cerebro illuminado pelo santelmo das nobres causas, sempre combativo, animado pelos enthusiasmos de um coração affeito ao bem e nunca hostil aos opprimidos e soffredores.

Rhapsódo de duas campanhas memoraveis, as unicas que inflammaram a alma popular deste Paiz de apathicos e masturbadores—o povo que fremiu sob os applausos do seu verbo de fogo naquellas cruzadas gloriosas—não póde esquecer o exilado de hoje, na hora desta solennidade, que recorda o triumpho, inolvidavel do advento da democracia republicana em nossa terra!

Essa estirpe de ideologos passou, senhores, desapareceu:—uns na romagem da vida tropeçaram na morte e se abysmaram na voragem do pélago. Outros buscaram no exilio e no isolamento a paz da consciencia na certeza do dever cumprido, proscriptos e calumniados pela mediocridade arrogante, que se julga no direito de cuspir sobre os homens de valor, estimulada por aquelles que serão, por sua vez, cuspidos.

O momento angustioso, que atravessamos, é de crise impossivel de conjurar: é um tufão de furor iconoclasta a esboroar as reputações mais solidamente firmadas:—si uma das grandes temeridades hoje é manter alguém uma opinião, coragem maior é ainda revelar intelligencia superior.

E como a democracia brasileira vive de syncopes e convulsões, o sentimento de patriotismo, na collectividade, não póde ser firme, não ha um ideal, uma aspiração superior, orientando os destinos da nacionalidade!

A nossa geração, formando nesse ambiente, saturado de miasmas, o coração e o character, não está apta a recolher a herança de exemplos tão magnanimos e justos; mas, ao menos, as vindouras que levantem um altar sobre esses destroços, que deixarmos amontoados, e permittam os céos oíçam ellas na voz dos symbolos, que sobrevivem á passagem dos povos sobre a terra, a alvorada, annunciando a resurreição de suas tradições de brio e pundonor, recordando o cyclo historico das rhapsodias cavalleirescas de toda a nossa vida de povo, antes que desgarrassemos dos anhelos de justiça da humanidade, em vertiginosa ascensão!»

Suas ultimas palavras são abafadas por estrepitosa salva de palmas.

Estava em meio do seu discurso o dr Alarico de Freitas quando teve sciencia a Mesa do Instituto da chegada do sr. Presidente do Estado.

Foi suspensa a sessão enquanto s. exa. ingressava no salão acompanhado da commissão de socios drs. Cassiano Cardoso Castello, Oscar Santos e Ceciliano Abel de Almeida. Na qualidade de presidente de honra do Instituto, passa a sessão a ser presidida pelo sr. Presidente do Estado.

Váe, finalmente á tribuna o dr. Ceciliano Abel de Almeida, que lê a seguinte conferencia, relativa a questão de limites do nosso Estado com o de Bahia :

Exmo. sr. dr. Presidente do Estado. Exmo. sr. dr. Presidente do Congresso Legislativo. Exmos. srs. drs. Secretarios do Governo. Exmo. sr. dr. Presidente deste Instituto. Exmas. senhoras. Meus senhores. Illustres consocios.

Vinha de ser intimado pelo illustre presidente deste Instituto para discorrer neste augusto recinto sobre a momentosa pendencia dos limites septentrionaes de nosso Estado quando, numa das ruas mais movimentadas desta capital, avistei um pobre homem que gingava penosamente carregando um pesado fardo. Percebia-se o esforço que elle dispendia para supportar a carga que já quase ultrapassava o limite de sua resistencia muscular pelos variados e irregulares meneios de todo o seu corpo. E lá ia o pobre resignado tendo sómente como amparo a obrigação de trabalhar para cumprir o seu dever, quando uma personagem muito polida, immensamente insinuante, lhe acena do interior de uma bella e nobre vivenda, obriga-o a parar e com expressões captivantes, com phrases convincentes e com uma bondade inexcelsível pede-lhe e roga-lhe para levar sobre a sua carga uma outra tão pesada quanta a primeira. E o homem enleado sem tempo para medir as suas forças, sentindo já o inicio da deformação de sua carcassa mas desconhecendo a carga de ruptura recebe a sobre-carga e, agora, lá segue elle, cae aqui, cae acolá, arrimando se a muros e postes, tropeçando além, e mais morto que vivo, caminha em ziguezagues, cambaleia exausto, ginga em meneios desordenados sem saber até aonde irá e como chegará.

Esse pobre homem, meus senhores, é bem a minha imagem.

A' generosidade do exmo. sr. Presidente do Estado devo a minha escolha para exercer o encargo technico de levantar com o engenheiro, designado pela Bahia, a região que se estende do Itaúnas ao Mucury. A' s. exa. devo ainda a incumbencia de acompanhar a v. exa. sr. dr. Carlos Xavier, á Bahia, para firmar o convenio que se ia discutir de accordo com os poderes, da procuração lavrada no cartorio do dr. Nelson Goulart Monteiro.

Fui um temerario em consentir que essas cargas fossem successivamente adaptadas aos meus hombros debeis.

Evidentemente me faltavam habilitação especial, tacto e perspicacia para tamanhas empresas. No grande desejo, porém, de corresponder ao acto espontaneo e generoso do exmo. sr. Presidente do Estado e de ser util á terra extremecida que me serviu de berço, esqueci a minha fraqueza, olvidei a minha falta de vigor e me aventurei a supportar o peso de responsabilidades que só o futuro plenamente poderá definir.

Com passo incerto, verificando a todo instante que excediam os limites de minha apoucada capacidade intellectual as incumbencias que me haviam sido confiadas, lá caminhava eu, vacillante e tropego, ancioso por prestar contas a s. exa. o sr. Presidente do Estado, quando o eminente Presidente deste Instituto, com a sua re-

conhecida affabilidade, com a sua invejável argumentação, me convenceu da necessidade opportuníssima de transmittir as impressões que me foram despertadas por força dos cargos que occupei embora de modo deficiente.

Aqui me tendes como similar do carregador acima descrito em sua segunda phase, com a minha pesada sobre-carga e preplexo, indeciso e cambaleante, não sei, como elle, até aonde irei nem como chegarei. Só a vossa magnanimidade me poderá abrigar.

Sêde pois complacentes para com quem, dominado pelo grande amor á terra natal, se esqueceu de sua incomparável pequenez e teve o arrojo de vir occupar esta tribuna de fama jámais empanada mas que hoje, com elle, certamente terá o seu deslustre.

No que vou dizer, sr. Presidente do Instituto, não ha preocupação de mostrar erudição e muito menos de apresentar novos documentos, o que, neste momento, seria inopportuno para defesa da linha limitrophe do nosso Estado pelo Mucury.

Não pretendo mesmo rememorar todos os factos historicos que demonstram de modo inilludivel o firme proposito do fidalgo portuguez Vasco Fernandes Coutinho de defender e povoar os terrenos que lhe foram doados pela carta regia de primeiro de janeiro de 1534, nem tornar saliente que essa defesa foi muito além de projectos platonicos realçando os feitos heroicos nas grandes e encarniçadas luctas sustentadas pelo desventurado donatario de nossa terra contra os indigenas, já em Villa-Velha e nos arredores desta aprazivel capital, já nas margens do S. Matheus onde perdeu a vida no ataque dado ás trez fortalezas de Menerique Fernão de Sá, filho de Mem de Sá.

Não me abalanço a fazer um exame minucioso de documentos conhecidos e muitos delles transcriptos pelo illustre mestre e grande pesquisador dr. Braz do Amaral; seria alongar esta minha pobre allocução o que de certo viria ainda mais enfadar a v. exa. e as pessoas que, generosamente me estão ouvindo. Do que li, verifiquei haver sido o Espirito Santo, antes da Independencia, dominado pelos donatarios de 1535 a 1718; deste anno ao de 1800 foi administrado por capitães governadores, subordinados ao Governo da Bahia; e de 1800 a 1822 por governadores independentes da Bahia.

No primeiro periodo é abundantissima a documentação que prova estender-se a Capitania do Espirito Santo até ao Mucury.

Mem de Sá não deixa duvidas a respeito; José Anchieta, o grande evangelizador do Novo Mundo, o confirma apaziguando a 21 de setembro de 1596 com seu verbo cheio de fé e com o exemplo de sua bondade e de sua mansidão inegalaveis o gentio alto-neiro e bravo e substituindo o nome indigena do rio Cricaré pelo de S. Matheus.

Felisbelio Freire o proclama com a sua vastissima erudição que lhe empresta uma insuspeitissima autoridade. E outros, e muitos outros o attestam e testemunham.

Na primeira parte do segundo periodo, isto é, de 1718 a 1764, a região ao norte do rio Doce até ao Mucury estava subordi-

nada aos capitães governadores do Espirito Santo e Antonio de Oliveira Medail faz diversas concessões de terras em S. Matheus que se desenvolve tanto que foi elevada á parochia collada por acto de 23 de maio de 1751.

Estabelecida a comarca de Porto Seguro a 2 de abril de 1763 Thomé Couceiro, que devia cingir-se a civilizar todos os habitantes da Capitania de Porto Seguro que ha poucos annos se encorporou na Real Côroa, transpoz o rio Mucury e veio crear a Villa Nova de São Matheus, tendo plena sciencia que o fazia em territorio da Capitania do E. Santo, conforme elle proprio assignala em sua correspondencia para o Reino. Este acto arbitrario se verificou a 15 de setembro de 1764.

A invasão de Monteiro Machado, successor de Couceiro, até ao rio Doce em 1770, não é coroada de bom exito e a jurisdição do Ouvidor de Porto Seguro ali foi ephemera produzindo a desunião como, em 1790, assevera João Monjardino.

No principio do terceiro periodo Silva Pontes, em 1800 visita o rio Doce, estabelece destacamentos em ambas as suas margens e no Barra Secca e com esses actos fica de todo supprimida a jurisdição ephemera, incerta e precaria do Ouvidor de Porto Seguro no rio Doce.

Em 1822 encontrou a independencia as raías da jurisdição da Ouvidoria de Porto Seguro no Barra Secca. A expansão da Capitania de Pero do Campos Tourinho havia attingido o rio Doce em 1770, mas o movimento de recuo havia se iniciado, em 1800, com Silva Pontes. A tendencia era, pois, para o Espirito Santo reaver o territorio que lhe tinha sido indevidamente retirado. Não tivesse havido a independencia e a reintegração do seu territorio se verificaria e as suas fronteiras septentrionaes restabeleceriam pelo Mucury, pois não estando mais os seus governadores sujeitos ao Governo da Bahia, e mantendo o Governo portuguez a norma de escolher vassallos de sua immediata confiança para presidi-la da envergadura de Silva Pontes, Albuquerque Tovar e Francisco Alberto Rubim, os successores destes trilhariam as suas pégadas e seriam ouvidos em seus justos reclamos em favor da Capitania, cuja sorte adversa começa com o seu primeiro donatario. Não lhes passaria despercebido o facto de ser a latitude da barra do Mucury 18° 5' e o da barra do Itapemirim 21° 0' 30" e que, contendo as leguas das cartas de doação 3000 braças ou 6600 metros, a distancia entre essas duas barras é de 48 leguas e meia, havendo apenas uma differença de legua e meia para se alcançar, sobre o mar, a frente de 50 leguas fixadas na carta regia de 1° de janeiro de 1534.

Sr. Presidente, quem estudar desapassionadamente a historia das Capitánias do Espirito Santo e de Porto Seguro, quem se der ao trabalho de analysar a acção administrativa do Governo geral da Bahia, procurando não baralhar os seus actos com os emanados dos Governos de Porto Seguro e de Victoria, que lhe eram subordinados, quem meditar sobre as instrucções dadas a Thomé Couceiro pelo Marquez de Pombal, em 30 de abril de 1763, quem lêr a cor-

responderia de Couceiro na qual transparece o magistrado escrupuloso, que affirma, reiteradamente, aos seus superiores que S. Matheus pertence ao Espirito Santo, mas que tambem tem a preocupação constante de não desejar fugir com o corpo ao trabalho em tudo o que diz respeito ao serviço de S. M. e de cumprir as ordens do Reino com tal brevidade que parecerá coisa incrível, comprehenderá que, quando a Camara Municipal de S. Matheus, em 1823, consultou a que provincia devia obedecer, só o fez, porque naquella época, como hoje, estava na consciencia de todos os habitantes daquella região que só ao Espirito Santo era justo que prestassem obediencia. Era a defesa da tradição porque a subordinação á Ouvidoria de Porto Seguro era uma anormalidade resultante de um acto arbitrario.

Essa consulta discretamente encerrava um protesto e foi em respeito á tradição, á carta régia de doação e á justiça que José Bonifacio de Andrade e Silva expediu o aviso de 10 de abril de 1823.

Não entro, sr. Presidente, na apreciação dos factos e no exame e analyse de leis e decretos de 1823 á esta data. Essa tarefa escaparia á minha alçada e não é, agora, opportuna.

Quero apenas, sr. Presidente, por amor á obediencia a certo methodo que procuro imprimir em minhas pallidas e modestas producções, que esta primeira parte de minha desprestenciosa exposição repouse em dados e documentos historicos alguns dos quaes utilizados pela Bahia, tirando delles illações, para formular as suas pretensões de supostas reivindicações de teritorios, que faziam parte integrante da Capitania do Espirito Santo.

Sr. Presidente, durante todo o periodo da monarchia nada occorreu de importancia sobre os limites do Espirito Santo e da Bahia. Expedido o decreto de 11 de agosto de 1831 continuou o Espirito Santo a manter jurisdicção ao norte do rio Itaúnas e só no primeiro decennio da Republica surgem reclamações e protestos, mais ou menos vehementes, da parte das autoridades de S. José de Porto Alegre, do engenheiro Teive Argollo e do proprio Governador da Bahia, dr. Rodrigues Lima, em 1896.

Não vou apontar as providencias dadas pelos diversos presidentes do Espirito Santo desde a ida á Capital bahiana do dr. Honorio Coutinho até a solução de arbitramento encaminhada no Governo do coronel Nestor Gomes e não approvada pelo Congresso da Bahia para dirimir definitivamente a questão que na Bahia, de começo, foi logo apaixonando espiritos cultos e de escol entre os quaes, o do ponderado mestre dr. Braz do Amaral que no memorial apresentado ao dr. Arlindo Fragoso, secretario da Bahia, em 5 de agosto de 1912, perde a sua tradicional serenidade e compara as pretensões do Governo do Espirito Santo ao desembarque, em Ilhéos, de Megalli e de George Gordon; acha que o Espirito Santo só póde invocar documentos que não geram direito; que sorrateiramente invadiu e occupou tudo desde o rio Doce até ao riacho Doce; que depois de ter enriquecido com o objecto tomado, ainda foi arditosamente estendendo o despojo e vem dizer hoje que a sua posse é o nesta e que tem direito a mais; que no riacho Doce, já perto do

rio Murury, alvo dos desejos do avido visinho tem esbarrado os seus esforços; que se deve fazer uma visita ao Espirito Santo para lhe pedir a entrega de S. Matheus. E si o eminente mestre e grande pesquisador, dr. Braz do Amaral, assim se exprimia em 1912, no fim da administração do coronel Nestor Gomes foi cumprida precatoria, em termos asperos, no Juizo Federal da Secção do E. Santo, vinda do da Bahia.

Em sua mensagem apresentada ao Congresso no anno passado esclarece o exmo. sr. dr. Presidente do Estado: «encontrei, pois, o caso envolvido em uma atmospheria bem desagradavel» e de uma precatoria expedida da Bahia de que foi intimado, nos primeiros dias do seu Governo, por intermedio do Juizo Federal deste Estado, transcreve s. exa. varias phrases rudes e os dous topicos abaixo:

«Esse avanço que despreza a lei, injuria o direito e desprestigia a justiça, não pode ficar em silencio. E a Bahia que até agora não acceitou o desafio mal intencionado do visinho Estado para essa liça traiçoeira e mesquinha, em que só se vêm ambições medidas por ambições...»

«...A obra mal intencionada do Estado do Espirito Santo é gravemente infausta e irritante; é custoso supportar por muito tempo, pacientemente, uma lucta movida por meios tão desprezíveis e mesquinhos. A Bahia sente-se aborrecida e aviltada...»

Parecia, sr. Presidente, que se estava bem distanciado de um accordo quando o exmo. sr. Governador da Bahia respondendo ao officio que lhe fôra dirigido pelo exmo. sr. Presidente do Espirito Santo em 3 de setembro de 1924, declara já haver constituido um advogado, o dr. Eduardo Espinola, para pleitear perante os tribunaes os direitos da Bahia tendo todavia, o mais vivo desejo de solucionar amigavelmente.

Sr. Presidente, foi nesta altura que o exmo. sr. Presidente do Estado deliberou acertadissimamente mandar v. exa. ao Rio, no intuito de procurar uma solução pacifica para o caso.

Nada, entretanto, conseguiu v. exa. encaminhar na Capital da Republica com os delegados bahianos, drs. Eduardo Espinola e Braz do Amaral, apesar de entendimento prévio com o sr. Ministro da Justiça, dr. João Luiz Alves, e com o commandante Thiers Fleming, incumbido naquelle ministerio do estudo das questões de limites inter-estadaes.

Com felicidade resolveu o exmo. sr. Presidente do Estado a ida de v. exa. á Bahia.

Lá ainda v. exa. foi recebido com grandes reservas, com muita prevenção, tendo o "Diario de Noticias" lançado um artigo da autoria do dr. Pedro Fontes intitulado "Mouro na costa". V. exa. sr. Presidente, levava a orientação segura e patriotica do exmo. sr. dr. Florentino Avidos e inspirado nos intuitos elevados de s. exa. poudes com grande tino e habilidade modificar o caso que até então havia sido «discutido num ambiente de desconfiança».

Depois da carta dirigida por v. exa. ao exmo. sr. dr. Góes Calmon e publicada pela imprensa bahiana o terreno foi se tornan-

do favoravel a um accôrdo tendo o sr. dr. Pedro Fontes iniciado as suas longas declarações de 9, 10 e 11 de outubro de 1924 no «Diario de Noticias» com os dous periodos abaixo:

«Li, com a maior attenção, a carta dirigida ao «Diario de Noticias» pelo dr. Carlos Xavier Paes Barreto digno e illustrado representante do Governo do Espirito Santo, na questão de limites com o nosso Estado.

«E' desnecessario dizer que fiquei satisfeito com as disposições em que se encontra o illustre emissario, desejoso de obter uma solução amigavel, um accôrdo, emfim.»

A 11 terminava o dr. Fontes as suas declarações com os seguintes termos: «O illustrado e distincto emissario do Estado irmão, que, desde a sua chegada, tem demonstrado os melhores propositos de accôrdo, reconhecendo a superioridade da nossa conducta, deve acceitar a solução amigavel, «brasileira», que lhe offerecemos, e poderá assim, ao acervo de serviços que o seu talento, a sua illustração e criterio têm prestado ao Espirito Santo, juntar mais este, talvez o mais importante e de maior significação moral.

«Se, porem, os nossos antagonistas, convencidos de que as demonstrações de fraternidade não precisam ser reciprocas, teimarem em querer reivindicar sem titulo para tanto, a zona sul do Mucury—que é bahiana, por titulo de dominio e posse ininterrupta—então entregaremos a questão, sem limitações de zona, ao poder judiciario e elle que, á vista dos melhores documentos, que em grande copia apresentaremos (entre os quaes o acto da criação da Villa de Porto Alegre, a lei de 11 de agosto de 1831 e o acto da criação da Villa de S. Matheus) trace a fronteira por onde fôr de justiça».

Depois disso a questão ia tomar outro rumo; as difficuldades estavam aplainadas. Os supremos magistrados das duas uniões da federação brasileira com elevado descortino, com incomparavel patriotismo, iam acabar com a triste situação de desassocego, de incertezas, de desconfianças e de ameaças em que viviam os municipios de Conceição da Barra e de S. José de Porto Alegre.

A 19 de dezembro de 1925 firma-se na Capital bahiana o accordo constante da acta da mesma data, devendo ser designados, por parte de cada Estado, engenheiro e fiscal para darem inicio, dentro de 30 dias, ao levantamento da região comprehendida entre o Itaúnas, seu braço Norte e o Mucury.

Tão feliz resultado, sr. Presidente, era communicado pelo eminente Presidente de nosso Estado ao Congresso Estadual, em mensagem de 4 de maio de 1925, nos termos abaixo: — «Como vêdes, si outro resultado não tivesse a acção do actual Governo bastaria, para não torna-la improficua, a vantagem de haver substituido a attitude de desconfianças que predominava, por essa corrente de cordialidade e brasileiroismo, que hoje estreita os dous Estados».

Em 3 de janeiro de 1925, sr. Presidente, era eu designado por decreto nº 6.527, para fazer o levantamento da região de conformidade com a acta de 19 de dezembro de 1924 e accumulando as funções de fiscal; daqui parti a 12 de janeiro chegando a S. José de Porto Alegre a 18.

Não alardearei minucias para resaltar difficuldades encontradas para a execução do serviço de campo, as quaes serão avaliadas attentando-se ao esboço, embora rapido, que vou fazer da região. E' um resumo da descripção contida no relatorio que apresentei a s. exa. o sr. Presidente do Estado.

Ao norte da Barra de S. Matheus seis kilometros lança-se no oceano o rio Itaúnas, sendo a sua barra conhecida pela denominação de Guaxindiba. Dahi até ao povoado do Itaúnas tem o rio, a principio, e em pequeno trecho a direcção léste-oéste e, depois, a approximada de norte-sul. E' elle separado do mar em toda essa extensão por uma faixa estreita de terrenos arenosos, e apresenta reintrancias occupadas por mangues ou areas baixas que se alagam em occasiões de cheiás.

Ao longo da costa, para o norte, estendem-se praias bellissimas, limitadas por comoros ou dunas semelhantes as que se encontram nas costas da Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará e cobertas, geralmente, por uma vegetação característica, em que se destacam os guriris, os malmequeres e, sobretudo, variados representantes das bromeliaceas, cactaceas, mirtaceas e leguminosas.

Em alguns trechos, e mais proximo do rio que do mar, distinguem-se soberbos capiteis de coqueiros da Bahia.

Os alluviões de formação marinha recente, sujeitos ainda á acção mecanica dos ventos e das correntes provocadas pelas marés ou pelas cheias dos rios e riachos, alongam-se em toda a costa da região em litigio, apparecendo, apenas, em certos pontos afloramentos de grês ou de arenito vermelho.

E' notavel, sr. Presidente, a fóz do riacho Dôce, oito kilometros ao norte da povoação do Itaúnas.

As aguas desse riacho são de côr escura e quando a maré está baixa se deslizam encachoeiradas sobre o leito irregular e enrugado do rio formado de arenito vermelho que avança pelo mar. Aqui está a amostra que trouxe para este Instituto.

A curva, pouco saliente, do littoral conhecida por Lenções dista cerca de 3 kilometros do riacho Dôce e, alem, se encontram os riachos dos Patos, das Velhas, das Taboas, das Ostras e da Barra Nova. Ahi o arenito está aflorado e a costa apresenta, em certos pontos, alto barranco em que as ondas vêm, violentamente, se chocar nas marés de enchente.

Do rio Barra Nova ao Mucury as praias succedem-se, sempre bellas e pittorescas, em inclinações suaves. Por detrás dos comoros, muita vez, estão, porem, os pantanos, os brejães, infestados de anophelinos, de amphibios e de serpentes.

Quasi toda a região comprehendida no levantamento feito pela commissão mixta pertence ao periodo cenozoico cujo systema é o terciario. A era terciaria é a dos mamíferos gigantescos, todos extinctos. «No Brasil, segundo o notavel geologo Branner, as rochas terciarias cobrem uma zona estreita ao longo da costa, desde as vizinhanças de Victoria, no Espirito Santo, para o norte, até o valle do Amazonas. Em diversos logares essa zona é muito estreitada ou mesmo completamente destruida. Em Ilhéos, por exemplo, não existem rochas terciarias na costa. «No sul do Estado da Bahia, é ainda Branner quem o affirma, esta

zona forma uma extensa chapada que, elevando-se para o interior, penetra entre os picos de rochas *crystallinas* da serra dos Aymorés e se estende até o kilometro 160 da E. de F. Bahia e Minas.

Assim, sr. Presidente, na parte de oeste a chapada sulcada pelos rios Itaúnas e Mucury deve alcançar as rochas *crystallinas* além da zona do levantamento, pois que a comissão mixta não teve ensejo de assignalar, por não ter encontrado nenhum pico da serra dos Aymorés.

O povoado de Itaúnas, como todo o littoral de Guaxindiba ao Mucury, não tem altitude superior a 8 metros. De 7 a 10 kilometros distante do mar começa a chapada de terrenos terciários a se elevar, pouco e pouco, tendo o fundo da lagôa do Curral a altitude de 154^m, 15c. e o Mucury, em Santa Clara, 37^m, 53. A altitude da nascente do Palmital, divisor de aguas do Itaúnas e Mucury não é superior a 160^{ms}.

Ha um verdadeiro contraste entre as bacias dos rios Itaúnas e Mucury; a primeira é ampla, abundante, e extensa; a segunda é formada de corretozinhos com um, dous ou tres kilometros, no maximo, ou de lacrimaes, ainda mais curtos, que nascem de ravinas provenientes de infiltrações da chapada que muito de perto acompanha o valle do rio.

Por ser interessante, sr. Presidente, registo o facto de a cabeceira norte do correto do Barreado ficar a menos de um kilometro do barranco do Mucury, muito proxima da «Serraria da Ponte Velha» de Trajano Medeiros & Cia.

Espalhadas por toda a região do levantamento, sobretudo nas proximidades do mar e do curso do Mucury, ha lagôas e depressões pouco profundas, forradas de rochas impermeaveis, em que se depositam as aguas pluvias—algumas graciosas e de grande encanto, por serem limpas e por causa da belleza nella espelhada da luxuriante e bizarra vegetação que viça em suas margens e outras, em maior numero, sem poesia nem attractivos, cobertas de hervas aquaticas que facilitam o desenvolvimento das larvas de dipteros de todo genero e servem de morada e esconderijo a amphibios varios e numerosos.

Derramados por toda a parte do Itaúnas ao Mucury se encontram o parajú, a braúna, a canella, o angico, a faia, a oiticica, o guarabú, o oleo vermelho, o jiquitibá, com o seu porte erecto e gigantesco, e outros e muitos outros. O ipê-peroba só é encontrado depois de cerca de 40 kilometros da costa. O jacarandá, o vinhatico e o cedro existem mas não em grande abundancia.

No Itaúnas ha, no logar denominado Balão, cerca de um kilometro aqum da confluencia dos braços do Norte e do Sul, uma gruta calcarea. Reservei esta amostra para o Instituto.

E' a cachoeira Bonita a mais bella e mais importante do braço Norte do Itaúnas. Está situada um pouco acima da fôz do correto da Jacupemba. E' um bello salto, podendo-se aproveitar a sua queda que será de 15 a 20 metros, transportando-se toda a agua do rio em um canal de construcção pouco dispendiosa.

A região é fracamente povoada pois tendo a area de 1800 kms.2 conta approximadamente 1200 almas ou seja um kilometro e meio por habitante.

Na bacia do Itaúnas encontram-se lavouras de café e man-

dioca e no Mucury de cacáu, onde já existem cerca de 600.000 pés dos quaes mais de metade fructiferos.

A região levantada tem a forma de um polygono irregular dotado de angulos salientes e reintrantes devido as linhas sinuosas de direcções caprichosas seguidas pelo Itaúnas e Mucury. Basta examinar com certa attenção a planta para se verificar que estando a fóz do Mucury na latitude de $18^{\circ}5'$ o seu leito, depois de alcançar o paralelo de $18^{\circ}3'7''$, curva-se para o sul attingindo nas proximidades da lagôa da Arara o paralelo de $18^{\circ}7'30''$ e dahi segue a direcção geral de $55^{\circ}N$. O. até Santa Clara, que demora na longitude de $3^{\circ}1'$ e na latitude de $17^{\circ}53'45''$ e é, assim, o ponto do levantamento que fica mais ao norte, sendo o que está mais ao sul a fóz do rio Itaúnas ou barra de Guaxindiba, cujas coordenadas geographicas são: longitude $3^{\circ}28'59''$ e latitude $18^{\circ}32'45''$.

Sr. Presidente, depois dos esclarecimentos que acabo de dar e com os quaes se pôde fazer uma idéa da zona levantada passo a me referir á linha de divisa estabelecida no convenio de 22 do proximo passado, já amplamente conhecido e vulgarizado.

Essa linha obedeceu ao *uti-possidetis*, base em que se repousaram todas as discussões para a sua fixação.

Adoptou-se o criterio do *uti-possidetis* para dirimir a questão e tão justo é elle que foi acceito pelos municipios mais directamentê interessados—S. José de Porto Alegre, Barra de S. Matheus e S. Matheus—sendo do dr. Cicero de Moraes, orador da Camara Municipal de S. Matheus, na sessão solenne de 23 de maio do anno proximo passado em que se achavam representados os dous primeiros municipios acima referidos, as seguintes palavras: «No escriptorio da E. de F. de S. Matheus, que tive a honra de ceder para esse elevado fim, foi organizada rigorosamente, pelos dados colhidos no terreno, a planta da zona entre o Mucury e o Itaúnas.

«Foi nessa occasião que ao exmo. sr. Presidente da Camara Municipal desta cidade occorreu a feliz idéa de pedir aos exmos. membros da commissão mixta que fôsse em sessão solenne da mesma Camara a assignatura dessa planta, onde os dois chefes de Estado, com o criterio e sentimento de justiça que os distinguem, evitando prejuizos e desharmonias geraes ou locaes, resalvando os direitos adquiridos pelos occupantes e, baseados no *uti-possidetis*, com um traço e uma assignatura, marcarão as fronteiras dos dous Estados, resolvendo uma questão que se eternizava, com prejuizo da vida administrativa de dous Estados, com perturbações na vida economica de uma região uberrima, com riscos de futuros desentendimentos; essa planta, esse pedaço de papel, que é o resumo dos grandes e admiraveis esforços administrativos, politicos e technicos dos dous Governos e da commissão mixta. Em nome da Camara Municipal de S. Matheus, eu me congratulo comvosco, exmos. membros da commissão mixta, pelas assignaturas que ides lançar nessa planta, que devemos aos vossos esforços reunidos, á vossa operosidade e principalmente ao vosso espirito de concordia e serenidade. Congratulo-me com o povo de S. Matheus e com os municipios de Conceição da Barra, cujos chefes se acham representados pelos srs. Antonio Carvalho e Antonio Negreiros. E, finalmente e sobretudo, eu me

congratulo com as populações de Itaúnas e S. José de Porto Alegre, esta representada pelo seu illustre intendente, coronel Raul Gazzinelli, por este acontecimento de hoje. Ao terminar sr. delegados do Estado da Bahia, eu vos peço que, quando regressardes aos vossos lares, digaes aos nossos irmãos vossos conterraneos, de toda alegria que vistes nos corações dos filhos do Espirito Santo pela harmonia que se estabeleceu. E não precisaes responder-nos, que o sabemos, que esta mesma alegria e esta mesma expansão teria visto o delegado do Espirito Santo si esta reunião se realizasse em qualquer localidade do grande Estado da Bahia.»

Segue-se com a palavra o coronel Raul Gazzinelli, intendente de S. José de Porto Alegre, que assim terminou a sua allocução: «Brasileiros todos, amando com um mesmo ardor este formoso Paiz que o Cruzeiro do Sul illumina e guia nos seus altos destinos, a população de minha terra ansia ver terminada esta divergencia que não deve existir entre irmãos.

«E', portanto, com a mais justificada alegria que ella assiste e applaude essa promissora aurora de paz e harmonia que vem surgindo no horizonte e que será em breve garantia maxima da nossa tranquillidade e grandeza futura».

Por fim se declarou solidario com esses sentimentos de amizade o representante de Conceição da Barra.

Desde esse momento, sr. Presidente, considerava-se aceita pelas populações daquelles municipios a linha de limites que respeitasse o *uti-possidetis*, todavia, a Camara Municipal de Conceição da Barra organizou tambem festejos em regosijo á assignatura da planta da região litigiosa e a 26 de maio foram recebidos, em sessão solenne daquella Camara, os membros da commissão mixta.

A' frente dessas manifestações de solidariedade ao accôrdo directo, arrimado no *uti-possidetis*, achavam-se os conspicuos cidadãos Benevides de Lima Junior, Presidente da Camara Municipal, Dulcino Ferreira Pinheiro e todos os outros vereadores e o chefe politico do municipio, o distincto coronel Adolpho Serra.

Nessa occasião foi novamente reafirmado o apoio dos barrenses e itaúnenses á solução de uma linha de divisa que se baseasse no *uti-possidetis*.

E o nosso maior trabalho na Bahia consistiu em defender escrupulosamente, conscienciosamente, essa linha.

Ahi está ella traçada. Até ao braço do centro do riacho Dôce tem a Bahia posse, pois que se respeite essa posse. Na margem direita do Mucury exerce a Bahia plena jurisdicção, pois que continue a exercê-la. Em relação ao Espirito Santo é ainda adoptada o mesmo criterio e, por isso, a linha estabelecida lhe reservou os terrenos ao sul do braço do Centro e toda a bacia do rio Itaúnas, excepto algumas cabeceiras de afluentes do Braço Norte do Itaúnas, que procedendo das vizinhanças da margem direita do Mucury, já são conhecidas e até occupadas por bahianos.

No Ribeirão, no Barreado e em parte do Taquaras allega a

Bahia haver outr'ora exercido jurisdição, mas como esta se interrompeu, ficou essa zona para o Espírito Santo que, de longa data, está de posse do Braço Norte do Itaúnas até ao correjo do Caboclo.

Sr. Presidente, um attento exame da planta parece indicar que mais conveniente e natural seria a linha de limites pelo divisor de aguas do Itaúnas e Mucury, a partir das cabeceiras do Braço do Norte do riacho Dôce, mas em certos trechos essa linha iria alcançar posse e jurisdição bahianas, afastava se, pois do *uti-possidetis*.

A linha convencionada é a mais equitativa, não se devendo esquecer que, apesar de ter a Bahia obtido na costa 32 kilometros, distancia da fóz do Mucury ao riacho Dôce, e o Espírito Santo apenas 24 kilometros, distancia da Guaxindiba ao riacho Dôce, em compensação a distancia da fóz do Palmital, no Barreado á Santa Clara é somente 8 kilometros e da nascente do Palmital á Santa Clara apenas 6, sendo Santa Clara o ponto mais ao norte, latitude $17^{\circ} 53' 45''$, ficando a fóz do Palmital na latitude approximada de $17^{\circ} 58' 30''$. Assim, attingindo o Espírito Santo a fóz do Palmital levou a sua divisa, na parte oeste com a Bahia, ao norte da embocadura do rio Mucury, cuja latitude é $18^{\circ} 5'$.

Sr. Presidente, como v. exa. tambem sinceramente me empenhei para a realização do convenio estabelecendo a linha de limites que acima indiquei. O termino dessa pendencia deve-se á feliz iniciativa do exmo sr. dr. Florentino Avidos que, patrioticamente, procurou encontrar a solução por um accôrdo directo e, com enthusiasmo, com ardor, collaborei, na medida de minhas forças com v. exa. para chegar á solução almejada.

Sempre achei que se não devia submeter tal questão a arbitramento e entre o accôrdo directo e a acção judiciaria só accetaria esta no caso de fracassar aquelle, mormente, nos termos em que foi lavrado o convenio, concedendo um prazo de 25 annos para ser proposta a acção judiciaria, caso assim entenda quaesquer das altas partes interessadas.

O Espírito Santo não fica limitado ao norte pelo Mucury, abriu mão de uma superficie, cuja area não chega talvez a 1000 kms. 2, e essa superficie, em parte, se compõe de terrenos de má qualidade ou pantanosos, como teve occasião de verificar o ex-Presidente do Estado o illustre coronel Nestor Gomes, e como eu proprio observei. Num pleito judiciario a Bahia tentará reivindicar territorios até ao rio Dôce, isto é, as suas pretensões se estenderão, na costa, a mais de 170 kilometros, ao passo que o Espírito Santo pretendendo o Mucury procurará reaver apenas 32 kilometros.

Dir-se-á mas a Bahia não póde obter a victoria nesse pleito, nem mesmo em parte: e quem será capaz de garantir que o Espírito Santo a obterá com o restabelecimento de sua linha limitrophe pelo Mucury de conformidade com o que se puder deduzir e provar pela documentação colonial, pelo decreto provincial de 1861 e pela cartographia?

Sr. Presidente, já é tempo de terminar, antes, porém, de o fazer, devo neste augusto recinto patentear a satisfacção de v. exa, e minha quando na Bahia recebiamos manifestações de carinho para ser transmittidas a s. exa. o exmo. sr. Presidente do Estado.



Doutor Aristoteles da Silva Santos — Socio fundador e terceiro
vice-Presidente do Instituto e membro da Comissão Technica do
Oitavo Congresso Brasileiro de Geographia

Com orgulho ouvimos por toda a parte palavras elogiosas a s. exa. pelo modo elevado por que procurou encaminhar e solucionar a velha pendência que, por vezes, separou os dous povos irmãos—bahianos e espirito-santenses. A sinceridade, a alta visão política e o patriotismo de s. exa. eram ressaltados em homenagens officiaes que recebiamos, em aggremações varias e em toda a imprensa de S. Salvador. De muita significação foi o telegramma enviado a s. exa. pelo «Instituto Historico da Bahia» e a grande distincção que nos foi conferida de socios do referido Instituto. A bordo ainda nos veio trazer, num requinte de gentileza, os seus votos de boa viagem e as suas homenagens sinceras ao dr. Florentino Avidos o exmo. sr. dr. Francisco Marques de Góes Calmon, dignissimo Governador da Bahia. Em Ilhéos recebemos as ultimas demonstrações de apreço—uma excursão de automovel á Itabuna, em visita ás lavouras de cacáu, e um banquete offerecido pela Intendencia Municipal.

Em todo o paiz tem causado ruido o termino da nossa questão de limites com a Bahia. A imprensa está cheia de referencias honrosissimas e esse acto de benemerencia deve-se ao descortino elevado e patriótico dos exmos. srs. drs. Florentino Avidos e Francisco Marques de Góes Calmon.

Sr. Presidente, a Bahia sempre inspirou sympathia ao Espirito Santo: bahianos illustres aqui sempre collaboraram connosco no progresso capichaba. O trabalhador bahiano tem sido um dos desbravadores de nossas florestas, tem sido o operario resistente, ousado e perspicaz nas construcções de nossas rodovias e ferro-vias. A Bahia foi o tronco de onde surgiram os rebentos. Somos um desses rebentos e sempre a estimamos e sempre a amamos e não estamos esquecido ainda da assistencia continua que recebera Vasco Fernandes Coutinho da Bahia por intermedio de Mem de Sá. Querendo-a e amando-a, fomos com ella colonia da Côroa Portuguesa, provincia do Imperio e temos hoje, orgulho de fazer parte da Republica dos Estados Unidos do Brasil. Só a pendência de limites, de quando em quando, ameaçava enfraquecer a velha amizade. Felizmente está dirimida.

A Bahia é a terra abençoada que, recebendo a civilisação lusa para derramar por esses brasis afóra, tivera a inaudita felicidade de ser embalada nos braços de Catharina Paraguassú que, cheia de fé, lhe ia saturando a alma dessa civilisação com a exaltação e sinceridade dos néo convertidos.

A Bahia é a terra que não poupou sacrificios para rechassar de seu solo o hollandez conquistador e de lá partiu Madeira de Mello para Portugal, afim de dizer ao seu rei que a mulher bahiana se despojára de suas joias para levar a cabo a sua expulsão e que:

«Nunca mais o despotismo
Regerá nossas acções;
Com tyrannos não combinam
Brasileiros corações.»

Sr. Presidente, do coração da Bahia nasceu Ruy Barbosa o maior dos brasileiros, o maior pioneiro das liberdades e, tambem, no coração da Bahia, no campo da Polvora, foi executado Domingos Martins que, sacrificando-se pela patria, morreu pela liberdade.

Esse é o mais forte laço de união entre bahianos e espirito-santenses. Esse é o laço que manterá para sempre indissolúvel a amizade da Bahia e do Espírito Santo.

Mas, sr. Presidente, essa união amparada nos sacrosantos princípios de liberdade é a mesma que, mercê de Deus, em todos os Estados ha de subsistir. E unidos, esquecendo cada um as suas fronteiras, e todos integrados formam os Estados hoje, e formarão sempre a maior nação da America do Sul — a nossa querida Patria, o BRASIL.

Suas ultimas palavras são abafadas por vehementes applausos da distincta assistencia.

Ao Instituto foram offertados, pelo illustre conferencista, um mappa authenticado da zona limitrophe, pedras colhidas na região e numeros de jornaes bahianos em que se leem artigos referentes á questão de limites.

O dr. Carlos Xavier falou, por fim, agradecendo o comparecimento do sr. Presidente do Estado, dos convidados, exmas. familias e distinctos cavalheiros e da mocidade das escolas.

Às 22 e meia horas é encerrada a sessão e o sr. Presidente do Estado deixa o Instituto acompanhado de suas casas civil e militar, sendo conduzido pelos membros da directoria até á porta do edificio.

ADOLFO FRAGA,

1º SECRETARIO

NOTA: — Não devemos nos furtar á oportunidade de transcrever na nossa «Revista» o que o «Diario Official» da Bahia, em seu numero 136 de 24 de abril deste anno, com referencia a este importante assumpto, publica.

Nesse numero do «Diario» da Bahia, sob o titulo — Limites entre a Bahia e Espírito Santo, lê-se:

Applaudindo a orientação do sr. Governador do Estado na questão de limites entre Bahia e Espírito Santo, o dr. Arnaldo Pimenta da Cunha dirigiu a s. exa. a carta que passamos a transcrever:

«Bahia, 17 de abril de 1926. — Exmo. sr. dr. Francisco Marques de Goes Calmon. — Hontem, grande parte da manhã, em nossa casa, estive em conferencia com os exmos. srs. drs. Ceciliano Abel de Almeida e Pedro Fontes que, por indicação de v. exa., me vieram procurar.

Tive grande satisfação, sr. Governador, em vêr a maneira felicissima pela qual v. exa. pretende solucionar o velho incidente relativo ao patrimonio territorial da Bahia deante de tantos descuidos anteriores, quer administrativos, quer cartographicos.

Tendo estreado a minha vida profissional percorrendo todo o enorme rio Purús, desde as cabeceiras até as nascentes, no Brasil e no Perú, paizes que, por causa do litigio nessas fronteiras, estiveram, durante muito tempo, sob um «modus vivendi» e, para alli levado por con-

vite do grande patriota Euclides da Cunha e por um abraço do Barão do Rio Branco, tive hontem a grande satisfação de vêr que a solução achada por v. exa. para o caso do Estado do Espírito Santo com o da Bahia foi muito semelhante ao que o Barão do Rio Branco deu ali em nossas fronteiras.

A delimitação que v. exa. conseguiu para o territorio da Bahia despertou-me tamanha satisfação patriótica e tão grata reminiscencia de um passado memoravel que, sahindo dos meus habitos, peço permissão para dirigir-lhe esta, com meus applausos civicos. De v. exa. amigo att. e crdo. respeitador — *Arnaldo Pimenta da Cunha*. Em primeiro logar concordar nos limites com o estrangeiro. Para a gloria do Brasil, o Barão do Rio Branco, cuja memoria faz palpar de saudades o coração da Patria, resolveu todos os litigios de uma maneira que nos honra e honra a Humanidade.

Restavam e ainda restam em parte as fronteiras internas. Uma destas é a que nos toma toda a attenção neste momento. Trata-se da nossa fronteira com o nosso visinho do norte, o grande e altivo Estado da Bahia. E' do vosso pleno conhecimento a existencia dessa pendencia. O Espírito Santo pleiteava a divisa pelo rio Mucury; a Bahia não aceitava esse limite e disputava essa divisa pelo riacho Dôce, pelo rio Itaúnas, pelo rio São Matheus e até pelo rio Dôce. A questão se eternizava. Debalde se procurou resolver-a harmonizando os interesses em jogo. Ao assumir a presidencia deste nosso querido Estado, o exmo. sr. dr. Florentino Avidos encontrou o caso «discutido num ambiente de desconfianças», envolvido «numa atmospheria bem desagradavel», segundo sua ultima mensagem. Procurou então o actual Presidente, em primeiro logar eliminar as desconfianças, substituindo-as por uma cordialidade sincera e considerando a questão com uma elevação de vista que todos os espirito-santenses acclamaram e que a todos encheu de confiança no seu agir. Mandou o exmo. sr. Secretario da Presidencia ao Rio entender-se com os exmos. srs. Ministro da Justiça e delegados da Bahia, salientando o seu desejo de solucionar amigavelmente a questão e obtendo de s. exa. o Governador da Bahia a declaração de identico desejo. Ainda não era desta vez que se devia firmar um entendimento decisivo.

Firmemente resolvido, comtudo, a levar a questão a bom termo, enviou o mesmo representante á Capital bahiana, com poderes para firmar com o Estado da Bahia um convenio sobre os limites dos dous Estados.

Desapparecera por fim, a desconfiança, o mal entendido e a cordialidade e a confiança reinavam em seu logar. Rendamos homenagem ao exmo. sr. dr. Florentino Avidos que com mão firme conduziu o Estado á harmonia, tanto mais bella quanto mais necessaria. E façamos resaltar a acção altamente patriótica do exmo. sr. Secretario da Presidencia, o dr. Carlos Xavier Paes Barretto, que, com os exmos. srs. drs. Francisco Marques de Góes Calmon e Pedro Fontes, firmou o accordo entre os dois Estados.

Não é necessario enaltecer as vantagens do accordo directo entre os Estados, principalmente quando, como neste caso de que tratamos, se baseia no *uti-possidetis*, porque claramente se comprehende

que é a melhor maneira de attender e harmonizar os interesses reciprocos, os interesses das collectividades e as reivindicações a que cada qual se julga com direito. Em face do accordo de 19 de dezembro de 1924 seriam designados para o levantamento da carta topographica da zona um engenheiro e um fiscal por parte de cada Estado.

O Estado da Bahia enviou o fiscal dr. Pedro Fontes e o engenheiro Alexandre Lopes da Costa. O Estado do Espirito Santo enviou, accumulando as suas funções o engenheiro Ceciliano Abel de Almeida.

Esses nomes de sobejo vossos conhecidos, a sua simples enunciação é sufficiente para por em grande evidencia o criterio e a felicidade dos dous Estados na escolha dos seus representantes e o interesse manifesto de afastar tudo o que pudesse difficultar a cordialidade das negociações. Assim constituida a commissão mixta, foi procedido o levantamento de toda a zona dês do Mucury até ao Itaúna. Louvemos bem alto e repercuta muito longe o som das nossas vozes e o éco das nossas palmas, o escrupulo, aliás necessariamente previsivel com que foi executado o serviço technico, cuja precisão foi de sobejo verificada com as medições anteriormente feitas e com as coordenadas geographicas levantadas pelos serviços federaes. Ainda mais dispense-mos os nossos applausos ao grande contingente trazido pelos exmos. Membros da Commissão Mixta á grande obra de congraçamento que fazem os exmos. srs. Governador da Bahia e Presidente do Espirito Santo e seus illustres delegados drs. Pedro Fontes e Carlos Xavier.

AS MANIFESTAÇÕES DOS MUNICIPIOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA E S. MATHEUS

Como subsidio para a documentação do convenio celebrado entre a Bahia e Espirito Santo, transcrevemos as actas abaixo, de sessões celebradas nos municipios de São Matheus e Conceição da Barra, em 1925, nas quaes os habitantes dos referidos municipios manifestaram os seus desejos de prompta solução harmoniosa da pendencia de limites entre os dois Estados.

Acta da sessão solenne extraordinaria convocada especialmente para assignatura da planta comprehendida entre os rios Mucury-Itaúna, levantada pela commissão mixta da Bahia e do Espirito Santo.

Aos vinte e tres dias do mez de maio de mil novecentos e vinte e cinco, ás treze horas, na sala das sessões da Camara Municipal desta cidade de São Matheus, do Estado do Espirito Santo, compareceram os senhores vereadores Graciliano Francisco de Oliveira, Presidente, Hermes dos Santos Neves, vice-Presidente, Adeodato Santos e João Bento de Jesus Silves. Havendo numero legal declara o sr. Presidente aberta a sessão, sendo convidados para tomar assento na Meza os membros da commissão mixta acima referida, os srs. drs. Pedro Fontes, Alexandre Lopes da Costa e Ceciliano Abel de Almeida, e bem assim os srs. Antonio Carvalho, Antonio Negreiros e

Raul Gazzinelli, os dois primeiros representantes, respectivamente, do sr. Benevides Lima Junior, Presidente do Governo Municipal de Conceição da Barra e do sr. Adolpho Serra, chefe politico do mesmo municipio e o terceiro, intendente municipal de São José de Porto Alegre. Pelo secretario foram lidos os telegrammas procedentes de Conceição da Barra, expedidos aos seus representantes supracitados e o do sr. dr. Carlos Xavier Paes Barretto dirigido ao sr. dr. Ceciliano Almeida, solicitando-lhes para os representar nas solennidades que forem prestadas á commissão mixta. O sr. Presidente deu a palavra ao dr. Cicero Moraes, orador official, para expôr os motivos da convocação desta sessão, o qual pronunciou o seguinte discurso:

Exmos. srs. Membros da Commissão Mixta encarregada dos levantamentos necessarios á demarcação dos limites entre este Estado e o da Bahia.— Exmo. sr. Intendente Municipal de São José de Porto Alegre — Exmos. srs. Representantes do municipio de Conceição da Barra — Exmo. sr. Presidente da Camara — Exmos. srs. Vereadores Municipaes — Meus senhores.

Ao ter a feliz idéa de convocar esta sessão solenne da Camara Municipal, o exmo. sr. Presidente da mesma lembrou-se, infelizmente para vós, de convidar-me para vos expôr os motivos que o impelliram a esse acto. Não foi boa a escolha, certo por desconhecer a escassez dos meus recursos de oratoria. Mas era preciso mesmo que houvesse um senão e porque as coisas perfeitas pertencem a Deus e esta reunião é obra dos homens.

Collocado entre a fraqueza, que lealmente vos confesso, da minha palavra insonora e a força de persuasão do exmo. sr. Presidente da Camara, acceitei a incumbencia certo de que falaria a um auditorio que neste momento me cabe

Ditas estas palavras, indispensaveis para vós e principalmente para mim, vêde atravez do que vos vou dizer o pensamento do exmo. sr. Presidente da Camara.

«Um vasto continente quasi despovoado, pleno de mattas espessas, grandes rios, alterosas montanhas e infindaveis planicies. A um só tempo em todos os pontos da costa se estabeleceram nucleos da colonização de raças identicas, de costumes quasi eguaes. Em todo o immenso littoral da America brotaram, graças á premencia da vida de então na Europa, cidades e povoações. O interior era desconhecido, as colonias distavam umas das outras dezenas de leguas.

Mas a terra era boa e grata, pagava centuplicado o suor e o esforço que se lhe davam e as colonias se expadiam e os seus dominios respectivos já se iam encontrando, quando, com tres seculos de historia, dez nações se consolidaram neste inexgotavel continente da America do Sul.

A expansão continuou ainda mais vertiginosa e nós, avançando para o interior, encontramos os nossos vizinhos que vinham do Pacifico e do Sul. Nesse momento o dominio do littoral já não era sufficiente para marcar os confins da autoridade dos governos.

De outra parte o que se deu em relação ás nações, aconteceu mesmo entre os nucleos que constituíam cada paiz. A costa brasileira, immensa, cheia de portos naturaes, ia sendo povoada ao

capricho dos accidentes geographicos. As administrações locais, que pelo seu relativo isolamento mutuo, pela diversidade de climas constituição geologica e configuração topographica, tiveram desde o principio vida autonoma que a Constituição mais tarde reconheceu se encontraram, mercê das suas expansões e foi necessario marcar-lhes extremos uma vez todo o territorio occupado. Esta é, meus senhores, a genese das nossas questões de limites. Para a tranquillidade da vida nacional era de mister. *desaparecerem*

No escriptorio da Estrada de Ferro de São Matheus que tive a honra de ceder para esse elevado fim, foi organizada, rigorosamente pelos dados colhidos no terreno, a planta da zona entre o Mucury e o Itaúnas.

Foi nessa occasião que, ao exmo. sr. Presidente da Camara Municipal desta cidade occorreu á feliz idéa de pedir aos exmos. Membros da Commissão Mixta que fôsse em sessão solenne da mesma Camara a assignatura dessa planta; dessa planta onde os dois chefes de Estado, com o criterio e o sentimento de alta justiça, que os distingue, evitando prejuizos e desarmonia geraes ou locais, res-salvados os direitos adquiridos pelos occupantes e, baseados no *uti-possidetis*, com um traço e uma assignatura, marcarão as fronteiras dos dois Estados, resolvendo uma questão que se eternizava, com prejuizo da vida administrativa de dois Estados, com perturbações na vida economica de uma região uberrima, com riscos de futuros desentendimentos; essa planta, esse pedaço de papel, que é o resumo dos grandes e admiraveis esforços administrativos, politicos e technicos dos dois governos e da commissão mixta. Em nome da Camara Municipal de S. Matheus eu me congratulo convosco. Exmos. Membros da Commissão Mixta pelas assignaturas que ides lançar nessa planta que devemos aos vossos esforços reunidos, á vossa operosidade e principalmente ao vosso espirito de concordia e sinceridade. Congratulo-me com o povo de S. Matheus e com os municipios de Conceição da Barra, cujos chefes se acham representados pelos srs. Antonio Carvalho e Antonio Negreiros. E, finalmente e sobretudo eu me congratulo com os representantes de Itaúnas e S. José de Porto Alegre, esta representada pelo seu illustre Intendente coronel Raul Gazzinelli, por este acontecimento de hoje. Ao terminar, exmos. srs. Delegados do Estado da Bahia, eu vos peço que, quando regressardes aos vossos lares, diga aos nossos irmãos, vossos conterraneos, de toda a alegria que vistes nos corações dos filhos do Espirito Santo pela harmonia que se estabeleceu. E não precisaes responder-nos, que o sabemos, que esta mesma alegria e esta mesma expansão teria visto o Delegado do Espirito Santo se esta reunião se realizasse em qualquer localidade do grande Estado da Bahia.»

Em seguida pediu a palavra o sr. coronel Raul Gazzinelli pronunciando o seguinte discurso:

«Exmo. sr. Presidente do Conselho Municipal desta cidade, meus senhores:

Em nome do municipio de S. José de Porto Alegre cujos destinos tenho a honra de presidir, na qualidade de seu actual Intendente, tenho a satisfação de declarar que me associo ao regozijo da popula-

ção desta cidade pela assignatura do mappa da região limitrophe e desde já hypotheco o apoio do meu municipio á obra do congraçamento em que estamos todos empenhados. Situado na divisa a receber directamente o entrecho que desses pequenos attrictos fronteiriços, quando a linha de jurisdição de cada Estado não está bem determinada, elle tem a cada passo a sua vida administrativa perturbada, enquanto a sua população experimenta os inconvenientes desta incerteza. Brasileiros todos, amando com o mesmo ardor este formoso Paiz que o cruzeiro do sul illumina e guia nos seus altos destinos, a população da minha terra ansia vêr terminada esta divergencia que não deve existir entre irmãos. E' portanto com a mais justificada alegria que ella assiste e applaude essa promissora aurora de paz e harmonia que vem surgindo no horizonte e que será em breve a garantia maxima da nossa tranquillidade e grandeza futura».

Em seguida pediu a palavra, que lhe foi logo cedida, o sr. Antonio Carvalho, que pronunciou o seguinte:

«Na qualidade de representante do municipio de Conceição da Barra, tenho a satisfação de declarar-vos que, esse municipio está solidario com os vossos sentimentos de amizade para com a Comissão Mixta encarregada do levantamento da planta da zona comprehendida entre Itaúnas e Mucury.»

Orou depois o dr. Pedro Fontes, que salientou a nota da Camara Municipal emprestando com a convocação da sessão extraordinaria, excepcional brillantismo á assignatura do mappa da região levantada e a acção patriótica dos Governos da Bahia e Espirito Santo, drs. Góes Calmon e Florentino Avidos; referiu-se a maneira elevada e conciliadora em que o dr. Carlos Xavier Paes Barretto, representante do Espirito Santo, collocou a questão; destacou os serviços prestados á causa do congraçamento pelo dr. Ceciliano de Almeida que foi o continuador nesta região da obra meritoria do dr. Carlos Xavier; referiu-se em termos encomiasticos e commovidos a maneira pela qual os membros da comissão bahiana foram recebidos em S. Matheus, Conceição da Barra e Itaúnas; disse que as questões de limites são de solução difficil pelo entranhado amor que temos á terra natal; salientou esse nativismo como garantia futura á integridade da patria e a necessidade que temos de respeito o nas nossas decisões, ás quaes deve sempre presidir um salutar criterio de justiça e equidade; disse da sumptuosidade desta reunião na qual tomaram parte os municipios de S. José de Porto Alegre, Barra e cidade de S. Matheus, mais directamente interessados na questão; resaltou o facto de todos applaudirem e estimularem a politica de congraçamento que os Governos dos dois Estados estão praticando e apontou esta attitude como um motivo de grandes ensinamentos civicos a serem seguidos pelas populações de outras zonas limitrophes, onde as questões de limites ainda não estão resolvidas e fez votos pela união dos brasileiros, afim de que possamos ter uma Patria, grande, prospera e feliz».

Nada mais havendo o sr. Presidente agradeceu o comparecimento das autoridades federaes, estaduaes e municipaes, das pessoas gradas e das diversas familias, convidando a todos para acompanhar os

Membros da Comissão Mixta até o edificio em que estão hospedados, encerrando logo em seguida a sessão.

Eu, Adhemar Franklim, secretario, que o escrevi e assigno.—
Oraciliano Francisco de Oliveira, Presidente — *Hermes dos Santos Neves* — *Adeodato Santos* — *João Bento de Jesus Silveiras* — *Dr. Pedro Fontes* — *Alexandre Costa* — *Ceciliano Abel de Almeida* — *Antonio de Carvalho* — *Antonio Negreiros* — *Raul Gazzinelli* — *Cicero Moraes* — *Adhemar Franklim* — *Carlos Wettach* — *Oscar Oliveira* — *Ignacio Lyrio* — *Albino Moraes* — *Quiterio Rios* — *Americo Oliveira* — *Ignacio Santos e Aristides Gaspar de Oliveira*.

*Acta da sessão solenne extraordinaria, realizada aos
26 de maio de 1925.*

Presidencia do sr. Benevides de Lima Junior.

Aos vinte e seis dias do mez de maio de mil novecentos e vinte cinco, a uma hora da tarde, reunidos na sala das sessões da Camara Municipal da cidade da Conceição da Barra, Estado do Espirito Santo, sob a presidencia do sr. Benevides de Lima Junior, os srs. Vereadores municipaes Delcinio Ferreira da Fonseca, Menegundes Verissimo Machado, Manoel dos Santos Xavier Bacurau e o supplente de Vereador Francisco Gomes Poyares, commigo Herminio Gomes Poyares, secretario *ad hoc* nomeado, na falta do secretario da Camara que deixou de comparecer por motivos justificados; pelo sr. Presidente foi declarado que o objectivo da presente sessão era para o fim especial de receber a Comissão Mixta dos Estados da Bahia e Espirito Santo, incumbida do levantamento da planta entre os rios Mucury e Itaúnas que se compõe dos exmos. srs. drs. Pedro Fontes, Ceciliano Abel de Almeida e Alexandre Lopes da Costa; e para commemorar a passagem da referida commissão entre nós.

Pelo sr. Presidente, depois de tomarem assento os membros da commissão, convidou ainda para tomarem assento os srs. coroneis Adolpho B. Serra e Raul Gazzinelli, intendente de S. José de Porto Alegre (Mucury); e srs. Nelson de Almeida, Antonio de Carvalho e Manoel Cunha. Em seguida o sr. Presidente declarando aberta a sessão, deu a palavra ao orador official da Camara sr. Manoel Cunha que usando da palavra proferiu o seguinte: Disse s. s., em palavras patrióticas que a unificação de nossa patria pendente das questões limitrophes dependiam de accordos e tratados como formulas concisas e justas, para o congratamento do Brasil unido, enalteceu as personalidades excelsas dos exmos. srs. drs. Góes Calmon e Florentino Avidos, dignissimos representantes dos Estados da Bahia e Espirito Santo, em merecidos louvores a esses dignos brasileiros, que unidos procuram resolver esta aspiração secular dos limites entre os dois Estados irmãos; — uniu em flores de rethorica os nomes dos drs. Carlos Xavier Paes Barretto, Pedro Fontes, Alexandre Costa e coroneis Raul Gazzinelli e Adolpho Serra, citando os grandiosos serviços e o patriotismo immenso do dr. Ceciliano Abel de Almeida, emerito pioneiro neste feito; e analteceu com louvores os ser-

viços da patriotica Commissão Bahiana em nome dos coroneis Adolpho Serra prestigioso chefe local e Benevides de Lima Junior digno Presidente da Camara Municipal; terminando teceu louvores aos representantes da Commissão neste protocollo, congratluando-se, para que sejam resolvidas as aspirações em bem do direito e da justiça. «Em seguida o exmo. sr. dr. Pedro Fontes, usando da palavra, disse que o Conselho Municipal de Conceição da Barra, convocando esta sessão solenne em homenagem á Commissão de levantamento da zona que é objecto de estado dos Governos da Bahia e Espirito Santo, afim de solucionar definitivamente a pendencia de limites, deu uma brilhante lição de civismo. Faz ligeiro historico da questão: diz o pé em que estava quando chegou a Bahia o dr. Carlos Xavier Paes Barretto, representante do Espirito Santo, descreve a acção conciliadora desse illustre representante, conseguindo crear um ambiente de cordialidade em que poudes facilmente germinar a idéa de um accordo directo, baseado no *uti-possidetis* levantada pelo orador em uma entrevista concedida ao *Diario de Noticias* da Bahia, relata minuciosamente os entendimentos cordiaes havidos entre o representante do Espirito Santo e o Governador da Bahia, aos quaes assistiu, até ficou acceito como ponto de partida dos limites entre os dois Estados o Riacho Doce. Louva os intuitos dos dois Governos, mandando levantar a zona afim de que, bem conhecida a jurisdição de cada Estado, fosse de maneira equitativa e justa traçada a fronteira até o Estado de Minas, respeitadas os direitos adquiridos e as aspirações de seus habitantes. Fala na acção do dr. Ceciliano de Almeida, que foi a continuador da obra conciliadora iniciada pelo dr. Carlos Xavier, pondo ao serviço desta causa patriotica a sua competencia, o seu esforço e o justo conceito em que é tido nesta zona d'onde é natural; exalta o gesto patriotico da Povoação de Itaúnas e das cidades de Conceição da Barra e São Matheus, applaudindo com enthusiasmo a idéa do accordo, aponta as vantagens que á zona limitrophe trará a regularização da linha de jurisdição dos dois Estados limitrophes; fala nos sentimentos de cordialidade que orientam a acção dos drs. Góes Calmon e Florentino Avidos: diz que, a orientação desses dois governadores e a das populações directamente interessadas, fala bem alto dos seus sentimentos patrióticos, apresenta a planta da região levantada afim de que todas as pessoas presentes á sessão, tivessem uma idéa mais exacta do que acabava de dizer e termina fazendo votos, para que as questões de limites desapareçam das cogitações dos Governos, afim de que o Brasil seja unido e forte. Após o discurso do sr. dr. Pedro Fontes, foi por todos os presentes examinada a planta levantada pela Commissão Mixta, tendo sobre ella dado explicações os srs. drs. Pedro Fontes e Ceciliano de Almeida.

Logo em seguida pediu a palavra o dr. Ceciliano de Almeida, declarando que elle se sentia enleado em dizer mais alguma cousa, mas, tinha necessidade de o fazer, pois precisava tornar publico que esse ambiente de paz, de harmonia e de concórdia que, ora era fruido pelos municipios de São José de Porto Alegre e de Conceição da Barra, havia tido seu inicio na Capital da Bahia devido aos esforços ao dr. Carlos Xavier Paes Barretto, conjugados com os do dr. Pedro Fontes, e

que elle fazia empenho em registrar que, em chegando a Mucury encontrou alli a idéa de se levar por deante o congraçamento das populações dos municipios visinhos dos dois Estados limitrophes. A' frente desse movimento de grande civismo encontravam-se os drs. Pedro Fontes, Alexandre Costa e cel. Raul Gazzinelli. Registrava esse facto para que os seus amigos e os municipios de Conceição da Barra e São Mathheus tivessem a certeza da espontaneidade do congraçamento partido da Bahia, Estado forte e grande, mas amigo da Paz, praticando sempre são brasileiroismo.

Disse que isso muito devia regosijar a todos, porque era prova de que o Brasil não era um Paiz anarchizado, como pretendia um grande escriptor e pensador francez.

Terminou, depois congratulando-se com as populações de São José de Porto Alegre e de Conceição da Barra, dizendo acreditar no futuro da Patria, grande, unida e poderosa.

Em seguida, o sr. Presidente declarou que, não havendo mais quem quizesse fazer uso da palavra, achava-se encerrada a presente sessão, agradecendo a todas as pessoas presentes, e convidou a todos a servirem-se de um copo d'agua, em homenagem aos proceres de nossa Patria, dos Estados e dos municipios limitrophes e da Commissão a quem esta sessão foi especialmente offerecida. Do que para constar lavrou-se a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vae assignada pelo sr. Presidente, Vereadores Municipaes, Membros da Commissão e demais pessoas presentes.

Eu, Herminio Gomes Poyares, servindo de secretario «ad-hoc», escrevi. (Assignado) — Benevides de Lima Junior, Presidente; Delcino Ferreira da Fonseca, Menegundes Verissimo Machado, Manoel dos Santos Xavier Bacurau, Francisco Gomes Poyares, Adolpho Serra, drs. Pedro Fontes, Ceciliano Abel de Almeida, Alexandre Lopes da Costa, Raul Gazzinelli, Nelson de Almeida, Antonio de Carvalho, Manoel Antonio de Moraes, Manoel Cunha, Antonio Moreira Duarte, Antonio Ignacio da Fonseca e Luiz Ferreira Castro.

No «Diario Official», da Bahia, em seu numero 135 de 23 de abril deste anno de 1926, lê-se, sob as epigraphes — LIMITES ENTRE A BAHIA E ESPÍRITO SANTO — *Assignatura solenne do convenio*:

Domina o coração dos bahianos um grande jubilo, motivado pelo importante acontecimento que, hontem, se celebrou nesta Capital, com a participação de delegados de um Estado visinho.

A velha pendencia de limites entre Bahia e Espirito Santo, que se affigurava interminavel, attingiu uma phase de solução pacifica e honrosa, muito expressiva dos sentimentos de cordialidade que animam os governos dessas duas unidades da Federação.

O facto, pelo espirito de fraternidade, se não pela verdadeira comprehensão do nacionalismo, que o caracteriza, é dos que não dignificam apenas os que nelle são parte directa, mas o proprio paiz, ao qual é offerecido assim um exemplo de que as questões de divisas territoriaes se podem resolver por meios brandos, airocos e dignos.

Este exemplo foi, hontem, dado na imponente reunião effectuada no palacio Rio Branco, em que se assignou o convenio para dirimir a questão de limites mantida por este e o referido Estado do Espirito Santo, entre os quaes, apesar dessa desintelligencia sobre divisas, sempre reinou a mais estreita uniformidade de intuitos de harmonia, sendo as suas relações as da mais perfeita reciprocidade de respeito e affecto.

A CERIMONIA

A's 14 horas achavam-se reunidos no salão verde do palacio Rio Branco os Srs. Dr. Góes Calmon, Governador do Estado; Desembargador Carlos Xavier Paes Barretto e Dr. Ceciliano Almeida, Delegado do Espirito Santo na questão de limites; Dr. Pedro Fontes, Delegado da Bahia na mesma questão; Coronel Frederico Costa, Presidente do Senado; Dr. Theophilo Falcão, Secretario da Fazenda e interino do Interior; Dr. Madureira de Pinho, Secretario da Policia e interino da Agricultura; Dr. Vital Soares, Dr. Baptista Marques, Coronel Antonio Pessoa, Senadores Estaduaes; Dr. Salomão Dantas, Epaminondas Berbert e Carlos Pedreira, Deputados Estaduaes; Conselheiro Junqueira Ayres, Presidente do Tribunal de Contas; Dr. Arnaldo Pimenta da Cunha, Dr. João da Costa Pinto Dantas Junior, Juiz Substituto desta Capital; Dr. Clovis Spinola.

A LEITURA DOS DOCUMENTOS

Tendo occupado o logar de honra, o Sr. Governador do Estado convidou os demais cavalheiros a tomarem assento á mesa, collocada no centro do salão, sobre a qual se viam desdobrados varios mappas.

Em seguida, S. Exa. concedeu a palavra ao Dr. Cesar Borges Cabral, Director da Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrucção Publica, que procedeu á leitura dos documentos que adiante inserimos.

AS PALAVRAS DO SR. GOVERNADOR

Finda a leitura, o Sr. Governador dirigiu-se á assistencia, que, toda attenção, ouviu o seu eloquente discurso sobre a magna cerimonia que se ia realizar.

Na impossibilidade de reproduzir a oração de S. Exa., della fizemos o apanhado, embora muito imperfeito, que passamos a publicar:

O Sr. Governador do Estado disse que era com viva satisfação patriótica que ia assignar o convenio que soluciona a duvida de limites existente entre a Bahia e o Espirito Santo.

Os sentimentos de fé republicana e perfeita noção da unidade e grandeza da Patria, que sempre animaram o Estado da Bahia, na colaboração constante que tem sabido prestar á causa nacional, irmanados com os do visinho Estado, que a elle tanto se vincu-

la por velha e tradicional amizade, por intimas affinidades e identicas aspirações de paz e progresso, davam a prova do seu amor ao Brasil, á perfeita integridade da Federação, solucionando amistosa e cordialmente aquella pendencia.

Por isso, era com intima alegria e justo contentamento patriotico que, como Governador do Estado, dava a sua assignatura ao convenio que resolve a questão dos limites entre os dois Estados.

Salientando o cavalheirismo e a cortezia do Exmo. Sr. Dr. Florentino Avidos, illustre Presidente do Estado do Espirito Santo, que durante todas as negociações soube manter na linha superior da mais perfeita cordialidade, as relações com o seu Governo, e dos seus dignissimos representantes, especialmente o illustre Dr. Carlos Xavier Paes Barretto, cujo convivio S. Exa. teve a fortuna de, pela segunda vez, desfructar, com o melhor agrado, rendendo-lhes a homenagem da mais alta consideração em reconhecimento das gentilezas com que o distinguiram.

Referindo-se, minudentemente ás demarches feitas para se chegar á feliz solução daquelle momento, disse S. Exa. que era de justiça destacar os serviços dos Drs. Braz do Amaral, Deputado Federal e devotado estudioso da materia, e Eduardo Spinola, advogado do Estado da Bahia durante a questão. Merece especial menção a attitude do Dr. Pedro Fontes, pelo devotamento com que concorreu efficazmente para o bom termo da pendencia, queria S. Exa. expressar os melhores agradecimentos do seu Governo e da Bahia, pelos inestimaveis e relevantes serviços prestados com desinteresse, patriotismo e louvavel dedicação.

Rogava, finalmente aos dignos representantes do Espirito Santo que levassem ao governo de seu Estado os sinceros testemunhos de reconhecimento da Bahia pelo exito da solução que ora se consumava, para o qual muito concorrera o patriotismo e superior comprehensão de dever, que tão nobremente demonstrou o Presidente Florentino Avidos

Terminou S. Exa. felicitando a Bahia e o Espirito Santo pelo bello exemplo de união e do patriotismo que acabaram de dar com a assignatura do convenio, o que tinha a significação altamente expressiva da amizade que poderosamente congrega os Estados da Federação Brasileira.

A's ultimas palavras do Sr. Dr. Góes Calmon vibrou entusiastica salva de palmas.

FALA O DELEGADO BAHIANO PEDRO FONTES

O Dr. Pedro Fontes, a quem o Governo do Estado confiou a missão, de que S. S. se desempenhou cabalmente, de defender os interesses da Bahia na secular questão, fez-se ouvir após o Sr. Governador, proferindo um discurso, cujo resumo damos em seguida :

O Dr. Pedro Fontes disse que os habitantes do municipio de S. José de Porto Alegre o haviam incumbido de manifestar ao Exmo. Dr. Governador os seus agradecimentos pela solução da velha pendencia de limites entre o nosso e o Estado do Espirito Santo.

Collocado na fronteira, a experimentar de perto o entrecchoque dessas tristes divergencias, tinha o municipio a cada momento a sua vida administrativa perturbada.

Por isso o acontecimento que naquelle momento todos, com a mais justa alegria, assistiam, interessava-os intima e mui particularmente e tornava-os devedores da maior gratidão ao Dr. Góes Calmon que, solucionando a pendencia, levava aos seus lares a calma e a tranquillidade, que ambicionavam á sombra da qual iriam agora prosperar.

Em seguida o orador alludiu á acção elevada e patriótica do Dr. Góes Calmon, em cujo espirito culto e esclarecido viu sempre um factor preponderante á solução da pendencia.

Referiu-se á excellente impressão que lhe causou a primeira conferencia que teve com S. Exa. sobre o assumpto, pelo descortínio com que soube encaral-o, pelos patrióticos intuitos que demonstrou e pela vontade firme para logo manifestada, servindo á Bahia e ao paiz, solucionar uma questão que todos, como bons brasileiros, desejavam ver derimida.

Salientou em seguida a maneira feliz pela qual foram encaminhadas as negociações.

Preferido o accordo directo, como a melhor de todas as soluções, foi invocado o principio do *uti-possidetis* como o mais justo e salutar e que maiores probabilidades offerencia de chegar ao fim.

Resolvido o levantamento da zona Itaunas-Mucury, que era objecto das negociações directas, dentro de pouco tempo tinhamos a planta exacta da região e bem determinados estavam os limites da jurisdicção dos dois Estados.

A questão estava assim praticamente resolvida, restando apenas pequenos detalhes, que não constituíam maiores obstaculos á obra de patriotismo em que estavam todos empenhados.

Referiu-se a agradável surpresa que experimentou quando os dirigentes de S. Matheus resolveram que a assignatura da planta da região levantada fosse em sessão solenne da Camara Municipal, á qual compareceram representantes officiaes dos Municipios de Barra de S. Matheus, e S. José de Porto Alegre, todos a manifestarem o seu contentamento pela proxima terminação da pendencia.

Isso valeu por um plebiscito, dando a todos a garantia de que as populações mais directamente interessadas receberam com sympathia e enthusiasmo a solução dos seus governos de accordarem numa divisoria.

Lembrou em seguida os serviços do Dr. Braz do Amaral, prestados á Bahia na defesa do seu territorio e disse do quanto lhe foi util, no estudo da questão, a leitura dos seus trabalhos.

Exaltou a formula do *uti-possidetis* adoptados pelo Brasil, em todas as questões de limites. Disse que a resolução do Dr. Calmon de appellar em principio a uma questão inter-estadual será de resultados os mais promissores, pois offerece aos outros Estados, que infelizmente ainda entretêm divergencias de fronteiras, um modo facil, justo e racional de resolvel-as e está certo que o bello exemplo que a Bahia e o Espirito Santo acabam de dar será de grande

e benéfica repercussão no paiz, estimulando os outros Estados a abandonarem essas anti-patrióticas idéas de reivindicações territoriaes, que não se compadecem com a actual mentalidade brasileira.

Caminharemos assim para a perfeita unidade nacional, que é a nossa suprema aspiração.

Terminou apresentando ao Dr. Governador os seus agradecimentos pela honrosa confiança que sempre lhe dispensou e cumprimentou-o pelo grande serviço que acabava de prestar ao paiz e, em particular, á Bahia.

Logo que terminou, por entre applausos, o discurso do Dr. Pedro Fontes, levantou-se o Desembargador Carlos Xavier, delegado do Espírito Santo, de cuja oração entusiastica damos o seguinte resumo :

Referiu-se o orador á secular pendencia que perturbava a harmonia dos dois Estados, por tantos laços unidos, mostrando depois os pontos de contacto, de identificação da Bahia e Espírito Santo.

Salientou que, em quanto em varios Estados, centenas de homens eram armados para a disputa ou defesa de mais um palmo de terra que se supponha conquistado pelo visinho, fornecendo, assim, elementos ao estrangeiro para os mais desfavoraveis conceitos, ali se fazia uma obra de puro brasileiroismo, transformando o bairrismo em nacionalismo, procurando a harmonia nacional, estreitando laços, afastando discordias, defendendo a paz nacional e mostrando que ha fortes laços que ligam os destinos da Bahia aos do Espírito Santo e que, portanto, os limites das aspirações de cada um não se poderia cingir ao leito do Mucury ou á margem do Itaúnas, mas largar-se da Ponta de Pedra ao Jaquirama. Teve palavras de admiração para com o Sr. Góes Calmon, a quem agradeceu a bondade dos conceitos emittidos acerca do orador, do seu companheiro e, sobretudo, do Presidente do Espírito Santo.

Disse que não obstante os espirito-santenses em a mesma sinceridade com que os bahianos discutiram os seus direitos, estarem convencidos de que os seus limites vinham ao Mucury, considerava aquelle convenio como uma obra de patriotismo e de confraternização nacional.

Fez ainda um ligeiro historico sobre as glorias da Bahia sempre heroica e notavel e terminou apresentando as homenagens do Espírito Santo ás virtudes pessoas e ao patriótico Governo do Dr. Calmon e saudando, na pessoa do Sr. Governador a Bahia cuja acção em todos os movimentos nacionaes tanto nos causa ufanía e admiração.

A ASSIGNATURA

A esse discurso, que foi vivamente applaudido, seguiu-se a assignatura do convenio, feita entre as mais francas demonstrações de alegria, já accrescido o numero de assistentes com a presença no salão dos Srs. Deputados Eutychio Bahia, Hildegardo Erudilho e Fabio Costa e Dr. Nestor Duarte Guimarães, Delegado Regional.

OS DOCUMENTOS

Foram estes os documentos lidos perante a distincta assembléa :

**Secretaria do Interior, Justiça e Instrução
Publica do Estado da Bahia**

COPIA

*Acta das negociações dos limites do Estado da Bahia com o
Estado do Espirito Santo*

Aos quatorze dias do mez de Abril do anno de mil novecentos e vinte e seis, no Palacio Rio Branco, sob a Presidencia do Exmo. Sr. Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, Governador do Estado da Bahia, reuniram-se ás 16 horas os Senhores Doutores Ceciliano Abel de Almeida e Carlos Xavier Paes Barretto, representantes do Estado do Espirito Santo, Theophilo Borges Falcão, Secretario do Interior em exercicio, Bernardino Madureira de Pinho, Secretario da Agricultura em exercicio e Pedro Fontes, representante do Estado da Bahia para reiniciar as negociações em torno dos limites entre este Estado e o Estado do Espirito Santo. Declarou S. Exa. o Sr. Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, que o objectivo da reunião era discutir e deliberar a respeito da questão de limites entre a Bahia e o Espirito Santo. O Dr. Pedro Fontes disse, então que, depois de longa conferencia com os representantes do Espirito Santo, na qual foram discutidas varias hypotheses, consultada devidamente a planta da região, e examinadas com attenção as notas sobre o *uti-possidetis* tomadas no campo, pela commissão mixta de levantamento da zona Itaúnas-Mucury, chegaram a um accordo para determinação da linha divisoria, que pudesse solucionar o caso. O Dr. Ceciliano de Almeida, abrindo o mappa, mostrou a linha alvitrada, que é a seguinte: «da foz do riacho Doce pelo thalweg desse curso d'agua até a confluencia do correjo das Areias, dahi pelo thalweg do correjo das Areias até a confluencia do correjo Grande, de onde seguindo por uma recta irá até a confluencia do Palmital, no Barreado; dahi pelo thalweg do Palmital acima até suas nascentes, de onde tirar-se-á uma recta até Santa Clara». O Dr. Carlos Xavier fazendo as mesmas considerações do Dr. Pedro Fontes salientou os intuitos que, na determinação da linha todos tiveram de facilitar, a solução da pendencia evitando a demora, que, decorreria da apresentação de propostas e contra-propostas, deixaram, pois, ao estudo do Dr. Governador da Bahia a linha divisoria em questão e; por sua vez a representação do Espirito Santo submeteria á consideração do respectivo Presidente, o limite suggerido. Pelo Exmo. Sr. Dr. Góes Calmon foi dito que examinaria o assumpto, marcando, desde logo, uma reunião para o dia seguinte ás 14 horas, afim de tomar conhecimento da opinião do Exmo. Sr. Dr. Florentino Avidos e tambem deli-

berar a respeito. E eu João Eremita da Silva, segundo official da Directoria do Interior, Justiça e Instrucção Publica da Bahia, lavrei a presente acta, que vae assignada pelos Excellentissimos Senhores Doutores Francisco Marques de Góes Calmon, Governador do Estado da Bahia, Ceciliano Abel de Almeida, Carlos Xavier Paes Barretto, representantes do Estado do Espirito Santo, Theophilo Borges Falcão, Secretario do Interior em exercicio, Bernardino Madureira de Pinho, Secretario da Agricultura em exercicio, e o Dr. Pedro Fontes, representante do Estado da Bahia. E eu, Cesar Borges Cabral, Director do Interior, Justiça e Instrucção Publica, a fiz escrever e assigno.

(Assignados)

Francisco Marques de Góes Calmon
Ceciliano Abel de Almeida
Carlos Xavier Paes Barretto
Theophilo Borges Falcão
Bernardino Madureira de Pinho
Dr. Pedro Fontes
Cesar Borges Cabral

**Secretaria do Interior, Justiça e Instrucção
Publica da Bahia**

COPIA

*Acta da continuação dos estudos da linha divisoria dos Estados
do Espirito Santo e Bahia*

Aos vinte dois dias do mez de Abril de mil novecentos e vinte e seis, no Palacio da Acclamação, ás quatorze horas, effectuou-se a reunião marcada pelo Excellentissimo Senhor Doutor Governador da Bahia para a continuação dos estudos da linha divisoria dos Estados do Espirito Santo e Bahia. Estiveram presentes á reunião, além do Excellentissimo Senhor Doutor Francisco Marques de Góes Calmon, os Drs. Carlos Xavier Paes Barretto e Ceciliano Abel de Almeida, representantes do Espirito Santo, Theophilo Borges Falcão, Secretario da Fazenda e, interinamente, do Interior, Bernardino Madureira de Pinho, Secretario da Policia e, interinamente, da Agricultura e Pedro Fontes representante da Bahia. O Dr. Carlos Xavier fez sciente ao Excellentissimo Senhor Doutor Governador de que o Presidente do Espirito Santo, conforme communicacão telegraphica que elle e o seu companheiro haviam recebido, estava de accordo com a linha alvitada. O Senhor Doutor Góes Calmon declarou, então, que tambem o governo da Bahia accceitava os limites decorrentes da linha na vespera submettida ao seu estudo. Lembrou o Doutor Carlos Xavier que, combinada como se achava a linha de limites, fôsse lavrado um convenio pelos dois Estados que o levariam, pelos meios regulares, á approvação dos respectivos congressos; que tal convenio tivesse o character de provisório e durasse até quando uma decisão do Supremo Tribunal Federal viesse, irrecorr-í

velmente, determinar os limites certos dos dois Estados e que, na hypothese de vir a decisão acima modificar o convenio, o Estado que tivesse ficado com territorio a mais o perderia, de accordo com a decisão sem compromisso algum de effeito retroactivo ou obrigação de qualquer indemnização. O Doutor Pedro Fontes declarou-se de accordo com o modo de ver do Doutor Carlos Xavier, lembrando, entretanto, que ficasse fixado um prazo, o qual poderia ser de vinte cinco annos para que qualquer dos governos pudesse intentar a acção competente. Findo tal prazo, dever-se-ia considerar o convenio definitivo e, como tal, remettido ao Congresso Federal para a devida homologação. Disse o Doutor Carlos Xavier que o Espirito Santo accitaria o additivo suggerido. Disse, então o Doutor Ceciliano de Almeida que, em pleno accordo com o Doutor Arnaldo Pimenta da Cunha, technico indicado pelo Senhor Governador, achava que a linha deveria ser traçada no campo pela seguinte maneira: da confluencia do correjo «Grande» (depois de receber os correjos da Boia e da Lama) com o correjo das Areias seguir, num picadão, em linha recta, até a foz do correjo do Palmital até a sua cabeceira e desta, em outro picadão, tambem em linha recta, até Santa Clara, conforme, para melhor elucidação, será traçado nas plantas levantadas pela commissão mixta, devidamente authenticadas. Accrescentou, ainda, que os pontos da confluencia do correjo Grande com o correjo das Areias, do correjo do Palmital com o Barreado; da cabeceira do Palmital e de Santa Clara (no marco provisorio collocado pela commissão mixta) fossem assinalados de modo absoluto, por meio de coordenadas geographicas, e que nos picadões fossem collocados marcos kilometricos de cimento armado ou cantaria. Alvitrou mais que esses trabalhos fossem realizados no prazo maximo de um anno, devendo ser iniciados logo depois da approvação do convenio em segundo turno e dirigidos por dois profissionaes: um designado pelo Espirito Santo e outro pela Bahia, devendo as despesas, para a execução do serviço de campo, ser divididas pelos dois Estados. O Excellentissimo Senhor Doutor Governador da Bahia declarou que, não obstante ser de opinião que melhor seria dirimir a pendencia de uma vez para sempre, nenhuma duvida faria em aceitar que o convenio tivesse o character de condicional a termo, podendo a linha de limites, que elle vae firmar sómente ser alterada por Accordão passado em julgados do Supremo Tribunal Federal se no prazo fixado de vinte cinco annos, qualquer das partes pactuantes vier intentar uma acção judicial acerca da linha divisoria. A decisão judiciaria superveniente jamais autorizará a obrigação de qualquer indemnização de parte á parte, nem terá effeito retroactivo no que disser respeito ás relações juridicas estabelecidas para com terceiros.

Declarou mais que accitava tudo que fora suggerido pelo Dr. Ceciliano de Almeida. Pelo Dr. Carlos Xavier foi dicto achar se tambem de accordo com o que fôra expellido pelo Excellentissimo Senhor Doutor Governador. Em seguida apresentou em seu nome, no do Dr. Ceciliano de Almeida, e sobretudo no do Senhor Presidente do Espirito Santo ao Excellentissimo Senhor Doutor Góes Calmon, as homenagens de admirado reconhecimento pela nobreza com

que discutiu o caso e pelo concurso trazido por Sua Excellencia para a solução de modo cordial e patriotico da irritante e secular pendencia. Teve tambem palavras de affecto para o representante da Bahia, Doutor Pedro Fontes. O Excellentissimo Senhor Doutor Governador depois de congratular-se com os presentes pela terminação de mais uma questão de limites no territorio brasileiro, teve palavras de perfeita solidariedade e affecto patriotico para com o Estado do Espirito Santo, a quem está ligado por laços de verdadeira fraternidade nacional, que, acima de tudo, deseja mantidas, e mostrou-se reconhecido á solicitude e elevado criterio pelo qual foi conduzida a pendencia para a solução agora encontrada pelo Presidente Avidos e seus dignos representantes. Nada mais havendo a tratar o Excellentissimo Senhor Doutor Governador encerrou a sessão, promettendo opportunamente marcar dia e hora para ser assignado o convenio. E eu, João Eremita da Silva, 2º Official da Directoria do Interior, Justiça e Instrucção Publica da Bahia, lavrei a presente acta, que vae ser assignada pelos Excellentissimos Senhores Doutores Francisco Marques de Góes Calmon, Governador do Estado da Bahia, Carlos Xavier Paes Barretto e Ceciliano Abel de Almeida, representantes do Estado do Espirito Santo, Theophilo Borges Falcão, Secretario da Fazenda e interino do Interior, Justiça e Instrucção Publica, Bernardino Madureira de Pinho, Secretario da Policia e interino da Agricultura, Commercio, Industria, Viação e Obras Publicas e Pedro Fontes, representante da Bahia, e eu, Cesar Borges Cabral, Director do Interior, Justiça e Instrucção Publica a fiz escrever e assigno.

Em tempo : Ficou tambem resolvido que ambos os Estados, acceitando a linha divisoria lembrada, não cogitariam de quaesquer indemnisações. E eu João Eremita da Silva, 2º Official da Directoria do Interior, Justiça e Instrucção Publica da Bahia, a escrevi. E eu, Cesar Borges Cabral, Director do Interior, Justiça e Instrucção Publica, a fiz escrever e assigno.

(Assignados) :

Francisco Marques de Góes Calmon
Carlos Xavier Paes Barretto
Ceciliano Abel de Almeida
Theophilo Borges Falcão
Bernardino Madureira de Pinho
Dr. Pedro Fontes
Cesar Borges Cabral

O CONVENIO

Eis o teôr do convenio que, com a solennidade acima descripta, recebeu a assignatura do Sr. Governador do Estado, dos representantes do Espirito Santo e outros cavalheiros :

Os Estados da Bahia e do Espirito Santo, representados, o primeiro, pelo Excellentissimo Senhor Doutor Francisco Marques de Góes Calmon, e o segundo, pelos Doutores Carlos Xavier Paes Barretto e Ceciliano Abel de Almeida, especialmente investidos de plenos poderes pelo Excellentissimo Senhor Doutor Florentino Avi-

dos, Presidente do Espírito Santo, conforme instrumento publico de procuração, lavrado em o livro de notas do tabellião de Victoria, Doutor Nelson Goulart Monteiro, e que fica archivado na Secretaria do Interior do Estado da Bahia, na presença dos Doutores Theophilo Borges Falcão, Secretario do Thesouro e Fazenda e interino do Interior, Justiça e Instrucção Publica, Bernardino Madureira de Pinho, Secretario da Policia e Segurança Publica e interino da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Pedro Fontes, que, como representante da Bahia, tem tomado parte em todas as negociações sobre o assumpto, e demais pessoas gradas, abaixo assignadas, accordam em assignar o presente convenio, para dirimir de modo directo e condicional, a secular pendencia de divisas, estabelecendo uma linha que será respeitada pelo poder publico e pela população de ambos os Estados, e ficará subordinado ás seguintes clausulas :

1ª

A linha divisoria entre os dois Estados pactuantes, ficará sendo a seguinte : Da foz do riacho «Doce», pelo thalweg desse curso d'agua até á confluencia do correjo Jás «Areias» ; d'ahi, pelo thalweg do correjo das «Areias» até a confluencia do correjo «Grande», de onde, seguindo por uma recta, irá até a confluencia do «Palmital», no «Barreado» ; d'ahi pelo thalweg do «Palmital» acima, até suas nascentes, de onde tirar-se-á uma recta até «Santa Clara».

2ª

A linha acima, deverá ser traçada no campo, por uma commissão mixta, dirigida por dois engenheiros escolhidos um por cada Estado, pela maneira seguinte : da confluencia do correjo «Grande» (depois de receber os correjos do «Boia» e da «Laina») com o correjo das «Areias» seguirá num picadão em linha recta, até a foz do «Palmital», no «Barreado» ; d'ahi, pelo thalweg do «Palmital», até sua cabeceira, e desta, em outro picadão, também em linha recta, até «Santa Clara», conforme, para melhor elucidação, será traçado nas plantas levantadas pela commissão mixta de 1925, devidamente authenticadas.— Os pontos da confluencia do correjo «Grande» com o correjo das «Areias» ; do correjo do «Palmital» com o «Barreado» ; da cabeceira do «Palmital» e de «Santa Clara», no marco provisorio, collocado pela commissão mixta de 1925), serão assignalados de modo absoluto, por meio de coordenadas geographicas, e em picadão, serão collocados marcos kilometricos de cimento armado ou cantaria.

3ª

Os trabalhos deverão ser iniciados logo após a approvação do convenio, no segundo termo, e concluidos no prazo maximo de um anno. As despesas para a execução desses serviços serão sa-

tisfeitas em partes iguaes pelos dois Estados, salvo a remuneração do engenheiro, que correrá por conta exclusiva do Estado que o nomear.

4ª

O Chefe do Poder Executivo de cada Estado se compromette a remetter ao respectivo Congresso até 15 de Maio proximo, o presente convenio, e envidará todos os seus esforços para que seja elle approved em primeiro turno na presente legislatura, e em segundo turno na de 1927.

5ª

Este convenio será de character condicional a termo, e os limites nelle fixados sómente poderão ser alterados por sentença proferida em ultimo recurso pelo Supremo Tribunal Federal, caso ao Poder Judiciario recorra qualquer dos Estados pactuantes, o que será facultado fazer dentro no prazo de vinte e cinco annos, a contar da assignatura do presente.

6ª

Na hypothese de acção judiciaria, cada Estado pactuante poderá levar sua pretensão até onde entender, lhe dão direito os seus titulos e documentos, sem que o presente convenio implique qualquer restricção. Si a decisão modificar a linha ajustada no presente convenio, o Estado que, na conformidade da mesma decisão, perder qualquer parcella de territorio não terá direito a compensação ou indemnização do outro Estado, nem poderão ser alteradas as relações juridicas estabelecidas para com terceiros.

7ª

Si dentro no prazo a que se refere a clausula quinta, nenhum dos Estados intentar acção perante o Supremo Tribunal Federal, que é actualmente o poder competente, ou perante a autoridade juridica que a Constituição no momento, em vigor, determinar o presente convenio será por qualquer dos dois Estados remettido ao Congresso Federal, para a devida homologação, tornando-se então definitivos os limites estabelecidos na clausula primeira.

8ª

Si apenas o Congresso de um dos dois Estados pactuantes approvar o presente convenio, não poderá o outro Estado invocar, em qualquer sentido, nenhuma das disposições do seu texto.

Palacio do Governo do Estado da Bahia, 22 de Abril de 1926.— (Assignados): *Francisco Marques de Góes Calmon* — *Carlos Xavier Paes Barretto* — *Ceciliano Abel de Almeida* — *Theophilo Borges Falcão* — *Bernardino Madureira de Pinho* — *Pedro Fontes* — *Frederico Augusto Rodrigues da Costa* — *José Baptista Pereira Marques* — *Jose C. Junqueira Ayres de Almeida* — *Vital Henrique Baptista Soares* — *Antonio Pessôa da Costa e Silva* — *Arnaldo Pimenta da Cunha* — *Clovis Moreira Spinola* — *João da Costa Pinto Dantas Junior* — *Epaminondas Berbert de Castro* — *Salomão de Souza Dantas* — *Cesar Borges Cabral*.

Cabe aqui transcrevermos o que o «Diario da Bahia» em seu numero 93 de 27 de abril deste anno de 1926, escreveu consoante a honrosa homenagem prestada pelo Instituto Historico do visinho Estado aos nossos illustres consocios drs. Carlos Xavier e Ceciliano Abel de Almeida, quando ali, como delegados do Espirito Santo nessa questão de limites.

Sob os titulos e sub-titulo,—«A EMBAIXADA DA PAZ»...—«A homenagem do Instituto Historico»...—«A viagem dos delegados», lê-se :

A bordo do paquete nacional «Commandante Vasconcellos,» deverão partir hoje d'esta capital, com destino a Victoria, o sr. dr. Carlos Xavier de Paes Barretto e o engenheiro Ceciliano d'Almeida, illustres delegados do Governo do Espirito Santo, os quaes, com os representantes da Bahia, por delegação do sr. dr. Góes Calmon, governador do Estado, assignaram o convenio que poz termo final á velha pendencia de limites entre os dois Estados accordantes.

Espiritos cultos e de uma elegancia de trato encantadora, os distinctos emissarios do Governo do Estado do Espirito Santo, quer nos trabalhos que precederam ao estabelecimento definitivo das bases do convenio feliz, que faz honra aos sentimentos de cordialidade e á cultura juridica a orientar a mentalidade dos dois povos irmãos, quer em suas relações particulares, despertando affeições e creando admiradores, no seio da sociedade bahiana, se revelaram, sempre, os mesmos cavalheiros de conducta impecavel e distinctissima.

Collaboradores valiosos que foram n'essa campanha victoriosa de direito, de patriotismo e concordia, vencida pelos dois Estados, que se podem orgulhar de sua conquista, os nomes dos dignos delegados do Espirito Santo, ficarão na historia da Bahia, como vultos os mais respeitaveis, entre os d'aquelles que lhe prestaram serviços de valor civico inestimavel.

Fazendo o registro de sua partida, com os votos mais sinceros por que tenham uma viagem muito feliz, aos srs. drs. Carlos Xavier e Ceciliano d'Almeida agradecemos a distincção da visita com que honraram esta redacção.

Reuniu-se ante-hontem a Assembléa Geral do Instituto Historico, em sessão extraordinaria, ás 17 horas, na Sala Ruy Barbosa, sob a presidencia do dr. Theodoro Sampaio.

Aberta a sessão o dr. Bernardino de Souza communica, que sabendo naquella dia seriam entregues á guarda daquelle Instituto importantes documentos do convenio celebrado entre Bahia e o Espirito Santo para determinação de linhas divisorias entre as duas unidades federativas, tomava a liberdade de convocar aquella afim de ter maior realce e solennidade a referida entrega.

Com a palavra o dr. Pedro Fontes, que fôra encarregado pelo Governo deste Estado de encaminhar as negociações por parte da Bahia, disse que tendo sempre no curso das negociações agido de accordo com os drs. Theodoro Sampaio e Bernardino de Souza, respectivamente presidente e secretario do Instituto, cujas opiniões sempre procurou ouvir, por isso que considerava o Instituto por sua propria natureza um órgão consultorio do Estado em taes questões, teve o cui-

dado de como homenagem a tão útil instituição, reservar uma das plantas, da região que foi objecto de estudo acompanhado de um dos originaes da Convenção bem como duas copias authenticas das actas em que vêm relatadas as principaes phases das negociações para fazer parte de seu archivo.

Em seguida fez resumo da pendência de limites—Bahia—Espírito Santo, referindo-se as diversas formulas então estudadas para resolvê-la e os motivos que determinaram a preferencia de um accordo directo pelo—*uti-possidetis*, formula que sem duvida alguma, melhor consulta os interesses do paiz e em particular os interesses da zona mais directamente envolvida na pendencia e allega que essa formula fortalecerá a Bahia na defesa de seus direitos nas demais questões de limites que ainda tem a resolver.

Após outras considerações apresentando a referida planta e com minuciosas referencias explica os intuitos que orientaram a feitura do convenio.

O dr. Armando Campos propoz uma moção de applausos ao confrade dr. Pedro Fontes pelo desvelo e dedicação empenhados no sentido que a velha pendencia com o Espírito Santo tivesse honrosa solução.

O dr. Bernardino de Souza apoiando a referida moção propõe que o Instituto apresente ainda aos poderes publicos de ambos os Estados sinceras congratulações pela solução patriótica da questão.

Ambas as propostas foram approvadas unanimemente pela assembléa.

O dr. Pedro Fontes agradeceu penhorado á assembléa affirmando que havia empenhado seu melhor esforço no sentido de, servindo á Bahia prestar um serviço ao paiz.

Foram approvadas depois varias medidas de ordem economica.

O dr. Pedro Fontes communicou á assembléa que são actualmente nossos hospedes os drs. Carlos Xavier Paes Barretto e Ceciliano de Almeida do Instituto Historico do Espírito Santo. Na impossibilidade da casa recebê-los em sessão especial em virtude da proxima viagem propunha que o Instituto nomeasse uma comissão para cumprimental-os.

O dr. Bernardino de Souza propoz e foi unanimemente aprovado que ambos fossem aceitos como socios honorarios e que a comissão nomeada para cumprimental-os fosse portadora dos diplomas.

O presidente indica o dr. Pedro Fontes, Deraldo de Moraes e Antonio Machado que ante-hontem mesmo ás 20 horas e meia se desobrigaram da incumbencia entregando-lhes no Hotel Meridional, onde se acham hospedados, os respectivos diplomas falando pelo Instituto Antonio Machado.

O dr. Carlos Xavier respondeu agradecendo a homenagem prestada pelo Instituto que muito os desvanecia encarregando a comissão de transmittir aos consocios do Instituto os seus agradecimentos e de seu collega dr. Ceciliano Almeida.

PAGINA DE SAUDADE

Na vigencia de dezembro a esta data, soffreu o Instituto a perda de um seu socio correspondente, dr. Elysio de Carvalho.

Escriptor emerito já em 1917 elle redigia o «Monitor Mercantil», publicando em 1921 «Graphicos, Commerciaes e Financeiros» cujo successo nos meios bancarios da Europa e America, foram extraordinarios. Em 1922 publicou o «Boletim Diario de Informações».

A sua bagagem literaria é grande pois Elysio de Carvalho reunia em si não só o privilegio de primoroso poeta como tambem o de scintillante chronista, prosador e sociologo, generos de literatura em que escreveu.

Que no momento nos lembre; são seus trabalhos: «Ballada do enforcado», traducção; «Horas de febre», versos; «Alma antiga», poesia; «Delenga Carthago», manifesto naturista; «Historia de um cerebro», antobiographia; «Ruben Dario», ensaio critico; «As modernas correntes estheticas», «Barbaros e europeos», ensaios criticos; «Five ó clock», diario de um estheta; «A policia carioca e a criminalidade contemporanea», «Esplendor e decadencia da sociedade brasileira», «Gyria dos gatunos cariocas», «Funcção de photographia nos inqueritos», «Estatistica criminal», «La police scientifique ou Bresil», «A falsificação dos nossos valores circulantes», «O professor Reiss no Brasil», «Escola de Policia no Rio de Janeiro», «Reforma dos institutos da policia de Portugal», «Alphonse Bertillion», «A lucta technica contra o crime», «Pericia graphica do crime de rua Januzzi», «Lorganization de service d'identification criminalistique», «Exames parciaes», «A cidade Argentina contra o Brasil», «Brasil potencia mundial», «Poemas em prosa», traducção; «O factor geographico na politica brasileira», «La France eternelle», «Affirmações», «Sherlock Holmes do Brasil», «Os bastidores da nacionalidade» e «Grave austero».

Deixa ainda o illustre extincto varios volumes ineditos e outros já entregues a editores.

A «Revista» pranteando o passamento desse distincto socio do Instituto, consigna aqui um preito de homenagem á sua memoria.

POESIA DA CRENÇA

Palestra do dr. Thiers Vellozo, por ocasião da sua posse como
membro do Instituto Historico e Geographico
do Espirito Santo, em sessão de 30 de maio de 1925

Para cumprir o dever de falar, que me impõe o regulamento para posse do meu logar de membro desta nobre Associação, não me parecia proprio ir buscar fóra do Espirito Santo o motivo da minha palestra desta noite.

Por isso resolvi evocar um trecho da chronica desta capital, de que me occupei como jornalista ha cerca de 23 annos. Servirá de subsidio ao futuro historiador da nossa cidade, e de breve e singular capitulo da sua historia religiosa.

Corria o anno de 1902 e grassava aqui a peste bubonica, que aterrava a população, mais pelas suas antigas tradições de devastação e exterminio, do que pela sua acção mortifera, quando invadiu a America do Sul por essa epoca.

Falava-se de estranhas aparições aos pescadores, commentadas em volta da lareira das moradas obscuras, naquellas tristes noites de desassocego e sinistras inquietações.

O povo não perdôa facilmente, nem da memoria se lhe apagam com brevidade as duras profanações, que fazem a ingenua e consoladora poesia das suas velhas crenças e das suas queridas tradições.

Annos e annos volvem sobre esses quasi sempre inuteis desrespeitos aos mais delicados e profundos sentimentos de uma communhão; quando parece se lhe terem obliterado os ultimos signaes dessas amargas decepções, a fantasia popular relembra o que para o povo foi crime irresgatavel, e a sua imaginação symbolisa, na lenda das aparições mysteriosas, a dor viva, com que ainda lhe punge a alma ferida o espinho desse pertinaz resentimento. Tivemos nessa occasião de semelhante verdade irrecusavel testemunho.

Fazia talvez dez annos que fôra entregue ao Governo do

Estado, na alvorada da Republica, e começava a ser demolida, para dar lugar ao Theatro Melpomene, á modesta Egreja, que se erguia no Largo da Conceição, largo que della tomou o seu nome.

Chamou-se depois Praça Costa Pereira, e ao tempo do Centenario recebeu o baptismo de Praça da Independencia. Ahi era o templo.

Viam-se-lhe ainda em 1902, dez annos depois de construido o Theatro, as paredes meio derrocadas, o seu recinto abandonado ás mais ignobeis applicações; comtudo estavam de pé ainda algumas de suas muralhas, ainda não concluida a sua demolição, como se o acaso conspirasse com a crença geral para provar, ou que não era urgente, nem nenhuma a necessidade daquelle espaço, ou que uma força occulta e invencivel travara o braço dos destruidores, ou que deveriam ficar alli eternamente de pé os restos de templo da Virgem, afim de que, vendo-os o povo cada dia, não se lhe arrefecesse o remorso de haver consentido em tamanho sacrilegio.

Em torno desse facto, que tão asperamente contrastou o sentir commum, sabiam todos os daquelle tempo como a fecunda e expressiva imaginação do nosso povo creou uma série de prodigios, que os ardentes fieis nos narravam com a mais intima sinceridade.

Por occasião da trasladação da imagem do templo condemnado aos golpes da picareta, contavam, que ao preparar-se o prestito processional, o sol irradiava gloriosamente no ceu limpido, sem que uma só nuvem manchasse a pureza do immenso azul; mal, porém, começou a desfilar pela praça, a procissão, repentinamente obumbrou-se o firmamento, e desabou uma carga dagua tão violenta, que em cinco minutos alagou as ruas, e os fieis se dispersaram como por encanto.

Os portadores do andor, vendo-se sós, reconduziram a imagem para o seu templo, depuzeram-na no seu altar, e para logo serenou-se o tempo, e o sol brilhou novamente no ceu sem nuvens.

Em vista disto, acudiram outra vez os fieis, reorganizou-se o prestito, porém, outro e mais violento aguaceiro, obrigou-o ainda a retroceder, ficando a solennidade adiada.

Estava tudo encharcado, ruas, fieis, conductores do andor, mas sobre o manto da Virgem e sobre as palmas, que lhe coroavam a purissima fronte, não cahiu uma gotta das aguas do ceu.

Os tres primeiros operarios que vibraram a picareta sobre o altar da Virgem, referia-se que successivamente cahiram fulminados no acto do primeiro golpe.

Ao tempo da peste, era a Virgem, sob as apparencias de uma velhinha de alvos cabellos oudulantes, que errava pelas circumjancias da cidade, banida do seu lar, e falava aos pescadores, contando-lhe o esbulho de sua humilde e antiga marada e de cujos labios sahiam as prophcias de luto e de castigo, a punição do peccado irremissivel. E depois a velhinha revistia inesperadamente as formas de uma Virgem encantadora de formosura, e desaparecia, deixando os simples e rudes homens do mar estupefactos e espantados.

Junto ao local, onde o povo se ajoelhava, cheio de emoção para adorar a Mãe de Deus, ergueram para os prazeres um edificio,

em que elle até bem pouco tempo se divertia e consumia algumas horas de tédio. E os divertimentos passavam, distrahiam-no ali nos momentos em que os gozava, mas a sua dor ficava eterna no fundo da sua alma, exteriorisava-se de quando em vez nos vôos da sua fantasia, reanimava-se nas horas das suas provações, e mostrava que, acima de todas as alegrias, estava a sua fé invencível e a força misteriosa de sua religião.



Sessão solenne de 12 de Junho de 1926



A's 19 h ras do dia dose de junho desse anno de mil novecentos e vinte e seis, verificou-se a sessão solenne com que o Instituto Historico commemorou a grandiosa data estadual, consagrada ao heroico espirito-santense, Domingos José Martins.

Precisamente á hora designada, achando-se o sumptuoso salão de sessões literalmente repleto de exmas. familias, altas autoridades federaes, estadoaes e municipaes e cavalheiros da nossa melhor sociedade, o sr. desembargador Carlos Xavier, presidente do Instituto, ladeado dos srs. Adolfo Fraga e Heraclito Pereira, respectivamente primeiro e segundo secretarios, abriu a sessão explicando os motivos da mesma e convidando o sr. dr. Ubaldo Ramalheite Maia, representante do sr. presidente do Estado, para presidil-a.

O dr. Ubaldo Ramalheite após feita a entrega do diploma ao socio correspondente sr. commendador Candido Costa, convida as exmas. sras dr. Ceciliano Abel de Almeida e coronel Octavio Indio do Brasil Peixoto a descerem o pavilhão Nacional que envolvia o retrato do patrono do Instituto e glorioso martyr espiritosantense, Domingos Martins, gentilmente offerecido ao Instituto pelo exmo. sr. dr. Torquato Moreira. A distincta assistencia rompe estrepitosa salva de palmas enquanto se ouve o Hymno da Independencia.

E' dada a palavra ao illustre socio dr. Manoel Pimenta, orador designado por se achar auzente o orador official, dr. Alarico de Freitas.

O illustre orador, com a modestia que lhe é peculiar, começa apresentando ao auditorio as desculpas pelo tempo que lhe vae tomar empanando o brilho que nessas occasiões dá ao Instituto a palavra fluente do orador official, dr. Alarico de Freitas. Entrando em assumpto, de accordo com o paragrapho 1.º do art. 56, dos Estatutos, refere-se a perda que teve a aggremação, com o desapparecimento dos srs. Francisco Rufino e Elysio de Carvalho, respectivamente, socios

fundador e correspondente. Faz um estudo sobre os trabalhos intellectuaes dessas duas individualidades, apontando a sua acção no mundo das letras nacionaes. Termina o elogio funebre rendendo, ás suas memórias as sinceras homenagens ao Instituto. Passa a estudar a acção do martyr de 17, Domingos José Martins, em prol do movimento da Independencia. Estuda, com proficiencia, todos os factos que antecederam a Revolução Pernambucana, passando, depois a desenvolver essa phase da nossa historia. Abre um parenthesis e cita o soneto que Domingos Martins escreveu na prisão, não só para comprovar o seu desenvolvimento intellectual como tambem para demonstrar a affectuosidade do seu coração.

Eis o soneto, joia do duplo valôr, que entre as grades do carcere produziu Domingos Martins, diz o orador :

«Meus ternos pensamentos, que sagrados
Me fostes, quasi a par da liberdade,
Em nós não tem poder a iniquidade ;
A' esposa voae, narrae meus fados.

Dizei-lhe que nos transes apertados,
Ao passar desta vida á eternidade,
Ella d'alma reinava na metade,
E com a patria partia-lhe os cuidados.

A patria foi o meu numen primeiro,
A esposa depois o mais querido
Objecto do desvelo verdadeiro ;

E na morte entre ambos repartido,
Será de uma o suspiro derradeiro,
Será de outra o ultimo gemido» .

O distincto orador termina o seu brilhante discurso empolgando a assistencia com uma patriotica peroração.

Vibra intensa salva de palmas enquanto se ouve o Hymno da Independencia.

Segue-se, com a palavra, o orador inscripto, commendador Candido Costa.

*Exmo. Sr. Representante do Sr. Presidente do Estado,
Exmo. Sr. Presidente do Instituto Historico,
Minhas senhoras,
Meus senhores,
Illustres confrades.*

Sejam as minhas primeiras palavras de entusiastica saudação ao benemerito governo de minha terra, o qual se impõe á estima de todos os espirito-santenses e dos que sabem bem avaliar a sua dedi-

cação e o seu esforço pelo progresso material deste bello rincão de nossa querida Patria.

E não posso deixar de o fazer, vendo a transformação por que passa a cidade onde nasci, de maneira a impressionar-me agradavelmente os seus variados aspectos, que dão-lhe um tom garrido e de risonhas perspectivas.

Como um novo Haussman, que se immortalizou, dando feição differente á vetusta cidade de Paris, que surgiu então engalanada de bellos edificios e monumentos, os quaes attestam a arte e o bom gosto de quem a delineou, com traços tão correctos e seguros, assim o Dr. Florentino Avidos, inspirado em identica concepção d'aquelle, não teve um momento de duvida e desalento, para levar a cabo a grandiosa obra, que já o colloca no Pantheão da historia espirito-santense.

E é isso uma justa consagração, que lhe é devida, por haver realisado os importantes melhoramentos, que a cada passo surgem aos olhares contemplativos de quem vê a Victoria de hoje e a compara com os bisonhos aspectos de outr'ora.

Que o nome de S. Excia. passe impune de aleivosias, no meio dessa voragem destruidora que conspurca a honra dos governantes, quando elles não sabem trilhar o caminho da honestidade, praticando actos que caracterizam as boas acções de quem governa com pudonor. Assim desejo, para que sobre a sua honrada administração nunca possa recahir a pécha dos maus governos que infelicitam a Republica, e a tisnam com manchas que enervam.

Quanto a mim, que vi a Victoria em passados tempos, sem os atavios de hoje, tendo um faceis de monotona tristeza, sem que a illuminassem os raios de uma luz moderna, como a que agora a torna de bellissimo aspecto, espargindo claridade por toda a parte e espancando trevas, que dissipam os logares sombrios e esconsos de outrora, bem posso avaliar o progresso que hoje se opera nesta encantadora terra capichaba.

E á mente me assalta, por isso, agora, as palavras resonantes do illustre explorador portuguez A. Lopes, ao chegar a esta cidade, quando a ella se referiu dizendo : «observada a bellissima bahia, corada de pittorescas montanhas, povoadas de denso arvoredado e assente nas abas de uma collina de granito, com o seu enorme Penedo de sentinella á entrada do porto, pareceu-nos uma formosa indiana, mirando-se nas crystallinas aguas do tanque de seu diuly».

Ah ! que emoções de alegria experimentei ao ver de novo os logares por onde perlustrei em meus brincos infantis, acompanhando-me nessa recordação do passado um velho amigo e companheiro daquelles tempos !

Não é possivel dizer o despertar saudoso dos annos que se foram e apagaram nas dobras sombrias do tempo, mas que permanecem indeleveis na retina dos meus olhares e na lembrança inapagavel das scenas que se desdobram ainda a cada passo, vendo o local da casa em que nasci e hoje completamente transformada, á rua General Ozorio ; bem assim outras em que os seus moradores já não existem,

por haverem pago o seu tributo á lei da morte ! São tristes essas recordações, é certo, mas ao mesmo tempo revivem aspectos da vida, que nos dão á alma as mais suaves sensações e os mais doces enlevos ; pois recordar é sentir palpar no peito alegrias que nos confortam e prazeres que dulcificam saudades, que não se apagam nunca !

Nunca esqueci a minha terra, nunca pude apagar-a de minhas saudosas reminiscências, vendo-a sempre na imaginação, através dos tempos e do espaço, com os primores e encantos que hoje a sobrelevam, não só pela cultura de seus filhos illustres, como ainda pelo desenvolvimento material que a colloca em especial destaque ; offerecendo assim um admirável conjunto de trabalho efficiente e de realizações que demonstram a capacidade de seus executores.

Contente estou por me achar em contacto com os novos elementos da sociedade espirito-santense, muitos delles advindos de troncos que outrora formaram a intellectualidade desta terra, que fôra sempre berço rutilante de intelligências de escol.

O Espírito Santo está fadado a ser uma das gemmas mais preciosas da Federação, não só por possuir riquezas que afloram de seu solo privilegiado, como ainda pela elaboração dos que se entregam a um trabalho intelligente, quer intellectual, quer material, o qual é capaz de produzir os mais proficuos resultados. As suas terras são ferazes e por isso fartas de productos de grande valor, que dão-lhe recursos sufficientes e capazes de offerecer os meios com que possa enveredar pela marcha do progresso, a qual nos causa tanta admiração. Mas é preciso attentar : essa prosperidade e essa riqueza, para que sejam mantidas, é preciso não descuidar de outras culturas ; não cultivar só o café, afim de que não se dê o que aconteceu no Pará que, por um certo tempo, só se preocupou com a symphonia elastica, abandonando-se alli, por completo, a polycultura.

Isso deu em resultado a grande crise, que occasionou os maiores embaraços economicos e financeiros, lutando o Estado com uma situação por demais embaraçosa. Felizmente, graças ás acertadas providencias de uma administração honesta e intelligente, como a do dr. Dionysio Bentes, que tão honradamente dirige os destinos da terra paranaense, dando-lhe impulsos que a collocam fóra dos perigos imminentes, é hoje bem diversa a posição do Estado, com o desenvolvimento de sua agricultura, que se manifesta em quasi todos os municipios.

A cultura do café mereceu de S. Excia. o mais attento cuidado, tendo sido eu o escolhido para a sua propaganda, não só no baixo Amazonas, como na região percorrida pela Estrada de Ferro de Bragança. O que é facto, é que, dentro de dous annos, o Pará não importará tão preciosa rubiacea ; e quando houver decorrido 10 annos, talvez, esse producto constituirá uma grande riqueza para o Estado, exportando-o até para fora de suas fronteiras. E' preciso dizer que o café dá com muito mais abundancia alli, do que aqui e em S. Paulo ; e a sua colheita se faz duas vezes ao anno.

Como se sabe, tão rico e precioso grão foi, pela primeira vez, plantado em terras do Pará, procedendo elle da Goyana Franceza em 1727. E a sua producção foi tão fecunda que para Portugal se fez d'elle exportação em grande numero de saccos, não só nos tempos co-

loniaes, como ainda em dias do Imperio. Fôra elle transplantado de Belem para o Rio de Janeiro no anno de 1747 e, em seguida, para S. Paulo e Espirito Santo, dando a estes dous ultimos Estados, a riqueza e a prosperidade em que se encontraram, além dos recursos economicos que offerece a tanta gente encarregada de seu cultivo e commercio.

O Pará, hoje, com a intensificação da lavoura, já não importa o arroz, antes o exporta para a Europa e para outras praças da Republica; bem assim o milho, o algodão, a farinha de mandioca, de excellente qualidade, além de cereaes para o seu consumo interno, não necessitando de buscar os generos de primeira necessidade fóra de seu mercado, o que torna a vida facil e abundantes os meios de subsistência para a sua população que vive fartamente.

Além dos recursos apontados, desenvolve-se cada dia o seu grande commercio de madeiras preciosas, de materias oleaginosas, grande fonte de riqueza para o Estado, que tem deante de si o mais auspicioso futuro.

A pecuaria vae tambem merecendo especial cuidado da parte dos criadores, maximé na Ilha de Marajó, onde já se fabrica excellente manteiga pelos processos modernos, tendo ella grande acceitação no mercado de Belem.

Si, como se espera, tomar o maior incremento a immigração japoneza, o Pará, em breves annos, será uma das mais opulentas terras do Brasil, não invejando a prosperidade de S. Paulo e de outras unidades da Federação, pois para isso não lhe faltam boas terras para a cultura do arroz, do algodão, do café, da canna, do tabaco, e de outros productos de valor inestimavel.

Muito me apraz ao saber que grandes levas de immigrants japonezes, em curto espaço de tempo, tomarão o destino daquelle Estado, fecundando as suas terras incultas, mas uberrimas, dando o maior incremento á agricultura, pois a mim cabe grande empenho em prol dessa corrente, por haver na imprensa de Belem defendido a raça japoneza de ataques injustos e por vezes deprimentes, mostrando a conveniencia de sua introdução no territorio paraense, que assim terá meios faceis de seu maior progredimento. Ao Imperador do Japão, á imprensa desse paiz, e aos seus grandes homens, me dirigi o anno passado, remettendo-lhes o opusculo, mandado publicar pelo prohibido Dr. Dionyzio Bentes, benemerito governador do Pará, cujo trabalho tinha por titulo «A immigração japoneza, no territorio paraense», fazendo sentir nelle as vantagens desses advenas para o referido Estado, que muito lucraria com o povoamento de seu solo por essa raça intelligente e forte, e sobretudo de uma moral edificante e proveitosa aos nossos costumes.

Tenho a convicção mais segura de que serão proficuos e immensos os resultados a serem adquiridos com essa immigração, que dará ao Pará os melhores dias de sua prosperidade, com o desenvolvimento da agricultura, por meio de processos modernos e de efeitos salutaes.

Os japonezes possuem qualidades admiraveis de trabalho, por isso muito confio na efficiencia de seus esforços e no emprego de sua força intelligente no cultivo de nossas terras; sendo de esperar, portan-

to, benefícios e proveitos inegualáveis em prol da agricultura nacional. Dentro de um período que não será longo, o Pará terá ascendido, pois, a um grande surto de prosperidade e progresso, devendo á immigração japoneza uma situação admirável em sua economia interna, de maneira a ficar inteiramente desembaraçado dos compromissos que difficultam a sua marcha progressiva. Ha tambem aqui no Espírito Santo um problema a resolver, de maxima importancia, o qual é: a immigração em suas diversas modalidades, pois é preciso povoar ainda mais os seus intermundios, onde não existe o menor signal de trabalho agrícola, dispondo elles, entretanto, de ubertosos trechos de terra.

E' este um assumpto que deve merecer a maior attenção da parte dos poderes publicos, visto se tornar preciso uma immigração seleccionada, que provenha da 'Allemanha, da Italia e do Japão, paizes estes que offerecem os melhores elementos para o povoamento da terra espirito-santense.

Já são bem conhecidos os proveitos occasionados pelos allemães e italianos no cultivo das nossas terras, desde o tempo em que no Imperio o saudoso conselheiro Costa Pereira os vehiculou para as colonias por elle fundadas, nas quaes deram provas de perseverante trabalho, de sorte a, em breves annos, surgirem os grandes centros agricolas, que nos dão hoje abundante mêsse de fructos preciosos, concorrendo para a prosperidade actual do nosso rico Estado.

Pois bem, agora cabe fazer uma experiencia, que preveja de resultados vantajosos e proficuos : refiro-me á immigração japoneza, em razão dos effeitos por ella produzidos em S. Paulo, maximé em Iguape, onde elles deram um exemplo edificante do quanto póde a applicação de processos modernos na cultura das terras, as quaes são, até, por vezes, safaras. O Espírito Santo tem necessidade do aproveitamento de seus braços, afim de applical-os á cultura dos cereaes e de fructos productores de alimento ás populações urbanas. Como se vê, aqui em Victoria, são escassos no mercado generos e legumes que, com abundancia, se encontram em outras cidades da Republica ; e, para remediar esse estado inconveniente de cousas, muito convem introduzir aqui o relevante braço japonez.

Quando, em propaganda politica, estive no Pará e no Amazonas, o inolvidavel brasileiro dr. Nilo Peçanha, admirado ficou ao ver a fartura de generos regionaes nos mercados de Belem e Manaos, causando-lhe extranha surpresa a abundancia de pescado exposto nas bancas com grande accumulo. Mas isso explica-se : é que alli existem portuguezes em grande numero, que se dedicam á pesca e outros que encontram trabalho remunerador na venda de hortaliças, que cultivam nas chacaras urbanas. Ha bem pouco tempo, na cidade de Fortaleza, no Ceará, o seu mercado era bem pobre de legumes e fructas ; mas hoje, devido ao trabalho de alguns japonezes, já se vêem nelle expostos productos que, com difficultade, eram encontrados outrora, abastecendo-se agora a população fartamente de variados effeitos. Faça-se aqui uma experiencia a esse respeito ; e para isso appello para o governo do Estado, que tão bem disposto se

acha em promover o bem estar da terra espirito-santense, a qual, ao seu impulso vigoroso, caminha ovante ao seu glorioso destino. Precisamos tornar aqui a vida facil e ao alcance de todas as bolças; e para que isso se dê, dispomos de bons sitios proximos á capital, como Carapina e os magnificos terrenos situados na cidade da Serra, aos quaes, como se sabe, não ficam distantes desta metropole. Estabeleçam-se nesses logares colonos encarregados da pequena lavoura, que alcançaremos, de certo, o objectivo pelo qual aspiram todos os habitantes da Victoria.

E' necessario, é preciso, portanto, mudar a difficil situação que tanto encarece a vida dos que aqui mourejam com tanto esforço e trabalho; para que não se diga por ali que o viver nesta cidade é de tal natureza que não se encontra nella conforto, sendo escassa e difficil a alimentação para seus habitantes. E é essa a razão por que se propala que no Espirito Santo a vida é mais cara do que em qualquer outro Estado do Brasil. E é isso, sem duvida, uma verdade incontrastavel. Convem corrigir esse mal, que tanto affecta a nossa prosperidade e difficulta a vida das classes menos favorecidas de fortuna.

.....

Passa o orador a fazer diversas considerações criticas sobre varias impressões colhidas aqui, lembrando diversos alvitres ao Instituto entre os quaes o de um monumento a heroína espirito-santense, Maria Ortiz e diz: O Instituto Historico do Espirito Santo bem pode tomar a si a iniciativa dessa grande obra, glorificadora do heroismo de uma mulher, cujo nome deve ser commemorado dignamente e para sempre no bronze eterno da Historia. Aqui fica o meu appello, e certo estou que será elle tomado na devida consideração por meus illustres confrades do Instituto. Peço perdão, meus senhores, por tratar de assumptos que não se ajustam á solennidade deste dia, consagrado á memoria de um espirito-santense egregio, que tão bem soube pugnar pelos sacrosantos principios de liberdade e independencia de nossa cara Patria! E' um dia, hoje, por excellencia, o qual relembra o sacrificio de uma vida heroica, por ideaes que consubstanciavam as ligimas aspirações de um moço, sonhador, talvez, das fagueiras esperanças de uma patria inteiramente livre e independente sob as bases democraticas!

E quem sabe, meus senhores, se deante do que se passa na actualidade politica do Brasil, não teria elle de experimentar o dissabor de ver desfeito o bello sonho que o afagara com tanto entusiasmo, nessa idade em que a nossa imaginação facilmente se exalta e impressiona com as côres da fantazia, não reparando que ellas são muitas vezes fugazes e illusorias?

Reverenciemos, emfim, a sua memoria, que deve permanecer eterna e rediviva, como um marco milliario, na historia da nossa terra, e de que tanto se ufana de ser o seu berço — a Villa de Itapemirim. E bem digamos o seu trabalho e a sua dedicação ao lado de abnegados compatriotas, em prol da cruzada libertadora, que apressou o advento dessa Monarchia Constitucional, que nos legou os dias mais gloriosos do Brasil independente. Sim, a propa-

ganda dos pioneiros da nossa emancipação politica, a qual precedeu o 7 de Setembro de 1822, pelo grito excelso nas margens do Ypiranga, muito concorreu para que não se prolongasse a diuturnidade desse feliz acontecimento, que nos deu a posse integrante dos maiores bens e das nossas maiores venturas sociaes. Forçoso é reconhecer, que ao Imperio fundado por D. Pedro I, naquella dia faustoso e memoravel, devemos, certamente, a posse das conquistas mais liberaes e da liberdade mais completa, gosando o Brasil, naquelle tempo, das mais amplas garantias individuaes ; cabendo, entretanto, ao segundo reinado, essa paz perpetua, que tanto nos engrandeceu aos olhos de todas as nações. E o vulto homerico de D. Pedro II, com justiça cognominado o «Magnanimo», foi quem mais fez realçar essa era feliz, em que o povo brasileiro usufruiu os dias mais tranquillos da nacionalidade, sem que fosse ella jamais perturbada em seus lares pelo embate de ruins paixões.

Gloria, pois, á sua memoria, por ter sido elle um dos factores dessa paz inalteravel, mantida por tão longos annos e que tanto concorreu para o progresso relativo do Brasil, nos venturosos dias de seu abençoado governo.

Invoco neste momento singular, a imagem sagrada da Patria, em que todos nós sentimos a mais dolorosa repercussão do embate das armas entre irmãos desavindos ; e a Deus peçamos que faça cessar essa luta fraticida, que amollenta as nossas energias e deprime a nossa propria vitalidade, causando tamanhos males aos interesses magnos da nacionalidade.

Concluindo tão futeis e desarrazoadas expressões, sinto-me bastante lisonjeado, por ter sido ouvido, com tanta complacencia, pelas distinctas individualidades, que me deram a honra insigne de sua assistencia, refulgida sobre modo pelo concurso selecto e elegante das damas e senhorinhas, da nossa elite social, aqui tão bem representadas.

Ao Instituto Historico de minha terra, em extremo penhorado, muito agradeço as distincções com que me accumulou, dando-me acolhida em seu seio, pelo titulo conferido de seu socio correspondente.

A todos, enfim, o meu reconhecimento sincero, por tantas gentilezas e bondade, certo de que não as esquecerei jamais no decorrer dos tempos.

Suas ultimas palavras são abafadas por estrepitosa salva de palmas, ao som do Hymno Espirito Santense.

Pede a palavra o distincto Presidente honorario do Instituto, dr. Archimimo Mattos.

Começa o illustre orador fallando sobre as ceremonias civicas baseadas a effeito, já com a offerta de uma bandeira pela mais alta autoridade municipal á mocidade estudiosa da nossa terra, já com a commemoração que ali se fazia. Diz que o culto civico que devemos praticar e animar é o do estudo do que tem sido feito pelos grandes servidores do Paiz, desde os primeiros momentos patrioticos do Brasil colonia, ás luctas pela implantação do Regimen constitucional, no primeiro imperio, passando através do segundo imperio, onde era uma

brilhante constellação de astros de primeira grandeza no céu azul e sereno da Patria, os Caxias, Ozorios, Andrades, Cotegipes e outros, tendo como centro o grande astro que foi Pedro II. Estudou os esforços dignos dos implantadores da Republica, lembrando particularmente a nobre e altiva attitude de Floriano Peixoto quando, perguntado pelo ministro de uma grande nação como seria recebida a intervenção estrangeira nos negocios politicos internos do Paiz, teve a grande resposta: «A BALA» — capaz de sagrar um patriota. Referio-se ao valor economico do Paiz, com as suas immensas jazidas de carvão, petroleo, ferro e outros mineraes, garantias da sua grandeza futura que alliada á feracidade de suas terras fal-o-ão uma das maiores nações dentro de poucos annos. Disse que, se é bem verdade que precisamos dos paizes estrangeiros para nos trazerem o valioso e muito apreciavel elemento de colonização, não é menos verdadeiro que tambem elles precisam de nós para collocarem o excesso de suas populações que aqui são recebidas de braços abertos dentro dos nossos fóros de hospitalidade e solidariedade universal que fazem com que aqui o estrangeiro se sinta tão bem como na sua Patria de origem.

Se nos trazem o capital-homem, nós lhes damos em troca o capital-terra, que bem se equivalem e se equilibram. Dahi a nossa igualdade, dahi o podermos fallar no concerto das nações, como de igual para igual, perante as grandes nações «leaders» do momento. Ademaes, estudando a marcha ascendente e descendente das civilizações, vemos que ella se dirige do Oriente para o Occidente, como fez certo a decadencia das civilizações orientaes que cederam o passo á européa que, por seu turno terá, em futuro talvez não muito longinquo, de ceder o logar á America a quem está fadado o Governo do mundo inteiro dentro de poucas decadas. Estranha é, portanto, a attitude tomada contra o Brasil na Liga das Nações. Digna de applausos é, portanto, a attitude de nobre e altivo interesse do Brasil naquelle instituto politico onde, pela voz de Mello Franco o Paiz se tem mostrado digno das suas honrosas tradições de pacifismo tão bem expostas em Haya pelo grande brasileiro Ruy Barboza — sól luminoso a brilhar nos horizontes da intellectualidade patricia.

Disse que, no momento historico que atravessamos, o nosso pensamento se dirige para a grandeza da Patria que desejamos ver respeitada e querida, pelo que quebra com o protocollo das sessões solennes do Instituto porque pensa que o protocollo agora só deve ser dictado pelo sentimento da dignidade nacional de que deram provas tão positivas o sr. Presidente da Republica, o sr. Ministro do Exterior e o dr. Mello Franco, nosso representante em Genebra, pelo que propoz se lhes telegraphasse demonstrando a nossa solidariedade, os nossos enthusiasmos e applausos pela attitude do Brasil na Liga das Nações. Pede, então que aquelles que concordarem com a sua proposta, a approvem de pé, como uma demonstração vibrante do nosso applauso a essa attitude. Ao terminar as suas ultimas palavras a assistencia pôe-se respeitosa de pé e a estrepitosa salva de palmas é coberta com o Hymno Nacional, executado pela banda de musica da Força Publica do Estado.

O dr. Ubaldo Ramallete agradeceu, então, a gentileza do desembargador Presidente do Instituto dando-lhe a presidência da sessão e, em nome do Instituto, agradeceu o comparecimento das exmas. famílias, altas autoridades e cavalheiros áquella solennidade civica e encerra a sessão.

Logo após a sessão do Instituto foi redigido o seguinte telegramma ao exmo. sr. dr. Arthur Bernardes, Presidente da Republica e outros, de igual teor, aos srs. ministro do Exterior e dr. Mello Franco, em Ginebra :

«Exmo. sr. dr. Arthur Bernardes — Presidente Republica. Palacio do Cattete, Rio — Instituto Historico e Geographico Espirito Santo commemorando hoje sessão solenne execução martyr espirito-santense Domingos Martins, perante grande concurrencia associados, famílias, representantes Governo Estado, ouviu vibrante discurso patriótico dr. Archimimo Mattos que fez historico valor grandes patriotas primeiro segundo imperios, implantação Republica, todos elevando bem alto nome Nação brasileira concerto mundial. Abordou questão nossa representação Liga Nações, referindo se trabalhos altamente patrióticos vossencia, pelo que propoz fosse telegraphado vossencia ministro Exterior e dr. Mello Franco, brilhante attitudo assumida Brasil naquella instituição demonstrando civismo, altivez, dignidade Governo Brasil seus grandes órgãos deram ali provas. Pediu assembléa approvasse sua proposta o fizesse de pé, levantando-se todos ovacionando nome tres grandes servidores Paiz grande momento historico atravessamos. Vibrantes applausos terminando Hymno Nacional meio maior entusiasmo. Instituto Historico tem honra transmittir vossencia presente resumo significando sua estreita solidariedade Governo Republica, applausos sinceros attitudo vossencia. — *Carlos Xavier*, Presidente Instituto; *Adolfo Fraga*, primeiro secretario; *Heraclyto Pereira*, segundo secretario.

Ao exmo. sr. dr. Torquato Moreira, foi endereçado o seguinte despacho :

«Dr. Torquato Moreira, Rio.

Instituto Historico reunido sessão solenne commemoração Domingos Martins, inaugurou hoje logar honra salão sessões, retrato excelso espiritosantense, offertado vossencia.

Presidente Carlos Xavier fez referencias vossa pessoa valiosa offerta patrono Instituto.

Nome aggremação apresento vossencia sinceros agradecimentos. Saudações (a.)

ADOLFO FRAGA

1º SECRETARIO

NOSSO ARCHIVO

Continua a merecer as devidas atenções, não só da parte dos nossos consocios como de pessoas estranhas ao Instituto, a secção de Archivo, que em boa hora creamos.

Ainda ultimamente recebemos de nosso illustrado socio-correspondente dr. Araujo Aguirre, que, aliás, tem sido um dos maiores contribuintes das secções Museu e Archivo, importante documento, copia do Archivo do Conselho Ultramarino, caprichosamente encadernado e com o delicado offerecimento seguinte:

«Ao Instituto Historico e Geographico do E. do Espirito Santo.

«A' gigantesca tarefa constructora do Instituto criando seu Archivo, Museu e Bibliotheca, tornando se digno de nossa admiração, venho tambem contribuir com o que pude colher entre os alfarrabios do Rio, que mostram a iminencia de conquista, de colonização e de predomínio ultramarino.

«A presente copia contendo a correspondencia do Governo da Bahia ao Conselho Ultramarino, roteiro de 1805, descreve uma parte da carta, do Espirito Santo, a partir do rio Doce até o rio de Contas

«E' talvez um documento desconhecido no Estado, apesar de possuir archivo publico e contem valiosas notas historicas, para os que desejam investigar o passado.

«Quem percorrer essas paginas escriptas no proprio local, pelo primeiro sertanejo historiador, encontrará rudeza e sobre tudo a verdade porque, conforme elle mesmo declara, «é certo», e devemos crer na lealdade d'aquelle que compoz nosso territorio á luz brilhante do fecundo movimento.

«E' tudo, alem disso, admiravel pela coragem e sacrificio despendidos desde a primeira vista; dos contornos das viagens offerece a lição de obediencia, se attendermos para a época em que foram ellas realizadas, varando cachoeiras, transpondo montanhas, vencendo tudo pela vontade de cumprir um dever.

«E assim passou mezes no mais obscuro contacto com a natureza nova e as torturas da vida agreste, para no fim, ingenuo e

simples, declarar ao governador: «e no emtanto fico destacado só a ordem de v. exa, só peço perdão da demora e mal escripta, pois nesses paizes não tenho quem faça melhor».

«Devia ser assim o termo da penosa commissão ordenada pelo governador, não existindo quem descrevesse melhor, houve, no emtanto, o bom executor, pois não deixou uma villa, um rio, um sangradouro, uma lagôa sem discripção, no roteiro fastidioso.

«Deixo aqui expressa a minha satisfação se este documento tiver bôa acolhida por parte do Instituto H. e Geographico, a que tributo sincera admiração.

Em 5 de agosto de 1926.

«a» ARAUJO AGUIRRE»



A ILLUSTRAÇÃO DA «REVISTA»

Illustramos o presente numero com os *cliches* de todos os membros da actual directoria do Instituto, seus presidentes honorarios e um mappa da região em que ficou accordada a linha divisoria cessando a pendencia entre o nosso e o Estado da Bahia a que se refere o nosso distincto consocio, dr. Ceciliano de Almeida, na conferencia que publicamos.



OITAVO CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAPHIA

Apparece este numero da «Revista» quando a nossa Capital tem a insigne honra de hospedar os illustrados representantes dos demais Estados da Federação, de Secretarios de Estado do Paiz, de associações scientificas e de culto religioso, da Imprensa e de personalidades eminentes, ao Oitavo Congresso Brasileiro de Geographia.

Reunido esse certamen scientifico sob os auspicios do Governo do Estado e do Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo, a «Revista», como seu órgão official, sauda esses conspicuos membros do Oitavo Congresso Brasileiro de Geographia, esses eminentes cidadãos que nesse momento emprestam o concurso efficiente de seu saber em prol á reivindicações historicas, geographicas e scientificas, para honra de nossas tradições, para a maior grandeza intellectual do Brasil.

Queiram os illustrados membros do Oitavo Congresso Brasileiro de Geographia acceitar as mais respeitosas saudações que, em nome do Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo, lhes apresenta a «Revista».

Adolfo Fraga

(Da Commissão de «Revista»)

As Commissões

Determinada a reunião do Oitavo Congresso Brasileiro de Geographia de tres a treze de maio do corrente anno, foram logo organisadas as respectivas commissões, conforme se vê do numero do «Diario da Manhã» de oito de novembro de mil novecentos e vinte e quatro, commissões que não soffreram quasquer modificações a não ser quanto ao cargo de thesoureiro que, pelo fallecimento do nosso illustre consocio sr. Francisco da Silva Rufino, passou a ser exercido pelo sr. dr. Arnulpho Mattos, actual illustre thesoureiro do Instituto.

São as seguintes as comissões:

Presidente Honorario

Dr. Florentino Avidos, Presidente do Estado.

Comissão Organizadora

Presidente, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto; vice-presidente, dr. Antonio Francisco de Athayde; secretario geral, dr. Arthur Lourenço de Araujo Primo; 1º secretario, dr. Marcondes Alves de Souza Junior; 2º secretario, prof. Heraclito Amancio Pereira; thesoureiro, dr. Arnulpho Mattos.

Comissão Technica

Presidente, dr. Archimimo Martins de Mattos; vice-presidente, dr. Alarico de Freitas; 1º secretario; dr. Adolfo Fraga; 2º secretario, cap. dr. Octavio Araujo.

Membros de Secções

O dr. Archimimo Mattos, Presidente da Comissão Technica, de accordo com o que preceitua o regulamento do Oitavo Congresso de Geographia, designou os membros para as secções assim distribuidas:

I. Regras didacticas sobre Geographia. Ensino de Geographia Nacional. Terminologia Geographica. — Os srs. dr. Aurino Quintaes e professor Elpidio Pimentel.

II. Estudo da terra, considerada como astro. Geoplanetographia e Noções Geodesicas e Topographicas. Cartographia. — Os srs. drs. Moacyr Avidos e Ceciliano Abel de Almeida.

III. Geologia, Paleogeographia e Mineralogia. Physiogeographia. Aerologia. Oceanographia. Hydrographia terrestre. Potomographia. Limnographia. Physiographia das terras. Arographia. Vulcanographia. Aerographia e Nesographia. — Os srs. dr. Antonio Athayde e professor Heraclito Amancio Pereira.

IV. Climatologia. Geographia medica do Brasil. — Os srs. dr. Eurico Aguiar e pharmaceutico Wlademiro da Silveira.

V. Phytogeographia e Zoogeographia. — Os srs. dr. Affonso Corrêa de Lyrio e professor Eduardo Andrade e Silva.

VI. Anthropogeographia. Ethnologia e Ethnographia. Geographia Economica, Commercial, Agricola e Industrial. Geographia Historica. Geographia Politica e Social. Geographia Militar. Demographia e Estatistica. — Os srs. drs. capitão Octavio Araujo e Aristoteles da Silva Santos.

VII. Monographias Regionaes. — Os srs. drs. desembargador José Espindula Batalha e Ubaldo Ramalhetta Maia.

Essas secções serão completadas com os Delegados ao Oitavo Congresso.

Commissão Geral

Fazem parte dessa Commissão, pelo Instituto, todos os socios residentes nesta Capital — Fundadores e Effectivos, e os das categorias — Honorarios e Correspondentes, que concorrem com theses ao Congresso.

São os seguintes:

Socios Fundadores

Desembargador Manoel dos Santos Neves, dr. Bernardino de Souza Monteiro, desembargador Affonso Claudio de Freitas Rosa, dr. Marcoides Alves de Souza Junior, dr. Arthur Lourenço de Araujo Primo, dr. J. J. Bernardes Sobrinho, desembargador José Espindula Batalha Ribeiro, desembargador Henrique O'Reilly de Sousa, dr. Padre Elias Tommasi, prof. Luizda Fraga Santos, prof. Adolpho Fernandes de Oliveira, desembargador Lourenço Freitas Barbosa, dr. Marcilio de Lacerda, prof. Eduardo de Andrade e Silva, dr. Arnulpho Mattos, dr. João Lordello dos Santos Souza, dr. Antonio Gomes Aguirre, phco. Adolfo Fraga, dr. Aristoteles da Silva Santos, dr. Archimimo Martins de Mattos, dr. Antonio Francisco de Athayde, desembargador Carlos Xavier Paes Barretto, João Calmon Adnet, desembargador Levino de Hollanda Chacon, prof. Elpidio Pimentel, dr. Carlos Sá, dr. Americo Coelho, general dr. Andrade e Silva, dr. Manoel Monjardim, phco. Wlademiro da Silveira, dr. Argeu Monjardim, dr. Eurico Aguiar, dr. Arabello Lellis, dr. Ubaldo Ramallete Maia, dr. capitão Octavio Araujo, dr. Aurino Quintaes, prof. Aunon Sierra, dr. Aristeu Aguiar.

Socios Honorarios

Dr. Florentino Avidos, general Candido Mariano da Silva Rondon, Barão de Ramiz Galvão, Conde de Affonso Celso, dr. Clovis Bevilaqua, dr. Max Fleiss, comte. Thiers Therning, dr. Pedro Celso, dr. Rocha Pombo, Conde de Jeronymo Monteiro, dr. Bruno Lobo, dr. Sá Vianna, dr. Mario Mello, dr. Oliveira Lima.

Socios Effectivos

Desembargador Cassiano Cardoso Castello, D. Benedicto Alves de Souza, dr. Alarico de Freitas, prof. Heraclito Amancio Pereira, dr. Moacyr Monteiro Avidos, dr. Luiz Adolpho Thiers Vellozo, desembargador José Antonio Lopes Ribeiro, dr. Manoel Pimenta, dr. Affonso Corrêa Lyrio, desembargador Josias Soares, desembargador Christiano de Andrade, dr. Jair Dessaune, dr. Thomé Bezerra, dr. Fernando Rabello, dr. Oswaldo Poggi, dr. Ceciliano Abel de Almeida, dr. Jair Tovar, dr. Walter Siqueira, desembargador Oscar Faria Santos, cel. Alziro Vianna, dr. Henrique Wanderley, dr. Paulo Americo Silvado, prof. Theophilo Paulino da Silveira, prof. José Dias da Cunha, prof. Loren Reno, prof. Almir Gonçalves e sr. Cyrillo Tovar Filho.

Socios Correspondentes

Dr. Antonio Araujo Aguirre e commendador Candido Costa.